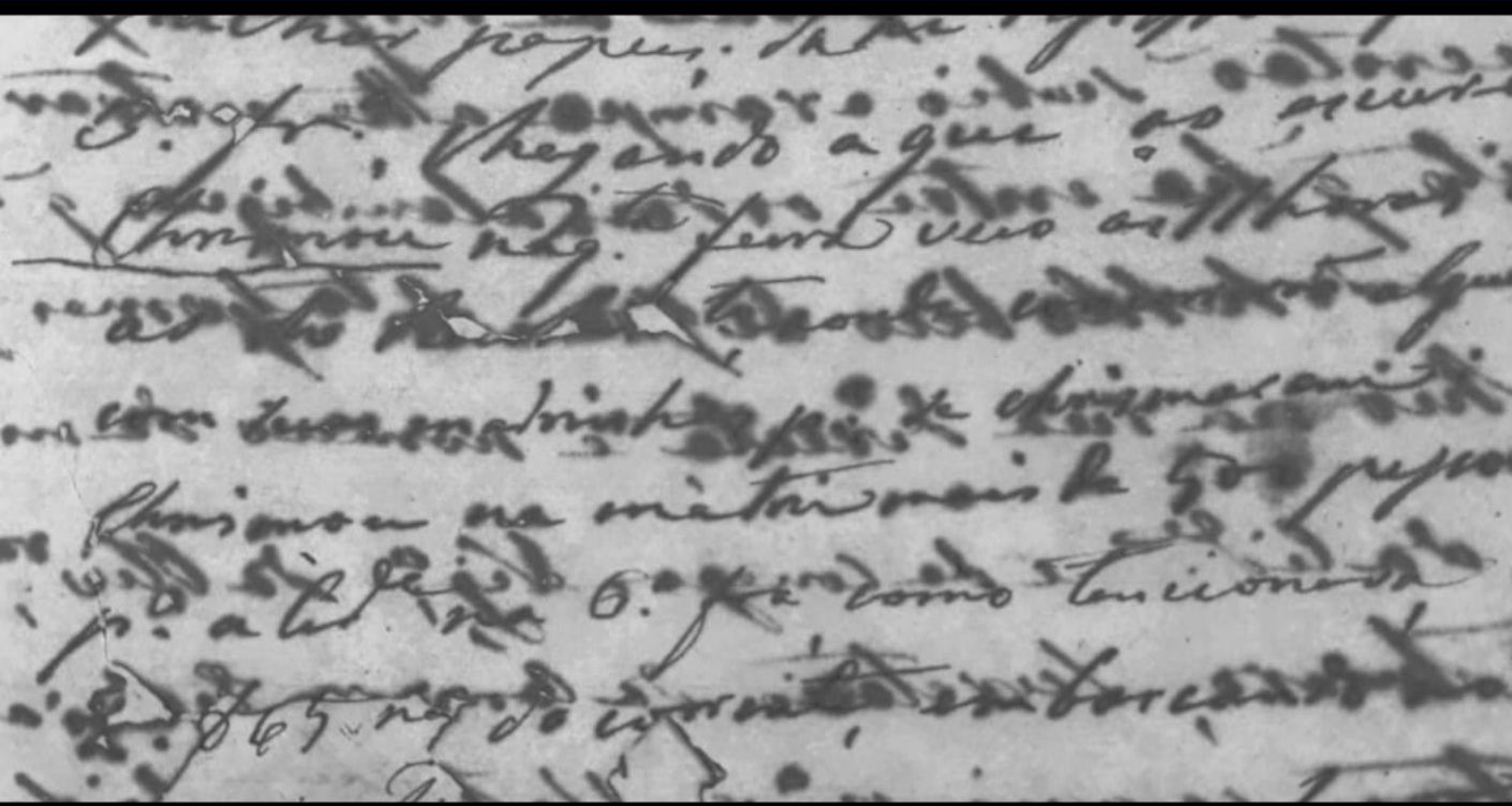


Alícia Duhá Lose
Lívia Borges Souza Magalhães
Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni
(organizadoras)

Paleografia

E SUAS INTERFACES



ALÍCIA DUHÁ LOSE
LÍVIA BORGES SOUZA MAGALHÃES
VANILDA SALIGNAC DE SOUSA MAZZONI
(ORGANIZADORAS)

II SEMINÁRIO NACIONAL DE PALEOGRAFIA

Paleografia
E SUAS INTERFACES

COMUNICAÇÕES

Salvador



REALIZAÇÃO



Memória em Papel

grupo de pesquisas paleográficas, filológicas e históricas

APOIO



LitCult
Programa de Pós-Graduação
em Literatura e Cultura da UFBA

PPGLinC
Programa de Pós-Graduação
em Língua e Cultura



FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral: Alícia Duhá Lose e Livia Borges Souza Magalhães

Projeto Gráfico e Diagramação: Livia Borges Souza Magalhães

Organização: Alícia Duhá Lose, Livia Borges Souza Magalhães, Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni

Revisão: Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni



Este livro é uma realização do Grupo de Pesquisa Memória em Papel (CNPq-UFBA) e contou com apoio do Grupo de Pesquisa Nova Studia Philologica (CNPq-UFBA), do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, do

Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura do Instituto de Letras da UFBA e do Memória e Arte.

S471 Seminário Nacional de Paleografia (2.: 2019 : Salvador, BA).
Comunicações / Alícia Duhá Lose, Lívia Borges Souza Magalhães, Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni organizadoras. – Salvador: Memória & Arte, 2021.
387 p. : il.

Tema: Paleografia e suas interfaces.
ISBN: 978-85-69960-13-3

1. Paleografia. I. Lose, Alicia Duhá. II. Magalhães, Lívia Borges Souza. III. Mazzoni, Vanilda Salignac de Sousa. IV. Título.

Ficha catalográfica: Letícia Oliveira de Araújo CRB5/1836

APRESENTAÇÃO

Com quase 200 participantes inscritos e firmando a Paleografia como uma ciência viva e em evidência na contemporaneidade, realizou-se, entre 20 e 23 de novembro de 2019, na Universidade Federal da Bahia, o II Seminário Nacional de Paleografia e a obra ora apresentada é mais um dos produtos desse evento.

Aqui estão reunidos textos originais, organizados em ordem alfabética de seus títulos, de diferentes autores dos mais variados níveis de pesquisa realizada em várias universidades do país. São estudantes de graduação, mestres, doutores e docentes unidos para pensar e discutir o fazer paleográfico e sua importância para a preservação da memória e da história de diversas culturas.

Ressaltamos que o conteúdo dos textos aqui presentes é de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores, cabendo às organizadoras apenas a homogeneização dos critérios de apresentação.

Desejamos uma boa leitura!

SUMÁRIO

A PRIMEIRA DÉCADA DA ÁSIA, DE JOÃO DE BARROS: ESTUDO PALEOGRÁFICO E LINGUÍSTICO

Jane Keli Almeida da Silva, Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Risonete
Batista de Souza 9

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE AUTOS DE PARTILHAS MANUSCRITOS GOIANOS DO SÉCULO XIX

Maria Gabriela Gomes Pires 31

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DO RELATO DE VIAGEM DO CONDE DE AZAMBUJA (1751)

Mariane Soares Torres 59

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS E CODICOLÓGICOS NOS MANUSCRITOS “604” E “604.1” DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Aldacelis Lima Barbosa Rosa Santos 79

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS EM FONTES COLONIAIS DA CAPITANIA DA BAHIA

Rafaela Muniz de Andrade, Norma Suely da Silva Pereira 111

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS EM UM REQUERIMENTO DO SÉCULO XVIII

Rose Mary Souza de Souza, Norma Suely da Silva Pereira 133

ATUALIZAÇÃO DA EDIÇÃO DIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS NOTARIAIS DA *INSTRUÇÃO PÚBLICA DA BAHIA*: MANUSCRITO DO SÉCULO XIX

Cristina da Silva Cunha, Célia Marques Telles 152

CARTA DO ARCEBISPO DA BAHIA D. SEBASTIÃO PARA O REI D. JOÃO V: ANÁLISE DOS ASPECTOS PALEOGRÁFICOS

Tássia de Abreu Santos Matos, Norma Suely da Silva Pereira 168

CRÍTICA TEXTUAL E ENSINO: AS IMPLICAÇÕES FILOLÓGICAS NO USO DE TEXTOS (NÃO) FIDEDIGNOS EM SALA DE AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Elizabeth Mota Nazareth de Almeida, Patrício Nunes Barreiros 182

**DOCUMENTOS DE CENSURA DA PEÇA CRIME E IMPUNIDADE
UM EXERCÍCIO DE EDIÇÃO DIPLOMÁTICA**

Ana Clara Seixas, Élvia Falcão, Vinicius Ferreira, Fabiana Prudente Correia..... 205

**EDIÇÃO CRÍTICA DE UM FRAGMENTO DE *A MULHER DE
ALEDUMA: A SOCIOLOGIA DOS TEXTOS FRENTE À OBRA DE
ALINE FRANÇA***

Ailla de Aquino Silva, Elane da Paixão Correa 221

**EDIÇÃO DE MANUSCRITOS E ESTUDOS LEXICAIS: CAMINHOS
PARA A HIPEREDIÇÃO E ESTUDO DO VOCABULÁRIO DAS
TROVAS DE EULÁLIO MOTTA**

Juliana Pereira Rocha, Alcía Duhá Lose, Patrício Nunes Barreiros 243

***LIVRO DE TOMBO DO CONDE DA CASA DA PONTE:*
ASPECTOS PALEOGRÁFICOS DE UM MANUSCRITO
OITOCENTISTA**

Clese Mary Prudente Correia, Célia Marques Telles 264

**MEMÓRIAS SECULARES: LEITURA, TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE
PALEOGRÁFICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Laura Gomes Machado..... 282

**NOTÍCIAS SOBRE UMA ALDEIA DE ÍNDIOS NA BAHIA
SETECENTISTA: O CASO DE NATUBA**

Jardel Jesus Santos Rodrigues, Fernanda Lima Almeida, Norma Suely da Silva

Pereira..... 296

**“NUNCA OS VIO, E NEM OS OUVIO LER”: ANÁLISE
PALEOGRÁFICA DE AUTORIA DE MANUSCRITO DO
CONTEXTO DA CONJURAÇÃO BAIANA (1798)**

Libânia da Silva Santos 317

**OS DOCUMENTOS MANUSCRITOS DE CENSURA EM
*APARECEU A MARGARIDA: INTERFACE PALEOGRAFIA,
FILOLOGIA E ARQUIVÍSTICA***

Emerson Ribeiro Maia Junior, Roberto Ney Araújo, Fabiana Prudente Correia 330

**RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES:
*LIVRO CEREMONIAL***

Perla Andrade Peñailillo, Alcía Duhá Lose 350

**UMA FAKE NEWS SETECENTISTA: O MANUSCRITO 512
ENTRE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA E SEU USO
PEDAGÓGICO**

Savio Queiroz Lima 358

**UMA IMAGEM É UMA IMAGEM, UM MANUSCRITO É UM
MANUSCRITO: APORIAS DA FIDEDIGNIDADE DA FOTOGRAFIA
PARA ESTUDOS PALEOGRÁFICOS E DIPLOMÁTICOS**

Giovane Santos Brito, Alícia Duhá Lose, Jorge Viana Santos 377

A PRIMEIRA DÉCADA DA ÁSIA, DE JOÃO DE BARROS: ESTUDO PALEOGRÁFICO E LINGUÍSTICO

Jane Keli Almeida da Silva¹
Américo Venâncio Lopes Machado Filho²
Risonete Batista de Souza³

INTRODUÇÃO

A Primeira Década da Ásia é uma obra impressa, publicada em 28 de junho de 1552, em Lisboa, na tipografia de German Galharde, renomado impressor francês que, ao trazer à luz importantes obras – como a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de 1536, de Fernão de Oliveira –, conquistou a posição de tipógrafo Real de Vossa Majestade, D. João III, o soberano que se dedicou a explorar terras situadas em África, em Ásia e no Brasil. German Galharde, ancorado nos recursos do rei, fixa duas importantes Casas Tipográficas, uma no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e outra na cidade de Lisboa.

A obra é caracterizada por seu teor histórico e historiográfico, apresentando dez livros com uma composição muito variável de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. E-mail: janekelialmeida@gmail.com.

² Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: americovenancio@gmail.com.

³ Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: risonetebssouza@gmail.com.

capítulos. Por exemplo, o primeiro livro tem 16 capítulos, já o segundo só traz dois capítulos e o terceiro, por sua vez, 12. Apesar disso, os referidos capítulos discutem a gênese dos descobrimentos pelo Oriente, tendo destaque, no primeiro livro, os capítulos que narram a história da invasão muçulmana na Península Ibérica; a célebre passagem de *Gileães* pelo *cabo Bojador*;⁴ a descoberta do *cabo Uerde* e das ilhas *Canárias*; a tomada da cidade de *Cepta* e a conquista da *Guiné*, porque tecem um panorama histórico sobre as conquistas iniciais de Portugal em toda a África. Destacam-se, nesse cenário, os primeiros desbravadores do Oriente, que não são tão conhecidos pela história oficial dos descobrimentos: *Antam Gonçalvez*; *Nuno Tristam*; *Gonçalo de Sintra*; *Ioam Gonçalvez*; e *Tristam Uáz*.

A elaboração da *Ásia* ancora-se em uma causa de ordem política, pois foi encomendada pelo rei D. Manuel I⁵ a João de Barros, homem criado em seu paço, que lhe provou considerável talento literário ao escrever a ilustre crônica do Imperador Clarimundo, em 1522, um texto significativo para a história de Portugal, uma vez que buscou justificar a gênese de suas dinastias. Dessa forma, o rei confiou-lhe que escrevesse uma obra extraordinária sobre os grandes feitos portugueses no Oriente, salvaguardando as memórias do Império em seus (re)descobrimientos.

Obviamente, o fito era político no sentido de a nação portuguesa dispor de uma obra que a valorizasse e a elevasse diante de outras potências ainda maiores no comércio marítimo, como foi a Inglaterra, que dispunha de muito mais recursos financeiros do que Portugal.

⁴ O Cabo Bojador, situado hoje no Saara Ocidental, indicava no século XVI o limite da costa africana, pois nenhuma embarcação conseguia ultrapassá-lo. O mundo marítimo estendia-se até o Cabo Bojador também conhecido como o Cabo do Medo. A passagem histórica de Gil Eanes possibilitará a exploração portuguesa por toda a África e, pouco tempo depois, pela Ásia.

⁵ Era o pai do príncipe herdeiro do trono, D. João III. Após a morte de D. Manuel I, o filho dá prosseguimento à colonização do Oriente.

Para tal desafio, João de Barros baseou-se em epístolas enviadas ao rei pelos colonizadores, com descrição das terras, dos povos e dos costumes; e em crônicas dos reis, elaboradas por homens, como Fernão Lopes – considerado o maior cronista de Portugal. Todavia, sua maior referência é Gomes Eanes de Zurara – quinto Guarda-Mor da Torre do Tombo, que teve a sorte, ou a má fortuna, de ser enviado a guerras, como a da tomada de Ceuta e a de Alcácer Ceguer, o que foi decisivo para que Portugal consolidasse suas relações comerciais em toda a África, monopolizando o comércio marítimo com os muçulmanos.

João de Barros, além de ser um homem inserido no paço, tinha um importante cargo profissional, inicialmente foi tesoureiro da Casa da Mina e Índia⁶ (1525) e depois, sendo promovido, passou a ser feitor da mesma Casa Ultramarina (1533). Por causa disso, teve acesso a informações sobre a presença portuguesa no Oriente, tendo contato com algumas cartas enviadas por *Dom Francisco Dalmeyda*⁷, *Afonso de Alborquerque*, *Nuno da Cunha e Lourenço de Cáceres*, aos reis D. Manuel I e D. João III. Mas é nas crônicas de Gomez Eanes de Zurara que João de Barros encontra sua maior inspiração para escrever uma obra monumental, valendo-se tanto do registro dos fatos, quanto da eloquência deles, o que faz da *Primeira Década da Ásia* um texto deveras histórico e literário, além de seu autor ser um homem do poder, ou melhor, um verdadeiro barão douto da elite portuguesa.

Desse modo, nas seções seguintes, apresentar-se-á um estudo de cunho paleográfico e linguístico, tendo como base a edição

⁶ Era a maior Casa Ultramarina de Portugal, situada na Corte, onde se tinha acesso a todo tipo de informação sobre as terras descobertas na África, na Ásia e no Brasil. A documentação consistia de cartas, tratados, relatórios, mapas, roteiros, entre outros.

Salienta-se, então, que João de Barros deve ter tido livremente acesso a todos esses documentos, além de ter mantido contato com os povos autóctones dessas regiões que vinham a Portugal.

⁷ Nas referências antropônimas e toponímicas, utilizam-se os formatos gráficos adotados pelo autor.

diplomática dos três livros primeiros da obra, a qual ancorou-se nas técnicas filológicas, e nos métodos da Linguística Histórica.

CARACTERIZAÇÃO PALEOGRÁFICA DA OBRA

O fac-símile da *Primeira Década da Ásia* (1552) tem duzentas e sessenta e cinco páginas, das quais três apresentam-se em branco e duas têm o carimbo da Biblioteca Nacional. Logo a seguir, pode-se observá-las.

Figura 1– Primeira página em branco



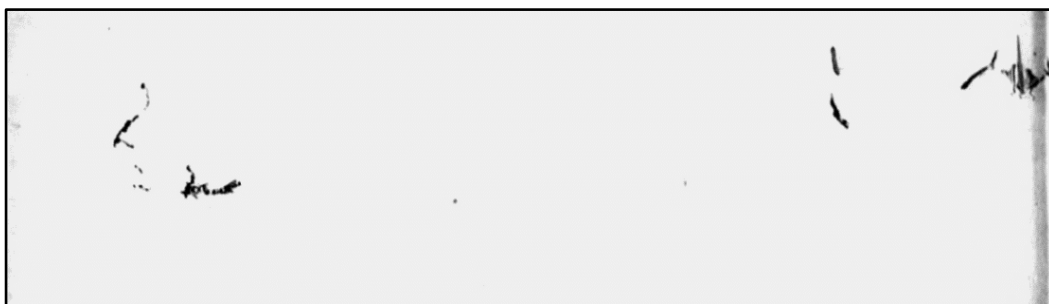
Fonte: BARROS, 1552, p. 2.

Figura 2 – Segunda página em branco



Fonte: BARROS, 1552, p. 6.

Figura 3 – Terceira página em branco



Fonte: BARROS, 1552, p. 14.

Buscou-se investigar, através do contato com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, qual seria a referência da numeração e qual seria o período do carimbo. Contudo, não houve resposta ao e-mail direcionado à Instituição no dia 30 de maio de 2019.

Existe um sistema de numeração por fólios, que se inicia na página 9, justamente no texto do prólogo. Entretanto, em razão de um erro tipográfico, o mesmo texto se repete na página 11, retomando também a numeração inicial. No total, constam cento e vinte e oito fólios, que são apenas registrados como rectos e apresentam, em sua maioria, sinais de agentes externos como traças, como se constata na figura 4.

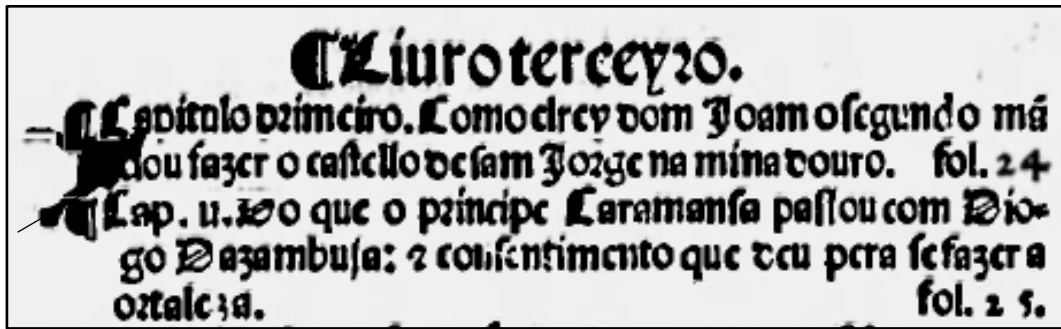
Figura 4 – Sinais de traças



Fonte: BARROS, 1552, p. 5.

Muitos desses fólios revelam danos maiores, como prováveis crateras de traças ou, quiçá, tinta derramada, o que, às vezes, compromete a leitura do texto, conforme se observa na imagem acima.

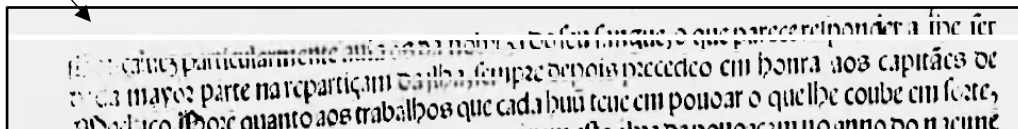
Figura 5 – Fragmento de fólho com sinais de agentes externos



Fonte: BARROS, 1552, p. 7.

Além disso, constata-se, no fac-símile, outros problemas, como vocábulos integralmente apagados e sempre atravessados por uma linha reta na horizontal; situação que se repete em muitos trechos da obra.

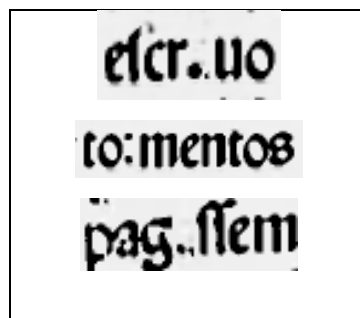
Figura 6 – Linha reta horizontal que apaga vocábulos



Fonte: BARROS, 1552, p. 24.

Outros problemas são identificados ao longo do texto, como se pode observar na figura 7:

Figura 7 – Vocábulos com letras faltantes, incompletas ou apagadas



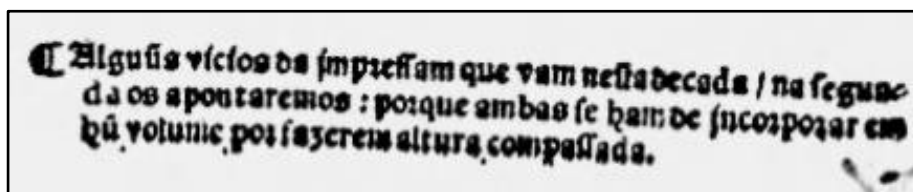
Fonte: BARROS, 1552, pp. 16-17.

São vocábulos recuperados por meio do contexto em que aparecem. Por exemplo, o primeiro item acima poderia ser lido como *escravo* ou *escrevo*, no entanto, a conjuntura em que ocorre é decisiva para que seja a primeira opção e não a segunda. Parece haver uma mancha de texto na letra *a*, tanto em *escr.uo*, como em *pag.ssem*, o que pode ter sido ocasionado por falha da prensa no momento de registrar as letras. Porém, somente um exame direto com os originais poderia identificar a causa do problema.

Outra questão é a repetição das páginas em que constam o *Prólogo* e a *Tavoada*, que é um índice com os capítulos da obra. A *Tavoada* inicia-se na página 7 e deveria se estender até a página 9, mas ocorre uma intercalação na página 8 com o texto do *Prólogo*.

Interessante destacar é que na própria *Tavoada* o editor reconhece que existem problemas de impressão e promete sua correção no segundo volume da *Ásia*, o que pode ser observado na figura 8.

Figura 8 – Advertência do editor sobre os erros de impressão



Fonte: BARROS, 1552, p. 8.

A própria errata, que se inicia da página 3 e se estende até a página 5, é, também, uma tentativa de correção dos lapsos, no primeiro e segundo volumes da *Década da Ásia*. Na edição diplomática, os problemas apontados têm sido retificados no texto e cada correção é sinalizada em itálico e em nota de rodapé.

Figura 9 – Fragmento da Errata da *Primeira Década da Ásia*

**Erros que se cometeram em a primeira década em a impressão / e
alij inadvertencia do corrector: e nota que a letra
B. significa a volta da folha.**

diuidamente	fol.	1.	bcuidamente	percirã	fol.	78	peteira
caatira	fol.		cl:aracteres	tonces	fol.	80.b.	tenes
uste multiplicado	fol.		multiplicando	expirimentado	fol.	83.b.	experimentado
exramen	fol.	3.	exemes	paratos	fol.		apparatos
competencia	fol.		competencia	permetia	fol.		permetia
accacite	fol.	4.	ascen dente.	nomozado	fol.	86.	namozado
dasoito.	fol.		vezlto	repaitcam	fol.		repartcam
Abuedenosoz	fol.		Abuebodonosoz	cafallos	fol.	86.b.	castellos
Woleto	fol.		Zoleto.	efluo	fol.	86.b.	efluo
Zurrique	fol.		Zurrique	ce rauctas	fol.	89.b.	caruclat
prapas a quentes	fol.	1. b.	quentes	alegrado	fol.	90.	alegado
infante	fol.	b.	infante	chagado	fol.		chegado
honrado	fol.		honrado	tamb.	fol.		tambem
Zbolomeu	fol.		Zbolomeu	port	fol.	90.b.	porto
dispoicam	fol.	b.	dispoicam	afia	fol.		afia
mbor	fol.		mbor	foxodeo	fol.	93	serodeo
Inglaterra	fol.	7.	Inglaterra	impotrar	fol.	93.b.	impotrar
antradas	fol.	8.	antradas	ethopas	fol.	95.	ethopas
requirdas	fol.	b.	requirdas	de pallada	fol.	91.b.	de pallada
publicamente	fol.		publicamente	noueda parte bonote	fol.		tres da mesma

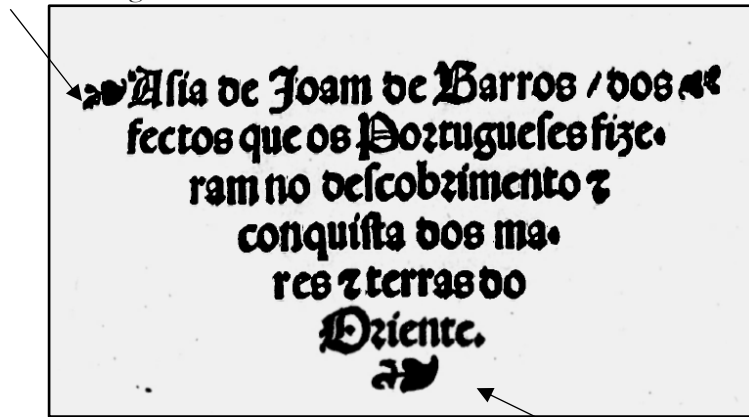
Fonte: BARROS, 1552, p. 3.

Portanto, adverte-se que somente com o acesso aos “originais” seria possível analisar paleograficamente a natureza dos problemas das imagens, constatando com segurança se são provenientes do processo de impressão ou de qualquer outra ordem.


O que se pode concluir, através da análise paleográfica que foi possível, é que o fac-símile utilizado na edição diplomática não se encontra em boas condições, o que ocasionou muitas dificuldades de leitura no trabalho de transcrição.

No que tange à ilustração, verifica-se apenas um pequeno elemento decorativo na obra presente nas rubricas, como se pode apreciar abaixo.

Figura 10 – Título da *Primeira Década da Ásia*

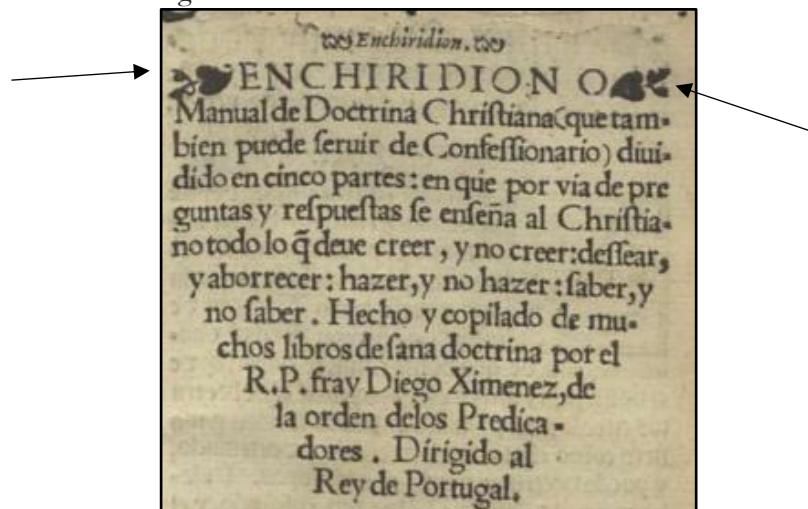


Fonte: BARROS, 1552, p.1

O elemento decorativo ou ilustrativo  deve representar um valor para o texto, talvez seja expressivo às obras de João de Barros, pois ocorre em outros textos do autor, como a *Cartinha*, os *Diálogos* e a *Grammatica da lingua portuguesa*.

Não obstante, um levantamento inicial permitiu identificar que o mesmo elemento ocorre em pelo menos duas obras, publicadas na Casa Tipográfica da German Galharde, conforme se observam nas figuras 11 e 12.

Figura 11 – *Manual de Doctrina Christiana*.



Fonte: JIMENEZ ARIAS; 1552, p. 5.

Disponível à consulta, sob o endereço < <http://purl.pt/23246>>, no site da Biblioteca Nacional de Portugal, em idioma castelhano, a obra saiu da prensa de German Galharde no mesmo ano de publicação da *Primeira Década da Ásia* (1552).

Figura 12 - *Exemplo pera bien biuir: las sietecientas del docto & noble cauallero Fernan Perez de Guzman las quales son bien scientificadas y de grandes & diuersas materias & muy prouechosas* (1564)



Fonte: PEREZ DE GUZMAN; 1564, p. 5.

Também no idioma castelhano, a obra está arquivada no endereço <http://purl.pt/14848> e foi publicada pouco tempo depois da *Ásia*, em 1564, na mesma Casa Tipográfica de German Galharde.


Logo, o elemento ilustrativo  estava disponível à decoração de algumas obras impressas na tipografia de Galharde, entretanto não deveria ser exclusividade sua, haja vista o editor Luís Rodrigues também utilizar o mesmo elemento na impressão de outros textos de João de Barros, como a *Cartinha*, os *Diálogos* e a *Grammatica*, o que corrobora a presença da ilustração nas principais tipografias da época. A ilustração, ainda, assemelha-se a uma folha de videira, como se pode ver na figura 13.

Figura 13 – Plantação de videira



Fonte: google imagens.

No que concerne às abreviaturas do *corpus*, sua ocorrência no geral é pouco frequente, o que já caracteriza o período em que a obra se insere, o século XVI, marcado pelo desenvolvimento da tipografia de Gutemberg em Portugal. Dessa forma, a única abreviatura que ocorre no documento é o *q* (que), extremamente recorrente em todo o texto.

Em relação à letra do fac-símile, pode se afirmar que os caracteres tipográficos do século XVI eram comumente gótico e humanístico. Higounet (2003, p. 140) acredita que a




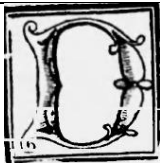









[...] escrita gótica se tornou uma escrita cursiva, caracterizada não apenas por seus traços angulosos, mas também pela ligadura das letras em si e, por vezes, pela disjunção de seus traços.

A letra gótica é mais expressiva na *Primeira Década da Ásia*, embora se possam identificar já algumas letras com traçados da escrita humanística, que se configura como

[...] uma escrita suave, traçada com penas pontudas, fortemente inclinada para a direita (escrita 'pendente'), com todas as letras de uma mesma palavra unidas. (HIGOUNET, 2003, p. 144).

Como amostra dos tipos das letras, observe-se, a seguir, as capitulares ornamentadas, as maiúsculas e as minúsculas.

Quadro 1 – Algumas capitulares identificadas no *corpus*

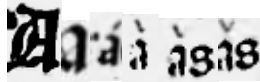




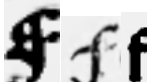
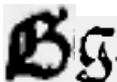



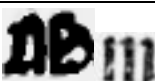
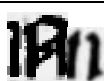
A	C	C
		
D	E	F
		
I	N	O
		
P	P	S
		
T		
		

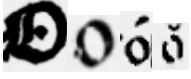




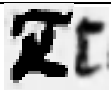


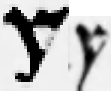
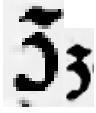
Fonte: BARROS, 1552.

Há de se constatar, no quadro anterior, que algumas letras capitulares são mais ornamentadas do que outras, como, por exemplo, a letra *C*, que apresenta dois estilos, um mais ornamentado e o outro nem tanto. Mesma situação se verifica com a letra *P*; além disso merecem destaque as capitulares *C*, *E*, que se assemelham muito com a capitular *A*.

Enquanto isso, a letra maiúscula *F* aproxima-se muito mais da letra *E*. A capitular *A* é muito semelhante com a maiúscula *N*. Todas essas aproximações causam erros de leitura se o editor não estiver atento aos diferentes estilos das capitulares ornamentadas. Outro aspecto ainda a se pontuar é que a ornamentação das maiúsculas é uma herança, sem dúvida, da tradição manuscrita dos textos, que como se vê perpassou os impressos embora de forma mais amena.

Quadro 2 – Letras maiúsculas e minúsculas



A a	B b	C c
		
D d	E e	F f
		
G g	H h	I i
		
L l	M m	N n
		
O o	P p	Q q

		
R r	S s	T t
		
U u	V v	Y y
		
Z z		
		
J j		

Fonte: BARROS, 1552.

Dentre as letras representadas no quadro anterior, acrescentam-se as geminadas minúsculas: *mm*, *ll*, *ss*, *rr*, uma herança latina nos textos impressos portugueses, que atravessou toda a tradição manuscrita. Nesse contexto, inserem-se o *s* e *j* longo como herança da escrita carolíngia medieval. Parelelo a isso, há o surgimento de letras da escrita Renascentista, como a ramista *v*, que é empregada sempre no início dos vocábulos, com valor consonântico e a ramista *j* usada já como consoante na posição inicial e como vogal dentro do vocábulo.

Algumas letras merecem advertência porque são muito semelhantes, como o *H* e *P*, *L* e *T*, *U* e *N*, *S* e *F* e, por isso, causaram inicialmente problemas de leitura que foram corrigidos à medida em que se editava e conhecia mais o *corpus*.






As letras (B)  e (G) , sem dúvida, apresentam contornos mais difíceis de se distinguir e, por causa disso, ocasionaram muitos

problemas de interpretação, que foram sendo resolvidos ao passo em que se depreendia a ínfima diferença entre seus contornos.

CARACTERIZAÇÃO LINGUÍSTICA

No que se refere aos aspectos linguísticos, ressalta-se, *a priori*, que a pontuação do texto é marcada pelo caldeirão medieval para sinalizar o início do parágrafo, pelo *coma*; pela *uerga* ou *uirgula*; pelo *cólo*; e pelos *parentesis*⁸. Salienta-se, ainda, que todos esses sinais de pontuação são dispostos de maneira ilhada no texto da *Primeira Década da Ásia* e, por isso, optou-se na edição diplomática por conservar a pontuação tal como se apresenta.

Quadro 3 – Sinais de pontuação apresentados na *Primeira Ásia*

caldeirão medieval	Coma	uerga ou uirgula	Cólo	parentesis
				

Fonte: BARROS; 1552, p. 9.

Outro ponto relevante são os diacríticos identificados na *Primeira Década da Ásia*, que são utilizados sobre e sob as vogais. Antes de apreciá-los, convém revisar o quadro vocálico do português no século XVI, tendo como base os dois primeiros gramáticos da língua portuguesa.

⁸ Cabe, aqui, salientar a importância de um estudo aprofundado sobre os sinais de pontuação no *corpus*, que deve ter como referência o texto *A pontuação em João de Barros: preceitos usos* (MACHADO FILHO, 2002).

Quadro 4 – O sistema vocálico segundo a perspectiva de Fernão de Oliveira

Na nossa li^ogua podemos diuidir âtes e neçessario que diuidamos as letras vogaes ã grandes e pequenas como os gregos mas nã ja todas porq^o e verdade que temos **a grande** e **y pequeno**: e **e grande** e **e pequeno**: e tambẽ **o grãde** e **o pequeno**. Mas nã temos assi diuersidade ã .i. nem .v.

Fonte: OLIVEIRA, 1536, p. 173.

Quadro 5 – O sistema vocálico segundo a ótica de João de Barros

AS **vogáes** sam áaeeióou. Chamam-se éstas lêteras **vogáes** porque cada ãa per si, sem ajuntamento de outra, fáz perfeita vóz, e, trocádamente, ãas com as outras, fázem estes sete ditongos: ai, au, ei, eu, ou, oi, ui. **Á**, que é a nõssa primeira lêtera do A B C, tem duas figuras: ãa, deste **á que chamamos grande** e outra do **pequeno**. Ambos sêrvem em composiçám de diçoes e cada um tem seu ofiçio. O primeiro tem quãtro ofiçios: sêrve por si só de **preposiçám**, per semelhante exemplo: Quando vou à escóla, vou de boa vontáde. E sêrve de **verbo** na terceira pessoa do singular deste verbo: [h]ei, [h]ás, como quando dizemos: [H]á tanto tempo que vos nam vi, que já vos estranháva. E sêrve de **interjeiçám** per este exemplo: A[h] má cousa, por que fázes isso? E quando sêrve no quãrto ofiçio em composiçám com as outras lêteras é per os exemplos açima ditos e quer a sua prolaçám com hiãto da boca. **A pequeno** tem três ofiçios: sêrve per si só de **artigo feminino** e de **relativo do mesmo género** e em composiçám de outras lêteras. De artigo, como: A matéria bem feita apráz ao méstre. Sêrve de relativo per semelhante exemplo: Éssa tua palmatória, se â eu tomár, far-te-ei lembrar ésta régra. E entám tem neçessidãde daquele espírito que lhe vês em çima pera diferença dos outros ofiçios. Em composiçám: O temor de Deus fáz bãa conçiência. **É grande** tem dous ofiçios: sêrve per si só de **verbo** na terceira pessoa do número singular do verbo: sou, és, é; e dizemos: Ésta árte é emprimida em Lisboa. E sêrve em composiçám de dições: A nossa fé nos [h]á-de salvár. **E pequeno** tem outros dous ofiçios: sêrve per si só de conjunçám em vóz, per semelhante exemplo: Tu e eu e os amigos da pátria louvamos a nossa linguagem. E, quando sêrve em composiçám de dições, dizemos: António lê. **I pequeno** sêrve em totalas dições amparãdo de ãa parte e doutra com lêtera consoante, tirando algũas sílabas que se quêrem remissas, nam feridas, onde sêrve **y grego**, como veremos em seus exemplos. Tem mais este i outro ofiçio: sêrve de verbo no módo imperativo, como quando dizemos: Í vós lá, i vós diante — ô que tambẽm os latinos usáram. Segundo vimos, temos três ii déstas figuras: j longo, **i comum**, **y grego**. **Y grego** tem dous ofiçios: sêrve no meo das dições, às vezes, como: mayór, veyó. E sêrve no fim das dições, sempre, como: páy, áy, tomáy, etc. Este **ó grande** tem dous ofiçios: sêrve per si de interjeiçám pera chamár, como: Ó piadoso Deus, lembrai-vos de nós. E sêrve em composiçám das outras lêteras, como em estes nomes: mó, enxó, sóla, móstra, etc. E em pronomes: nós, nõsso, vósso; e [em] verbos: fólgo, pôsso; e isto em alguns tempos, cá dizemos: póde, que è presente e pôde que é pretérito. **O pequeno**, ainda que perdeu a pósse de dous ofiçios [em] que serve o ó grande ficãram-lhe três: sêrve per si só de artigo masculino, como:

O artigo é denotação da força do nome. E serve de relativo masculino per semelhante exemplo: Este livro sempre andar^á limpo se ^o guardárem bem.

Fonte: BUDESCU, 1971, pp. 370, 375-80.

Como se observa no quadro 5, Fernão de Oliveira apresenta oito vogais, classificadas em grandes e pequenas e representadas por fonemas diferentes. No quadro 3, João de Barros, também, traz oito vogais, mas as diferencia pela marcação do diacrítico, o que é uma inovação de sua escrita para a época.

Considerando as vogais <a, e, o>, por receberem diacríticos em alguns casos, sistematizaram-se os dados, no quadro 4, a fim de melhor depreender os critérios de uso dos diacríticos do autor.

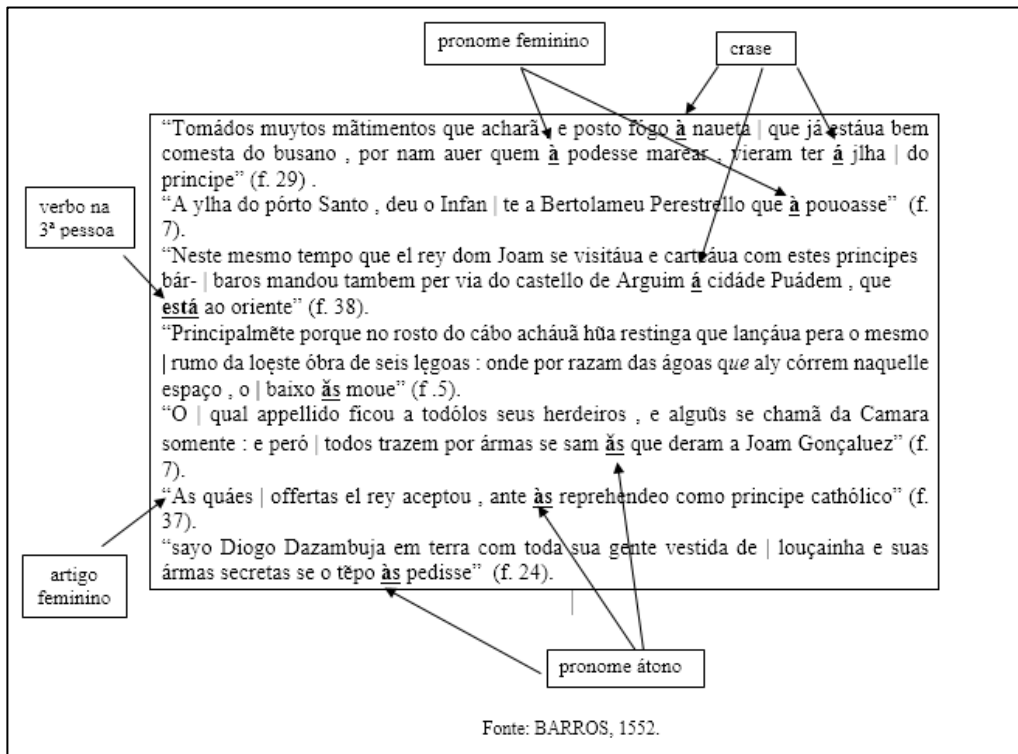
Quadro 6 – Representação das vogais

vogal	Ofício	representação gráfica
<á> grande	abertura da vogal preposição (à)	Á à
	verbo haver na 3 ^a pessoa do singular interjeição	á a
<a> pequeno	artigo feminino	a
	pronome feminino	ă(s)
<é> grande	abertura da vogal	é
	verbo na 3 ^a pessoa do singular (é)	é
<e> pequeno	conjunção.	e
<ó> grande	abertura da vogal interjeição	ó ó
	sinaliza o tempo verbal presente e o pretérito	ó
<o> pequeno	artigo masculino pronome masculino	o ō, ōs

Fonte: BUDESCU, 1971.

Buscou-se investigar no *corpus* a aplicabilidade dos diacríticos de João de Barros, com vistas a verificar se o autor é coerente no emprego de suas regras.

Figura 13 – Aplicação dos diacríticos sobre <á> grande e <a> pequeno



Os dados do quadro acima comprovam que há variação na aplicação dos preceitos de João de Barros quanto ao uso do diacrítico sobre <á> grande e <a> pequeno. Observe-se que o diacrítico ã pode referenciar tanto a crase (para ele é preposição), como também pronome feminino. Isso mostra-se mais evidente quando o diacrítico é aplicado sobre o as; todas as ocorrências referendam a marcação de pronome e não da preposição como sugeriu o autor.

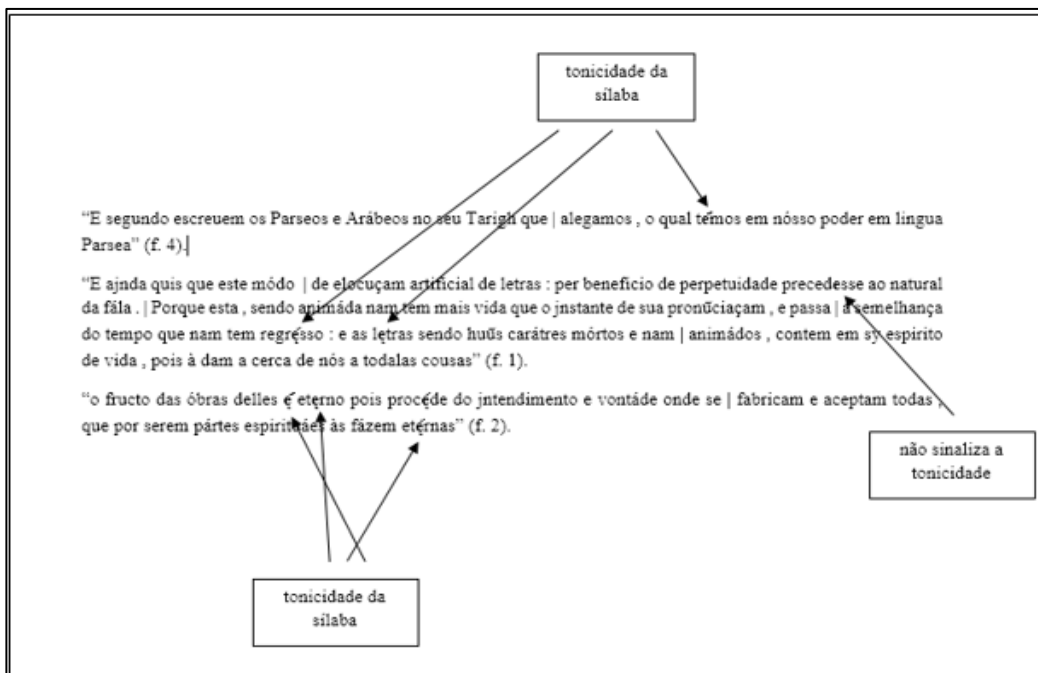
Outro aspecto que merece comentário é que <a> grande sinaliza a abertura da vogal e parece, também, marcar a tonicidade da sílaba,

o que comprova a habilidade de João de Barros em apreender a prosódia do português.

De fato, <a> pequeno é aplicado na marcação do pronome feminino, como preceituou Barros, tendo recursividade trinta e cinco vezes no *corpus* e sua ocorrência como artigo não é marcada com diacrítico, estando coerente a aplicação da regra.

No que concerne ao diacrítico sobre a vogal *e*, têm-se os seguintes preceitos e usos, conforme o quadro 8.

Figura 14 – Diacríticos sobre/sob <e> grande



Fonte: João de Barros, 1952.

Conforme os dados evidenciados no quadro 8, <é> grande marcaria a abertura da vogal, o que muitas vezes está associado à tonicidade da sílaba, como ocorrem nos vocábulos *teçemos*; *eteçrno*; *proçeçde*; *eteçrnas*; *regreçsso*; *leçtras*.

Contudo, como se vê, acima, nem sempre o autor registra a abertura da vogal com o diacrítico, é o que acontece com os vocábulos

benefício; *perpetuidade*. *Letras* ocorre sem diacrítico e, depois, com o diacrítico apenas sob a vogal: *letras*.

Ao longo de todo o *corpus*, a variação de uso do diacrítico sob (e), e sobre/ sob (ė) apresenta-se muito recorrente, todavia o autor não explica se há alguma coerência nessa aplicação.

A seguir, serão estudados o preceito e o uso do diacrítico sobre <ó> grande e <o> pequeno, de acordo com os resultados identificados no quadro 9.

Figura 15 – Diacríticos sobre <ó> grande e <o> pequeno

abertura da sílaba

“Todalas cousas muyto poder^óso Rey e senhor n^óssso , tem tanto amor a con | seruaçam de seu próprio ser : que quanto lhe é possiuel , trabálham em seu m^ó | do por se fazerem perpétuas” (f. 1) .

“Mas aprou- | ue ã diuina miseric^órdia que este açoute de sua justiça , tornásse l^ógo atrás daquelle impeto de vi- | t^órias” (f. 4).

“E procedêdo estas vit^órias em recobrar Espanha per discurso de trez^ótos | quorenta e tantos annos” (f. 4).

“DEpois que el rey dom Joam de glori^ósa mem^ória o primeiro deste nome | em Portugal , per força darmas tomou a cidade Cepta aos mouros na | passagè que fez em Africa : ficou o Infante dô Anrique seu filho terceiro g^ó- | nito , muyto mais dese^óso de fazer gu^óerra aos infi^óes” (f. 5).

“Pois estando este nouo Miralmuminim cõ potencia | em estado e numero de gente , feito outro Nabucdenósor pera castigo do pouo de Espanha : | totalmente seu filho Ulid que ã socedeo em nome e poder se fez senhor della” (f. 4).

artigo

pronome masculino

Fonte: BARROS; 1552, pp. 10-12.

<ó> grande é utilizado para marcar a vogal aberta como se vê nos vocábulos: *poder^óso*; *n^óssso*, *pr^óprio*, *m^ó | do*, *l^ógo*, o que coincide com a tonicidade da sílaba. No entanto, outros itens que deveriam ser sinalizados com o diacrítico não são, como o caso de *misericórdia*, *vitorias*, *desejoso*. Quanto à aplicação do preceito como pronome masculino, todos os exemplos no *corpus* corresponderam ao critério.

Portanto, no que tange aos diacríticos do autor, constata-se a falta de aplicação dos critérios em alguns casos, marcando a não aplicabilidade da regra quando deveria, obrigatoriamente, ser aplicada. Desse modo, as vogais com diacríticos são consideradas pela Lexicografia Histórica como variantes das sem diacríticos, mas não necessariamente correspondem a valores linguísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conjugado da Paleografia com a Linguística Histórica foi profícuo, haja vista, desse modo, ter-se depreendido mais o *corpus* elegido, ou seja, os três livros iniciais, que compõem uma obra monumental, que é a *Primeira Década da Ásia*. Mais sete livros faltam ser editados e, com eles, o estudo paleográfico-linguístico será ampliado a fim de se “esgotar” as possibilidades do texto e da língua na investigação de doutoramento.

REFERÊNCIAS

BARROS, João de. **Asia de Joam de Barros dos fechos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1552.

BARROS, João de. **Chronica do emperador Clarimundo**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1522.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1540

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramática da língua portuguesa, de João de Barros**. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1971, p. 1, 3-5, 292, 311, 317, 370, 375-380.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 10. ed. São Paulo: Parábola, 2003. p. 140, 144.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. A pontuação em João de Barros: preceitos e usos. *In*: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, MACHADO FILHO, Américo Venâncio (org.). **O Português quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002, pp. 351-366.

OLIVEIRA, Fernão de Oliveira. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1536, p. 173.

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE AUTOS DE PARTILHAS MANUSCRITOS GOIANOS DO SÉCULO XIX

Maria Gabriela Gomes Pires¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O propósito deste artigo é realizar sucintas considerações de cunho paleográfico a respeito de três processos judiciais, do gênero auto de partilha, publicados no decorrer dos idos oitocentistas, na cidade de Catalão (GO), no almejo de dar a conhecer um pouco sobre os princípios da prática de escrita goiana na região, uma vez que Catalão originou-se como Arraial, Vila e Cidade no século XIX, como uma das partes significativas da região de Goiás no período colônia.

Teceu-se o trabalho na convicção de que os documentos manuscritos mostram-se como um profícuo repositório de saberes cristalizados na forma de signos linguísticos e arquivados em escrita à mão. Para ilustrar o proposto, foi selecionado para análise três documentos lavrados nas três décadas que Catalão esteve consagrada como Arraial, Vila e Cidade, pertencentes à comarca de Santa Cruz,

¹ Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: piresmgg@gmail.com.

nos dois primeiros estágios, e a comarca de Catalão, no último estágio, lavrados nos anos de 1824, 1851 e 1878, respectivamente.

Este texto foi estruturado em três partes: constou-se um pouco sobre a origem e acesso aos manuscritos e justifica-se a importância do trabalho com o gênero textual utilizado – autos de partilhas – para não apenas os estudos concernentes à caligrafia, mas para o conhecimento que por eles são contados; discorreu-se sobre as edições fac-símiles e semidiplomática aplicadas no tratamento de transcrição do material; e apresentou-se algumas pontuações de cunho paleográfico – o alfabeto, o tipo e dimensão das letras e os aspectos ortográficos – sem, contudo, divulgarmos uma análise exaustiva, em razão da quantidade de fólios e da necessidade de outras observações mais cuidadosas, evitando que detalhes não passem despercebidos, pois se trata de uma pesquisa paleográfica em andamento.

O MATERIAL UTILIZADO: AUTOS DE PARTILHAS OITOCENTISTAS CATALANOS

Os manuscritos utilizados estão constantes no arquivo do Fórum da Comarca de Justiça de Catalão e do acervo digital do Laboratório de Estudos de Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALÉFIL), da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. As digitalizações são resultados do projeto *Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás*, coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena de Paula, com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

De acordo com Palacín (1994), Catalão foi descoberto por volta de 1722, com a passagem das Bandeiras comandadas por Bartolomeu Bueno Silva, durante o ciclo do ouro. Paula (2005) informa que nesse

período a região não se configurou com terras auríferas, mas como um estratégico itinerário para os polos de mineração localizados nas vilas do sul de Goiás e, principalmente, como um favorável Pouso para a hospedagem das bandeiras que encontraram terras fecundas para o cultivo agropecuário.

Findado o ciclo do ouro, Catalão, assim como no restante da região Goiana, formou-se com ajuda dos fazendeiros que aqui ficaram após a passagem das bandeiras e com a criação de uma capela que encetou a formação do arraial (sem data específica), em seguida Vila (em 1833) e, por fim, o município de Catalão (em 1859), como sugerem alguns pesquisadores/autores, como Azzi (1937) e Palacín (1994).

De acordo com as informações desses autores, a passagem de categoria de arraial para vila de Catalão perpassou a vigência da república e o último ano do império. O município, nesse período, já se dispunha de uma configuração urbana, como cartórios, igreja etc., isto é, as primeiras instituições responsáveis pelas primeiras produções caligráficas da região. É importante mencionar que, provavelmente, existiam as produções caligráficas de cunho pessoal e da área de correspondência, elaboradas pelos residentes da época, mas, por se tratar de produções individuais, não se tem registro delas. Sendo assim, as produções manuscritas mais próximas de acesso que temos hoje são as elaboradas pelas instituições mencionadas.

Optou-se pelos processos de autos de partilhas, pois são produções judiciais exaradas em linguagem diplomática, elaboradas em conformidade com os gêneros promulgado pelas Ordenações das Filipinas (1870), bem como por instituições e indivíduos do âmbito forense, que apresentam características que, em sua gênese, possuem o poder de atribuir autenticidade e veracidade ao conteúdo descrito. Deste modo, pode-se conjecturar que são escritos por pessoas com

formações na área e domínio de escrita, como os tabeliães, juízes e outros. Além do mais, esse tipo documental corrobora várias pesquisas sobre como uma importante fonte pode contribuir para a reconstituição da História do Brasil, desde o século XVI até o presente, como explica Lima e Silva (2010).

O auto de partilha de 1824 (doravante Ms1) foi manuscrito na fazenda dos Casados, do Arraial de Catalão, pelo escrivão João Pedro Barbosa, para inventariar os bens deixados por Jose Manoel Martins. Esse códice é composto por 06 fólios, em recto e verso. O livro manuscrito do ano de 1851 (doravante Ms2) foi lavrado na fazenda do Fazenda do Retiro, Vila do Catalão, pelo escrivão de órfão Camilo Jose de Oliveira Novaes. Nele, é narrada a repartição dos bens entre os herdeiros do falecido Claudio Francisco Ferreira. Esse códice é composto por 44 fólios, em recto e verso. O processo de 1878 (doravante Ms3) foi exarado pelo escrivão de órfão Isaac Lange da Cunha, que narrou a repartição dos bens entre os herdeiros de Francisco José de Carvalho. Esse códice é composto por 55 fólios, em recto e verso.

O TIPO DE EDIÇÃO UTILIZADA

Quando se pretende realizar pesquisas acerca de manifestação da língua em usos pretéritos e, conseqüentemente, da história, faz-se necessário delimitar os seus campos de observação acerca do *corpus* preexistente, uma vez que não existia outra maneira de se pesquisar uma língua passada que não fosse a textos escritos. Por este motivo, antes de tudo, foi necessário consultar obras que discorressem sobre a língua portuguesa escrita no Brasil colônia, no século XIX, e que se referiam à temática dos documentos, como: os documentos judiciais

que regem a sua estrutura, as Ordenações Filipinas; alguns dicionários históricos, como Morais Silva (1813); e pesquisas que também trabalharam com manuscritos do mesmo período, como os trabalhos de Cambraia (2005), Andrade (2010), entre outros, para em seguida proceder as leituras e transcrições de um texto.

A função de uma edição tem a profícua função de manter perpétua a história que é contada pelo testemunho, por isso, como velhos autores já justificavam, como Silva Neto (1976, p. 15), ao se republicar a língua pretérita, que em sua gênese é uma expressão da cultura, está-se cooperando para o publicar contínuo de uma herança social, uma vez que “[...] a história da língua e parte integrante da história da cultura”. Ademais, ao se promover a segunda versão da edição documental, que acontece em materiais atuais, sobretudo o digital, está-se contribuindo também para a preservação do original, que pode ser deixado de consultado ou diminuído a sua quantidade de acesso.

A partir dessas considerações, verifica-se o quão bem cuidado devem ser as edições de um texto. Para auxiliar os pesquisadores, vários estudiosos debruçam-se na elaboração de normas que deem conta de cumprir esses propósitos. Cambraia (2005) descreve os tipos principais: a edição *fac-similar* ou mecânica, feita viés instrumentos mecânicos, como fotografias, permitindo que o editor manuseie com mais liberdade o material, sem contribuir para a deterioração mais rápida do original; a *diplomática*, que se imputa de fornecer uma transcrição tipográfica do manuscrito, buscando ser o mais completa possível, como se fosse uma cópia do original, por isso mantém a grafia, abreviações, ligaduras, lacunas, erros etc., isto é, todos os pormenores possíveis dos manuscritos; a *semidiplomática* ou *paleográfica*, que almeja também reproduzir uma transcrição fiel do

original, mas com pequenas ressalvas assinaladas, que ajudem os leigos ou não habituados com a língua da época do material a compreender o conteúdo; e, por fim, a *crítica*, que corresponde à transcrição final de um testemunho após confrontar os seus apógrafos, no propósito de reconstituir a última vontade do seu autor.

Ainda de acordo com Cambraia (2005), é com base nesses tipos de preposições, nos objetivos de pesquisas e no público para quem o material final será destinado que o editor deverá escolher o tipo de edição, uma vez que improvavelmente uma mesma edição pode ser apropriada para díspares públicos.

Os manuscritos que aqui estão sendo descritos foram transcritos pela égide das normas da semidiplomática, postuladas em Megale e Toledo Neto (2005), pois esse tipo de transcrição prima pelo conservadorismo da língua, preservando o seu estado no período que o documento foi lavrado, porém permitindo que o editor faça algumas intervenções, mas com assinalações. Os principais critérios adotados nessas normas foram a preservação dos sinais pontuação, paragrafação, translineação, além das fronteiras de palavras. As abreviaturas foram desenvolvidas, mas assinaladas em itálico, permitindo ver o que foi suprimido. As edições dos *corpora* foram realizadas numa pesquisa de mestrado, intitulada *De bens de herança a bens culturais: um estudo linguístico de autos de partilhas oitocentistas de Catalão-GO*. Neste trabalho, optou-se por essa versão da semidiplomática, pois um dos almejos do trabalho foi realizar um descritivo de língua, pelo viés da Lexicologia, dos bens materiais que foram arrolados nestes materiais.

As principais características deste modelo de normas para edição é que além de ser adequada para a consulta do público científico, também ajuda o leitor, especialmente os que não possuem

prática com leitura de manuscritos, na difícil tarefa de decifrar as grafias do original. As transcrições e os fac-símiles podem ser consultados na pesquisa de mestrado mencionado nos trechos anteriores e/ou no acervo do LALEFIL.

Informar sobre as normas filológicas que auxiliaram na interpretação e transcrição do material faz-se necessário, pois, como explica Fachin (2008), oportuniza que as conclusões do material possam ser investigadas também por outros pesquisadores.

PALEOGRAFIA: BREVES COMENTÁRIOS

Como dito acima, os estudos filológicos em registros escritos, especialmente os manuscritos, dão a conhecer os inúmeros aspectos linguísticos, sociais, políticos e culturais de uma determinada época, contribuindo para as mais diversas áreas de conhecimento, tais como a Antropologia, a História, a Sociologia, a Linguística, entre outras, sendo indispensável, para isso, o trabalho da edição. A edição é um método eficiente de disponibilizar um texto que servirá de matéria para porvindouras pesquisas nas mais diversas áreas, além de, sobretudo, colaborar para o conhecer de um determinado momento sócio histórico.

Todavia, como bem explica Spina (1994), por ser uma ciência que trabalha com os textos em geral, quase sempre é necessário recorrer a outras ciências auxiliares que permitam compreender a conjuntura dos textos, tais como: a História, a Gramática, a Linguística, a Paleografia, a Codicologia, dentre outras.

Sendo assim, para alçar a edição mais fiel possível, faz-se necessário o editor conhecer acerca da escrita/letras na época que o documento foi lavrado, tarefa que compete a Paleografia, por isso é

seu domínio identificar a datação, a decifração, a origem, a interpretação das grafias, dentre outros aspectos gráficos inerentes aos manuscritos.

Essa disciplina complementar à Filologia, de acordo com Spina (1994, p. 24), é “[...] o estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível (papiro, pergaminho e papel)”. Em concordância ao excerto, Azevedo Filho (1987) acresce que também é função da paleografia estudar a mudança ou a transformação dos tipos gráficos. Cambraia (2005, p. 23-24) nos chama a atenção para o fato de que “[...] para se fixar a forma genuína de um texto, é necessário ser capaz de decodificar a escrita que seus testemunhos são lavrados”.

As informações gráficas são alicerçadas na investigação e catalogação das formas de escrita concomitante à datação e à localização de proveniência (SPAGGIARI; PERUGI, 2004). Sendo assim, para ler um documento, é necessário, mesmo que de forma sucinta, que o editor considere as questões paleográficas que, como dito, auxiliarão na decodificação gráfica, como também na identificação da legitimidade do material, tão importante para o conhecimento de um fato histórico. A este respeito, Acioli (1994, p. 5) complementa explicando e corroborando que a Paleografia é, a princípio,

[...] um instrumento de análise do documento histórico. Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos.

Essas informações são de essencial importância para a compreensão da leitura das grafias utilizadas nos manuscritos, evitando lacunas resultantes da ortografia da época ou da forma gráfica utilizada. Para isso, de acordo com Cambraia (2005), é importante que alguns aspectos essenciais sejam identificados, tais como: a localização e datação da feitura do documento, a morfologia da letra, o *ductus* e o sistema abreviativo. É preciso, ainda, que o editor apresente os pontos de dificuldades na leitura e as soluções acatadas para saná-las.

Abaixo, apresentam-se algumas observações de cunho paleográfico a respeito dos autos de partilhas descritos acima.

TRAÇADO DAS LETRAS: O ALFABETO

Durante a primeira leitura, como é proposto por vários estudiosos da área, inclusive Fachin (2008), foi elaborado o alfabeto do documento, pois é uma das fases essenciais para a leitura e transcrição bem feita de qualquer manuscrito, sobretudo os que possuem grafia de decifração complexa.

Sendo assim, a seguir, dispõem-se das letras maiúsculas e minúsculas, em ordem alfabética, encontradas nos três autos de partilhas (Ms1, Ms2 e Ms3). As maiúsculas foram recorrentes em palavras que iniciavam os parágrafos e em palavras que nomeavam topônimos, antropônimos e, às vezes, as que descreviam os cargos dos envolvidos no processo, especialmente os juízes. Por questões de espaço, não se elaborou uma apreciação quanto a sua posição inicial, medial ou final nas palavras.

Quadro 1 - Letras maiúsculas e minúsculas, em ordem alfabética, encontradas nos três autos de partilhas

Trans-crição	Ms 1		Ms 2		Ms 3	
	Maiúsculas	Minúsculas	Maiúsculas	Minúsculas	Minúsculas	Minúsculas
A - a						
B - b						
C - c						
D - d						
E - e						

F - f						
G - g						
H - h						
I - i						
J - j						
L - l						

M - m						
N - n						
O - o						
P - p						
Q - q						
R - r						
S - s						

						
T - t						
U - u						
V - v						
X - x						
Y - y						
Z - z						

TIPOS DE LETRAS: ALGUNS COMENTÁRIOS

Como ocorre com a maioria dos textos de cunho jurídico escritos à mão, há inúmeros casos de alógrafos no decorrer dos textos, haja vista que existem diversos punhos que intervêm ao longo do

processo, como os dos juízes, dos avaliadores, dos tabeliães etc. Há ainda, por exemplo, no Ms3, a inserção de outros documentos, como comprovantes de pagamento, inserção de declarações da igreja, matrículas de escravos, comprovantes de pagamento dos avaliadores dos bens etc., que foram redigidos por outras pessoas. Todavia, o mais frequente é a grafia do escrivão de órfãos, por isso, como dito, optou-se por analisar neste apenas ela. A seguir, um quadro com a descrição dos escrivães e dos fólhos em que aparecem as suas grafias.

Quadro 2 - Descrição dos escrivães e dos fólhos que aparecem as suas grafias

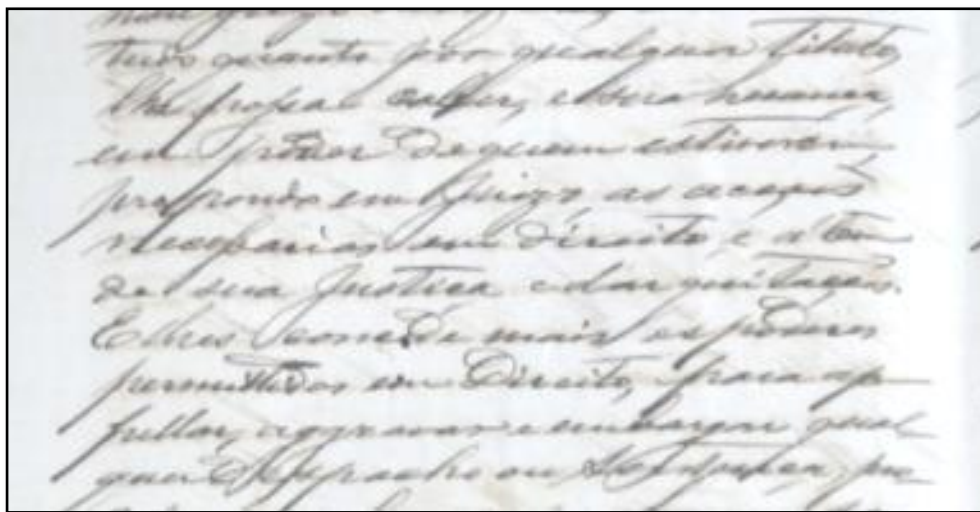
Ano	Escrivão	Fólhos com sua caligrafia
1824	João Pedro Barbosa	1r, 1v, 2r, 2v, 3r, 3v, 4r, 4v, 5r, 5v, 6r, 6v, 7r, 7v, 8r, 8v.
1851	Camilo Jose de Oliveira Novaes	1r, 1v, 2r, 2v, 3r, 3v, 4r, 4v, 5r, 5v, 6r, 6v, 7r, 7v, 8r, 8v, 13r, 13v, 14r, 14v, 15r, 15v, 16r, 16v, 17r, 17v, 18r, 18v, 19r, 19v, 20r, 20v, 21r, 21v, 22r, 22v, 23r, 23v, 25r, 26v, 27r, 27v, 28r, 28v, 29r, 29v, 30r, 30v, 31r, 31v, 32r, 32v, 33r, 33v, 34r, 34v, 35r, 35v, 36r, 36v, 37r, 37v, 38r, 38v, 39r, 39v, 40r, 40v, 41r, 41v, 42r, 42v, 43r, 43v, 44r, 44v.
1878	Isaac Lange da Cunha	1r, 1v, 2r, parte do 2v, 3r, 3v, parte do 4r, 4v, 5r, 5v, 6r, 6v, 7r, 7v, 8r, 8v, 13r, 13v, 14r, 14v, 15r, 15v, 16r, 16v, 17r, 17v, 18r, 18v, 19r, 19v, 20r, 20v, 21r, 21v, 22r, 22v, 23r, 23v, 25r, 26v, parte do 27v, 32r, 32v, 33r, 33v, 34r, 34v, 35r, 35v, 36r, 36v, 37r, 37v, 38r, 38v, 39r, 39v, 40r, 40v, 41r, 41v, 42r, 42v, 43r, 43v, 44r, 44v, 45r, 45v, 46r, 47v, 48r, 49r, 49v, 50r, 50v, 51r, 51v, 52r, 52v.

Fonte: elaboração própria, 2019

Quanto à questão estrutural do texto desses documentos, eles apresentam certa regularidade, especialmente ao que se refere às linhas do texto, pois as linhas imaginárias e inclinação na escrita, quase sempre à direita, e a uniformidade na margem direita do fólho,

maior quanto ao recto e menor quanto ao verso, foram padronizados. Esse tipo de gênero judicial apresenta essa regularidade porque são manuscritos confeccionados por escrivães considerados como algumas das principais mãos hábeis para a escrita e como um dos sujeitos mais letrados que, provavelmente, foram submetidos à formação com instrução formal.

Figura 1 – Escrita de um fólio (Ms3)



Fonte: LALEFIL, 2013

A *matéria scriptoria* aparenta ser a mesma utilizada pelos três documentos, a tinta também parece ser a mesma para os Ms1 e Ms2 e, sendo assim, há poucos borrões e pouco excesso de tinta nas hastes das letras; apenas o Ms3, em alguns fólhos, apresenta um maior carregamento de tinta no traçado, como mostra o excerto acima.

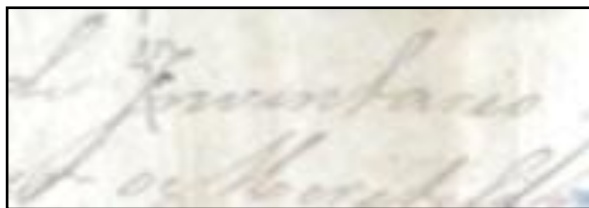
Analisando o texto como um todo, a escrita aproxima-se das descrições que dizem respeito à escrita humanística ou italiana, narrada por Berwanger e Leal (2008) como um tipo de letra cursiva, caracterizada por ser corrida, na maioria das vezes sem o descanso da

mão. De acordo com Acioli (1994), esse tipo de letra foi utilizado no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Esse traçado

[...] foi usada a partir do século XV pelos renascentistas (daí a denominação), quando resolveram reagir contra a escrita Gótica, em fase de decadência e com letras quase irreconhecíveis em comparação com as originais. (ACIOLI, 1994, p. 40).

É importante mencionar também que nos manuscritos analisados, especialmente o de 1824, foram encontradas as letras denominadas por ramistas, que, segundo Higounet (2003 *apud* ANDRADE, 2010), receberam o nome do seu proponente Petrus Ramus ou Pierre de la Ramée (1515-1572), que incitou o seu uso por conta da não distinção do I e J e U e V dos escribas da Idade Média e os latinos.

Figura 2 – Uso j por i na palavra Inventario(Ms1)



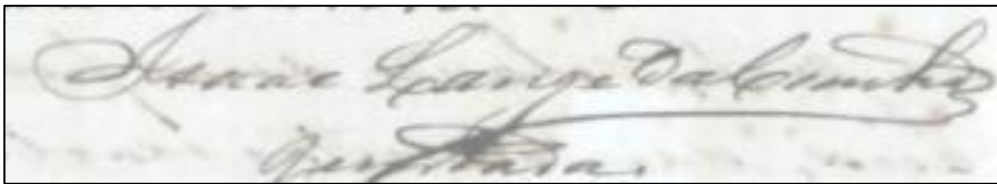
Fonte: LALEFIL, 2013

Fez-se uma breve análise das letras, com a ajuda dos autores mencionados no decorrer do trabalho, como Fachin (2008) e Andrade (2010), mas sabe-se que essa é um ofício laborioso, principalmente quando se propõe a analisar um material extenso e elaborado em períodos distintos, pois a grafia sofre interferências de cunho pessoal dos seus criadores, como explica Samara (2005).

Ainda segundo a autora, a caligrafia do século XVIII e XIX apresentava pouca atenção, pois havia uma mistura de letras gráficas

elegantes e uniformes, que deu origem à grafia cursiva atual. Isso se torna visível no material analisado, especialmente quando se verifica no Quadro 1 as diferentes grafias de uma mesma letra. O Ms3, por exemplo, apresenta todas as primeiras letras dos nomes próprios em formato elegante. Nos outros documentos, percebeu-se uma preocupação maior em ornamentar apenas os nomes de cargos e início de documentos.

Figura 3 – Letras maiúsculas ornamentadas na grafia do nome Isaac Lange da Cunha (Ms3)
















Fonte: LALEFIL, 2013

A dimensão das letras, de acordo com Andrade (2009), leva em consideração as capitais maiúsculas e minúsculas, que ajudam a definir o grau de clareza do texto. Os escrivães dos documentos aparentemente demonstraram ter cuidado quanto à aparência, até mesmo porque se tratava de um documento jurídico. É possível encontrar uma quantidade considerável de letras com hastes inferiores e superiores com rebuscamentos, o que leva a corroborar, nos documentos goianos em análise, o analisado por Samara (2005).

Como dito, o texto apresenta regularidade na estrutura, mas há variação de grafias de algumas letras, como se percebe no Quadro 1, como acontece, por exemplo, com o <d> minúsculo do Ms3. Algumas letras apresentam semelhanças entre si, como são os casos do <q> e <g> minúsculos e do <Q> e <O> maiúsculos do Ms1. Por se tratar de documentos jurídicos, onde os textos eram longos e, principalmente, por conta do ofício em redigir o mais rápido que


pudesse, a cursividade influenciou no aparecimento de nexos entre algumas palavras.

A letra <a> minúscula é parecida nos três documentos, mas a maiúscula varia a grafia. Coincidem apenas as letras maiúsculas do Ms2 e Ms3, respectivamente: <> e <>. O mesmo acontece com a letra minúscula, mas a maiúscula não possui o mesmo traçado. As letras <c> maiúsculas nos três documentos possuem traçados bastantes parecidos, especialmente na volta inicial: <>, <> e <>; respectivamente, Ms1, Ms2 e Ms3. Uma das grafias do <d> maiúsculo ornamentado apresentam muitas similaridades nos três documentos: <>, <>, <>. O Ms2 e Ms3 também apresentam mais variações dessas letras, talvez por conta da quantidade de texto maior que o Ms1. Quanto às minúsculas, além da quantidade maior no Ms3, chama atenção também que todos os três documentos utilizam uma espécie de cauda, tendo apenas uma pequena discrepância no Ms3 que apresenta essa grafia com ornamentações na cauda: <>, <> e <>.


As letras <e> e <g>, tanto maiúsculas quanto minúsculas, também muito se parecem, pois o traçado diferencia-se em mínimos detalhes. O mesmo acontece com o <h> minúsculo, porém, com o maiúsculo, que tiveram ocorrência apenas no Ms1 e Ms2, são de grafias bastante destoantes: <> e <>.

Ao observar o alfabeto disposto no Quadro 1, percebe-se que a letra <j>, minúscula e maiúscula, apresenta grafia diferentes nos três documentos, sobretudo na parte superior. Até mesmo a circunferência




da curva na parte inferior é diferente, tanto no tamanho quanto no formato da volta:

As letras <i> e <l> minúsculas possuem as mesmas grafias nos três documentos. Todavia, as maiúsculas, decerto por causa da ornamentação, pois os traçados das letras aparentam ter tido o mesmo traçado para serem formadas, apresentam formatos diferentes, principalmente na parte superior dos <i>: <



As letras <m> e <n>, quando se observa no Quadro 1, também demonstram ter sido confeccionados com o mesmo tipo de traçado, alterando pequenos detalhes na ornamentação. O <m> foi escrito em três tempos, cada um com seu traçado, um com três e o outro com dois.




A letra <o> minúscula dos três documentos possui o mesmo traçado: toda a letra é fechada, alterando-se apenas a sua largura. As maiúsculas se diferem apenas do Ms1 e Ms2 para o Ms3, pois as duas primeiras são um formato fechado de tamanho maior, o que as diferencia das minúsculas; enquanto a do Ms3 não possui formato fechado, pois após a formação de um arco é feita uma espécie de círculo menor dentro do maior. Isso tudo sem o descanso da mão: <




Ao contrario do <o>, a letra <p> maiúscula apresenta traçados bastante distintos quanto ao seu formato. Percebe-se que não foram




traçadas utilizando o mesmo tempo. Como consequência, tem-se tamanhos e ornamentações destoantes: <  >, <  > e <  >. Verificou-se também que enquanto o Ms1 e Ms2 primam por padronizar as grafias, o Ms3 não teve essa preocupação, por isso é possível encontrar, também, letras com traçados diferentes, como identificado no Quadro 1.


O traçado da letra <q> minúscula também é muito parecida nos três documentos, diferindo-se apenas no tamanho. A maiúscula teve ocorrência apenas no Ms1, sendo muito parecida com a letra <o>, pois o traçado é o mesmo. A diferenciação foi feita apenas nos critérios de contextos semânticos, entretanto vale ressaltar que não podemos afirmar com incisão que se trata de um <q>, pois a palavra também pode ter sido gravada com <o>.





Em alguns trechos, a letra <r> maiúscula do Ms1 é muito parecida com a letra do mesmo documento, como exposto a seguir: <  > e <  >. Há, no Ms1, também o aparecimento de um segundo traçado que se assemelha ao traçado do Ms2. Entretanto, no Ms3, há uma grande diferença entre os traçados dos demais documentos. O <r> minúsculo dos três documentos possui o mesmo traçado, diferenciando-se nos tamanhos e no breve encurvado a depender da posição.

Uma das letras <s> maiúsculas do Ms1 apresenta similaridade com as dos demais documentos: <  >, <  > e <  >. Enquanto o Ms1 padroniza, os demais documentos apresentam outros formatos no quesito ornamentação: o Ms2 mais um tipo e o Ms3 mais dois tipos. As letras minúsculas, assim como as maiúsculas, são padronizadas apenas no Ms1 e encontram uma similaridade apenas

com um traçado presente no Ms2. O Ms2 apresenta mais duas grafias para a letra <s>: <> e <>, e uma dessas grafias é encontrada no Ms3 <>. A ocorrência do <ss> nos três documentos adota a mesma forma, com uma espécie de <f> na primeira letra e uma espécie de <s> na segunda. É necessário pontuar também que o Ms2 apresentou um segundo tipo de grafia do <ss> no documento. Todos podem ser observados no Quadro 1.

A letra <t> minúscula aparenta ter o mesmo traçado nos três documentos. No entanto, as maiúsculas possuem similaridade apenas em uma das formas do Ms1 e Ms3: <> e <>. A maiúscula do Ms2 apresenta um traçado diferente dos demais documentos, <>, apresentando muita similaridade com o traçado da letra <t> em letra de forma.

Todas as vogais <u> minúsculas possuem o mesmo traçados nos três documentos. Apenas o Ms3 apresenta uma variedade a mais, quando opta por ornamentar os <u> em final de frase fazendo uma espécie de calda <>.

A letra <v> do Ms1 e Ms2 e uma das três versões do Ms3 possui os mesmos traçados e formatos, diferenciando-se apenas pelo tamanho de um pequeno ângulo na volta superior: <>, <> e <>. Entretanto no Ms3 essa é a forma menos utilizada, pois o escrivão deu atenção maior para esta forma <>. As minúsculas mostram também o mesmo traçado nos três documentos, apresentando diferenças apenas quanto ao tamanho da letra e ao espaçamento das suas voltas a depender do local que aparecem.

Foi arrolada apenas a letra <x> no formato minúsculo. No Ms1 e Ms2 são feitas apenas com um traço, apresentando uma espécie de <e> na segunda volta. No Ms3 a letra é feita com dois traços, com um arco voltado para esquerda e outro para a direita. Versões maiúsculas não foram encontradas em nenhum dos documentos.

As letras <y> e <z> minúsculas também apresentam o mesmo traçado nos três documentos. Já o <z> maiúsculo teve ocorrência apenas no Ms1 e Ms2, mas não possui a mesma grafia. Enquanto no Ms1 o <z> aparenta uma espécie de letra de forma, o Ms3 traz uma letra com uma espécie de cauda abaixo.

OS ASPECTOS ORTOGRÁFICOS

De acordo com Coutinho (1976), a ortografia portuguesa perpassou por três definidos períodos: o fonético, que coincide com a fase arcaica do português, que perdurou até o século XVI, quando os escrivães buscavam reproduzir a escrita o mais próximo possível da língua falada, pois acreditavam que isto facilitaria a leitura; o pseudo-etimológico, caracterizado como a redescoberta dos escritores clássicos gregos e romanos, que iniciou-se no século XVI e findou-se no ano de 1904, após a publicação da *Ortografia nacional*, de Gonçalves Viana; e o simplificado, que se iniciou em 1904, após a publicação da obra supra mencionada, que buscou empregar a uniformidade na escrita.

Os documentos em análise enquadram-se no período pseudo-etimológico. Há inúmeras oscilações ortográficas que, faz-se necessário salientar, não são erros, pois, na época de escrita do documento, não havia ainda um acordo ortográfico definido que, como

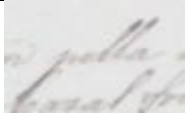
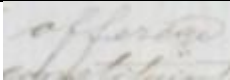
dito, foi estabelecido no início do século XIX, mesmo que se notasse em prática de escrita comum (FACHIN, 2011).

Melhor definindo o período etimológico, Willians (1973, p. 40) explica que as grafias latinas e gregas foram publicadas com divagação à pronúncia.

Essa prática principiou muito antes do século XVI num pequeno grupo de palavras, especialmente em trabalhos traduzidos do latim [...], mas foram os escritores e particularmente os impressores do Renascimento que deram voga a ela, voga que perdurou até os nossos dias.

Em razão dessa “volta” aos tempos latinos, há, nos manuscritos, expressões latinas, como *ad litem*; inúmeros encontros consonantais, como <ch> e <ph>; consoantes duplas, como <ll>, <ff> e <tt>; o uso do h no advérbio ou no artigo indefinido; e o uso do <am>, ao invés do ditongo decrescente <ão>. É meritório mencionar também que pelo fato de no século XIX não haver ainda uma regra que obrigasse a uniformidade ortográfica, foi possível identificar também traços do período fonético. É possível constatar também que algumas palavras foram transcritas conforme oralidade. Abaixo alguns dos muitos exemplos encontrados nos documentos.

Quadro 3 - Transcrição de palavras conforme expressão oral

Ocorrência	Excerto	Transcrição	Localização
<ll>		pella	Ms1
<ff>		offerece	Ms3

<y> valor de <i>		Goyaz	Ms3
<j> valor de <i>		Jventa[rio]	Ms1
<nn>		annos	Ms2
Nasalização no <o>		Joaõ	Ms2
<h> no artigo indefinido		huma	Ms1
<AM> no lugar de ditongo decrescente <ao>		Escrivam	Ms2

Fonte: LALEFIL, 2013

Essa quantidade de variações nas formas ortográficas foi chamada por Gonçalves (2003 *apud* ANDRADE, 2009) de sistema misto, pois é caracterizado pela confluência de vários princípios, especialmente a etimologia e a fonética. Em 1904, foi publicada a *Ortografia nacional*, por Gonçalves Viana, que sugeriu a organização de dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. A partir daí foram realizadas várias tentativas de estruturação homogênea da escrita e, conseqüentemente, da ortografia. Todavia, como explica Andrade (2009) e Santiago-Almeida (2000), a inexistência de uma norma efetiva para a escrita incitou uma grande variável gráfica, oscilante, com traços ainda da linguagem oral, entre

outras variações no século XVIII e XIX, causando o que chamam por polivalência e poligrafia.

É importante esclarecer que, em determinados casos, algumas dessas oscilações podem ser pequenos erros dos escribas, em virtude de lapsos dele, de possível pressa, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início, os autos de partilhas trazem vários punhos, no entanto nos detivemos à análise apenas dos punhos dos escrivães, em razão de ser a mais recorrente no processo. Verificou-se que, apesar de terem sido publicados em períodos diferentes, mas sendo na mesma cidade, apareceram poucas diferenciações entre as suas grafias em algumas letras e muitas em outras, com destaque para as maiúsculas, sobretudo as ornamentadas.

Todas essas observações fazem surgir várias hipóteses que vêm sendo discutidas por inúmeros pesquisadores: se isso se devia a suas formações/instruções que eram feitas de maneira padronizada, se existiam modelos pré-estabelecidos de onde se faziam apenas cópias; entre outras hipóteses, que poderão ser sanadas com a continuidade de trabalhos neste teor.

Mas o que asseveremos, por ora, é que os dados até aqui analisados, mesmo que de maneira basilar, mostram-se como uma pequena amostra de um importante material de pesquisa, e de muitos outros que estão disponíveis no estado de Goiás, para o conhecimento sobre a escrita goiana nos seus princípios organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos**. Recife/Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massanga, 1994.
- ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. **Filologia e Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 149-172, 2009.
- AZZI, Antonio Jorge. **Catalão Ilustrado**. São Paulo: Linotechnica, 1937.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Iniciação à crítica textual**. Rio de Janeiro: Presença/Edusp, 1987.
- BEAWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.
- FACHIN, Pablo Roberto Marchis. **Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.
- FACHIN, Pablo Roberto Marchis. **Prática de escrita setecentista em manuscrito da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. 432 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011
- LIMA, Igor de; SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. Tipologia documental. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010. p.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. **Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVII**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

MORAIS SILVA, Antonio. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2 tomos.

Ordenações Filipinas, vols. 1 a 5. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm?inp=savi&gny&qop=*&outp=>. Acesso em: 25 out. 2019.

PALACÍN, Luís; CHAUL, Nars Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

PAULA, Maria Helena de. Traços de conservação no português falado no Brasil: um estudo de manuscrito bandeirante oitocentista e de narrativa oral contemporânea. **Linguagem: Estudos e Pesquisas, Catalão**, v. 6-7, n. 1, p. 143-173, jan./dez. 2005.

PIRES, Maria Gabriela G. **De bens de herança a bens culturais: um estudo de autos de partilhas oitocentistas da cidade de Catalão-GO**. 2015. 269 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. Paleografia e fontes do período colonial brasileiro. **Estudos CEDHAL**. Nova Série n. 11. São Paulo: Humanitas, 2005.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. **Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana**: traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII). 2000. 319 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1976.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurício. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1994.

WILLIAMS, Edwin Buncher. **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1973.

FONTES MANUSCRITAS

Livro de Auto de Inventario do ano 1824. 06 fólios. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALÉFIL), da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão: Catalão-GO, 2013.

Livro do ano 1851. 44 fólios. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALÉFIL), da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão: Catalão-GO, 2013.

Livro de Iuízo de orfaons do ano 1878. 55 fólios. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALÉFIL), da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão: Catalão-GO, 2013.

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DO RELATO DE VIAGEM DO CONDE DE AZAMBUJA (1751)

Mariane Soares Torres¹

INTRODUÇÃO

No Brasil colonial, entre os séculos XVI e XVII, expedições conhecidas como entradas e bandeiras percorreram o interior do Brasil aprisionando índios e descobrindo minas de pedras e metais preciosos, dentre eles o ouro. Especialmente às bandeiras, deve-se a expansão do território brasileiro no período. As *monções cuiabanas*, que se iniciavam em Araritaguaba (atual cidade de Porto Feliz, em São Paulo) e iam até Cuiabá, foram citadas por Taunay (2012, p. 12) como “[...] a última fase do bandeirantismo [...]” e também por Sérgio Buarque de Holanda (1989, p. 43) como “[...] prolongamento da história das bandeiras paulistas [...]”. As monções também foram expedições que levavam os exploradores ao interior do Brasil. Borrego (2019, p. 3) explica que:

Diferente das bandeiras, as monções eram expedições fluviais que se realizaram entre Araritaguaba – atual Porto Feliz – (São Paulo) e Cuiabá (Mato Grosso) nos séculos XVIII e inícios do XIX, percorrendo os rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.

¹ Graduada em Letras e mestranda em Filologia do Português pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: mariane.torres@usp.br.

A rota das monções tornou-se regular justamente a partir dos anos de 1720 – e não antes desse período –, com o descobrimento do ouro nos barrancos do rio Coxipó e outros afluentes do rio Cuiabá, e compôs uma rede de “estradas móveis” utilizada para o abastecimento das populações, fundação de vilas, povoamento do território e busca de metais preciosos, situação que perdurou até aos primeiros anos do séc. XIX.

As monções eram motivadas basicamente pelo lucro com a exploração de ouro nos afluentes do rio Cuiabá. Holanda (1989, p. 44) afirma que mesmo sem instrumentos adequados para mineração, “[...] cavavam a terra com as próprias mãos e desse modo não faltou quem colhesse até duzentas oitavas de ouro [...]”, revelando que, por volta do início da década de 1720, os ganhos eram não apenas certos como também altos. Vários aventureiros encheram de canoas os rios que iam rumo a Cuiabá, ainda que a viagem oferecesse inúmeros riscos de morte. Mesmos com os riscos, a viagem cara (visto que era necessário providenciar canoas, bagagens, pólvora, trabalhadores como ferreiros, carpinteiros etc.), a distância de cerca de cinco meses de viagem e outras adversidades, as monções seguiram ocorrendo. Holanda (1989, p. 47) explica que

[...] ao cabo de um mês de trabalho, as minas do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – nome da igreja que ali se fabricou – tinham fornecido mais de quatrocentas arrobas de metal, sem que as socavas se tivessem aprofundado muito mais de meio metro [...].

Notícias, às vezes até fantasiosas, como a das quatrocentas arrobas de ouro, granitos de ouro sendo usados em espingardas no lugar de chumbo e pedras de ouro sendo usadas para colocar painéis nos fogões faziam aumentar a fama das minas do Cuiabá.

Em 1726, Rodrigo César de Menezes chegou no entorno do Rio Cuiabá com cerca de três mil pessoas com o objetivo de colonização e

ocupação, “porque de muito precisava ser dilatada a fronteira naqueles ‘desertos indecisos pela linha imaginária’” (CANOVA, 2008, p. 2). A colonização da região foi então consolidada com a criação da Capitania de Mato Grosso e de uma Vila-Capital. Criada em 1748, Antônio Rolim de Moura Tavares foi nomeado pela coroa portuguesa como primeiro governador da Capitania, chegando ao local apenas em 1751. Sua primeira visita àquela terra foi registrada no relato de viagem que será estudado neste trabalho.

Antônio Rolim de Moura, na margem direita do rio Guaporé, em 1752, fundaria a Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da capitania de Mato Grosso. Antes, porém, permaneceu por um ano na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, onde decidiu políticas administrativas sobre a capitania e especificamente executou ações instrutivas em relação aos índios considerados mansos. (CANOVA, 2008, p. 3).

Antônio Rolim de Moura dirigiu-se ao oeste da capitania para fundar uma capital que representasse a cabeça do governo e resultasse em uma marca política capaz de resolver os conflitos e relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, e assegurar a conquista das terras pelos portugueses na região. (CANOVA, 2011, p. 46).

Conforme aponta Canova (2011, p. 52), Antônio Rolim de Moura Tavares, o conde de Azambuja, nasceu no Baixo Alentejo, Portugal, em 1709, filho da aristocracia portuguesa. Ele foi o principal encarregado da política de demarcação das terras de fronteiras com os domínios espanhóis. “[...] D. Antônio Rolim de Moura, além da educação normal de um português da Corte, na época, teve também uma excepcional formação cultural e científica [...]” (SÁ, 1784, p. 15-16 *apud* CANOVA, 2011, p. 58). Rolim de Moura foi nomeado pelo rei Dom João V, em 1748, a Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso por três anos, mas governou por quase catorze anos.

O título de conde de Azambuja foi recebido em 1763, de D. José I. Posteriormente, foi governador da Bahia (em 1765) e vice-rei do Estado do Brasil (1767 a 1769).

Os relatos desse tipo de viagem eram muito comuns no período. De acordo com Presotti (2008), o Tratado de Tordesilhas (de 1494) dizia que as terras do interior do continente pertenciam à coroa espanhola. Havia relatos de hispanos no interior desde pelo menos o século XVII, porém, além do fato de que este Tratado deu lugar a outros com o passar do tempo, já no final do século XVII e XVIII as entradas e bandeiras brasileiras penetraram o território objetivando apresar índios e conquistar metais preciosos, como já comentado. Dessa forma, as fronteiras dos domínios espanhol e português iam se modificando, sendo necessária sua oficialização.

Retornando ao processo mais amplo da conquista colonial, ao findar do século XVII, os grandes contornos da América do Sul já estavam “descobertos” e conhecidos pelo mundo ocidental cristão, principalmente pelos portugueses e espanhóis. Cartas, mapas, plantas, gravuras e outras formas de escritas, tais como diários, crônicas, relações, notícias, mais freqüentemente expressaram as percepções elaboradas com base nas narrativas dos participantes, de expedições que exploraram diferentes regiões da América. (PRESOTTI, 2008, p. 65).

As terras da atual região Centro-oeste, também conhecida na época como parte dos sertões brasileiros, eram terras conquistadas pela coroa portuguesa. No entanto, os espanhóis cercavam a área, por isso interessava ao Estado português tornar conhecidos seus sertões. As *Notícias Práticas*, por exemplo, se encaixavam nesses *diários* ou *relatos* que auxiliaram no processo de reconhecimento e demarcação de território. Como confirma Presotti (2008, p. 70, grifo da autora),

[...] as *Notícias Práticas* incluem esses sertões no projeto do *Atlas da América Portuguesa*, dos padres matemáticos, parte do processo desencadeado de conhecer nos sertões os limites naturais onde se deveria demarcar as fronteiras com a parte de Castela e garantir as posses das conquistas lusas.

Canova (2011) também comenta o fato, afirmando que

[...] foi determinado, por ordem de D. João V, a organização de expedições de reconhecimento com o encargo de explorar os rios e de reconhecer os acidentes naturais estratégicos, com a produção de mapas e informações da região, para que Alexandre de Gusmão pudesse defender a legitimidade das fronteiras conquistadas. (CANOVA, 2011, p. 50).

PALEOGRAFIA E INTERFACES COM A HISTÓRIA E A LINGUÍSTICA

Este artigo é parte de um projeto de mestrado, que se justifica pela importância da pesquisa acerca da relação entre São Paulo e Cuiabá no século XVIII, considerando o cenário das monções e a construção de sua memória, tema ainda pouco explorado no meio acadêmico. A situação editorial sobre a transmissão dessas memórias, representada pelas edições feitas do manuscrito em questão (oito edições, considerando o presente manuscrito), possibilitará a análise do texto e do grau de fidedignidade que possui mesmo após as edições que sofreu ao longo de mais de 250 anos. Quanto ao manuscrito que será analisado neste trabalho, existe a possibilidade de que ele tenha sido um testemunho da posse portuguesa no território da Vila de Cuiabá, visto que tendo sido editado tantas vezes é, notadamente, um documento importante.

Nesse sentido, tendo em consideração a rica tradição documental da obra, não se pode perder de vista nenhum elemento de

sua composição, da sua escrita e do seu conteúdo. A análise filológica exige tal amplitude, por isso o estudo interdisciplinar voltado para a Paleografia, História, Linguística Histórica e suas interfaces. O estudo das marcas linguísticas utilizadas em relatos de viagens setecentistas, mais precisamente na situação das monções cuiabanas, tem a sua importância por auxiliar no conhecimento da história do português setecentista, que permanece também pouco explorado no tipo de material selecionado e, muitas vezes, sendo estudado sem levar em conta a multiplicidade gráfica do período. Conforme Fachin (2011, p. 17), o século XVIII é importante para a história da Língua Portuguesa “[...] principalmente por ter sido cenário de intensa reflexão metalinguística, constatada pela publicação de diversas obras metaortográficas [...]”. Por meio da pesquisa interdisciplinar, pretende-se colaborar para a historiografia que envolve os documentos (levando em consideração não apenas o manuscrito, mas também todas as edições feitas dele) além do estudo linguístico comentado anteriormente e da edição do manuscrito, que poderá servir de fonte de pesquisa para historiadores e linguistas.

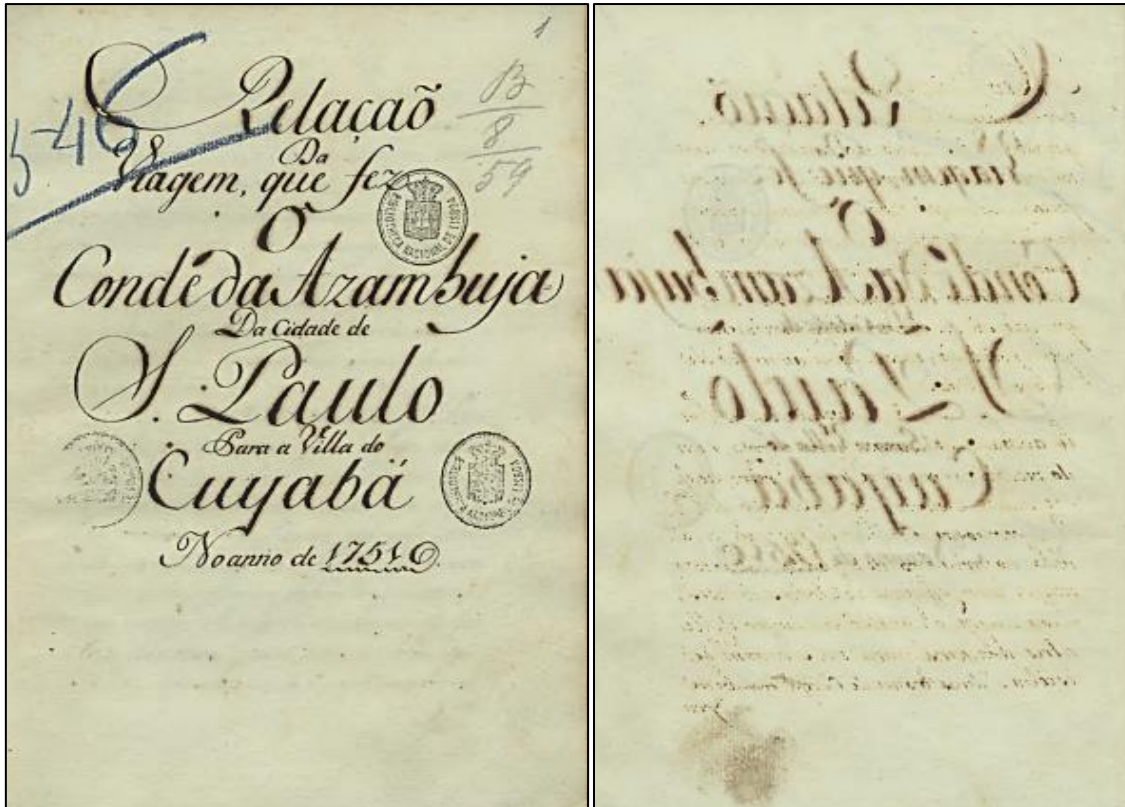
ANÁLISE PALEOGRÁFICA DO MANUSCRITO

O manuscrito a ser estudado neste trabalho é o relato de viagem de Antônio Rolim de Moura Tavares, o Conde de Azambuja. Ele tem como título *Relação Da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751*. Está armazenado na Biblioteca Nacional de Portugal, que coloca como data para o manuscrito o próprio ano de 1751, e indica 1896 como o ano de catalogação (Secção XIII - Manuscriptos/[José António Moniz] - cód. 546). É registrado como cópia, o que é facilmente identificável

devido a algumas particularidades do manuscrito. Como é um relato de viagem, imagina-se que foi escrito durante uma expedição ou muito próximo de seu fim, muitas vezes, em condições desfavoráveis à boa escrita em papel, tinta e pena. No entanto, o manuscrito está muito bem conservado, além de muito elaborado e escrito de maneira bastante clara, com cuidados ao que em tempos mais antigos se encontraria no processo de escrita librária. Supõe-se que o autor tenha escrito o original, e posteriormente ele mesmo (seu secretário de governo ou outro copista) tenha reescrito de forma mais legível e mais apresentável para que se configurasse uma correspondência ao primo do Conde de Azambuja (o Conde de Val de Reis).

Não é possível verificar a qualidade do papel, já que só há contato com a versão fac-similar do documento. No entanto, há a possibilidade de que seja um papel de qualidade não muito boa; ou então, é possível que tenha sido usada uma quantidade grande de tinta em cada palavra. Isso porque a tinta usada em uma face do papel é bastante visível do outro lado da folha (a seguir será possível ver exemplos bem nítidos). Outras possibilidades envolvendo esse detalhe são as de que o copista poderia não ser muito experiente (por isso o exagero no uso da tinta) ou então o copista tinha uma escrita de muito peso; talvez até uma combinação de algumas dessas possibilidades.

Figura 1 - Fólios 5r e 5v do manuscrito, em que é possível ver a tinta marcando o fólio em branco



Nos fólhos 5r e 5v do manuscrito é possível ver a marca da tinta no verso do papel, como já comentado, além da marca da mancha do texto, indicando mais uma vez exagero na utilização de tinta. No fólho em que o copista fez a capa do manuscrito, é possível identificar três carimbos da instituição que mantém o documento, a Biblioteca Nacional de Lisboa. Da mesma maneira, outros carimbos da mesma instituição aparecem no decorrer do manuscrito, mostrando que foi catalogado, reorganizado ou conservado por várias vezes no decorrer do tempo. São três os tipos de carimbos que aparecem no manuscrito, exemplificados a seguir.

Figura 2 - Tipos de carimbos da instituição que mantém o documento encontrados no manuscrito





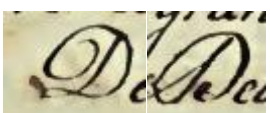
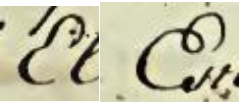
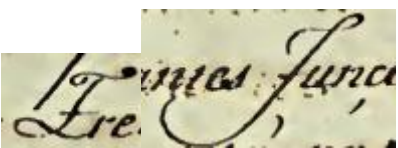

A escrita é humanística, “[...] introduzida na Península Ibérica a partir do final do século XV [...]” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 67). Como complementam Berwanger e Leal (2008, p. 68): “A maioria da documentação brasileira está registrada em letra humanística, aliás, a escrita humanística é a corrente, usual até hoje desde o século XVI [...]”. O uso da escrita humanística, no século XVIII, ao qual pertence o manuscrito estudado, era já comum tanto em Portugal quanto no Brasil. A própria vinda da escrita humanística para o Brasil ocorreu pelo fato de ser o país colônia de Portugal, país em que esse tipo de escrita passou a ser usado a partir do final do século XV.

É uma escrita cursiva, ou seja, apresenta ligações entre as letras que por sua vez são arredondadas, sem angulação acentuada, e com inclinação para a direita, apresentando maiúsculas e minúsculas e sinais de acentuação e pontuação, assemelhando-se muito à escrita carolínea, medievá. (ACIOLI, 1994).



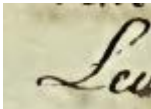






O trecho transcrito e editado neste artigo diz respeito aos primeiros fólios do manuscrito, apenas como exemplo. Nesse trecho, o Conde de Azambuja ainda não está indo para a Vila de Cuiabá; ele cumprimenta o destinatário e começa a relatar uma breve viagem


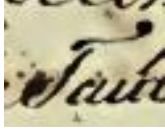
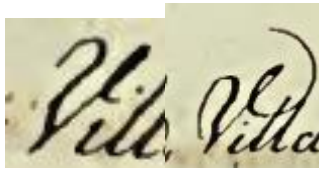
inicial, feita até Parati para encontrar com Gomes Freire a mando do rei¹. Depois desse encontro, segue para São Paulo, de onde parte para Araritaguaba e, depois, para a Vila de Cuiabá. As *Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos*, elaboradas na década de 1990, serão as normas utilizadas nesse trabalho, conforme descritas em Berwanger e Leal (2008).

Quadro 1 - Exemplos de maiúsculas


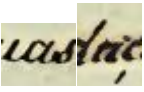
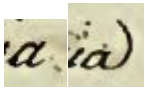
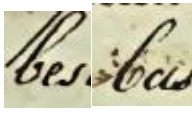
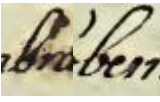
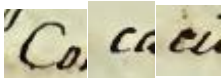
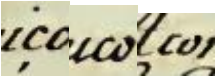
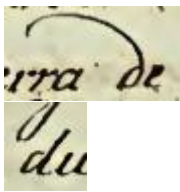
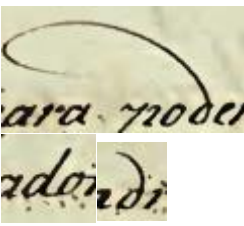
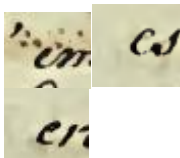
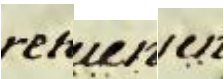

Letra	posição inicial
A	
B	-
C	
D	
E	
F	
G	

¹ Mais especificamente, o trecho transcrito aqui trata de apenas um único fólio, que seria o fólio em que começa a carta. Transcrevê-la mais do que isso tornaria este artigo muito extenso.

H	
I	-
J	
K	-
L	
M	
N	
O	
P	
Q	
R	

S	
T	
U	-
V	
X	-
Z	-

Quadro 2 - Exemplos de minúsculas

Letra	posição inicial	posição medial	posição final
a			
b			-
c			-
d			-
e			

f			-
g			-
h			-
i			
j			-
k	-	-	-
l			
m			
n			-
o			

p			-
q			-
r			
s			
t			-
u	-		
v			-
x	-	-	-
y	-	-	
z	-		

A análise da escrita do documento é essencial para compreender o processo de transmissão e circulação da obra em questão. Em um contexto em que a natureza fundamental de determinados textos era

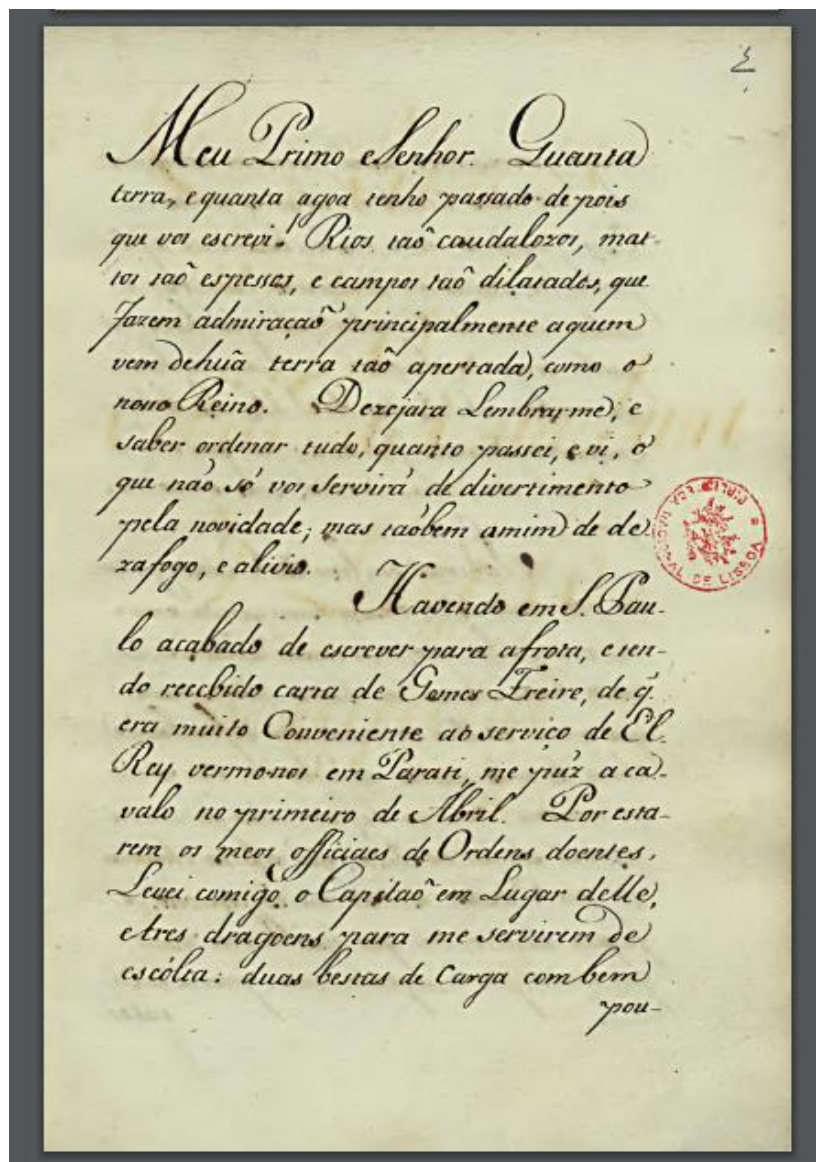
acrescentada outra, uma política, de relato de viagem, o documento passava a atestado político de dever cumprido, uma espécie de chancela a ser usada por seus responsáveis como garantia de que se agiu em nome do rei e dos interesses da coroa. Dessa forma, o aspecto retórico do documento, assim como o contexto ali apresentado são estudados tendo como base também aspectos relacionados à sua escrita e materialidade, principalmente porque a apropriação indevida de fontes e produções enviesadas para fins estritamente particulares eram muito comuns no período, basta, para isso, verificar o trabalho de Costa (2012), sobre *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, de Manuel Cardoso de Abreu (1796).

No caso do Relato do Conde de Azambuja, a análise da escrita do documento também será essencial para o esclarecimento da autoria e da datação da obra. Embora catalogado e com uma história fixada a partir de 1751, o processo de transmissão do texto revela uma complexidade muito rica, podendo oferecer muitos elementos para o enriquecimento de elementos primordiais para o estudo do relato e de elementos linguísticos.

O quadro de maiúsculas e minúsculas demonstra pouca irregularidade entre os caracteres gráficos. No primeiro caso, apenas os grafemas <D>, <E>, <F> e <P> apresentam oscilação, porém bem simples, não chegando a alterar muito a forma ou o módulo da escrita. No segundo caso, a oscilação é observada mais por conta da posição em que o grafema aparece nas palavras, mesmo assim, como pouca diferença entre as ocorrências. Trata-se, portanto, de uma escrita bem cuidada, produzida com zelo, cujo autor material possuía uma habilidade gráfica própria de um profissional de escrita ou de quem estava bem familiarizado com esse processo. O único contraponto seria o tipo de tinta utilizada ou a qualidade do papel, resultando em

mistura entre recto e verso em alguns fólhos, característica ainda a ser analisada no mestrado. Quanto às abreviaturas, apenas uma foi encontrada até o momento, que seria abreviatura de “Padres” (P^{es}) ainda nos primeiros fólhos, durante a viagem a Parati. Há algumas ligaduras resultantes do processo de escrita cursiva, em que o autor muito provavelmente levanta o pulso para separar as palavras mas não o suficiente, revelando algum nível de pressa. Ambas as características serão ainda analisadas no decorrer da pesquisa.

Figura 3 - Fólio 6r com o início do texto



Trecho transcrito do relato de viagem

[fl. 6r]¹

Meu Primo e Senhor. Quanta terra, e quanta agoa tenho passado depois que vos escrevi. Rios taõ caudalozos, matos taõ espessos, e campos taõ dilatados, que fazem admiração principalmente a quem vem de huã terra taõ apertada, como o nosso Reino. Dezejara Lembrar-me, e saber ordenar tudo, quanto passei, e vi, o que naõ só voz servirá de divertimento pela novidade; mas taõbem a mim de dezafoço, e alivio.

²Havendo em S. Paulo acabado de escrever para a frota, e tendo recebido carta de Gomes Freire, de q~. era muito Conveniente ao serviço de El-Rey vermo-nos em Parati, me puz a cavallo no primeiro de Abril. Por estarem os meos officiaes de Ordens doentes, Levei comigo o Capitaõ em Lugar delle, e tres dragoens para me servirem de escólta: duas bestas de Carga com bem ³pou-

¹ Este fólio contém um carimbo da instituição que guarda o manuscrito na margem direita do documento. A instituição que o guarda (ou alguma possível instituição anterior) numera este fólio com o número 2, localizado no topo do fólio, à direita.

² Espaçamento diferente no início do parágrafo.

³ Espaçamento diferente por se tratar de reclame.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memórias, Relatos de Viagem e Notícias Práticas têm sido um tipo de documento muito utilizado pela historiografia para fixar narrativas de importantes momentos para a História Social, de Cultura e de Política. No entanto, tal fixação, em grande parte, não contou com o acesso a fontes primárias, mas a edições dessas fontes, a maioria produzida dois séculos depois dos acontecimentos relatados, a exemplo do que se passou com a narrativa sobre Palmares¹. O próprio caso do Relato do Conde de Azambuja demonstra a complexidade documental envolvida nesse processo. Trata-se de uma tradição muito rica que, por um lado, constata a importância da obra; por outro, o quanto sua transmissão e circulação podem ter alterado o curso dos acontecimentos relatados e das figuras históricas mencionadas e constituídas por processos retóricos, dependentes do contexto de produção e dos objetivos da escrita.

Tendo em vista tal complexidade, neste artigo objetivou-se apresentar um mostra de como se caracteriza a escrita do documento. Trata-se de uma primeira abordagem, que faz parte de um estudo mais amplo. Ainda em fase de elaboração, já é possível verificar a regularidade do punho do autor material do texto e suas particularidades. Para o futuro, espera-se cotejar a escrita desse testemunho apresentado com os outros que compõem a sua tradição para poder avançar no conhecimento de sua história e de sua relação com o seu contexto de produção e circulação.

¹ Para isso, veja o trabalho de Lara (2008).

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Editora Universitária, 1994.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: UFSM, 2008.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspetivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. **Midas**, n. 10, 2019.
- CANOVA, Loiva. Os índios de Mato Grosso no governo de Antônio Rolim de Moura (1751-1765). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 32, 2008.
- CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- COSTA, Renata Ferreira. **Um caso de apropriação de fontes textuais: memória histórica da capitania de São paulo, de Manuel Cardoso de Abreu, 1796**. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, n. 15, v. 28, 2008.
- PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul**. 2008.

270 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2008.

TAUNAY, Afonso d'Escragno. **História das bandeiras paulistas.** Salvador: Centro de documentação do pensamento Brasileiro, 2012.

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS E CODICOLÓGICOS NOS MANUSCRITOS “604” E “604.1” DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Aldacelis Lima Barbosa Rosa Santos¹

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo, intitulado *Aspectos paleográficos e codicológicos nos Manuscritos “604” e “604.1” do Arquivo Público do Estado da Bahia*, pretende-se apresentar uma descrição paleográfica e codicológica dos elementos que constituem os manuscritos “604” – *Dôssies sobre a Irmandade, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico/Santa Casa de Misericórdia da Bahia/Alvarás 1498 – 1684* e “604.1” – *Privilégios concedidos à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, pelos reis de Portugal 1638 – 1817*. Tais manuscritos, sob a custódia do Arquivo Público do Estado da Bahia, trazem em seus registros informações relevantes sobre as Santas Casas de Misericórdia de Portugal e da Bahia no período colonial. A Codicologia trata do

¹ Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: aldacellisbarbosa@gmail.com

estudo da técnica do livro manuscrito, isto é, do códice, possibilitando a compreensão dos “[...] diversos aspectos da confecção material primitiva do códice” (CAMBRAIA, 2005), bem como “[...] uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos [...]” (CAMBRAIA, 2005). Para Spaggiari e Perugi (2004), a Codicologia é a “[...] disciplina que estuda os manuscritos, ou códices, em seu aspecto material [...]”, destacando os elementos externos e internos que os constituem. Aliada à compreensão dos elementos externos e internos do manuscrito ou códice, está à compreensão da escrita e dos traços particulares que a caracterizam em cada documento. É nesse contexto que se inserem os pressupostos da Paleografia, ciência que estuda as características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, permitindo a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem, conforme Berwanger e Leal (2008).

As análises paleográficas e codicológicas dos manuscritos supracitados integram o estudo maior proposto na tese em construção, intitulada *Documento, História e Memória: Edição conservadora dos Manuscritos “604” e “604.1” da Santa Casa de Misericórdia de Portugal e da Bahia*, cujo objetivo principal é oferecer, de forma conservadora, os documentos que compõem tais manuscritos, a partir do arcabouço teórico da Filologia Textual.

Este artigo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução; um breve olhar sobre a Filologia – ponto de partida e de chegada desta pesquisa; algumas considerações sobre a Paleografia e a Codicologia, destacando a importância destas; apresentação propriamente dita dos aspectos paleográficos e codicológicos presentes nos manuscritos; as considerações finais; e as referências.

FILOLOGIA: PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA NO TRATO COM O TEXTO

Recolher, organizar e estabelecer textos, analisá-los, interpretá-los, salvaguardando-os “[...] não só do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas neles introduzem necessariamente” (AUERBACH, 1972, p. 11), é o campo de atuação da Filologia desde o seu surgimento, no terceiro século a.C na Antiguidade grega. Isso porque, para a Filologia, “[...] o texto é o testemunho de um povo, de uma época, de um autor etc., e deverá ser reconstituído em sua forma genuína para que sirva de fonte segura para estudos vários [...]” (SANTOS, 2006, p. 38). Ela “[...] trata do fato cultural, representado pela linguagem, destacando-se como uma das práxis mais antigas que estuda o texto, e tudo que possa torná-lo compreensível [...]” (SOUZA; CORÔA, 2012, p. 139).

O texto é objeto de estudo do filólogo, que articula, através do seu labor crítico, as atividades de reconfiguração dos fragmentos das histórias sociais, linguísticas e discursivas e de composição de produções editoriais que resgatem parte do patrimônio linguístico-cultural. (GONÇALVES, 2018, p. 199).

Desse modo, reitera-se que

[...] ser filólogo consiste em reinterpretar, reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é destronar o estatuto de verdade que se insinua no texto. (GONÇALVES, 2018, p. 200).

Inventariar, publicar e estudar os textos “[...] são um ato de preservação do patrimônio literário, linguístico e escritural de determinada comunidade.” (SANTOS, 2012, p. 20), devendo ser

obrigação de todos que militam com o texto e/ou com acervos documentais (arquivistas, historiadores e, particularmente, filólogos), contribuindo para perpetuar a memória cultural, histórica, literária e linguística de um povo.

Auerbach (1972, p. 11) define esta Ciência como

[...] conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas.

Rita Marquilhas (2009, p. 1) amplia tal definição ao conceituar a Filologia como

Estudo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. O que é essencial no texto que constitui o objecto da filologia é o seu registro em suporte material, ficando os textos orais excluídos das preocupações desta disciplina. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica sobretudo, que englobava estudos literários e linguísticos, para o conceito estrito de disciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto, daí que a filologia culmine na crítica textual.

Na “contemporaneidade”, considera-se a

Filologia como a ciência do texto, apesar das tensões teóricas e metodológicas que envolvem outras disciplinas que também reconhecem e reivindicam o texto como objeto de estudo. Mas é preciso lembrar que, no contexto arqueológico da Filologia, desde as suas origens, a atividade filológica não se distanciou da exegese crítica, histórica e cultural do texto, considerando suas diversas materialidades e inscrições, sua relação visceral com a cultura e sua vinculação com a língua, a história e o tempo (GONÇALVES, 2018, p. 199).

Definir e estabelecer os limites de atuação da Filologia, “[...] cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica, conforme os autores que a exerceram e até os lugares em que ela floresceu” (SPINA, 1994, p. 82), não têm sido fácil. A Filologia tem definições diversas, como vimos. Em comum, todas elas reiteram que o objeto de estudo é o texto,

[...] manuscrito, datiloscrito, digitoscrito ou impresso, oral ou escrito, tomado para a investigação histórica, filológica, literária e tantas sejam as atividades que envolvam o estudo de um texto. (SANTOS, 2012, p. 19).

Ao recolher, organizar e estabelecer o texto, através da ação de editar, o filólogo realiza uma tarefa crucial para

[...] qualquer pesquisa com o texto, incluindo a pesquisa linguística, visto que a prática editorial pode ser pensada não apenas como um apropriar-se do seu objeto de estudo, o texto, mas uma ação de distinguir, mediar e articular ‘às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições’ (GONÇALVES, 2018, p. 200).

Percebe-se, então, que a Filologia “[...] não é apenas a investigação do instrumento linguístico como tal, apesar de utilizá-lo para penetrar nos textos construídos em determinadas línguas [...]”; ela “[...] segue como auxiliar e ao mesmo tempo como apoio a diversas outras disciplinas” sem, no entanto, deixar de ter a sua própria autonomia enquanto ciência do texto (LOSE, 2010). Por outro lado, dialoga a partir de outro patamar com ciências que, de determinada forma, servem a ela como ancilares. Entre as disciplinas e áreas, seja pelo método seja pelo objeto, associadas à Filologia cujas contribuições são mais lembradas nos manuais utilizados pelos pesquisadores estão a Paleografia, a Diplomática, a Ecdótica, a Codicologia, além, evidentemente, da Linguística e da História

(LOSE, 2010). Posto isso, percebe-se que o labor filológico tem em seu escopo um caráter trans e pluridisciplinar. É transdisciplinar porque fornece matéria-prima para outras áreas do saber e a pluridisciplinar pelas “[...] relações complementares entre disciplinas mais ou menos afins” (LOSE, 2010).

A PALEOGRAFIA E A CODICOLOGIA NA LEITURA, DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

A Paleografia e a Codicologia são, entre outras, disciplinas que podem ser acionadas na leitura, descrição e interpretação da “dimensão material do texto: o livro, o documento e a letra que o enformam” (MARQUILHAS, 2009). Sobre isso, Saul António Gomes (2018, p. 290) afirma

[...]a Paleografia intermedeia a leitura do documento ou do livro antigo, recorrendo a métodos analíticos” que buscam “a arqueologia do morfema, procurando disponibilizar ao leitor contemporâneo, ultrapassada a fase heurística, uma lição que é uma reescrita do texto paleográfico.

Isso porque todo documento escrito implica um suporte ou veículo que sustente e transmita a mensagem ou assunto (texto);

[...] um conteúdo textual expresso com linguagem, vocabulário, escrita, estilo, fórmulas peculiares com a natureza e a relevância do tema em relação direta com a época, chancelaria, tabelionato, lugar, ambiente cultural, autor(es) e destinatário [...]

com finalidade e ideologia determinadas; “[...] estruturação e formalidades variáveis e identificadoras que lhe servem de garantia [...]”, como afirma Piqueras García (1999 *apud* BELLOTTO, 2008, p.

5). Tais princípios compõem os elementos externos (extrínsecos) e internos (intrínsecos) que, em conjunto, formam o documento, conferindo-lhe características diplomático-paleográficas muito peculiares, que o tornam único.

Para quem lida com documentos de acervos especiais, que constituem um conjunto patrimonial diferenciado, tais características são de grande relevância para identificação dos manuscritos, para sua salvaguarda e para indicação pontual de estado de conservação. São importantes também para análises de autenticidade, veracidade, originalidade. E são de grande valia para pesquisas de fontes primárias, pois ajudam pesquisadores futuros na localização de suas fontes com maior discernimento.

Acresce, ainda, que no verdadeiro rigor da palavra, interessam à Paleografia todas as formas e enunciações da escrita, manuscrita e também não manuscrita, códices, incunábulo e livros antigos, presentes e inscritos no documento e/ou no monumento que demarca o passado histórico. A compreensão paleográfica dos estratos documentais do passado, hoje em dia, importa tanto aos manuscritos como aos impressos, testemunhos mecanicamente diferenciados, quanto à sua produção, é certo, mas social e intelectualmente comuns em matéria de problemáticas fundadoras próprias da fenomenologia histórica da escrita (GOMES, 2018, p. 290).

É nesse cenário que se inserem os contributos da Paleografia e da Codicologia no que concerne à descrição, à leitura para posterior interpretação do texto e das suas entrelinhas.

O termo Paleografia apresenta diversas acepções. “Por *Paleografia* compreende-se o estudo da escrita antiga, conforme a etimologia grega da palavra: *paleos* (antiga) e *graphein*, (escrita)” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 15). Em seu manual, intitulado

Noções de Paleografia e de Diplomática, Berwanger e Leal elencam as principais conceituações desta Ciência em épocas pretéritas:

- Jesus Munoz y Rivero: ‘Paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos tendo em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita em todos os séculos e nações, seja qual for a matéria em que ela apareça’;
- Maurice Prou: ‘E a ciência das antigas escritas e tem por objeto a decifração dos escritos da Antiguidade e Idade Média’;
- Ricardo Roman Blanco: ‘E a ciência que nos ensina a ler e interpretar corretamente documentos manuscritos antigos, ocupando-se essencialmente com a origem e evolução da escrita’;
- Salomon Reinach: ‘Paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos’;
- Agustin Millares Cario: ‘Paleografia é a ciência que trata do conhecimento e interpretação das escritas antigas e que estuda as suas origens e evolução’;
- Ubirajara Dolácio Mendes: ‘Paleografia é a arte de ler documentos antigos’;
- José Van Den Besselaar: ‘É o estudo metódico de textos antigos quanto à sua forma exterior. Abrange não só a história da escrita e a evolução das letras, mas também o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever’;
- João Pedro Ribeiro: ‘Paleografia é a parte da Diplomática que, pelo caráter da letra em que se acham os documentos antigos, nos ensina a julgar sua idade, veracidade e ainda a determinar o território ou a nação a que pertencem’;
- Roberto Piragibe da Fonseca: ‘É o estudo da genética dos velhos manuscritos’;
- Mário Curtis Giordani: ‘A Paleografia estuda os textos antigos investigando seus caracteres externos, desde o material e instrumentos empregados para escrever até a origem e evolução da própria escrita’;
- João Eurípedes Franklin Leal: ‘E o estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição’ (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 15).

Observa-se que em comum as definições apresentam a Paleografia abrangendo a “história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever”, possibilitando sua leitura

e transcrição, além da determinação de sua data e origem. (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 15). Segundo os autores, a Paleografia pode ser “considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. E arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 16).

Eliana Brandão Gonçalves (2018, p. 126) acrescenta que a “Paleografia estuda o desenvolvimento da escrita, além de outros problemas que envolvem o texto, entre os quais o problema das abreviaturas e das mudanças impressas pela transmissão textual”.

Nessa perspectiva, o estudo paleográfico vai além da história do desenvolvimento da escrita, envolve também o suporte da escrita ou a matéria, na qual se inscreve, ou seja, o conhecimento dos materiais e de todos os instrumentos para escrever como, entre outros, o estilete, o cálamo, a pena, e a tinta, conforme Eliana Brandão Gonçalves (2018). No entanto, sabemos que a Paleografia, muito além de técnica e de arte, muito além da teoria e da sua inegável funcionalidade como atividade auxiliar, é uma ciência por si própria com objeto e método de interpretação que possibilita, por si ou acionando diversos outros conhecimentos, análises críticas e metacríticas (LOSE; SACRAMENTO, 2018; GOMES, 2018).

É usual datar-se o surgimento dos estudos paleográficos no século XVI, mas já na Idade Média e Renascimento surge considerável número de trabalhos de caráter paleográfico (transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc.) que não tinham pretensões de tratados críticos, não procurando estabelecer uma classificação científica ou a determinação da antiguidade das escritas, conforme Berwanger e Leal (2008). Atribui-se, recorrentemente, sua criação à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) em função da intensificação do labor paleográfico, devido a “uma verdadeira avalanche de documentos falsos e

falsificados que exigem de juízes e tribunais um exaustivo trabalho de crítica” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 16).

Controvérsias e polêmicas ocorreram na Alemanha, Itália, França e Inglaterra sobre direitos feudais e eclesiásticos, cujos documentos depositados em arquivos particulares e nos mosteiros foram qualificados de falsos. Foi o que se denominou de ‘Guerra Diplomática’ (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 16-7).

A Paleografia, como campo de conhecimento sistematizado, surgiria logo após. A sua história pode ser dividida em dois períodos: o de formação (fins do século XVII e primeiro quartel do século XVIII) e o de afirmação (daí até nossos dias), como afirmam Berwanger e Leal (2008).

O primeiro período da Paleografia confunde-se com a Diplomática. Isso porque inicialmente elas vão despontar graças a uma polêmica entre religiosos. O padre holandês Daniele Van Papenbroek (1628-1714) publicou, em 1675, a obra *Propylaeum antiquarium circa veri acfalsi discrimen in vetustis membranis* (Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos), como prefácio ao segundo volume dos *Acta Sanctorum*.

Tratava-se de uma rigorosa crítica diplomática que impugnava a validade de boa parte dos documentos conservados nos arquivos dos mosteiros beneditinos franceses, especialmente os da Abadia de Saint-Germain-des-Prés, próxima a Paris e habitada pelos monges da Congregação de São Mauro. Assim, esta obra também dava as normas da crítica diplomática. A secular tradição beneditina ficava, portanto, abalada em seus fundamentos (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 17).

Coube a D. Jean Mabillon (1632-1707), membro da referida Abadia, preparar a sua defesa. A obra resultante dessa defesa levou

seis anos para ficar pronta. Publicada em 1681, sob o título *De re diplomática libri VI*, a obra refuta a de Papenbroek,

[...] assinalando o nascimento da Diplomática e da Paleografia. Baseado em grande acervo de manuscritos e diplomas, o autor estabelece os princípios básicos da Diplomática. (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 18).

O segundo período da Paleografia, a partir do século XVIII, é marcado pelo fôlego de tais estudos, passando a constituir cátedras universitárias. Sintetizando este novo período na História da Paleografia, Berwanger e Leal (2008, p. 20) afirmam que

[...] três fatos importantes que caracterizam o novo período [...], isto é, o período moderno iniciado em fins do século XVIII e desenvolvido no começo do século XIX: a) a Paleografia latina afirma-se como ciência distinta das outras; b) é aplicada a fotografia na reprodução dos fac-símiles; c) novos materiais paleográficos são descobertos, inclusive palimpsestos. Após o final da primeira metade do século XX, a Paleografia passou a ser vista como uma técnica, com fins mais pragmáticos e objetivos, cada vez mais incorporada aos currículos universitários, deixando de ser uso exclusivo e domínio de poucos.

No Brasil, a Paleografia foi praticada em meados do século XIX, motivada pelo surgimento dos Institutos Históricos e Geográficos, ávidos pela documentação histórica, de acordo com os estudos de Dias e Bivar (2005), citados por Gonçalves (2018, p. 127).

Na contemporaneidade, a práxis da pesquisa paleográfica têm sido compreendidas, de acordo com Gonçalves (2018, p. 128), como a

[...] ciência da escrita, resultante das atividades humanas e da nossa expressão social e cultural, estudando, nesse sentido, os seus registros gráficos em geral, a finalidade ideológica e os modos de escrever e suas inscrições em

variados suportes, tipos caligráficos e materiais, nos diversos momentos da história.

É a paleografia em contexto analítico, embasada em um “método de abordagem global, no qual reivindicam estudos de variados testemunhos escritos” (GONÇALVES, 2018, p. 128). Armando Petrucci inaugurou, em 1962, este método de abordagem mais global que incorporou às questões fundamentais da Paleografia tradicional (*o que, quando, onde e como*) duas outras perguntas: *quem escreve e por que escreve* busca responder nessa procura, por

[...] uma nova história das práticas de produção e uso da cultura escrita, é necessário atentar-se aos contextos sócio-culturais, as formas e condições de produção do texto, os usos sociais da escrita de forma mais ampla e reflexiva, visto que os textos registram variados modos de confrontos pelos diversos segmentos sociais (GONÇALVES, 2018, p. 128).

Nessa perspectiva, reitera-se que

[...] o papel da Paleografia já pode deixar de ser narrado como exclusivamente auxiliar de qualquer que seja a vertente de pesquisa, uma vez que é possível vislumbrar, através da leitura dos textos [...], um esforço de reflexão que toma a escrita como objeto e a investiga a partir de dispositivos de leitura material, cultural, social, econômica etc. (LOSE; SACRAMENTO, 2018, p. 6).

Para Saul António Gomes (2018, p. 291),

[...] importa cultivar uma Paleografia como ciência sempre em aberto, histórica pela sua raiz e objeto de estudo, interdisciplinar pelas suas valências no universo acadêmico, relevante entre os saberes nossos contemporâneos pela abrangência das suas problemáticas e originalidade das respostas e propostas analíticas dos seus cultores.

Aliada à compreensão da escrita, em seu contexto sócio-político, e dos traços particulares que a caracterizam em cada documento, está a compreensão das especificidades do documento no que concerne aos elementos (internos e externos) materiais empregados em sua confecção. Fornecer os instrumentais para descortiná-los compete à Codicologia.

De acordo com Ana Virgínia Pinheiro (1995, p. 125), tanto a Codicologia quanto a Documentação ao longo dos anos, “[...] não desenvolveram corpo teórico capaz de fundamentar a análise de documentos manuscritos antigos.”. Isso porque ambas não são

[...] ciências exatas e, portanto, estão sujeitas a múltiplas interpretações tanto do seu objeto – o documento manuscrito antigo –, quanto da sua evolução e de matérias afins e relacionadas: Bibliologia, Bibliografia, Tipografia, Numismática, Heráldica, História do Livro e das Bibliotecas, Paleografia (PINHEIRO, 1995, p. 125).

Como disciplina, a Codicologia, conforme Pinheiro (1995, p. 125), é relativamente

recente e se ocupa dos livros anteriores à aparição do livro impresso, propriamente dito, expondo a todos que se ocupam da sua normalização a notável diferença entre o conhecimento disponível até o século XIX e as práticas atuais das instituições de guarda.

Ela trata do estudo da técnica do livro manuscrito, isto é, do códice, possibilitando a compreensão dos “diversos aspectos da confecção material primitiva do códice” (CAMBRAIA, 2005), bem como “uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos” (CAMBRAIA, 2005). Para Spaggiari e Perugi (2004), a Codicologia é a “disciplina que estuda os manuscritos, ou códices, em seu aspecto material”, destacando os elementos externos e internos que os constituem. No entanto, atualmente, é corrente a abrangência

do escopo da codicologia *stricto sensu* para uma compreensão mais lata das definições de “códice”. Assim, é a partir da codicologia que se observam os manuscritos brasileiros do período colonial, por exemplo.

OS MANUSCRITOS “604” E “604-1” DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: ASPECTOS PALEOGRÁFICOS E CODICOLÓGICOS

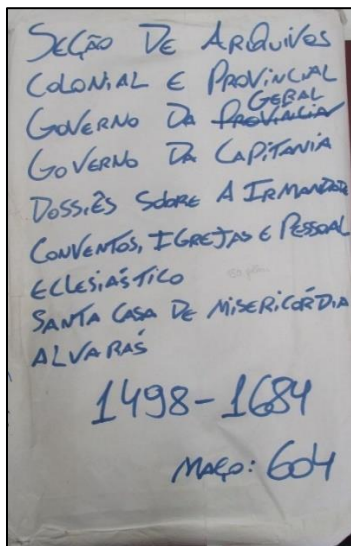
Os Manuscritos, objetos de estudo desta investigação, estão sob a custódia do Arquivo Público da Bahia e registram em seus fólios informações referentes às Santas Casas de Misericórdia de Portugal e da Bahia.

O primeiro deles é o “604” - *Dôssies sobre a Irmandade, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiásticos/Santa Casa de Misericórdia da Bahia/Alvarás 1498 – 1684*, cuja numeração foi atribuída pela Instituição custodiadora. É um documento encadernado em único volume que mede 420mm X 370mm. Os seus registros trazem um conjunto de documentos relativos aos conventos, às igrejas, ao pessoal eclesiástico e aos alvarás da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. O volume em questão está em bom estado de conservação, apesar de alguns fólios terem sofrido danos (manchas, perda de suporte etc.). Tal maço é constituído por cento e cinquenta (150) fólios com numeração posterior lançada a lápis no ângulo superior direito do recto, sendo que desses apenas noventa e um (91) apresentam mancha escrita no recto e no verso. Não possui ou não apresenta mais Termos de Abertura e de Encerramento, como era de se esperar para o tipo de lançamentos a que se destinava. Os fólios, todos do mesmo tamanho e papel, medem 410mm x 370mm. Em geral,

apresentam 45 linhas escritas por fólho. Os fólhos que apresentam mancha escrita estão divididos em duas partes: a primeira, cujo início é marcado pela presença do “Index” (fólhos 1r, 1v e 2r) com os alvarás contidos no volume e o final marcado com índice remissivo (fólhos 50v, 51r e 51v) e a segunda, iniciada no fólho 52, com a inscrição “Cópias de Alvarás/ Santa Casa de Misericórdia/ 1644 – 1678, e concluída no fólho 90v.

Esse volume está envelopado com papel mata-borrão, com as indicações de conteúdo, data e cota do documento escritas em tinta hidrográfica azul e amarrado com cadarço largo de algodão (Figura 1). Junto a ele, há uma ficha catalográfica do Arquivo Público do Estado da Bahia impressa e com os dados manuscritos a lápis sobre o respectivo documento (Figura 2). Dentro do referido invólucro de mata-borrão, encontra-se outro feito de papel de gramatura média, que faz às vezes de sobrecapa envolvendo o volume e ratificando a informação citada no envelope anterior.

Figura 1 - Maço 604 envelopado com papel mata-borrão



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 2 - Ficha catalográfica com os dados do respectivo Manuscrito

COLONIAL/PROVINCIAL - Doc. Nº:	604
Data de Revisão:	29/03/2018
Revisado por:	ADAM
Nº de Folhas:	150
Folhas restauradas:	NÃO
Estado de Conservação:	<input checked="" type="checkbox"/> BOM <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> RUIM <input type="checkbox"/> S.C.U.
Organizado em ordem cronológica:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Períodos reais:	1498 - 1684
Observações:	SANTA CASA

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

A encadernação, “[...] operação de juntar as folhas de um livro, costurando cadernos e cobrindo o corpo do volume com uma capa mais grossa e mais sólida que a folha vulgar [...]” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 280), surge com a invenção do códice, visando dar ao volume uma unidade material que facilitasse a sua leitura e o preservasse da destruição e de possíveis perdas.

A qualidade dessa cobertura, que permitisse uso conveniente e proporcionasse ao mesmo tempo resguardo do conteúdo, era naturalmente determinada em larga escala pela forma do livro (MCMURTRIE, 1965, p. 553).

As encadernações podiam ser feitas com diversos materiais: madeiras, peles (como pergaminho), papéis, tecidos ou telas. O Manuscrito 604 parece não possuir mais sua capa original. Ao abrir a sobrecapa de papel já mencionada, encontra-se uma folha que deve ter sido a folha de guarda volante, em papel mais grosso e já muito danificado, com perda de suporte e rasgos e com indícios de uma tentativa grosseira de “restauro” feito com tiras de papel coladas sobre as partes rasgadas. Veem-se também manchas causadas pelo excesso de cola usada na tentativa de recuperação sobre a folha. (Figura 3).

Figura 3 - Folha de rosto do Manuscrito 604. Destacam-se as perdas de suporte e os danos provocados por agentes físicos



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

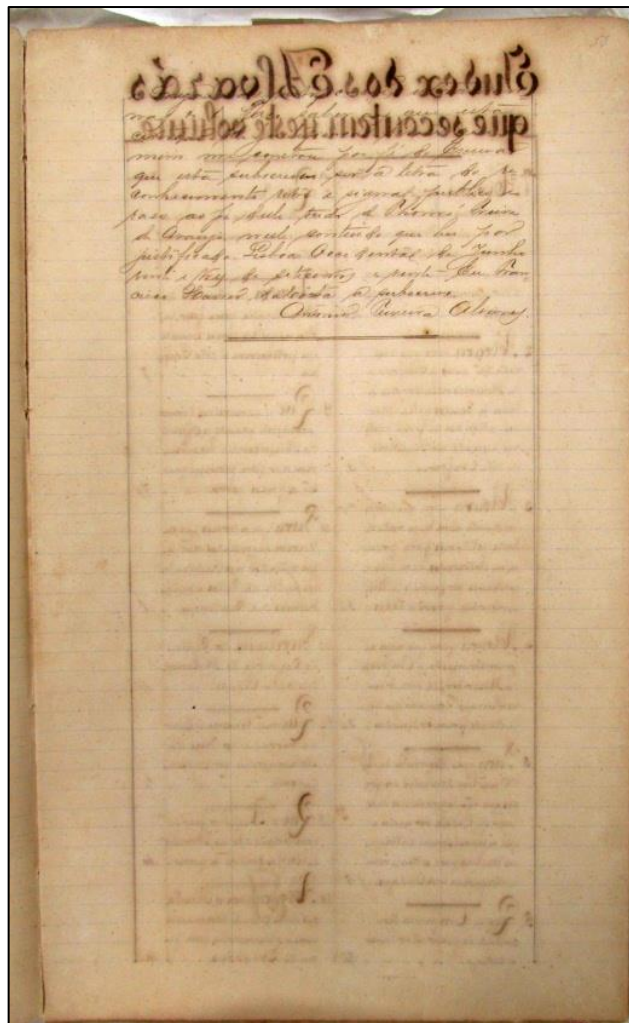
Outro elemento que compõe a encadernação é a lombada, a “[...] parte do livro oposta ao corte dianteiro ou aparo das folhas onde são costurados os cadernos e em que se aplicam o título, o nome do autor ou outros elementos” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 473). O volume 604, no entanto, também não apresenta mais lombada. Nas extremidades do lombo de um volume encadernado, na cabeça e no pé, junto ao corte, normalmente, encontra-se o cabeceado ou cabeçado – pequeno cordão colorido, em geral de seda ou de algodão mercerizado, que sobressai ligeiramente dos cantos superior e inferior do manuscrito, usado para ornamentar e reforçar a lombada. Nas

encadernações mais antigas ou de arte, o encadernador utilizava uma tira de seda ou algodão trabalhada à mão para reforçar e adornar a lombada. Nas encadernações mais modernas, esse elemento foi substituído por uma tira de tecido colada nesses lugares. O volume aqui apresentado, no entanto, também não possui mais o seu, muito provavelmente existente, cabeceado original.

Abrindo-se um volume encadernado, ver-se-ão, no início, as suas guardas – folhas que têm como função prender as capas às páginas internas do livro. O Manuscrito 604 apresenta folha de guarda apenas na parte da frente.

O suporte, elemento importante na constituição de todo e qualquer livro, no volume “604” é o papel pautado e de gramatura média na cor pardacenta (Imagem 4). Além do suporte, outro elemento necessário à feitura do livro é a tinta. Isso porque, a depender de sua composição, ela pode manchar e danificar o documento ou desbotar até o extremo, interferindo, desse modo, na leitura do texto. O manuscrito “604”, com exceção das anotações posteriores, é integralmente escrito em tinta ferrogálica (Figura 4).

Figura 4 - Papel pautado – suporte para escrita e Tinta ferrogálica no Volume “604”



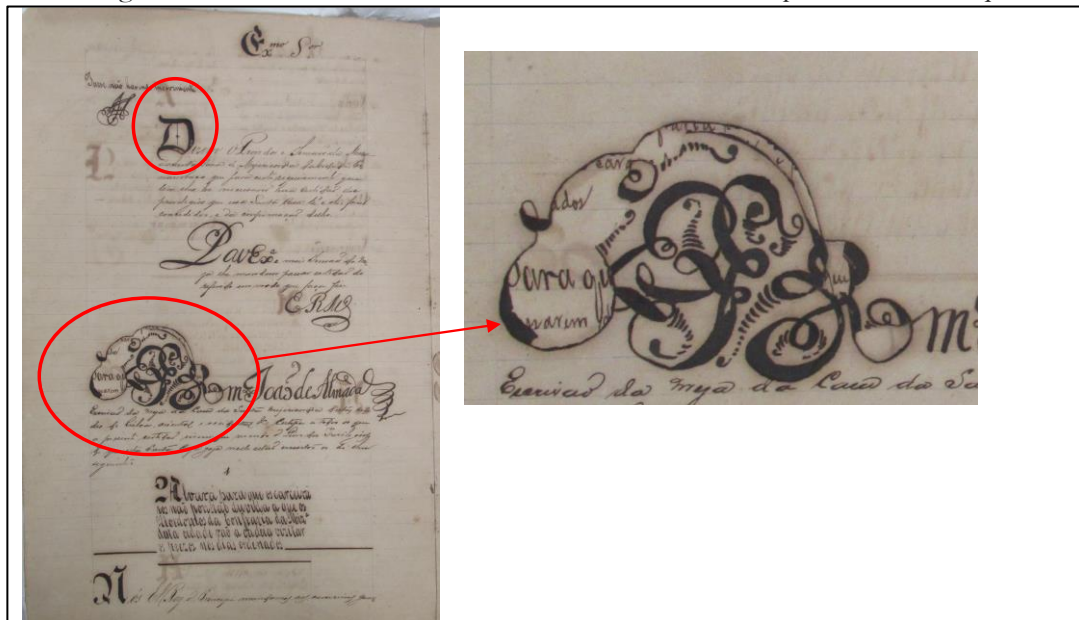
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

A folha de rosto no Manuscrito “604” traz, no centro, anotações posteriores na cor azul com a informação do conteúdo do documento e a numeração atribuída a ele “Copias de Alvarás/604”; em seguida, com tinta ferrogálica, a espécie documental presente no volume “Alvarás” e, por fim, três códigos, ainda não decifrados, escritos na cor vermelha. É possível perceber nesta folha-de-rosto a ação de agentes físicos e de fungos, provocando manchas amarronzadas e pontos de foxing.

Observa-se a presença de letras capitulares (Figura 5) em todo manuscrito. Tais letras, pelas dimensões, excesso de tinta e,

principalmente, pela ação do tempo, provocaram manchas em fólios anteriores e posteriores ao fólio em que aparece, além de perda no suporte.

Figura 5 - Fólio 16r do Manuscrito “604”. Em destaque, as letras capitulares



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

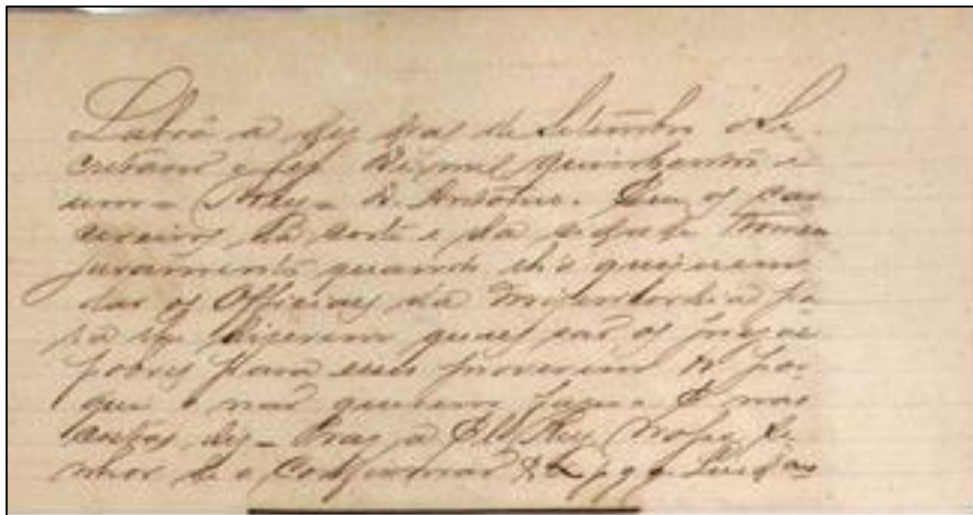
Aparecem linhas contínuas para preenchimento dos espaços deixados no final dos documentos, bem como para destacar o início de outro. Há em alguns fólios o uso de linhas pontilhadas para preenchimento dos espaços ao final dos documentos.

Internamente, o Manuscrito “604” é constituído pelo traslado de 90 fólios, em sua maioria no recto e no verso. Os documentos nele contidos foram escritos em Língua Portuguesa. As *scriptae* são em letra cursiva, inclinada para direita, bem traçada (traçado regular e caligráfico) e organizada.

Há um índice na primeira parte do volume no qual são listados os documentos trasladados nos fólios seguintes. A disposição dos documentos no manuscrito corresponde à mencionada no índice. Como era de se esperar, considerando as especificidades do

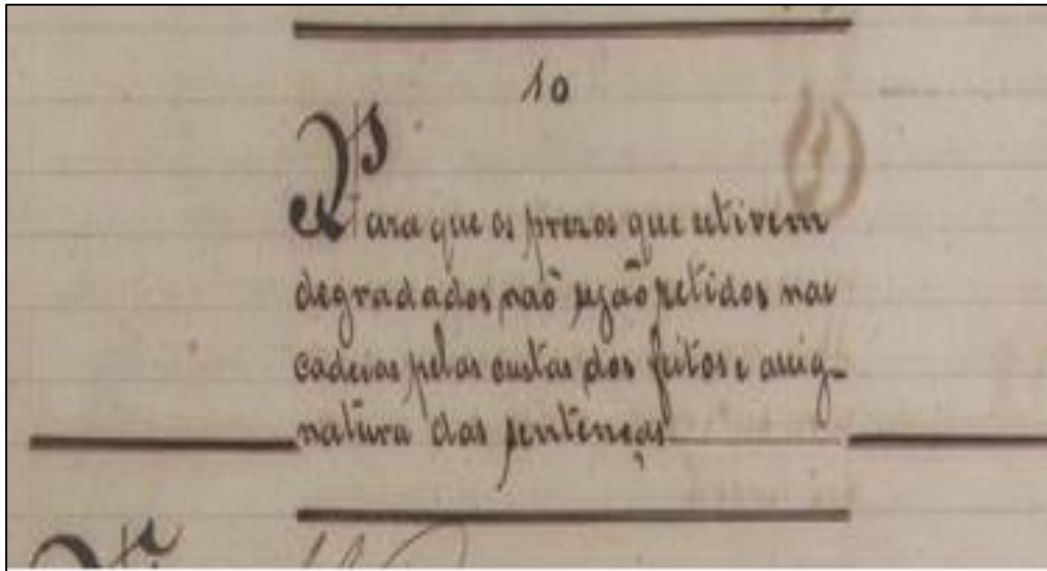
manuscrito em questão e o fato dele percorrer um longo período de registros, aparecem várias “mãos”, vários *scriptores*, resultando em diversas *scriptae*, das quais foram identificadas sete (7) ao longo do volume. Reitera-se que as *scriptae* aqui elencadas refletem apenas as “mãos” dos que escreveram os documentos, desconsiderando, assim, as dos demais envolvidos. As características dos punhos de tais *scriptores* serão identificadas ao longo da pesquisa. As Figuras (6, 7 e 8) a seguir mostram algumas das diferentes *scriptae* que aparecem no referido manuscrito.

Figura 6 - Fólio 6r do Manuscrito “604”. Em destaque, *scriptae* I



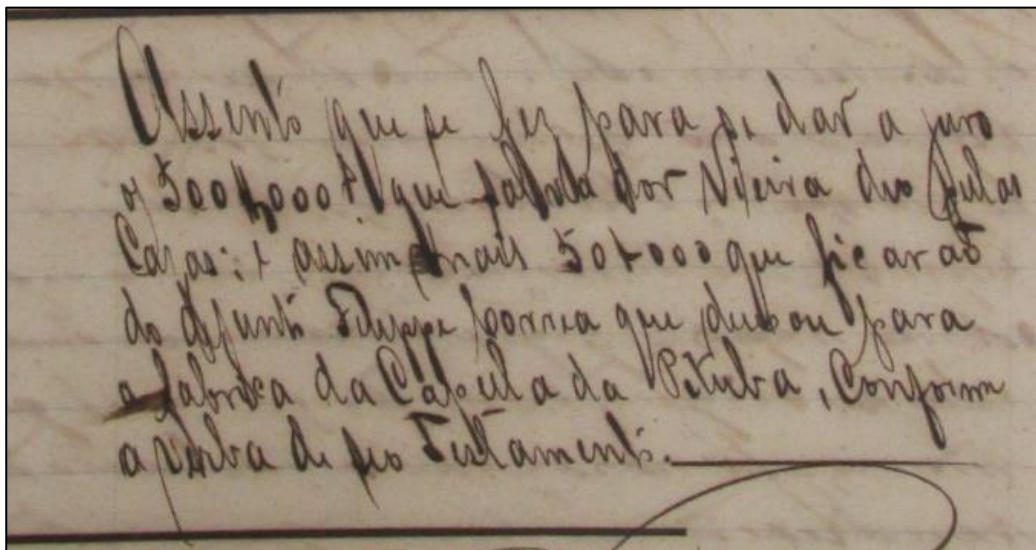
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 7 - Fólio 6r do Manuscrito “604”. Em destaque, *scriptae* II



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 8 - Fólio 68r do Manuscrito 604. Em destaque, *scriptae* III



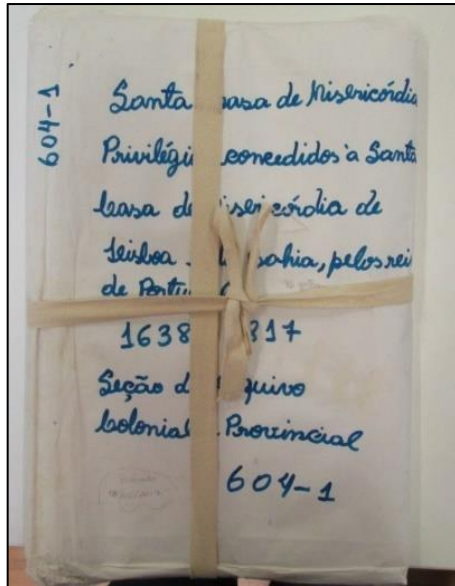
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Em relação ao conteúdo, o Manuscrito “604” traz documentos devidamente numerados. Aparecem neste volume diversas espécies documentais (carta, alvará, petição etc.). Esse acervo documental traz informações sobre os diversos ramos de serviços prestados à sociedade pela Santa Casa de Misericórdia, mais especificamente, a da

Confraria da Bahia. Nele, encontram-se registros da administração do Hospital de Todos os Santos, dos cuidados com os presos, da atenção aos mais necessitados, das deliberações do Reino Português para a gestão adequada dessa Confraria. As informações contidas nele dialogam com o Manuscrito 604-1, apesar de serem de épocas distintas. Os conteúdos reiteram a participação da Santa Casa de Misericórdia na assistência às populações mais pobres no Período Colonial.

O segundo Manuscrito é o “604-1” – *Privilégios concedidos à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, pelos reis de Portugal 1638 – 1817*. Em um volume, o “604.1” mede 420mm x 370mm e, como a identificação específica, faz menção aos privilégios concedidos pelos Reis de Portugal às Santas Casas de Misericórdia de Lisboa e da Bahia, no período de 1638 a 1817. Tal volume está, de modo geral, em bom estado de conservação, considerando a ação do tempo, e não apresentando indícios de restauro. Os fólios também apresentam marcas da ação de agentes físicos (manchas, ferrugem, perda de suporte devido ao excesso de tinta ferrogálica etc.). Assim como o anterior, esse manuscrito está envelopado em papel mata-borrão, com as indicações de conteúdo, data e cota do documento escritas em tinta hidrográfica azul e amarrado com cadarço largo de algodão (Figura 9). Além destas informações, há uma anotação posterior feita com caneta esferográfica na cor azul, onde se lê “Revisado 08/02/2017”. Junto ao Maço “604-1” há uma ficha catalográfica do Arquivo Público do Estado da Bahia, muito semelhante a do Maço “604” (Figura 10).

Figura 9 - Maço “604-1” embalado com papel mata-borrão



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 10 - Ficha catalográfica do Arquivo Público do Estado da Bahia

COLONIAL/PROVINCIAL - Doc. N°:	604-1		
Data de Revisão:	08/08/2017		
Revisado por:	TOM FERREIRA		
N° de Folhas:	96		
Folhas restauradas:	NÃO		
Estado de Conservação:			
<input checked="" type="checkbox"/> BOM	<input type="checkbox"/> REGULAR	<input type="checkbox"/> RUIM	<input type="checkbox"/> S.C.U.
Organizado em ordem cronológica: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
Períodos reais:	1638-1817		
Observações:			

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Ao se abrir tal envelope, encontra-se outra embalagem feita de papel de gramatura média, que envolve o volume e ratifica a informação citada na embalagem anterior. Essa segunda embalagem não está colada à capa do volume e funciona, assim como no caso anterior, como uma espécie de sobrecapa.

A encadernação no manuscrito “604-1” é bastante simples. A capa e a contracapa do referido manuscrito são feitas de papelão revestido com percalina na cor preta, apresentando pequenos danos.

A lombada do volume em estudo encontra-se incompleta e não apresenta ornamentos, nem inscrição nas partes ainda existentes. Há apenas uma pequena etiqueta de papel colada, bastante danificada, em que existe uma inscrição datilografada com as informações sobre o conteúdo do manuscrito e a numeração posterior, na vertical e na horizontal, atribuída a ele inscrita em tinta hidrográfica azul.

O Manuscrito “604-1” possui noventa e seis (96) fólios numerados e rubricados no ângulo superior direito do recto, sendo

que desses apenas sessenta e três (63) apresentam mancha escrita no recto e no verso. Não possui Termos de Abertura e de Encerramento. Os fólhos, todos de tamanho regular, medem 420mm x 370mm. Em geral, o documento apresenta 42 linhas escritas por fólho. O cabeceado ou cabeçado nesse volume é de algodão colorido, predominando o tom vermelho. No volume em estudo, as folhas de guarda e a retaguarda são de papel fantasia de tonalidades amarronzadas.

No Maço “604-1” há na folha de guarda uma etiqueta (Figura 11) que auxilia sobremaneira na localização geográfica e cronológica do documento. A Livraria Catilina & C. foi uma grande produtora de “livros em branco”, atuando neste endereço – Rua Conselheiro Dantas, nº 21 – e sob esse nome – Catilina & C. –, pelo menos, entre os anos de 1880 a 1890 (MAZZONI, 2021).

Figura 11: Etiqueta da Catilina & C. colada à folha de guarda do manuscrito 604-1.



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

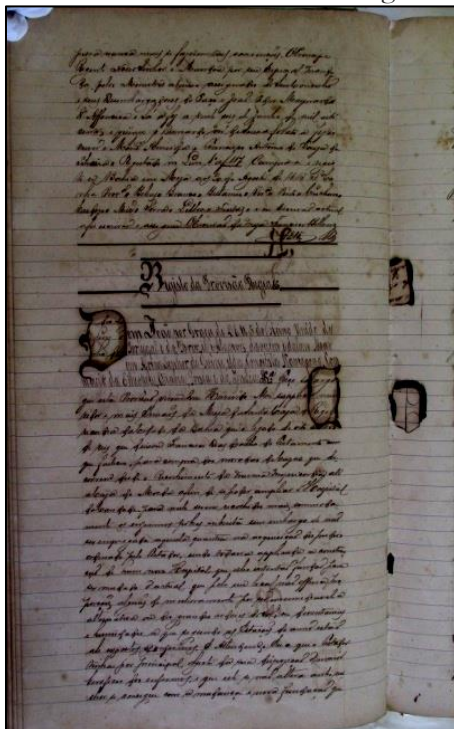
Na folha-de-rosto do volume em estudo aparece apenas uma anotação posterior em tinta hidrográfica azul, correspondendo ao código do volume no Arquivo Público do Estado da Bahia. Além da

numeração, é perceptível a ação de fungos, sujidades e gordura das mãos que manusearam o volume, provocando manchas amarronzadas e cor de ferrugem.

O suporte é muito semelhante ao do Volume “604” – papel pautado, de gramatura média e de cor pardacenta, sem marca d’água.

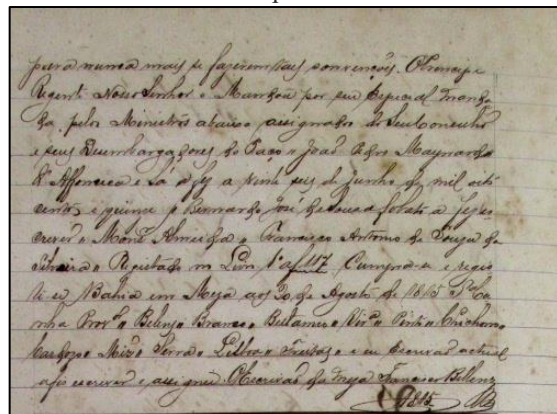
A tinta usada no Maço “604-1” é metaloácida, apresenta cor marrom em decorrência da oxidação provocada pela ação do tempo. À exceção das capitulares mais elaboradas onde houve excesso de tinta, o volume está em bom estado de conservação (Figura 12). É possível, ainda, ver a migração de acidez da tinta de um lado para outro no papel. Além disso, como já mencionado, o excesso de tinta nas letras capitulares em alguns fólios provocou perda de suporte (Figura 13).

Figura 12 - Imagens do Maço “604-1”. Em destaque, excerto do texto escrito com tinta ferrogálica



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 13 - Imagens do fólio 61r do Maço “604-1”. Em destaque, perda de suporte devido ao excesso de tinta nas letras capitulares



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

No volume em estudo, em alguns fólhos (25r, 31r, 38v, 39v e 40v), os *scriptores* utilizam as anotações marginais, que funcionam como emendas, retificando e/ou ratificando trechos do documento de referência. Aparecem, também, em outros fólhos (6v, 7v e 8r) do manuscrito em estudo, anotações marginais posteriores à feitura dos documentos, feita com caneta esferográfica azul, que explicitam a data de cada documento. No fólho 28r desse volume, o *scriptor* utiliza o seu sinal público no final do documento trasladado.

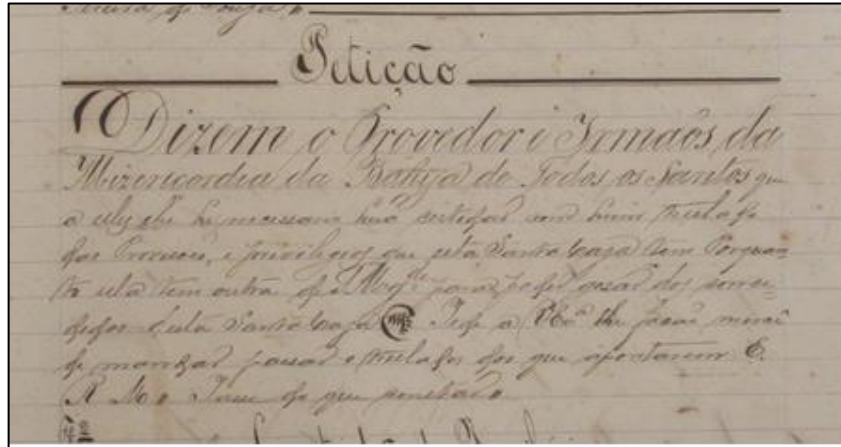
O Manuscrito “604-1” não apresenta ornamentos nos seus fólhos. No entanto, os textos de alguns fólhos (5r, 12r, 18v, 25r, 28r, 34v, 41r, 42r, 42v, 43r, 43v, 44r, 44v, 46r, 46v, 48r, 48v, 49v, 50r, 50v, 51r, 51v, 52r, 55r, 56r, 56v, 57r, 58r, 58v, 60r, 61r, 63r) são iniciados com letras capitulares. Alguns fólhos são iniciados e finalizados com linhas contínuas. Assim como no volume descrito anteriormente, tais linhas, no final, servem para preenchimento dos espaços deixados pelo *scriptor* ao terminar o documento.

No Manuscrito “604-1” foram trasladados sessenta e cinco (65) fólhos escritos no verso e recto. A motivação do traslado certamente foi em razão da preocupação com a perda das informações, em função da ação do tempo e da interferência de insetos, conforme expõe um dos *scriptores* no início do fólho 5r. Desses documentos, sessenta e quatro estão escritos em Língua Portuguesa e um, fólho 29 recto e verso, está escrito em Latim.

No manuscrito supracitado há um “Index”. No entanto, a disposição dos documentos listados no índice não corresponde à disposição no manuscrito. As *scriptae* do Manuscrito 604-1 são em letra cursiva, inclinada para a direita, de modo geral, bem traçada (traçado regular e caligráfico) e organizada. Nesses registros

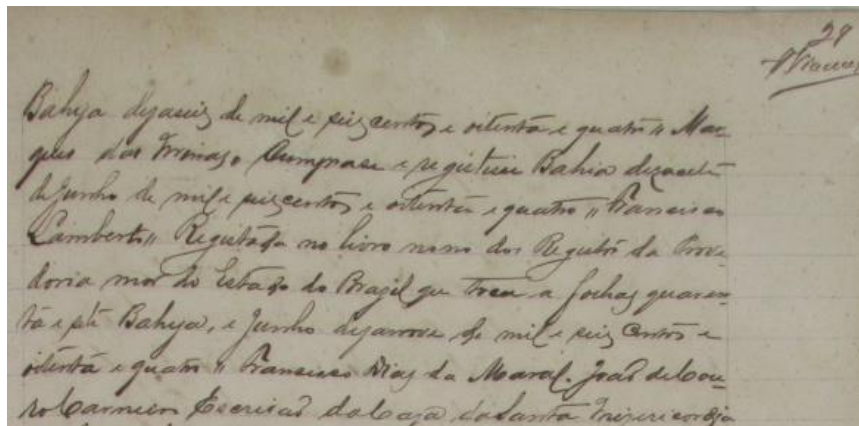
aparecem várias “mãos”, resultando em diversas *scriptae*, das quais foram identificadas 10 (dez) ao longo do documento. As imagens a seguir mostram algumas das diferentes *scriptae* que aparecem no referido manuscrito.

Figura 14 - *Scriptae* I, fólio 2r



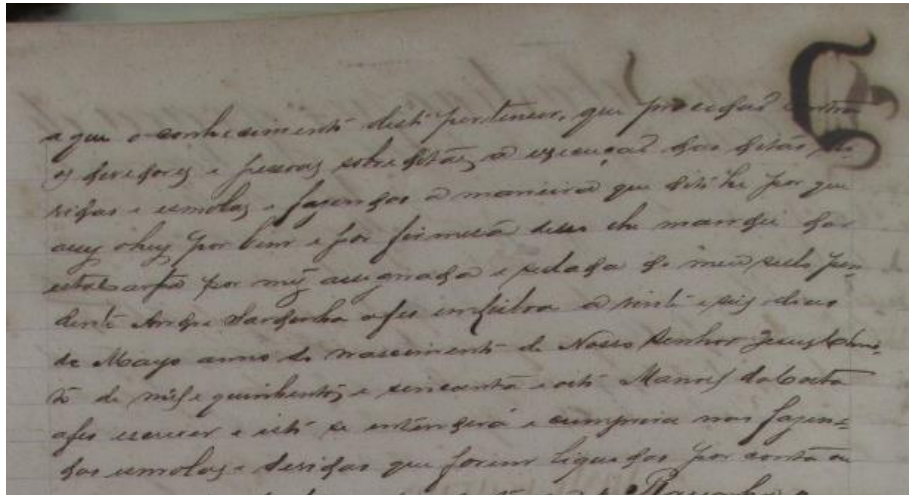
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 15 - *Scriptae* II fólio 29r



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Figura 16 - *Scriptae* III, fólio 25v

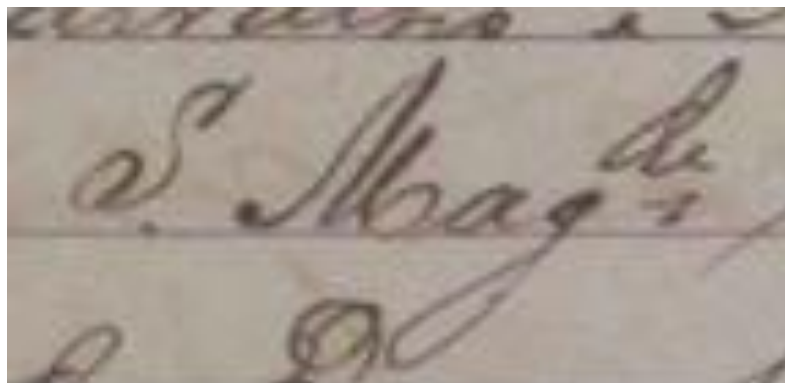


Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

A presença de diversas *scriptae* possibilita vislumbrar peculiares gráficas recorrentes nos documentos. Além da letra maiúscula inicial, em alguns documentos aparecem as letras capitulares. Algumas minúsculas podem gerar dúvidas. Entre as letras que mais apresentam variações na forma de grafar estão o <t>, <s>, <z>, <d>, minúsculos, o <S> e o <D> maiúsculos. Em alguns fólios, o <t> minúsculo se assemelha ao <l>.

No documento em estudo aparecem poucas abreviaturas, muitas delas empregadas para abreviar pronomes de tratamento (Figura 17).

Figura 17 - Fólio 57r “Sua Magestade”



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Em relação ao conteúdo, o Manuscrito 604-1 é formado por documentos que retratam os privilégios concedidos às Santas Casas de Misericórdia de Portugal e da Bahia pelos reis de Portugal no período de 1638 a 1817. Os registros contidos nesses documentos ratificam a função fraternal de tais Irmandades no cuidado de órfãos, presos pobres, doentes, enjeitados e demais necessitados da época. No fôlio 7v, linhas 26-41, o *scriptor* traslada a provisão do Reino para o cuidado com os finados, um dos compromissos dessa Confraria.

Os registros contidos nos documentos do Maço 604-1 trazem informações sobre uma prática recorrente na época: a doação de bens e valores para igrejas, mosteiros, irmandades, confrarias entre outras. Apesar de ser uma instituição leiga, baseada em princípios cristãos, a Santa Casa de Misericórdia recebeu muitas doações registradas em testamentos, como se lê no excerto do fôlio 11v, linhas 16-30.

Além de confirmar a prática de doação, os documentos trazem informações relevantes sobre a administração das Santas Casas de Misericórdia em Portugal e na Bahia, apresentando dados sobre o funcionamento do Hospital, o cuidado com os enjeitados, órfãos, presos pobres, o trato com as mulheres solteiras, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se a importância da Paleografia e das técnicas para ler e interpretar os documentos em estudo. Além disso, na Contemporaneidade, a Paleografia mostra-se importante para (re)conhecer os aspectos sócio-políticos que engendram os diversos textos que circulam na sociedade, especialmente em épocas pretéritas. Em se tratando de manuscritos, não se pode furtar dos conhecimentos da Codicologia para identificar os elementos externos

e internos que compõem os respectivos documentos o que auxilia na compreensão da função social da escrita.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. rev. ampl. Santa Maria, RS: Ed. Da UFSM, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Leitura e Crítica).

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GOMES, Saul António. Paleografia: passado e presente. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 286-293.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 125-142.

LOSE, Alícia Duhá; SACRAMENTO, Arivaldo. Paleografia e suas interfaces. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 6-9.

LOSE, Alícia Duhá et al. Filologia: diálogos possíveis. **V Seminários de Estudos Filológicos** (Anais). 2010.

MARQUILHAS, Rita. Filologia. *In*: CEIA, Carlos (org.). **E-Dicionário de Termos Literários**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2009. ISBN: 988-20-0088-9. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/filologia/>. Acesso em: 12 Fev. 2020.

MAZZONI, Vanilda Salignac de Sousa. **Livros, leitura e tipografia (editora): os caminhos da produção impressa em Salvador entre 1811 e 1950**. Salvador: Memória e Arte, 2021.

MCMURTRIE, Douglas C. **O Livro: impressão e fabrico**. Tradução de Maria Luísa Saavedra Machado. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

PINHEIRO, Ana Virginia. Glossário de Codicologia e Documentação. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 115, p. 123-213, 1995 (1998).

SANTOS, Rosa Borges dos. Filologia e Literatura: lugares afins para estudo do texto teatral censurado. *In*: SANTOS, Rosa Borges dos (org.). **Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a filologia em diálogo com a literatura, história e o teatro**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 19-65.

SANTOS, Rosa Borges dos. A Filologia Textual e a Lingüística. **Revista Cadernos do CNLF**, v. 10, n. 9. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2006. p. 37-50. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/9/04.htm>. Acesso em: Abril 2010.

SOUZA, Luís César Pereira de; CORÔA, Williane Silva. História e Teatro: unidos pela Filologia para estudo do texto teatral censurado. *In*: SANTOS, Rosa Borges dos (org.). **Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a filologia em diálogo com a literatura, a história e o teatro**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-153.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: crítica textual**. 2. ed. São Paulo: Ars Poética; EDUSP, 1994.

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS EM FONTES COLONIAIS DA CAPITANIA DA BAHIA

Rafaela Muniz de Andrade¹
Norma Suely da Silva Pereira²

INTRODUÇÃO

A análise de registros manuscritos do passado possibilita ao estudioso o conhecimento de fatos históricos e sociais que colaboram para a explicação de acontecimentos da atualidade. Em razão da sua característica durável, diferentemente da oralidade, meio anteriormente utilizado para registro e circulação da história, a escrita atribuiu aos processos sociais uma maior garantia e veracidade, através de registros como os documentos notariais redigidos pela Igreja na América portuguesa (PEREIRA, 2018).

Devido ao efeito do distanciamento no tempo e a outros fatores, como a singularidade dos tipos caligráficos e a ocorrência de abreviaturas, os documentos manuscritos apresentam, em geral, elementos dificultadores para a consulta de um leitor não especializado. O pesquisador interessado em fontes manuscritas enfrenta, então, uma árdua tarefa para decifrar o conteúdo dos escritos guardados por anos, tendo em vista também que o acesso ao original nem sempre é possível dependendo do estado de

¹ Graduanda no curso de Letras vernáculas na Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação científica pelo Programa Permanecer. E-mail: rafaelamuniz@outlook.com.

² Professora Associada I do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Escrita e Práticas Culturais*, vinculado ao *Studia Philologica*. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

conservação dos suportes da escrita e da permissão das entidades responsáveis por salvaguardá-los. Como salienta Krüger (2014, p.212), a atividade da Paleografia é requerida desde épocas distantes,

[...] desde que começou a ser necessário registrar e documentar atos jurídicos e administrativos ou interpretar registros e documentos antigos, escritos em caracteres que se tornavam ilegíveis para o comum das pessoas. A Paleografia, ciência que analisa a escrita e os seus processos, é um dos instrumentos que auxiliam e permitem a continuidade das releituras e descobertas.

Com a finalidade de discutir sobre algumas das dificuldades encontradas na leitura de documentos seiscentistas da Bahia colonial, assim como apresentar as características gerais da escrita do período observado, refletindo-se ainda sobre elementos do contexto histórico na América portuguesa, selecionou-se um *corpus* composto de documentos notariais pertencentes ao Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, doravante *LIT*, a partir dos quais se realiza pesquisa no âmbito do Projeto *Filologia e humanidades digitais: estudo de práticas culturais e do léxico em documentos notariais baianos*. Trata-se de documentação já previamente editada semidiplomaticamente e disponível *online* (LOSE; PAIXÃO, 2016), a partir da qual selecionou-se o documento *Termo de medição e Procuração para medição de terras vendidas pela Condessa de Linhares ao Mosteiro de São Bento, na localidade de Sergipe do Conde*, datado de 1618, para o exame de suas características paleográficas, codicológicas e diplomáticas. Para fundamentação teórica utilizaram-se, entre outros, Andrade (2010), Berwanger e Leal, (2008) e Pereira (2018) além de duas obras lexicográficas datadas do século XVIII, Bluteau (1728) e Figueiredo (1913), que

são utilizadas para esclarecer o contexto de vocábulos presentes no documento em análise.

A intenção deste estudo não é realizar uma análise exaustiva dos aspectos paleográficos e codicológicos do documento selecionado, pois do trabalho, realizado com fac-símiles, apresenta, ainda, algumas limitações em função da ausência do contato físico com os originais. Contudo, foi possível organizar os dados levantados pela observação, de maneira a interpretar os aspectos filológicos, adquirindo a compreensão de elementos intrínsecos e extrínsecos ao texto, contribuindo para a percepção de mudanças diacrônicas na língua, além do conteúdo revelado pelo documento abarcando algumas das práticas sociais do período.

CONTEXTO HISTÓRICO: VENDAS E DOAÇÕES DE TERRAS

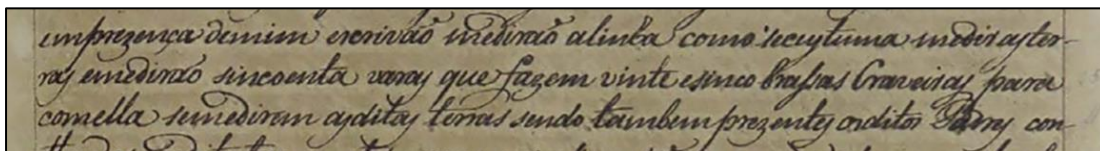
O século XVII é marcado por ser o momento da estabilização dos colonos portugueses na América portuguesa. As instituições colonizadoras avançaram em aproximadamente todo o território, tornando-se, para elas, indispensável também se contraporem em alguns lugares às tentativas de invasão das terras, realizadas por outras nações europeias como, por exemplo, franceses e holandeses.

Conforme assinalam Andrade e Pereira (2019), na época colonial grupos étnicos diversos foram reunidos na América portuguesa para dar andamento ao processo de distribuição e posse da terra. Com a intenção de explorar o amplo território, desfrutar dos elementos da natureza e resguardar-se dos invasores, a Coroa portuguesa utilizou como estratégia a ideia da ocupação e domínio, valendo-se da lei de sesmarias para a doação de porções de terras,

de modo que o território pudesse assim ser melhor explorado e protegido.

A concessão de sesmarias, de acordo com Mota (2012), era realizada com cláusulas específicas a fim de direcionar mais satisfatoriamente o processo mercantil agroexportador, colocando os limites da ocupação territorial, os modos e os canais de produção e os impostos devidos aos cofres públicos. Então, as terras doadas tinham medidas determinadas e estas conferidas pelos profissionais chamados medidores, que utilizavam ferramentas como cordas e linhas para conseguir delimitar o espaço conforme o acordado previamente entre as partes. O excerto abaixo, retirado do documento em análise, ilustra como se dava, na prática, o procedimento artesanal de medição de terras no período:

Figura 1- Prática de medição e demarcação de terras no período colonial



Fonte: *LIT*, f. 105 r, L.19-21

Transcrição:

[...] emprezença demim escrivão mediraõ alinha como secustuma medir as ter/ ras emediraõ sincoenta varas que fazem vinte esinco brassas Craveiras³ para comella semedirem asditas terras sendo tambem presentes os ditos Padres con- [...]

Fonte: *LIT*, f. 104 r, L.8-10. Recorte do fac-símile e transcrição das autoras.

³ Antiga medida de extensão que se faz com os braços abertos desde uma a outra palma das mãos. Correspondente a pouco mais de dois metros (BLUTEAU, 1728, s.v.; FIGUEIREDO, 1913, s.v.).

Os sesmeiros, na realidade, para aumentar os seus domínios territoriais com a imposição da coerção e da violência, nem precisavam do uso da formalidade de um título. O reconhecimento na sociedade, devido ao seu poder, representado pelo domínio de terras com posse de escravos africanos ou indígenas, deixava-lhes expandir sua influência dentro de um meio social desigual (ALVEAL, 2012).

Com certeza, o crescimento demográfico, a partir da metade do período setecentista, foi um dos motivos para que a Coroa admitisse a necessidade de concessões de terras com evidentes limites e em tamanhos reduzidos em comparação com os anteriormente concedidos. A limitação das novas concessões era necessária para assegurar o bem comum e o equilíbrio social (NEVES, 2011).

A Igreja, uma das forças mais influentes do século XVII, tratou de agir nos bastidores enquanto as batalhas campais se expandiam pela colônia portuguesa. Preocupados em conservar a hegemonia lusa e dar continuidade na obra catequética, os religiosos tinham, porém, certo cuidado quanto a um possível comparecimento da Inquisição em terras americanas portuguesas. Devido às diferenças de perspectivas religiosas, ao mesmo tempo em que o Santo Ofício buscava alcançar a pureza da crença católica, os outros religiosos não se preocupavam em manter um padrão de adequação da doutrinação do catolicismo a fé dos catequizandos e ainda por cima eram tolerantes com aqueles que possuíam diferentes crenças (SIGNES et al., 2011).

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS

O *corpus* de análise para o estudo, como já se disse, foi retirado da coleção dos *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia, reunida em 5 livros já editados e disponíveis no meio digital, a qual contempla diversos documentos notariais, datados entre os séculos XVI e XIX. A disponibilidade dos documentos em edições fac-similares no meio digital, juntamente com as suas respectivas transcrições realizadas por meio de edição semidiplomática, tem um papel relevante na ampliação do acesso público de pesquisadores de diversas áreas, estudantes ou curiosos ao conteúdo presente. Desse modo, por exemplo, a aplicação da análise filológica no *corpus* selecionado foi bastante facilitada por se tratar de um documento já editado.

O valor de uma observação desse tipo está principalmente no fato de ela dar o acesso ao conhecimento de diferentes aspectos da escrita apresentando oportunidade de explicar elementos relacionados ao contexto, aplicando assim as funções adjetiva e transcendente da Filologia, nas quais, segundo SPINA (1977, p. 77, grifo nosso), a primeira “[...] *deduz* do texto aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia de autor, a época, bem como a sua avaliação estética (valorização)” (*apud* CARVALHO, 2017, p. 248) e a função transcendente é aquela pela qual,

[...] o texto deixa de ser um fim e si mesmo da tarefa filológica, para se transformar em um elemento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época (SPINA, 1977, p. 77).

A pesquisa em fontes primárias requer por sua vez o exercício da Diplomática, no exame das partes constitutivas do documento, consistindo em um mecanismo fundamental na muitas vezes árdua tarefa de decifrar a grafia de manuscritos de época recuada. Desse modo, identificaram-se algumas das características da escrita dos fólhos em estudo, como o traçado das letras, os tipos de abreviaturas e as marcas características de habilidade do *scriptor* em sua função.

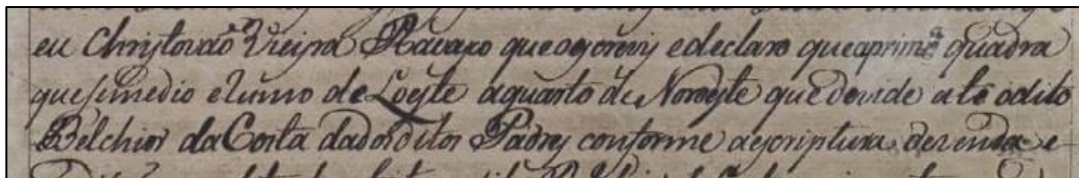
Nos Livros de Tombo são catalogados e armazenados os registros referentes aos bens móveis e imóveis de uma instituição, com a finalidade de definir seus domínios, em desempenho de sua importância econômica, histórica, artística ou cultural. No *corpus* em questão, os documentos referem-se ao patrimônio pertencente ao Mosteiro de São Bento na Bahia. Nessas fontes primárias, compostas por testamentos, autos de posse, inventários, petições, cartas, entre outros de teor notarial, encontram-se dados relativos aos três primeiros de séculos da colonização do território especialmente na Capitania da Bahia, entre outras, abarcando desde a situação histórica do Brasil Colônia até o Brasil Império. Portanto, os documentos utilizados como fonte de pesquisa são de grande valor histórico contribuindo para as demais áreas de estudo (PEREIRA, 2017).

O documento é composto por 6 fólhos, escritos no verso e no recto, contendo 34 linhas cada e apresenta uma escrita perceptivelmente feita por mãos hábeis. Conforme assinala Elias Alves de Andrade (2009), os escrivães, que são os encarregados da tarefa de escrever, são indivíduos letrados, adquirindo, por ofício ou por formação, certamente através do ensino formal, a habilidade da escrita. No documento em análise pode-se observar a escrita regular com relação ao traçado das letras, homogeneidade de seu tamanho,

com poucos borrões ou rasuras, manutenção constante ao limite da pauta e das linhas imaginárias, regularidade na inclinação da escrita, levemente inclinada à direita, raras abreviaturas e anotações nas margens.

A escrita usada é derivada da humanística, um dos tipos de escritas mais utilizadas no Brasil desde o século XVI, com letras cursivas, configuradas de forma corrente, que se ligam umas às outras, possivelmente porque o escrevente deixa de erguer a mão do papel para escrever mais rapidamente (BERWANGUER; LEAL, 2008), apresentando ausência de fronteiras entre várias palavras, sendo esse aspecto o causador de uma maior dificuldade de leitura em algumas situações.

Figura 2 - Termo de medição e Procuração para demarcação de terras



Fonte: *LIT*, f. 105 r, L.19-21

Transcrição:

[...]

eu Chrýstovaõ Vieýra Ravasco que oescrevý edeclaro
que aprimeira quadra que se medio erumo de Loeste
aquarto de Noroeste que deve de até odito Belchior
da Costa dados ditos Padres conforme a escriptura
de venda e [...]

Fonte: *LIT*, f. 105 r, L.19-21. Recorte do fac-símile e transcrição das autoras

A respeito das marcas que caracterizam a habilidade do *scriptor*, Keller (2019) explica que estudos indicam ser provável caracterizar a maior ou menor familiaridade do escrevente com a

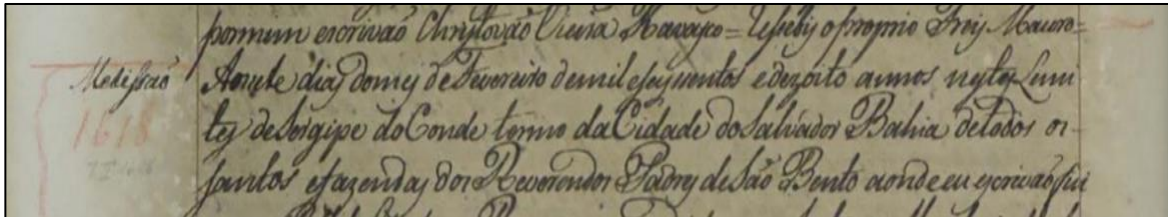
escrita através da análise de aspectos físico-gráficos e gráfico-fonéticos. Relaciona-se a inabilidade na escrita a aspectos físico-gráficos, como, por exemplo, a falta de *cursus*, o traçado das letras sem uniformidade, desrespeito às margens, dentre outros, “[...] pois se pensa que as pessoas com mais habilidades teriam traços mais firmes, letras mais arredondadas e interligadas e apresentariam cursividade homogênea” (KELLER, 2019, p. 44). Então, na figura 1, pode-se comprovar a habilidade do *scriptor* responsável pela redação do documento.

Conforme destaca Pereira (2018), os documentos elaborados na Bahia colonial eram de tradição manuscrita, uma vez que a Imprensa só chega à América portuguesa no começo do século XIX. Assim, o estado precário de manutenção nos acervos e a falta de um modelo caligráfico são, possivelmente, alguns dos desafios mais relevantes com que o pesquisador irá se deparar no estabelecimento do primeiro contato com as fontes primárias. Desse modo, dada a amplitude que envolve o desenvolvimento apropriado do labor filológico na decodificação, leitura, restauração e elucidação das fontes, as ferramentas metodológicas de outras ciências serão importantes para o auxílio na análise de manuscritos.

As dificuldades de leitura são encontradas desde a primeira linha do documento, pois, para a organização do texto, não há um espaçamento ou título que mostre onde o documento anterior termina para este documento iniciar. Uma pista para encontrar o início do documento é a noção de que esses textos seguem um padrão, sempre iniciando com a datação a qual faz menção da data tópica e cronológica, algumas vezes relacionando-a ao nascimento de Jesus Cristo, o que é trabalhoso de se encontrar. Além disso, algumas vezes há sinalizações às margens laterais, que funcionam

como uma espécie de sumário, como se pode observar na imagem a seguir:

Figura 3 - Inscrição marginal: *medissão*



Fonte: *LIT*, f. 103 v, L.18-21

Transcrição:

[...] pormim escriptaõ Chýstovaõ Vieira Ravasco = ressebÿo proprio Freÿ Mauro = Aos sete dias domes de Fevereiro demil e setecientos e dezoito annos nestes Limites de Sergipe do Conde termo da Cidade do Salvador Bahia de todos os santos e fazendas dos Reverendos Padres de São Bento aonde eu escriptaõ fui [...]

Fonte: *LIT*, f. 103 v, L.18-21 Recorte do fac-símile e transcrição das autoras.

Na análise realizada, destacam-se alguns outros contextos que podem representar maior dificuldade à leitura do documento:

VARIAÇÃO NO TRAÇADO DE UM MESMO GRAFEMA

Na leitura da escrita manuscrita, um dos dificultadores é, sem dúvida, a riqueza de possibilidades para o traçado das letras. Conforme define Maia (1986, p. 298)

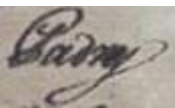
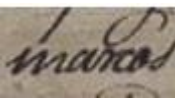
O grafema surge, assim, como uma entidade do sistema grafemático, indivisível em unidades menores que sejam representantes gráficos de unidades da língua falada. Os grafemas definem-se, pois, como unidades mínimas

pertencentes a um sistema grafemático, o qual, embora apresentado um grau de sistematização menor do que a que existia no interior dos sistemas fonológicos, tem a sua estrutura interna própria.

A partir da definição trazida anteriormente para o ‘símbolo gráfico’ (MAIA, 1986), destaca-se no documento em análise a diversificação do traçado de alguns grafemas como o <s>, o <r> e o <d>, os quais serão mostrados a seguir:

O fonema /s/, representado no documento pelos grafemas <ſ> e <s>, foram transcritos como <s> (minúsculo). No final das palavras, como nos exemplos ‘duzentos’ e ‘padres’, verifica-se o uso de um <ſ> caudado ou longo, o qual é diferente daquele que ocorre no dígrafo, no primeiro exemplo, em ‘brassas’. Em outras palavras, também em sílaba final, o <s> aparece de forma curta, como em como ‘marcos’, da forma que ainda hoje utilizamos, ou com uma cauda alongada, como em “duzentos”.

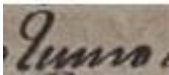
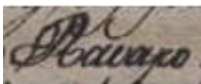
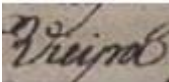
Quadro 1 - Diversidade de traçados do grafema <s>

Traçado	Transcrição	Fonema	Localização
	‘brassas’	/s/	(LIT, f. 105 v, L.11)
	‘padres’	/s/	(LIT, f. 105 r, L.17)
	‘duzentos’	/s/	(LIT, f. 105v, L.17)
	‘marcos’	/s/	(LIT, f. 105v L.23)

Fonte: elaboração própria.

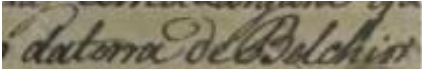
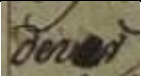
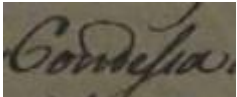
O grafema <R> com um módulo maior tanto pode ser transcrito com maiúsculo, como em ‘Ravasco’ em que o *scriptor* diferencia o estilo com um belo traçado, como pode representar uma minúscula, como em ‘rumo’, que traz no início um <r> com um módulo alto, lembrando o estilo vindo da gótica, ambas representando o fonema /R/, o qual também é representado com um dígrafo formado por dois <r> de módulo curto, como em ‘terra’. Já em ‘Vieyra’, observa-se o uso de uma letra sem cauda para a representação do fonema /r/.

Quadro 2 - Diversidade do grafema <r>

Traçado	Transcrição	Grafema	Localização
	‘rumo’	<r>	(LIT, f ^o 105v L.23)
	‘Ravasco’	<r>	(LIT, f ^o 105 r, L.19)
	‘Vieyra’	<r>	(LIT, f ^o 105 r, L.19)

Fonte: elaboração própria

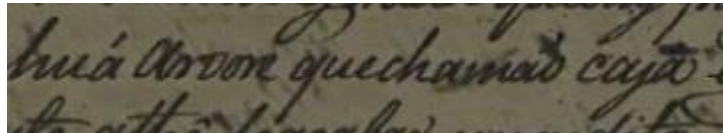
Quadro 3 - Diversidade do grafema <d>

Traçado	Transcrição	Grafema	Localização
	‘da terra de Belchior’	<d>	(f.105v, L.23)
	dever	<d>	(f. 105v, L.11)
	Condessa	<d>	(f. 103 v, L. 23)

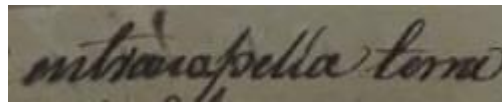
	'[...]de'	<d>	(f.106v, L.33)
---	-----------	-----	----------------

Fonte: elaboração das autoras

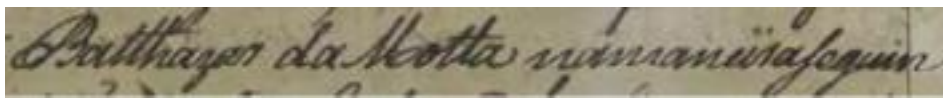
Ausência de fronteiras entre palavras



“[...] huá arvore quechamaõ caja [...]” (f 105v, L.20)



“[...] entravapella terra [...]”. (f 105v, L.11)



“Balthazar da Motta namaneirasequin- [...]” (f 105 v, L. 9)

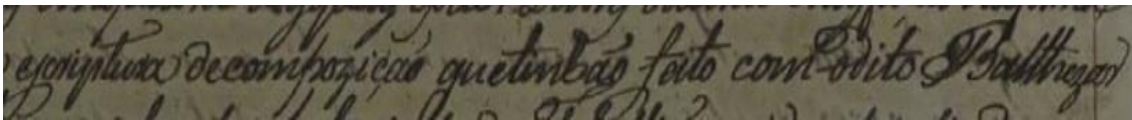
Em concordância com Coutinho (1976, citado por FERNANDES et al., 2015), a língua portuguesa tinha uma ortografia variada, ou seja, não era algo uniforme regido por normas como na atualidade. No século XVI, as palavras eram escritas da forma como se ouvia. Existiam várias ortografias, sendo uma atividade que dependia da subjetividade de cada *scriptor*. O critério adotado nesse período é respeitar tanto quanto possível as letras originárias das palavras. Algumas consoantes dobradas do latim foram herdadas pela língua portuguesa no Brasil até 1911 (FERNANDES, et al. 2015). Alguns dos casos que podem ocorrer são observados com o <l> em appellatio>appellassoens, em abbate>abade, <n> em annu> ano, entre outros. Entretanto, ocorreu a simplificação dessas letras em substantivos comuns com

o tempo sendo utilizado apenas em nomes próprios de modo opcional.

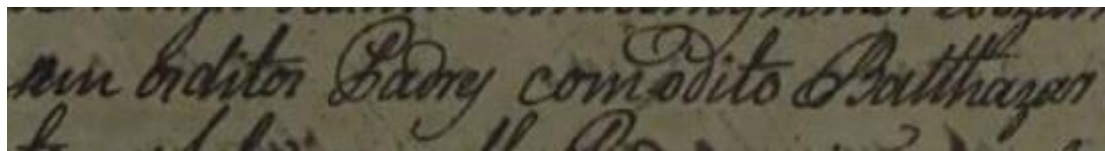
“[...] eu (...)Vieýra Ravasco escriptaõ dos Aggravos e Appellassoens Civeis [...]” (104r, L.14)

“[...]foi dito perante mim Taballiaõ etestemunhas[...]
(f 106v, L.3-4)

Nos trechos apresentados a seguir pode-se observar uma mudança fonética entre *Balthezar* e *Balthazar*:



“[...]escriptura decomposição quetinhaõ feito com odito *Balthezar*” (L1T, fº105 v, L. 5)



“[...] sem os ditos Padres com o dito *Balthazar*” (L1T, fº105 v, L. 9)

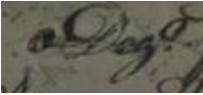
Abreviaturas

Apontada como uma das principais causas de dificuldades a serem encaradas na leitura e transcrição de documentos (FLEXOR, 2008; BERWANGER; LEAL, 2012), a abreviação é conceituada como a representação de palavras de forma reduzida, com “[...] a utilização de sinais e de elementos gráficos” para indicar as supressões (SOBRAL, 2007, p. 10).

No documento em análise, os tipos de abreviação encontrados foram os seguintes: por suspensão ou apócope, quando ocorre a

supressão de elementos finais da palavra, e por letra sobrescrita, quando há a sobreposição de uma letra ou sílaba da palavra. Por contração ou síncope: representa a supressão de letras no meio da palavra (COSTA, 2006).

Quadro 4 - Abreviaturas

Abreviatura	Desenvolvimento	Tipo	Localização
 primer ^a	primeira	Letra sobreposta	(f 105 r, L. 19)
 Dez.	Dezembargador	Letra sobreposta	(f 103 v, L. 22)
 q.	que	Suspensão	(f 104 r, L.2)
 Affonçog ^a tino =	“AfonçoGraciatino”	Letra sobreposta	(f 103 v, L. 26)

Fonte: elaboração própria.

ASPECTOS DIPLOMÁTICOS E CODICOLÓGICOS

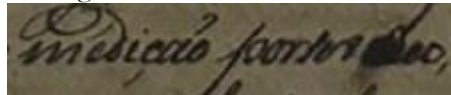
Ao longo do processo de leitura das fontes primárias, o pesquisador necessita não somente dos conhecimentos acerca da língua e do contexto histórico do período como também o uso dos conhecimentos de outras áreas, a exemplo da Codicologia, que auxilia na análise dos estados de produção dos manuscritos (PEREIRA, 2018; SPINA, 1994) e da Diplomática, disciplina focada na crítica formal das fontes históricas formadas por documentos públicos e privados, procurando entender o contexto jurídico, administrativo e processual em que o documento se originou e instituir a autenticidade

ou não através “do estudo de seus elementos extrínsecos (tintas, selos, timbres, letra, linguagem entre outros.) e intrínsecos (protocolo, texto e escatocolo)” (PEREIRA, 2018; SPINA, 1994; DURANTI, 2015).

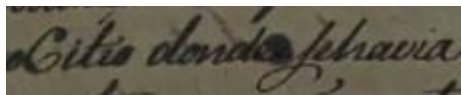
A Codicologia fornece os elementos da metodologia para análise dos Códices, assim como estuda as condições materiais dos manuscritos; e a Diplomática tem como objeto de estudo a análise da parte formal dos documentos públicos e privados (ANDRADE, 2010; SPINA, 1994).

Com relação aos aspectos codicológicos, dentro das limitações da análise do fac-símile, verificaram-se as manchas causadas pela própria tinta da pena utilizada na escrita que pode dificultar a leitura ou até corroer o próprio papel, e a coloração já amarelada do papel (v. Figura 4 e 5).

Figura 4 - Manchas de tinta



“[...] medição porser[ilegível], [...]” (f.104r, L. 22)



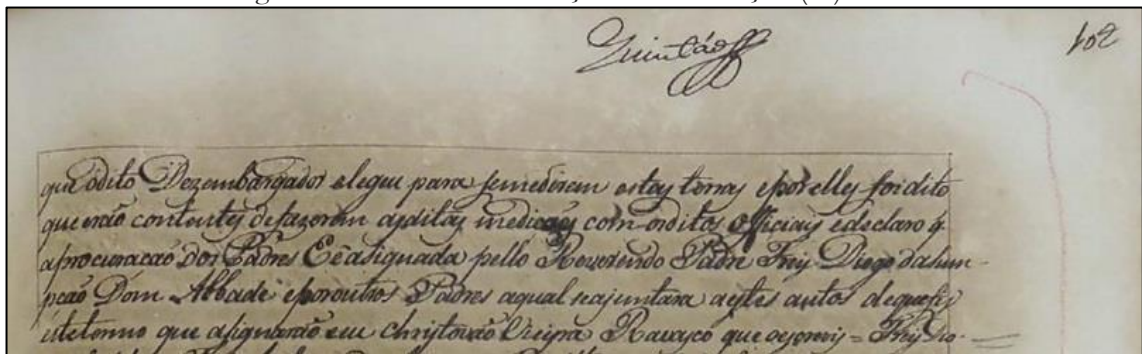
“[...] oCitio dondesehavia [...]” (f 104v, L.6)

Cabe ressaltar a importância do contato com o suporte físico para análises mais completas e que, após a coleta, as informações sejam disponibilizadas também para outros pesquisadores. Conforme a descrição feita por Marla Andrade (2010), o *LIT* tem a encadernação em couro de porco com brasão, o papel avergado de alta gramatura, possui pontusais (linhas de cateneta) verjuras e

filigranas⁴⁴. Suas dimensões são de 487 mm × 339 mm, com presença de restauração e marcas d'água.

A análise diplomática do *Termo de medição e Procuração* identificou a presença da rubrica do Tabelião, Jozé Alvares Quintão, e numeração na parte superior direita no recto dos fólhos, o tipo do documento e o contexto. Esquerda do fólho, rubrica do tabelião Jozé Alvares Quintão e numeração na parte superior direita no recto dos fólhos, conforme se pode observar na Figura 5, a seguir:

Figura 5 - Termo de medição e Procuração (...)



Transcrição:

[...]

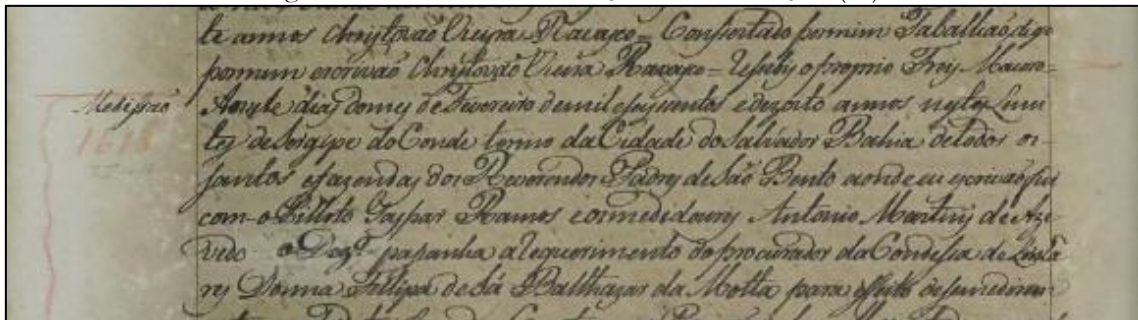
que odito Dezembargador elegeu para semedirem estas terras e por elles foi dito que eraõ contentes de fazerem as ditas medições com os ditos Officiaes e declaro que a procuração dos Padres hé assignada pello Reverendo Padre Frey Diogo dasun-
dasum-
pção Dom Abbade e por outros Padres a qual se juntem a estes autos de que fis este termo que assignaraõ eeu Christovaõ Vieyra Ravasco que o escreveu = Frey Dio = [...]

(LIT, fº 104r, L. 1-5)

⁴⁴ “Pontusais- são marcas postas de forma perpendicular aos fios horizontais das vergaturas, formando espécie de tear que se utilizava na fabricação do papel e que podem ser vistas quando se observa a transparência do papel contra a luz. Filigranas (ou marcas d'água) - são impressões fixadas em profundidade em uma folha de papel”. (COSTA, 2009; HITNER, 2005, p.3).

Mesmo com o foco de cada um desses estudos direcionado a uma parte específica dos documentos, eles se mostram como fonte de conhecimento que favorecem à leitura de outros documentos. Prova da dificuldade, mesmo para um leitor habituado a ler tais documentos, é um risco que se observa na margem de todo o documento, feito certamente por um lápis na cor vermelha que, possivelmente, foi inserido por alguém que queria demarcar o documento, visto que se estende desde o início até o fim do texto (v. Figura 2). Na análise realizada, destacam-se alguns outros contextos que podem representar maior dificuldade à leitura do documento: observam-se também anotações de inserção posterior na margem esquerda do fólio, conforme se pode observar na figura a seguir:

Figura 6 - Termo de medição e Procuração (...)



Fonte: LIT f. 103 v, 1618 (...)

Transcrição:

[...] te annos Christovaõ Vieyra Ravasco =
 Consertado pormim Taballiaõ, digo pormim escrivãõ
 Chrystovaõ Vierira Ravasco = ressebý o proprio Frey Mauro =
 Aos sete dias domes de Fevereiro de mil e seiscentos e dezoito annos nes
 Lema de Sergipe do Conde termo da Cidade do Salvador Bahia de todos os
 santos e fazendas dos Reverendos Padres de Saõ Bento aonde eu escrivãõ fui
 com o Pilloto Gaspar Ramos eos medidores Antonio Martins de Aze-
 vedo a o o Dez / (embargad) / or passanha a requerimento do procurador da
 Condessa de Linha / res Donna Fellipade Sá Balthazar da Motta para effeito
 de semedirem [...]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de edições fac-similares e semidiplomáticas dos manuscritos pertencentes aos Livros do Tombo em meio digital tem possibilitado o acesso aos documentos por diferentes pesquisadores. As análises realizadas no documento selecionado buscando destacar seus aspectos paleográficos juntamente com alguns elementos diplomáticos e codicológicos, ampliam o conhecimento sobre a língua e a história do período e podem contribuir para outras análises, em áreas diversas do saber.

No estudo paleográfico que se apresentou, buscou-se destacar aspectos da escrita do século XVII, como as diferentes formas de um mesmo grafema no manuscrito, as abreviaturas, bem como a ausência de fronteiras entre as palavras, entre outros, que podem causar grande dificuldade na leitura a um leitor não habituado aos manuscritos.

O estudo das fontes primárias do passado, além de contribuir com o conhecimento da escrita de épocas pretéritas, como foi objetivo discutir nesse artigo, possibilita também ampliação do conhecimento acerca da língua, da história e das práticas culturais do passado, que são de fundamental importância para a reflexão acerca dos fatos da vida contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: Disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. *Sæculum - Revista de História*, João Pessoa, 2012.

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 10-11, 2009, p. 149-172.

ANDRADE, Marla Oliveira. **Uma porta para o passado**: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. 342 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) UFBA, Salvador, 2010.

ANDRADE, Rafaela Muniz de; PEREIRA, Norma S. da S. Os Rituais de Posse na América Portuguesa. **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 15. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2019.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

CARVALHO, Antonio Fábio. Transcrição comentada- Carta Régia de 1758. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, v. 4, n.1, jan/jul., 2017.

COSTA, Renata Ferreira. Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita? **Histórica**: Revista online do arquivo público do Estado de São Paulo. São Paulo: 2006.

COSTA, Renata Ferreira. Um livro manuscrito do século XVIII. **Revista Linguagem**: estudos e pesquisas. v 13, Catalão: UFG, 2009, p.123-139.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis; COSTA, Renata Ferreira. A escrita no século XVIII. **Por rumos da agulha/ Documentos do ouro do século XVIII**. São Carlos: Cubo, 2015. p. 26.

FERNANDES, Patrícia Damasceno; GOMES, Nataniel dos Santos; COSTA, Natalina Sierra Assêncio; FIGUEIREDO, Ana Claudia Rocha Amaral. As consoantes geminadas no almanack Corumbaense: uma reflexão com base na historiografia linguística. *In*: XIX CONGRESSO NACIONAL DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA, 19. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2015.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo dicionário da língua portuguesa**, Lisboa: Livraria Clássica, 1913.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

HITNER, Sandra Daige Antunes Corrêa. As gravuras brasileiras de Albrecht Dürer. **Histórica: Revista online do Arquivo Público do Estado de São de Paulo**. São Paulo: 2005. p.3

KELLER, Tatiana. A habilidade dos escreventes em manuscritos do Rio Grande do Sul do fim do século XIX. **ReVEL**, v. 17, n. 32, 2019.

KRÜGER, Aline Carmes. O ensino de Paleografia no curso de graduação em Arquivologia da UFSC: um exercício com os documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista Ágora**, Florianópolis, v.24, n.48, jan./jun., 2014, p.211-223.

PEREIRA, Norma Suely da Silva. Fontes Primárias e o estudo de práticas culturais na Bahia Colonial: Dificuldades de leitura. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SACRAMENTO, Ari(valdo) Sacramento (org.) et al. **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018.

PEREIRA, Norma Suely da Silva. Aspectos do léxico eclesiástico em rituais da “boa morte”. **Cadernos do CNLF**, v. XXI, N.3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017. TOMO II. p. 1648-1661. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxi_cnlf/cnlf/tomo2/0118.pdf. Acesso em: 9 abr. de 2019.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do Galego-Português**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: O individualismo agrário na América portuguesa. **Sæculum - Revista de História**; João Pessoa, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmaria em Portugal e no Brasil. **Revista Politeia: Hist. e Soc.** Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, 2011, p. 111-139.

SIGNES, Alice F. et al. Apóstolos Divinos ou da Coroa: Jesuítas no Brasil e no Paraguai. *In*: Graciela Bonassa Garcia (org.).

Perspectivas históricas de uma mesma América. Seropedica: Prodocência, 2011.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Abreviaturas:** uso e função nos manuscritos. 2007. 121p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Traços da cidade do Salvador em manuscritos quinhentistas.** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016

SPINA, Segismundo. “Apontamentos Paleográficos”. *In: Introdução à Edótica. Crítica Textual.* 2 ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética, Edusp, 1994.

TERMO de medição e procuração para demarcação de terras (1618). *In: LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório (org.) Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia:* editando 430 anos de história. Salvador: Memória e arte, 2016. f.103v-106r. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-I/> Acesso em: mar.2019.

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS EM UM REQUERIMENTO DO SÉCULO XVIII

Rose Mary Souza de Souza¹
Norma Suely da Silva Pereira²

INTRODUÇÃO

O acesso aos acervos de documentos manuscritos e impressos, em especial por meio dos recursos tecnológicos disponíveis, tem possibilitado aos pesquisadores, ancorados sob o trabalho filológico, conhecer as características da escrita, preservar as informações registradas em documentos e conhecer os fatos históricos, sociais, culturais e linguísticos de uma determinada sociedade (PEREIRA, 2019).

Nesse sentido, uma das maneiras de estudar um manuscrito, seguindo a perspectiva filológica, é a elaboração de uma edição semidiplomática, tendo em vista sua abordagem conservadora e menos interventiva no processo editorial a qual, além de torná-lo mais acessível a leitores não especializados com a escrita da época, permite ao editor manter a maior parte das características da escrita, interferindo apenas no desdobramento das abreviaturas, revelando os

¹ Graduanda do curso de Língua Estrangeira Moderna da Universidade Federal da Bahia. E-mail: rosem Souza@gmail.com.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada I no Instituto de Letras na mesma instituição. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br.

aspectos paleográficos presentes no texto, a exemplo do tipo de letra, da existência ou não de fronteiras entre palavras, da ortografia do período.

Para o desenvolvimento da edição, os primeiros passos são dados com a utilização da Paleografia, ciência cuja etimologia remete ao grego *palaios* (antigo) e *graphein* (escrita), mas que se aplica tanto ao estudo da escrita antiga e moderna, como da contemporânea. Independente do seu recorte temporal e do tipo de suporte em que se apresenta, a finalidade da Paleografia é estudar amplamente a origem e os processos de transformação da escrita, através das análises gráficas dos seus elementos constitutivos em diferentes materiais utilizados, buscando facilitar a leitura e interpretação dos manuscritos, permitindo o conhecimento sobre como se deu a evolução da escrita e como se constituiu a história social e cultural de um povo, seus usos e práticas. Por outro lado, os renovados métodos de análise para o estudo da escrita moderna possibilitam ao editor, auxiliado pelo uso de novas tecnologias e de recursos específicos, agilizar o trabalho de diversos tipos de edições, habilitando os leitores a interpretar e reconstruir mais adequadamente as escritas do passado (CAMBRAIA, 2005; SÁNCHEZ-PRIETO, 2000; MARIN MARTÍNEZ, 1991).

Acerca da larga utilidade e renovação da Paleografia, Gómez e Sáez (2016) destacam que, desvinculada do isolamento erudito ao qual se encontrava, considerada antes como “*ciência auxiliar*” da História, a Paleografia se estabelece como um conhecimento indispensável para qualquer produção científica sobre a história da cultura escrita e não apenas a ciência que estuda as escrituras antigas, mas uma nova disciplina que visa ao estudo universal de todas as formas gráficas produzidas por uma sociedade (GÓMEZ; SÁEZ, 2016).

Nesse contexto, cabe ao paleógrafo investigar, interpretar e estudar as origens e as características da escrita, contando, para isso, com o auxílio de outras ciências, que, conforme as especificidades de cada situação concreta, ajudam na decifração, interpretação e datação da escrita.

Assim, pode-se citar o trabalho científico do historiador através do exame crítico dos textos escritos a partir dos caracteres externos; o Direito, no auxílio na decifração das leis; a Codicologia, através do estudo das características do suporte, das tintas e dos materiais gráficos utilizados em cada documento; a Diplomática, ciência que tem origem contemporânea à Paleografia, e que permite, através do estudo dos caracteres da escrita, verificar sua autenticidade e outros aspectos relacionados aos modos de transmissão; e a História, que tanto se serve da Paleografia para obter o acesso aos manuscritos, como também auxilia à adequada leitura das fontes favorecendo à interpretação dos documentos. Tal é também o uso que fará de tais ciências a Filologia, na interpretação dos textos, na preparação das edições e na análise das variações sofridas pela língua utilizada nos documentos (BERWANGER; LEAL, 2008; MARIN MARTÍNEZ, 1991; MENDES, 1953).

No presente estudo, objetiva-se apresentar, sob a perspectiva filológica, os aspectos paleográficos observados em um requerimento, datado do século XVIII, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, catalogado e disponibilizado *online* pelo Projeto Barão do Rio Branco, na Biblioteca Nacional Digital, o qual faz referência ao contexto do recolhimento de mulheres em instituições religiosas, prática comum da sociedade patriarcal do período.

CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

A imposição de uma conduta de recato e contrição para as mulheres era uma grande preocupação das famílias no período colonial e várias eram as razões que propiciavam o recolhimento feminino em instituições religiosas. O enclausuramento poderia ser forçado ou por vocação religiosa. Os recolhimentos e conventos acolhiam jovens também para a educação ou para o preparo para o matrimônio. Além disso, viúvas, órfãs pobres e mulheres cujos maridos ausentavam-se da cidade, eram recolhidas para garantir o recato, com a justificativa da “*preservação da honra e da virtude*” a fim de guardá-las das tentações do mundo profano. Por outro lado, mulheres casadas sobre as quais houvesse a suspeita de adultério, ou que houvessem cometido qualquer outra transgressão das regras impostas pela sociedade patriarcal, eram enclausuradas como forma de punição (PEREIRA; SOUZA, 2018; RIBEIRO, 2000; ALGRANTI, 1992; AZZI, 1983).

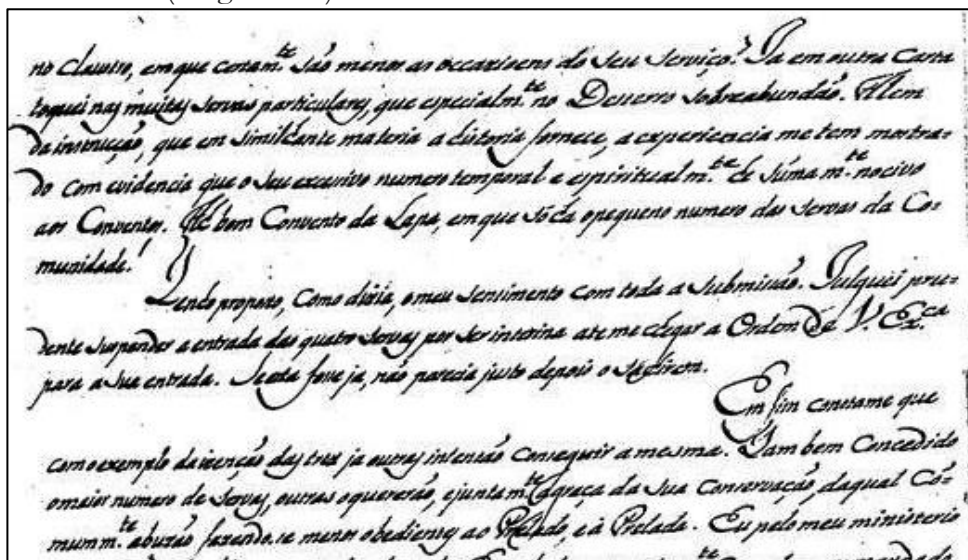
A demanda pela fundação de conventos e recolhimentos na América portuguesa era grande, contudo, só fora atendida após a insistência e inúmeros pedidos que foram enviados à Coroa pelos colonos, para que se autorizasse a construção de tais instituições. A Metrópole portuguesa relutava em conceder a permissão, visando a garantia do crescimento populacional através dos matrimônios. A fixação e aumento da população da colônia tinha, entre outros, a finalidade de proteger a costa brasileira contra invasões (ALGRANTI, 1992; AZZI, 1983).

Em meados do século XVII, para atender aos apelos dos colonos, o rei D. Afonso VI, enviou carta régia autorizando aos oficiais da Câmara, da nobreza e aos moradores da cidade, a construção do

Convento de Santa Clara do Desterro, primeira instituição religiosa feminina fundada na América Portuguesa, em 1677. Para serem aceitas na instituição, mulheres de diferentes idades e estado civil deveriam obedecer a algumas regras, dentre as quais, Nascimento (1994) destaca que seriam aceitas jovens brancas e donzelas, as quais deveriam ter suas despesas pagas pelos pais. Além disso, aquelas que saíssem do convento não poderiam mais voltar.

No documento em análise, observa-se que duas irmãs, D. Ignácia e D. Jacinta, foram enclausuradas no Convento do Desterro durante 21 anos e tiveram suas despesas custeadas pelo pai. Após o falecimento deste, sem condições de se sustentarem e para não correrem o risco de serem postas na rua, requereram ao Arcebispo autorização para continuarem no convento juntamente com sua mãe, viúva e desamparada. Em resposta, o Arcebispo, D. Fr. Antonio Corrêa, informou em ofício ser desfavorável ao pedido das irmãs, alegando que o ingresso de mais uma pessoa era nocivo ao Convento e que se fosse aberto uma exceção, outras poderiam requerer o mesmo pedido (ver Figura 1).

Figura 1- Ofício (fragmento)



Transcrição:

[...] no claustro, em que certamente são menos as occasioens do seu serviço? Já em outra carta toquei nas muitas servas particulares, que especialmente no Desterro sobreabundão. Alem da instrucção, que em similhante materia a historia fornece, a experiencia me tem mostra= do com evidencia que o seu excessivo numero temporal e espirituamente **he sumamente nocivo aos Conventos**. Athé bom Convento da Lapa, em que só há o pequeno numero de servas da Comunidade! Tendo proposto, como dizia, o meu sentimento com toda a submissaõ. Julguei prudente suspender a entrada das quatro servas por ser interina ate me chegar Ordem de Vossa Excelenca para a sua entrada. Se esta fosse já, não parecia justo depois o sahirem. Em fim constame que com o exemplo da izenção das trez já **outras intentaõ conseguir a mesma**. Tambem concedido o maior numero de jovens, outras o queraõ, ejuntam^{ente} agraça de sua conservaçaõ, daqual cõ= mummente abuzaõ fazendose menos obedientes ao Prelado e a Prelada. Eu pelo ministerio [...]

(OFÍCIO..., 1798, fólho 1v, L. 1-13).

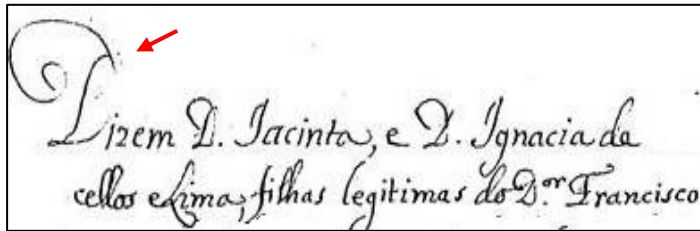
Elaboração, transcrição e grifo das autoras

O DOCUMENTO E SUA DESCRIÇÃO

O documento manuscrito selecionado para análise é um requerimento enviado ao rei de Portugal, D. João VI, sobre duas mulheres reclusas no Convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, D. Jacinta e D. Ignacia, filhas legítimas de um Fidalgo de prenome Francisco.

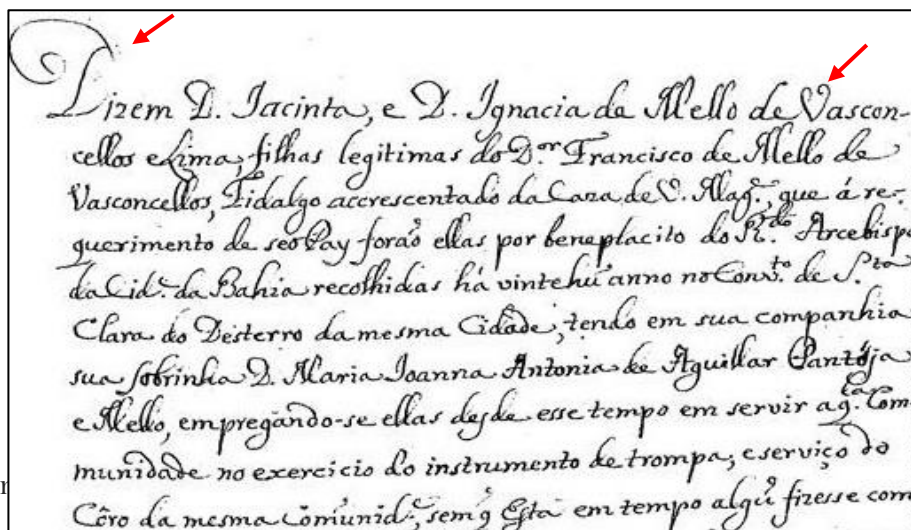
O requerimento, segundo Belloto (2002), é uma espécie documental oficial, cujo objetivo é formalizar um pedido a uma autoridade pública, devendo constar no texto justificativas para o pedido, baseando-se para isso em atos legais. Conforme as fórmulas diplomáticas empregadas no período colonial, os requerimentos iniciavam-se com a palavra “*Diz*” (ou *Dizem*) antes do nome do Suplicante (o requerente) e, como fórmulas finais, no escatocolo,

usavam-se expressões como *Espera Receber Merce*, *ERM* ou *E Receberá Merssé*, conforme pode-se observar nos fragmentos citados abaixo:



Espera Receber Merce

O *corpus* ora editado, compõe-se de 2 fólios, totalizando 47 linhas de mancha escrita em coluna única. A escrita é do tipo cursiva, com traçado livre e regular. O documento é rico em abreviaturas, totalizando 51 ocorrências. O texto é margeado, acentuado e pontuado. Como características da *scripta*, destacam-se a ocorrência de letras maiúsculas elegantes que aparecem em início de parágrafos e em nomes próprios, como por exemplo, *D* (fº 1, L. 2) e *V* (fº 1, L. 2). Algumas letras são traçadas com caudas e hastes mais prolongadas, a exemplo do <*f*> (*s* caudado, fº 1, L. 11), porém não oferecem dificuldade à leitura.



Transcri

Dizem Dona Jacinta, e Dona Ignacia de Mello de Vasconcellos Lima, filhas legitimas do Doutor Francisco de Mello de Vasconcellos, Fidalgo acrescentado da Caza de Vossa Magestade, que á re-


querimento de seoPay foraõ ellas por beneplacito do Reverendo Arcebispo daCidade da Bahia recolhidas há vintehũ anno noConvento de Santa Clara do Desterro da mesma Cidade, tendo em sua companhia sua sua sobrinha Dona Maria Joanna Antonia de Aguillar Pantoja e Mello, empregando-se ellas desde esse tempo em servir aquela Comunidade no exercicio do instrumento de trompa, e serviço do Côro da mesma comunidade, sem que Esta em tempo algũ fizesse com [...]
(REQUERIMENTO..., 1798, f^o 1r, L. 2-11).


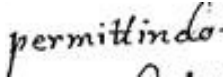
Elaboração e transcrição das autoras.

OUTROS ASPECTOS PALEOGRÁFICOS


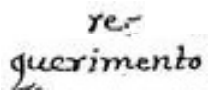

Muitas outras características podem ser observadas durante a leitura de um manuscrito a fim de analisar os aspectos paleográficos. São dados importantes que facilitam a compreensão do texto e explicitam as especificidades da grafia da época, dentre eles, o tipo de letra, as abreviaturas que serão tratadas mais adiante, em seção específica, os usos grafemáticos, a separação vocabular no final das linhas, as formas de representação dos fonemas nasais e a existência ou não de fronteira entre as palavras, conforme exemplificado abaixo:

- a) Ocorrência de consoantes geminadas - grupos consonantais homogêneos, formados por duas consoantes dobradas ou geminadas, que têm origem na passagem do latim para o português e que posteriormente foram simplificadas pelos processos de mudança linguística (COUTINHO, 1977).

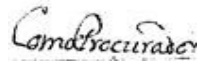
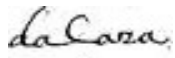

LETRAS GEMINADAS	IMAGEM	LOCALIZAÇÃO
cc		f ^o 1, L. 4

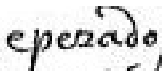
ll		fº 1, L. 9
tt		fº 2, L. 12

a) Separação vocabular – observa-se no documento a utilização do sinal (-) para indicar a divisão silábica, quando necessário, no final das linhas:


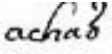
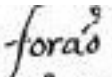
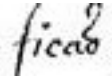


VOCÁBULO	IMAGEM	LOCALIZAÇÃO
ca- zas		fº 1, L. 12 fº 1, L. 13
re- querimento		fº 1, L. 4 fº 1, L. 5
Vascon- cellos		fº 1, L. 2 fº 1, L. 3

a) Ausência de fronteira entre palavras – a separação entre diferentes palavras nem sempre é estabelecida nos documentos manuscritos de épocas pretéritas, deixando-as, por vezes, ligadas umas às outras, devido ao hábito do *scriptor* de não levantar a mão do papel (MENDES, 1953), o que aumenta o grau de dificuldade da leitura de tais fontes, como destacado nos exemplos abaixo:

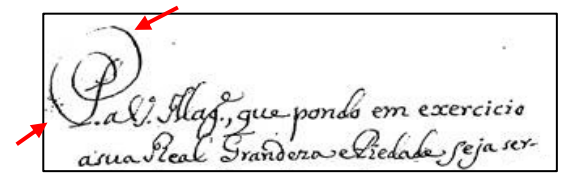
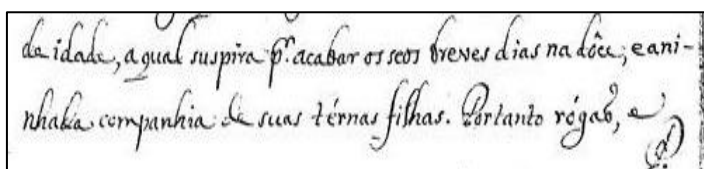
VOCÁBULO	IMAGEM	LOCALIZAÇÃO
Comprocurador		fº 2, L. 20
daCaza		fº 1, L. 4
ePiedade		fº 2, L. 2

epezado		fº 1, L. 17
---------	---	-------------

- b) Uso do sinal gráfico [~] para representar os fonemas nasais no período em análise, o sinal recai sempre sobre a última letra da sílaba nasal.

VOCÁBULO	IMAGEM	LOCALIZAÇÃO
algũ		fº 1, L. 11 fº 2, L. 8
achaõ		fº 1, L. 24
foraõ		fº 1, L. 5
ficaõ		fº 1, L. 23
hũa		fº 2, L. 13,15
Maỹ		fº 1, l. 25

- c) Uso de reclamos – ato de escrever-se na última linha do texto, ou debaixo da última linha, uma palavra, sílaba ou letra que se repete no início do fólio seguinte, para indicar a continuação do texto, de modo a evitar que se perca a ordem dos fólhos, e ainda dificultando a fraude em documentos. No documento em análise, ocorre um exemplo: a repetição do vocábulo *Pede*, abreviado no final do primeiro fólio e retomado no seguinte, conforme observa-se nas imagens abaixo:



TRANSCRIÇÃO:

da idade, a qual suspira por acabar os seus breves dias na dôce, e ani-/nhada companhia de suas térnas filhas. Portanto rógaõ e/ *Pedem*

(REQUERIMENTO..., 1798, f^o 1r, L. 26-28).

TRANSCRIÇÃO:

Pedem aVossa Magestade que pondo em exercício/ asuaReal Grandeza ePiedade seja ser-

(REQUERIMENTO..., 1798, f^o 1798, f^o 1v, L. 1-2)

Elaboração, transcrição e grifo das autoras.

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

De acordo com o proposto pela Comissão de elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (MATTOS E SILVA, 2001) e para preservar as características do texto, próprio da edição semidiplomática, foram observados os seguintes critérios na transcrição do documento: o texto foi reproduzido linha a linha, as quais foram numeradas, contadas a partir da primeira linha do texto e informadas de 5 em 5 à margem esquerda; como o documento não é numerado, foram atribuídos números para os fólhos, e indicados entre colchetes e em itálico [*fólio 1r*]; conservou-se, a grafia original, considerando-se as fronteiras entre palavras, as consoantes geminadas, assim como a acentuação, a pontuação e o uso de maiúsculas e minúsculas; foram mantidas as divisões silábicas em final de linha, sinalizadas por hífens simples. Destaca-se, por fim, que as abreviaturas foram desdobradas, inserindo-se a parte ampliada com o uso de itálico.

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E TRANSCRIÇÃO

Alguns dos critérios acima descritos podem ser observados no fragmento transcrito abaixo, em que as duas mulheres expõem os

motivos que as levaram a requerer a continuidade da reclusão devido à doença adquirida enquanto serviam ao convento e ao falecimento de seu pai, sem o qual não teriam condições de se sustentar:

E porque as Supp.^{as} no espaço de vintehũ anno de servir de gra-
ça á aquella Comunid.^e no duro exercicio da trompa, e pezado ser-
viço do Côro adquerirão queixas de peito, e esgottaráo as debeis for-
ças, com que ainda poderião continuar á cumprir com as clauzulas
de servir sem lucro á mesma Comunid.^e, q.^{as} estas clauzulas não
tivessem alias espirado com o proximo fallecim.^{to} do d.^o seo Pay, que
á tanto se sujeitou p.^{lo} motivos hoje não existentes, e então pondera-
dos ao Ill.^{mo} Arcebispo da q.^{ta} Diocese; em cujos termos ficão ad.^{as} tres
donzellas no risco de serem postas na rua, onde já não achão Pay,
nem outro abrigo, que não seja a sua triste Maõ de oitenta annos
de idade, a qual suspira p.^o acabar os seos breves dias na dôce; e ani-
nhada companhia de suas térnas filhas. Portanto rógaõ, e

Transcrição:

- E porque as Supplicantes no espaço de vintehũ anno de servir de gra-
ça á aquella Comunidade no duro exercicio da trompa, epezado ser-
viço do Côro adquerirão queixas de peito, e esgottaraõ as
debeis for-
ças, com que ainda poderião continuar á cumprir com as
clauzulas
20 de servir sem lucro á mesma Comunidade, quando estas
clauzulas não
tivessem alias espirado com o proximo fallescimento do dito
seoPay, que
á tanto se sujeitou pelos motivos hoje não existentes, e então
pondera-
dos ao Reverendo Arcebispo daquela Diocese; em cujos termos
ficaõ as ditas tres
donzellas no risco de serem postas na rua, onde já não achão
Pay,
25 nem outro abrigo, que não seja a sua triste Maõ de oitenta anos
de idade, a qual suspira por acabar os seos breves dias na dôce;
e ani-
nhada companhia de suas térnas filhas. Portanto, rógaõ, e

[Reclamo]

Pedem

(REQUERIMENTO..., 1798, fólio 1r, L. 16-27).
Elaboração e transcrição e das autoras.

ABREVIATURAS





A quantidade e a complexidade das abreviaturas presentes em documentos manuscritos por vezes inviabilizam a leitura, tornando-a muitas vezes ininteligíveis, dificultando a transcrição paleográfica, exigindo a utilização de glossários a fim de facilitar o trabalho de profissionais na decifração de ocorrências mais complexas (SOBRAL, 2007). Tal recurso estilístico era muito utilizado como forma de economizar a tinta, o espaço no suporte e o tempo despendido pelo *scriptor* (SOBRAL, 2007; MEGALE; TOLEDO NETO, 2005).

No documento manuscrito editado, constatou-se a ocorrência de muitas abreviaturas, concentradas em dois tipos específicos: por letras sobrepostas ou sobrescritas que consiste em colocar uma letra ou sílaba final em expoente na palavra que se quer abreviar; e por suspensão ou apócope que se forma através da supressão do elemento final da palavra (BERWANGER; LEAL, 2008; SOBRAL, 2007; MEGALE; TOLEDO NETO, 2005).

Quadro 1 -Abreviaturas por letras sobrepostas






ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	LOCALIZAÇÃO
aq ^{las}		aque ^{las}	f ^o 1, L. 9
comp ^a		comp ^a nhia	f ^o 2, L. 11
Cid ^e		Cid ^e ade	f ^o 1, L. 5
Conv ^{to}		Conv ^{to} ento	f ^o 1, L. 6 f ^o 2, L. 7, 16

Comunid ^e		Comunidade	f ^o 1, L. 11, 14, 16, 20 f ^o 2, L. 9
daql ^a		daquela	f ^o 1, L. 23
d ^o		dito	f ^o 1, L. 21 f ^o 2, L. 7
das		ditas	f ^o 1, L. 23
D ^{or}		Doutor	f ^o 1, L. 3
Docum ^{to}		Documento	f ^o 1, L. 14
fallescim ^{to}		fallescimento	f ^o 1, L. 21
juntam ^{te}		juntamente	f ^o 2, L. 4
Mage ^e		Magestade	f ^o 1, L. 4 f ^o 2, L. 1
m ^{dar}		mandar	f ^o 2, L. 3
p ^a		para	f ^o 2, L. 11, 15
p ^r		por	f ^o 1, L. 26
p ^{los}		pelos	f ^o 1, L. 22
q ^{do}		quando	f ^o 1, L. 20
resp ^{to}		respeito	f ^o 2, L. 9, 16
R ^{do}		Reverendo	f ^o 1, L. 5, 23

R ^a		Recebera	f ^o 2, L. 18
refr ^{da}		referida	f ^o 2, L. 9
S ^{ta}		Santa	f ^o 1, L. 6 f ^o 2, L. 7
Supp ^{es}		Supplices	f ^o 1, L. 12, 13, 16 f ^o 2, L. 4, 13

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 - Abreviaturas por suspensão ou apócope

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	LOCALIZAÇÃO
D.		Dona	f ^o 1, L. 2 (3x), 3, 7 f ^o 2, L. 5, 10
E.		Espera	f ^o 2, L. 18
M.		Merce	f ^o 2, L. 18
P.		Pede	f ^o 2, L. 1
q'		que	f ^o 1, L. 11
V.		Vossa	f ^o 1, L. 4 f ^o 2, L. 1

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise filológica do texto escolhido para a pesquisa, optou-se pela realização de uma edição semidiplomática, que possibilitou relatar traços importantes da sociedade colonial, visando não somente à preservação da memória de um povo, mas também ao conhecimento

e divulgação das práticas culturais, sociais, históricas e políticas da sociedade no período.

Os estudos paleográficos aplicados ao requerimento selecionado possibilitaram conhecer e descrever algumas das características da grafia da época, bem como de outros aspectos presentes no documento manuscrito, a exemplo do desenvolvimento e sistematização das abreviaturas, recurso muito utilizado no processo de escrita de manuscritos.

A leitura e interpretação do requerimento editado sobre duas irmãs reclusas no Convento de Santa Clara do Desterro, considerado um mosteiro da elite social da Bahia, revelou, através da prática editorial, as condições de submissão e dependência que eram impostas às mulheres nas instituições religiosas. Para serem aceitas na instituição, com a finalidade de educação e possível preparação para o matrimônio, as jovens recolhidas deveriam ser brancas e donzelas, tendo suas despesas pagas pelos pais e se saíssem do convento não poderiam mais voltar. Nesse sentido, as duas irmãs enclausuradas, sem a tutela paterna após o falecimento do genitor, pedem autorização para continuarem enclausuradas juntamente com sua sobrinha e ainda que fosse concedido abrigo para sua mãe, viúva, idosa e desamparada, para se recolher no mesmo convento, pelos riscos a que estariam expostas sem um provedor.

A recuperação e conservação de documentos tem demonstrado a importância da manutenção de acervos históricos a fim de possibilitar o estudo da história das sociedades, evidenciando a relevância da atividade editorial como técnica para tornar os documentos manuscritos do passado acessível ao aprendizado do estudante pesquisador na iniciação científica, contribuindo com diversas áreas do conhecimento, colaborando, desse modo, para a

ampliação do conhecimento da língua e para o esclarecimento ou revisão de fatos da história.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822.** Tese (Doutorado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1992. 369 p.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valéria V. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. *In: AZZI, Riolando* **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p. 24-60.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer uma análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2002. p. 45-90.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática.** 3. ed. rev. e ampl. Ed. da UFSM. Santa Maria. RS. 2008. 125 p.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias ...** 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris: Casa impressora A. Roger & F. Chernoviz, 2v. 1890. p. 656.

CAMBRAIA, César Nardelli. Paleografia. *In: CAMBRAIA, César Nardelli.* **Introdução à Crítica Textual.** São Paulo: Martins Fontes. 2005. p. 1-31.

COUTINHO, Ismael de Lima. A ortografia portuguesa. *In: COUTINHO, Ismael de Lima.* **Pontos de gramática histórica.** Ao Livro Técnico. 7. ed. rev. Rio de Janeiro, 1977. p. 71-80.

GÓMEZ, Antonio Castilho; SÁEZ, Carlos. Paleografía versus Alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita. Universidade de Alcalá. **Labor Histórico,** Rio de Janeiro, jan./jun. 2016. p. 164-187.

MARTÍNEZ, Tomás Marín. Definición, objeto y fin de la paleografía. *In*: MARTÍNEZ, Tomás Marín. **Paleografía y diplomática**. 5. ed. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia. 1991. p. 15-23.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia et al. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. *In*: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia et al. **Para a história do português brasileiro**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, v. II, tomo II. Primeiros estudos, 2001. p. 553-555.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida. A escrita do século XVII. *In*: MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida (org.). **Por minha letra e sinal**: documentos do ouro do século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. p. 114-126.

MENDES, Ubirajara Dolácio. Paleografia, definição e generalidades. *In*: MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de Paleografia**. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria de Educação. 1953. p. 11-16.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e religião**: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. 492 p.

OFÍCIO do Arcebispo D. Fr. Antonio Corrêa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Conselho Ultramarino – Brasil – Baía. 6 de março de 1798, doc. 18.038, cx. 92. Fundação da Biblioteca Nacional. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disponível em http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/44986. Acesso em: 21 out. 2019.

PEREIRA, Norma Suely da Silva. Recolhimentos femininos na Bahia colonial: interfaces entre filologia e história cultural. *In*: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro. **Língua, cultura e sociedade**: abordagens filológicas, lexicais e discursivas Salvador: EDUNEB, 2019. p. 16-33.

REQUERIMENTO de D. Jacinta e D. Ignacia de Mello de Vasconcellos e Lima. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Conselho Ultramarino – Brasil – Baía. 6 de março de 1798, doc. 18029, cx. 92. Fundação da Biblioteca Nacional. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/44988. Acesso em: 25 set. 2019.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. p. 79-94.

SÁNCHEZ-PRIETO, Ana Belén. Aportación de la Paleografía y la Diplomática a las ciencias de la documentación, la Filología y la Archivística. *In:* **Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación**. Universidad Complutense de Madrid. 2000. p. 709-718. Disponível em https://www.academia.edu/6891705/Aportación_de_la_Paleografía_y_la_Diplomática_a_las_Ciencias_de_la_Documentación_la_Filología_y_la_Archivística. Acesso em: 23 set. 2019.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Abreviaturas: uso e função nos manuscritos**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. 121 p.

ATUALIZAÇÃO DA EDIÇÃO DIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS NOTARIAIS DA *INSTRUÇÃO PÚBLICA DA BAHIA*: MANUSCRITO DO SÉCULO XIX

Cristina da Silva Cunha¹
Célia Marques Telles²

INTRODUÇÃO

Para escolher o tipo de edição a ser feita, é preciso ter em mente um objetivo. As edições diplomáticas e semidiplomáticas, por exemplo, têm o propósito de servir a outros pesquisadores, em estudos dos mais diversos, entre eles o lexical, caso desta pesquisa.

No entanto, não há como uma edição diplomática ou semidiplomática ser considerada definitiva, por mais conservadora que seja. Com o tempo, a metodologia vai sendo aperfeiçoada e os resultados conseguidos são cada vez mais precisos e abrangentes.

O *corpus* desta pesquisa são os 132 documentos dos *Termos de Exames (TE)* da *Coleção Instrução Pública da Bahia (IPB)*, em que se relatam exames de docentes para o ensino público da Bahia entre 1835 e 1858. Ana Lúcia Guimarães apresentou, em 2000, uma edição diplomática desses *Termos*, que foi escolhida como base para estudos lexicais a partir de 2019. Essa distância de 19 anos tornou aquela

¹ Mestranda em Língua e Cultura na Universidade Federal da Bahia. E-mail: cunha.cris.ufba@gmail.com

² Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: cmtelles@ufba.br

edição digna de uma atualização que facilitasse os novos estudos. Ela será apresentada em 2020 e seus critérios são o foco deste artigo.

A edição feita em 2000 (GUIMARÃES, 2000) permitiu a verificação da existência de terminologia de Educação característica do séc. XIX e a listagem de termos pertencentes a diversos campos léxicos. Entretanto, ainda não foi possível avançar nos estudos lexicais pretendidos, a exemplo dos itens lexicais que perderam compreensibilidade, da estrutura documental e do panorama histórico-educacional do séc. XIX, em função das inúmeras mudanças tecnológicas ocorridas, nesses 19 anos, na metodologia de edição e no uso de operadores, além dos enganos de leitura, de numeração nas folhas do documento e nas linhas do texto e de digitação. Não seria possível, por exemplo, obter clareza de informações quando se procedesse a citações da edição original. Para que se pudesse seguir adiante, foi necessário proceder à atualização dos critérios da edição.

O MANUSCRITO – DESCRIÇÃO

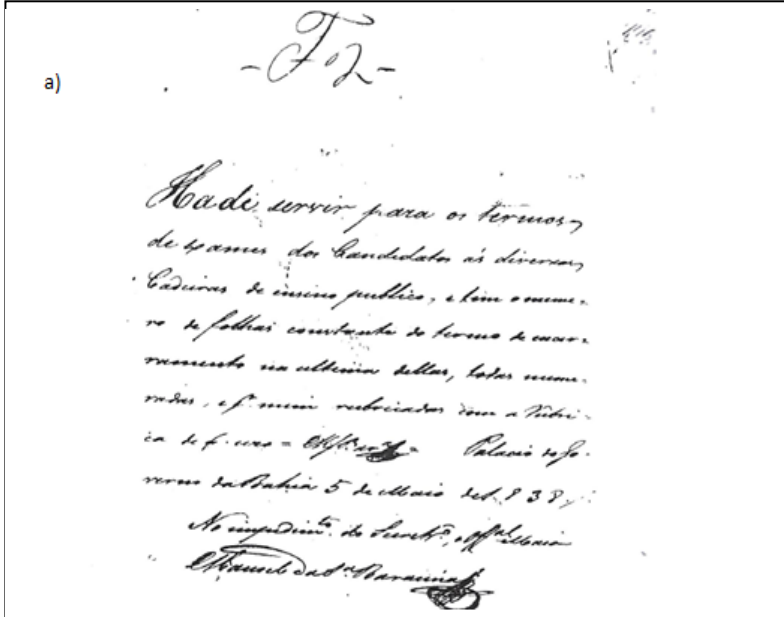
Os originais formam um livro encadernado, de notação M10-C3 TOM 3102, com 200 meias folhas, de 612 mm × 210 mm, de papel almaço de origem italiana, em cadernos de 3 folhas; trata-se de documentos manuscritos datados de 5 de fevereiro de 1835 a 31 de maio de 1858, onde se nota a presença de vários *scriptores* e as assinaturas dos examinadores e as rubricas das autoridades – Presidentes da Província da Bahia.

O *Termo de Abertura (TA)*, conforme se vê na Figura 1, encontra-se no reto de uma folha sem numeração. À L. 1, foi lançado – *F 2* –, ainda não identificado, pois a hipótese de significar *folha 2* é descartada, quando se lê a numeração das folhas, de 1 a 200, seguidas

da rubrica *MSBaraúna*, de Manuel da Silva Baraúna, Oficial-Maior responsável. No *TA*, afirma-se que o livro se destina aos *termos de exames para cadeiras do ensino público da Bahia* e que o número de folhas consta do *Termo de Encerramento*: são 200 folhas, todas numeradas e rubricadas no ângulo superior direito, apenas no reto. Ao final do *TA*, encontram-se o local e a data “Go- / verno da Bahia 5 de Maio de 1838”, seguidos do sinal do *scriptor* Baraúna, da indicação de que ele está substituindo o Secretário e da assinatura do Oficial-Maior.

Figura 1 – Termo de Abertura

a)



b)

[s.n.p.]	
	-F2-
	Hade servir para os termos de exames dos Candidatos ás diversas Cadeiras do ensino publico. e tem o nume= 5 ro de folhas constante do termo de encer= ramento na ultima dellas. todas nume= radas, e p(or) mim rubricadas com a Rubri= ca de q(ue) uso = <i>MSBar(aún)a</i> = <i>Palacio doGo</i> = verno daBahia 5 de Maio de 1838 [sinal de MSB]
10	No impedim(en)to do Secret(ar)i(o), o Off(ici)al-Maior <i>Manuel daS(ily)aBaraúna</i>

Fonte: a) *IPB, TE, TA* (CUNHA, 2019); b) CUNHA (2019)

A partir da folha 1r, devidamente numerada e rubricada, segue-se a transcrição dos *Termos de Exames*. Do total de 132 documentos, cinco foram tornados sem efeito: dois na folha 58v e um nas folhas 72v, 84v, 87v.

O TIPO DA EDIÇÃO DE 2000

Um primeiro questionamento a respeito da edição de 2000, com base na determinação do tipo de edição a ser feito, diz respeito aos conceitos de edição diplomática e semidiplomática. Guimarães (2000, f. 6) assim se refere a essas definições:

A Edição Diplomática requer uma perfeita cópia do modelo, na grafia, nas abreviaturas, em todos os sinais e caracteres específicos e até mesmo nos erros que devem ser mantidos como no original. No entanto, algumas edições separam as palavras (embora não o sejam no manuscrito, se antigo) desfazem as abreviaturas (com as letras suprimidas postas entre parênteses), indicando as breves lacunas fáceis de corrigir (com as letras omitidas postas entre colchetes), as quais, segundo Alberto Chiari,³ chamam-se de Diplomático-Interpretativas ou de Semidiplomáticas. (GUIMARÃES, 2000, p. 6-7)

Tomem-se alguns critérios adotados naquela edição, apresentados mais adiante no mesmo trabalho:

Baseando-se nas normas aprovadas e que vigoram desde 1993⁴, serão adotados os seguintes critérios na transcrição do documento, embora adaptados às suas particularidades:

7.1 Reproduzir-se-á *fielmente* o texto.

[...]

7.3 Desdobrar-se-ão as *abreviaturas não correntes*, colocando-se a parte desenvolvida entre parênteses, mas *conservar-se-ão as de uso atual*.

³ No texto original, há aí uma nota de rodapé: “Cf. CHIARI, Alberto. Apud CUNHA, Celso. *Uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro: São José. 1964, p. 45.”

⁴ No texto original, há aí uma nota de rodapé: “Cf. Ana Regina BERWANGER e João Eurípedes LEAL. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 2.ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 1995 (Série Livros Didáticos). Pp.68-70.”

7.4 A ortografia será *mantida na íntegra*, não se efetuando qualquer correção gramatical.

7.5 A pontuação e a acentuação serão *conservadas como no original*, entretanto o acento agudo colocado na segunda vogal do ditongo nasal será *trocado* pelo ‘til’ na primeira vogal.

7.6 *Conservar-se-á* a união das palavras que são grafadas separadas e também a separação das palavras que são grafadas unidas, na escrita atual.

[...]

7.9 Utilizar-se-ão os *colchetes*, para as palavras que se apresentam parcialmente ou totalmente ilegíveis. [ilegível]

7.10 Colocar-se-á uma interrogação entre *colchetes*, quando a leitura paleográfica de uma palavra foi duvidosa. [?]

7.11 Indicar-se-ão as linhas ou palavras danificadas em decorrência de rasura, de mancha de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos (papirófagos), com a expressão corroída entre colchetes e indicada em pé de página a causa do dano. [corroídas ± 2 linhas]

[...]

7.20 As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo contexto permite sua reconstituição, serão impressas entre *colchetes*. (GUIMARÃES, 2000, p. 60-61, grifos nossos)

Note-se, ainda, que a dissertação de mestrado em questão intitula-se *Edição diplomática de documentos notariais da Instrução Pública da Bahia: manuscrito do século XIX*. Analisando-se os critérios, por exemplo, do uso de colchetes e do desdobramento das abreviaturas, percebe-se que trabalhos atuais apresentam mais claramente a distinção entre esses tipos de edição. Borges e Souza (2012, p. 31-32), citando um texto de 2007, de Luiz Fagundes Duarte, destacam que a edição diplomática se restringe à transcrição do manuscrito, mantendo não só a grafia como também as abreviações, lacunas e demais particularidades inerentes a ele. Ao conceito de edição semidiplomática, Borges e Souza (2012, p. 32) assim se referem:

Situa-se entre a interpretativa e a diplomática, sendo sua prática marcada pela ação menos interventiva que a interpretativa e mais interventiva que a diplomática. Comumente, faz-se pela

intervenção do editor no sentido de desenvolver as abreviaturas. (BORGES; SOUZA, 2012, p. 32)

Uma edição como a de Guimarães (2000), hoje, certamente receberia a classificação de *semidiplomática*.

A ATUALIZAÇÃO DA EDIÇÃO

Alguns critérios para a edição semidiplomática – classificação doravante adotada – já haviam sido observados por Guimarães (2000): manutenção fiel do texto; da grafia; dos aspectos gramaticais; da pontuação; da acentuação – com exceção do til vertical da segunda vogal do ditongo nasal, **áo**, trocado pelo til horizontal na primeira vogal, **ão**; da união de palavras; da separação de palavras; do til com valor de *m* ou *n*; das repetições nos *reclamos*; das divisões paragráfica e linear; da numeração das folhas; da transcrição do *s longo* como *ss* ou *s*, conforme o caso; das maiúsculas e minúsculas; do acento agudo indicativo de crase.

No campo tecnológico da edição de textos, vários foram os indicadores que sofreram modificação nos anos subsequentes à edição de 2000 e necessitaram de atualização. A seguir, serão apresentadas as modificações que caracterizam a atualização da edição.

A edição de Guimarães (2000) estabeleceu como critério a transcrição da rubrica do Oficial-Maior, do reto de cada folha. Entretanto, a descrição do documento, ao trazer a informação geral, exime o editor de tal comportamento. Na atualização da edição, optou-se pela supressão dessas rubricas.

Ainda no ângulo superior direito, acima da rubrica do Oficial-Maior responsável, vem a numeração da respectiva folha. O verso das folhas do manuscrito não é numerado. Guimarães (2000) optou por repetir o número, seguido de *v^o*, entre colchetes. Além da numeração

dos versos das folhas, constam entre colchetes, na edição de 2000, também os números dos retos das folhas 6 e 7, indicando rasura. Na edição atualizada (CUNHA, 2019), indicam-se o reto e o verso com o uso de *r* e *v*, respectivamente.

Na edição de Guimarães (2000), o critério 7.2 trata da numeração das linhas: “Numerar-se-á o texto linha por linha, desde a primeira da folha, indicando-se a numeração de cinco em cinco linhas”. Foi adotada numeração única, indo da linha 1 até a numerada como 3573. Apesar disso, não se pode dizer que foram realmente 3.573 linhas: alguns números estão repetidos e outros não existem; há situações em que a contagem das linhas ficou diferente da numeração, indicada de 5 em 5, mas com distância de 4, 5, 6 ou até mesmo 7 linhas. Exemplos: da numeração 2190 à 2195 (GUIMARÃES, 2000, f. 186), há, na verdade, 6 linhas; da 2370 à 2375 (GUIMARÃES, 2000, f. 194), 4 linhas; da 3520 à 3525 (GUIMARÃES, 2000, f. 245), 7 linhas; as indicações numéricas, após a linha 3545 (GUIMARÃES, 2000, f. 246), são 3500, 3505, etc. (quando deveriam ser 3550, 3555, etc.), em ordem crescente até a 3530, sendo que a seguinte é 3525 (em vez de avançar 5, voltou 5); duas são as linhas numeradas, por exemplo, como 3545: uma na folha 246 (GUIMARÃES, 2000, f. 246), outra na folha 249 (GUIMARÃES, 2000, f. 249).

Na edição atualizada (CUNHA, 2019), a numeração das linhas foi refeita, a partir dos seguintes critérios: conservou-se a indicação a cada 5 linhas, mas iniciada a cada reto e verso de folha.

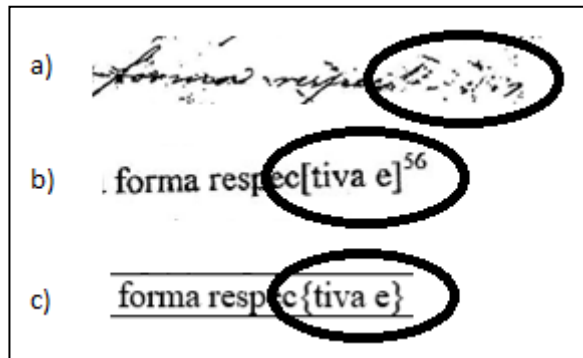
Um dos critérios para a classificação da edição como diplomática (GUIMARÃES, 2000) foi respeitado parcialmente: no desenvolvimento das abreviaturas, excluíram-se aquelas que foram consideradas ainda utilizadas na atualidade: Ill^{mo.}, Ex^{mo.}, Sr., n^{o.}, nos., 1^{as.}, 1^{o.}, 2^{a.}, 2^{o.}, 3^{o.}, 4^{o.}, S., Sta., Sto., Stos., S. Ex^{a.}, D., Dor., Dr., Drs., Pe.,

N., M^a., Fr. f., equivalentes, respectivamente a *Illustrissimo, Excelentissimo, Senhor, numero, numeros, primeiras, primeiro, segunda, segundo, terceiro, quarto, Santo, Santa, Santo, Santos, Sua Excelencia, Doutor, Doutor, Doutores, Padre, Nossa, Maria, Frei, folha*, como pode ser observado em Flexor (2008). Essa exclusão foi significativa, pois representou a omissão de 853 ocorrências de desdobramento, no total.

Considerando-se o conceito de *lisível* e sua diferença para o que é *legível*, tem-se outra diferença de critério entre as duas edições. *Legível* é simplesmente aquilo que se consegue ler. Em manuscritos, um acento gráfico, por exemplo, pode ser colocado acima da consoante imediatamente anterior ou posterior à vogal que o deveria receber, por conta da falta de precisão dos movimentos da mão humana ao escrever, diferentemente da regularidade da máquina. Mesmo o legível sendo o acento sobre uma consoante, o *lisível* é que a intenção do *scriptor* tenha sido colocá-lo sobre a vogal, e é assim que deve ser entendido.

Outro exemplo de *lisível* é a continuação de uma palavra que teve letras corroídas por brocas ou papirófagos. O contexto facilmente permite a reconstituição da palavra. No critério 7.20 da edição de Guimarães (2000), citado mais acima, Guimarães opta por trazer a parte reconstituída entre colchetes. Na edição atualizada (CUNHA, 2019), a situação descrita é indicada entre chaves, como se vê na Figura 2.

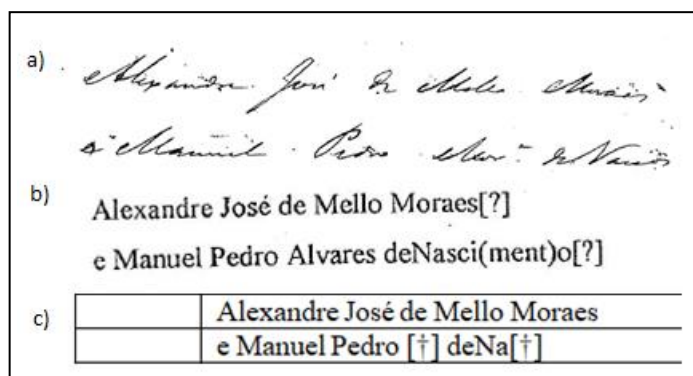
Figura 2 – Trecho em situação lisível



Fonte: a) *IPB, TE*, f. 41v, L.2 (CUNHA, 2019); b) GUIMARÃES (2000, f. 143, L. 1326); c) CUNHA (2019)

Considera-se ilegível toda palavra que não se consegue ler nem inferir do contexto, ou seja, aquelas em que persiste a dúvida. Na edição de Guimarães (2000), foram utilizadas interrogações entre colchetes (critério 7.10) para indicar palavras “parcialmente ou totalmente ilegíveis” (GUIMARÃES, 2000, p. 61). Na atualização (CUNHA, 2019), a interrogação é substituída pela *crux desperationis*; porém, nos casos em que novas comparações entre palavras do manuscrito refrearam ou, ao contrário, trouxeram a dúvida na leitura, a correção foi efetivada, como se vê na Figura 3.

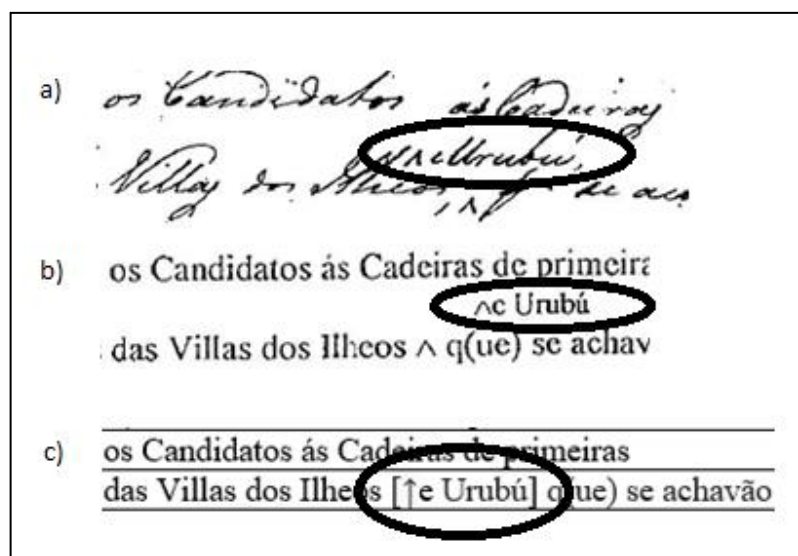
Figura 3 – Trecho ilegível



Fonte: a) *IPB, TE*, f. 22v, L. 1-2 (CUNHA, 2019); b) GUIMARÃES (2000, f. 106, L. 648-649); c) CUNHA (2019)

A edição de Guimarães (2000) indica os acréscimos em entrelinhas superiores igualmente em entrelinhas, precedidos de *ângulo* (^). Na edição atualizada (CUNHA, 2019), esses *ângulos* não são transcritos: o acréscimo é lançado na própria linha, entre colchetes e marcado com o uso de uma seta para cima, sinalizando a escrita na entrelinha superior [↑e Urubú], conforme se vê na Figura 4.

Figura 4 – Emenda por acréscimo em entrelinha superior



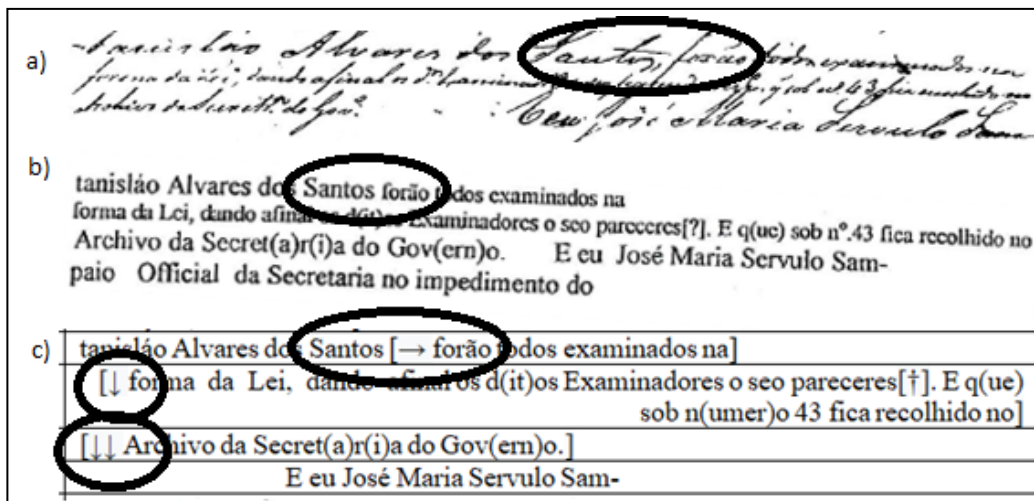
Fonte: a) *IPB, TE*, f. 28v (CUNHA, 2019); b) GUIMARÃES (2000, f. 118); c) CUNHA (2019)

Há, no manuscrito, diversos acréscimos iniciados em sequência à linha anterior, em letras de corpo menor, continuando em uma ou duas entrelinhas. Guimarães (2000), em sua edição, indicou esses acréscimos da mesma forma que estão grafados no manuscrito, em letras de corpo menor do que o do texto. Na edição atualizada (CUNHA, 2019), essas entrelinhas são colocadas entre colchetes e sinalizadas conforme o caso: por uma seta para o lado precedendo o texto da emenda ([→ emenda]) quando vêm em sequência; por uma seta para baixo ([↓ emenda]) quando vêm na primeira entrelinha

inferior; ou por duas setas para baixo (⇓ emenda) quando formam a segunda entrelinha inferior (Figura 5).

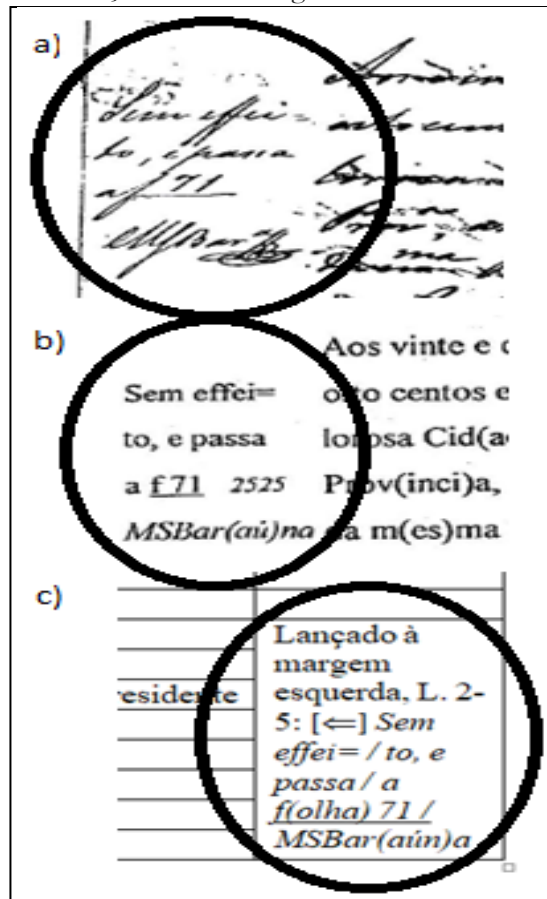
Os lançamentos marginais, na edição de Guimarães (2000), localizam-se à esquerda, seguindo a apresentação do original manuscrito, como se pode observar na Figura 6. A transcrição, na edição atualizada (CUNHA, 2019) é lançada à direita e indica a margem correspondente no original.

Figura 5 – Emenda por acréscimo em entrelinhas inferiores subsequentes



Fonte: a) IPB, TE, f. 38v (CUNHA, 2019); b) GUIMARÃES (2000, f. 137); c) CUNHA (2019)

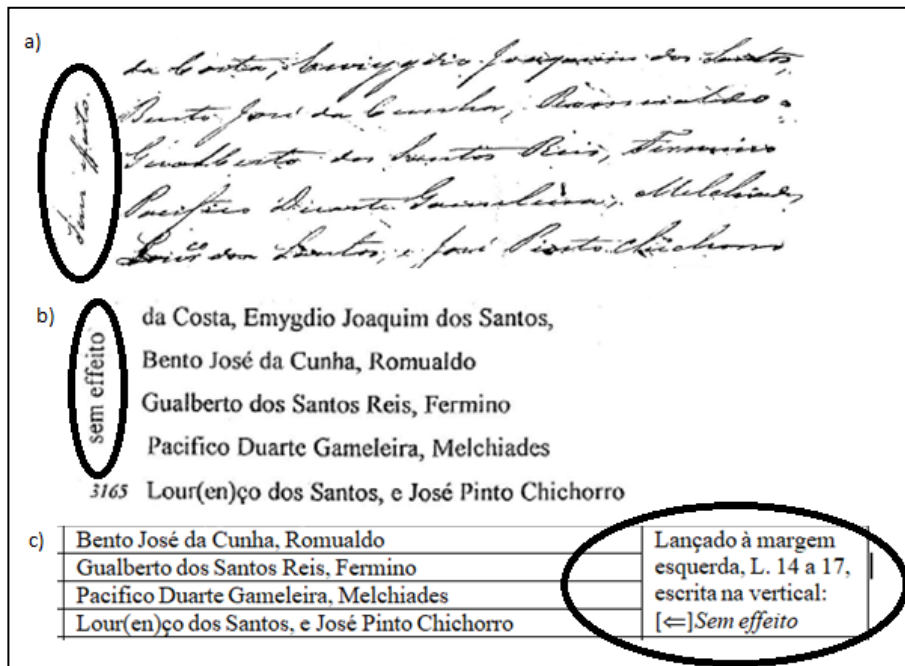
Figura 6 – Lançamentos marginais em linhas horizontais



Fonte: a) IPB, *TE*, f. 70v (CUNHA, 2019); b) GUIMARÃES (2000, f. 202); c) CUNHA (2019)

No caso dos lançamentos marginais escritos na vertical, como se vê na Figura 7, a edição de Guimarães (2000) manteve a verticalidade e a localização, enquanto na edição atualizada (CUNHA, 2019), a informação é dada na coluna da direita, em linha horizontal, informando-se a margem do manuscrito onde o há o lançamento e indicando-se o sentido da linha na escrita.

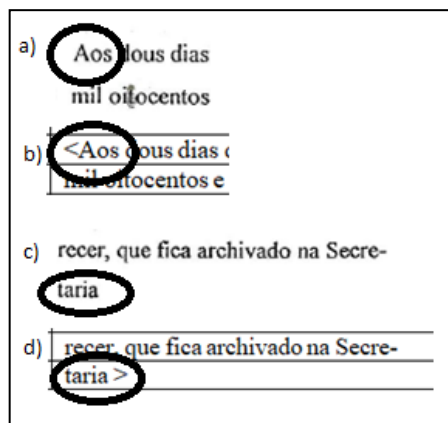
Figura 7 – Lançamentos marginais em linha vertical



Fonte: a) IPB, TE, f. 84v (CUNHA, 2019); b) GUIMARÃES (2000, f. 230); c) CUNHA (2019)

Além disso, na edição de Guimarães (2000), não havia indicação de início e final do texto suprimido. Na edição atualizada (CUNHA, 2019), o início e o final do texto suprimido, em todo e qualquer caso de supressão, são marcados com os parênteses uncinados (sinais < e >) como se encontram na Figura 8, a-b (para o início) e c-d (para o final).

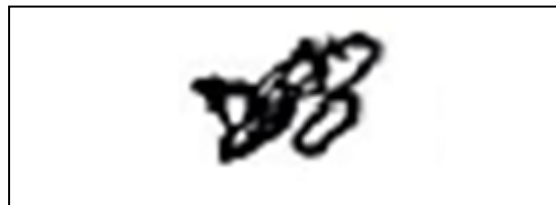
Figura 8 – Indicação de início e final de trecho suprimido



Fonte: a e c) GUIMARÃES (2000, f. 230); b e d) CUNHA (2019)

Na edição de Guimarães (2000, f. 48), relata-se que há “duas folhas de número 58, em que a segunda está no lugar da de nº 60, assim: 58, 59, 58, 61”. A falta de sentido em um engano desse tipo nos levou a observar mais detalhes. A figura 9 traz a imagem da numeração rasurada, interpretada por Guimarães (2000) como 58.

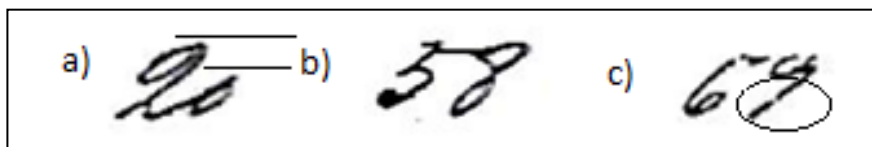
Figura 9 – Numeração rasurada no manuscrito



Fonte: *IPB, TE*, f. <59>/60\ (CUNHA, 2019)

Nossa leitura é a de que primeiro foi escrito o número **59**, mas, o *scriptor*, após começar a riscar, terminou por sobrepor-lhe o número 60. Isso se confirma quando são comparados os traçados dos números **5**, **6**, **9** e **0** desse *scriptor*, em outras folhas, com os traços presentes na rasura. Como exemplo, foram tomados os números 20, 58 e 69 (Figura 10). Chamam a atenção, aqui, o traçado reto da haste do 9 e a altura do 0, mais baixa que a do algarismo precedente.

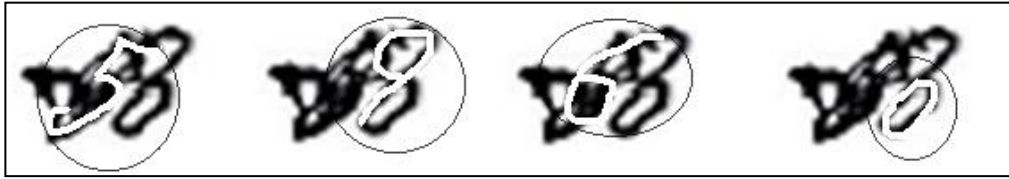
Figura 10 – Numeração tomada por base para a percepção de traços em rasura do manuscrito



Fonte: *IPB, TE*: a) f. 20r; b) f. 58r; c) f. 69r (CUNHA, 2019)

Também merecem atenção os formatos do **5** e do **6**, ambos presentes no primeiro algarismo manuscrito, conforme a Figura 11.

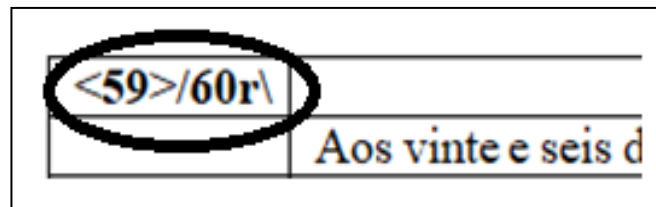
Figura 11 – Traços encontrados na rasura da numeração da página seguinte à 59 do manuscrito



Fonte: *IPB, TE*, f. <59>/60\ (CUNHA, 2019)

Para a atualização da edição, neste exemplo, foi feita a substituição da segunda ocorrência do número 59 (que na edição de 2000 aparece como 58) pelo número 60, além da atualização dos operadores correspondentes, os parênteses uncinados, na relação <substituído>/substituto, como se vê na Figura 12.

Figura 12 – Emenda por substituição, na relação <substituído> /substituto\ - edição de 2019



Fonte: *IPB, TE*, f. <59>/60\ (CUNHA, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda edição merece atualizações, por mais que tenha sido bem elaborada para a sua época. Com o avanço tecnológico e a experiência constante e ininterrupta dos paleógrafos e dos filólogos, vai-se aumentando a precisão e facilitando a leitura dos documentos como base para novos estudos.

Segundo Telles e Lose (2017, p.284), a era da informática trouxe recursos tecnológicos que eram vistos como malefícios para o trabalho dos filólogos em textos antigos, mas essa visão, de modo geral,

mudou. É visível que o avanço dos recursos oferecidos pelos equipamentos com que se digitam textos trouxe vantagens também para a Paleografia.

O trabalho do filólogo depende do conhecimento da Paleografia para se efetivar. Esta pesquisa, cujos objetivos estão centrados no estudo da língua, passa pela estrutura documental e pelo contexto histórico-educacional do séc. XIX. Uma transcrição paleográfica equivocada pode levar o pesquisador a erros crassos de interpretação. Portanto, mesmo que a atualização paleográfica seja extremamente trabalhosa, ela é fundamental para fazer abrir-se o caminho do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo S. Filologia e edição de texto. *In*: BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo S.; MATOS, Eduardo S.D.; ALMEIDA, Isabela S. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.
- CUNHA, Cristina da S. Estudos lexicais em documentos notariais da instrução pública da Bahia: manuscrito do séc. XIX. **Anteprojeto de pesquisa**. UFBA, Salvador, 2019.
- FLEXOR, Maria Helena O. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- GUIMARÃES, Ana Lúcia Silveira. **Edição diplomática de documentos notariais da instrução pública da Bahia**: manuscrito do século XIX. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.
- TELLES, Célia M.; LOSE, Alícia D. Qual edição e o que editar. **A cor das letras**. Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, v.18, n.2, p. 271-293, maio-agosto 201

CARTA DO ARCEBISPO DA BAHIA D. SEBASTIÃO PARA O REI D. JOÃO V: ANÁLISE DOS ASPECTOS PALEOGRÁFICOS

Tássia de Abreu Santos Matos¹
Norma Suely da Silva Pereira²

INTRODUÇÃO

As fontes primárias são veículos imprescindíveis para o acesso a aspectos e a histórias de culturas e práticas do passado. O conhecimento dessa história permite a compreensão das práticas do passado e a reflexão acerca da sua repercussão nas relações sociais contemporâneas. No entanto, para acessar tais fontes é necessário um conhecimento prévio sobre as ciências que possibilitam o acesso aos documentos manuscritos, tanto os antigos como os modernos e os contemporâneos. Desse modo, para o desenvolvimento do presente estudo, fez-se indispensável a utilização de metodologias atinentes à Filologia, à Paleografia, à Diplomática e à História cultural, dentre outras afins. O documento selecionado para o estudo, uma carta manuscrita, integra o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino

¹ Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/ UFBA. E-mail: tassiasmatos@hotmail.com

² Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada I do Instituto de Letras UFBA. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

(AHU), que teve seu acervo catalogado e disponibilizado *online* pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica do Rio Branco, uma iniciativa da Biblioteca Nacional brasileira.

A carta selecionada foi escrita pelo então Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, e endereçada ao rei D. João V. No documento, o religioso defende o deferimento da petição da Madre Abadessa do Convento de Santa Clara da Bahia, ratificando o pedido feito pela Madre e solicitando ao rei a licença para recolher, no dito Convento, duas moças com aptidão para música, mesmo tendo conhecimento sobre a falta de vagas na Instituição, no momento, solicitando então a concessão de vagas supranumerárias. Assim, dando ênfase aos aspectos paleográficos, esse estudo busca refletir sobre práticas relativas à mulher e aos recolhimentos femininos no período colonial, na América portuguesa, evidenciados no documento.

RECOLHIMENTO FEMININO NO PERÍODO COLONIAL

No período colonial, conforme as ideais patriarcais que regiam a sociedade, as famílias buscavam recolher suas filhas em conventos e recolhimentos. Além do viés ideológico de subjugação da mulher como ser inferior e moralmente incapaz, outro fator que justificava a reclusão feminina era o ideário religioso. A sociedade criava e romantizava a ideia de que uma boa moça deveria ser casta e virgem. Seria considerada bem vista e em condições de realizar um casamento que fosse considerado vantajoso, conforme expõe Algranti (1992), apenas a mulher que conservava sua virgindade. As casadas, se seus maridos se ausentavam de casa por longo período, eram recolhidas em instituições para estarem a salvo do “erro”. Os recolhimentos constituíam-se, assim, em locais que asseguravam o isolamento da

mulher da sociedade, de maneira que seu contato com o mundo exterior fosse raro. A reclusão não interferia apenas na condição física da mulher, como também na sua integridade psicológica, pois, conforme analisa Algranti (1992, p.44),

[...] a clausura consistia fisicamente numa barreira de altas muralhas que dificultava a entrada de pessoas estranhas. Psicologicamente, elas funcionavam [para as donzelas] como guardiãs das vidas e da castidade das noivas de Cristo [...]

Nos recolhimentos no período colonial, a clausura poderia ter como finalidade a educação, tanto para a vida religiosa, como para o matrimônio, mas também poderia significar punição para aquelas mulheres que, perante o olhar da sociedade do período, houvessem cometido alguma atitude que colocasse sua honra em dúvida. Além disso, a clausura poderia ser utilizada para acolher mulheres pobres e viúvas, conforme assinalam Souza e Pereira (2018). Honrar significava, então, obedecer às determinações da família, de modo que a mulher aceitasse permanecer subordinada aos homens que poderiam ser parentes próximos, fosse o pai, o irmão mais velho e, após o casamento, o seu marido, sem nunca expressar suas vontades ou desejos. Qualquer postura diferente dessa já seria motivo de questionar a sua conduta.

Havia sempre uma carência de vagas nos recolhimentos, uma vez que a demanda era muito grande. Para casar suas filhas, as famílias precisavam arcar com o dote, o que nem sempre estava ao alcance dos pais de família. Na carta em análise, o Arcebispo, reconhecendo o problema da falta de vagas no Convento de Santa Clara, argumenta sobre a formação musical das moças, o que ratifica a existência de critérios para a admissão das mulheres no

recolhimento. Conforme já assinalado em outros estudos, eram atributos importantes para admissão nos conventos femininos, o conhecimento da música e do latim, para que as recolhidas participassem do Ofício no Coro (AZZI, 1983; SOUZA; PEREIRA, no prelo). Na carta endereçada ao rei D. João V, de Portugal, para respaldar a posição da Abadessa, o Arcebispo diz que, o convento está carecendo de música, e por isso, mesmo que não haja vagas, requer a entrada das musicistas.

A necessidade da confirmação do Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide ao pedido anteriormente enviado ao rei pela Abadessa do convento reflete a baixa credibilidade da mulher naquela sociedade, mesmo quando numa posição de destaque, como no caso em questão.

O DOCUMENTO: DESCRIÇÃO

O documento examinado é uma carta que, conforme assinala Bellotto (2002), é um documento não diplomático, informativo, usado para correspondência, tanto pelo alto escalão da administração pública, como em comunicações sociais decorrentes de cargos e funções públicos. O manuscrito selecionado, lido por meio de um fac-símile, possui 1 fólio escrito no recto, sendo o seu suporte, provavelmente o papel. Possui 19 linhas de mancha escrita no recto, em coluna única, alinhada à margem direita. A reprodução fac-similar mostra um fólio íntegro e em bom estado de conservação. A letra cursiva do século XVIII tem leve inclinação à direita e apresenta pouca dificuldade para a sua decifração. O documento possui poucas abreviaturas e é possível perceber, no verso do fólio, a mancha da tinta proveniente da escrita do recto. Observa-se ainda a existência de

inscrições, despachos e rubricas lançados à margem esquerda, além de carimbos, também de inserção posterior, no recto do fólio, bem como duas linhas de anotações seguidas de rubricas no verso:

Figura 1 - Imagem do fac-símile



Fonte: CARTA do Arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide ao rei [D. João V] informando sobre a petição da madre abadessa do convento de Santa Clara da Bahia AHU_CU_005, Cx. 10/Doc.873(1)

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS

A Paleografia e a Diplomática, embora ciências bem próximas, distinguem-se uma das outras à medida que, por exemplo, a Diplomática, conforme assinala Bellotto (2002), trata de documentos emanados de autoridades, que são submetidos à validação, e cujos formulários podem ser decodificados em partes para análise. Ocupa-se essa ciência da estrutura formal do documento, e sua origem se deu em meios às dúvidas sobre a legitimidade de documentos. A

Diplomática, quando surgiu, foi para sanar dúvidas quanto à autenticidade do documento, conforme assinala a autora citada.

A Paleografia, conforme assinalam Souza e Pereira (2018), é a ciência que estuda a origem e o processo de transformação da escrita manuscrita, ocupando-se dos textos, desde os antigos até os manuscritos contemporâneos, auxilia o pesquisador na decifração da escrita e de suas particularidades. Ao lidar com o texto manuscrito, algumas dificuldades são recorrentes ao pesquisador, mesmo os mais experientes. Tais problemas vão desde a decifração da letra do *scriptor*, ao estado de conservação do suporte, que devido a fatores como o tempo ou modo de conservação, pode estar bastante deteriorado.

ABREVIATURAS

As abreviaturas, que no passado eram muito usadas para a economia do material de escrita, pois, como assinala Spina (1977), a raridade dos suportes ocasionava um alto custo à produção de obras manuscritas, tornou-se uma dificuldade aos pesquisadores do presente, uma vez que, o seu uso frequente e desordenado resultou, muitas vezes, na ilegibilidade das escritas. Tal descontrole de uso, gerou, em determinado período, a proibição do seu uso. As abreviaturas, mesmo no período atual, podem gerar dificuldade na leitura dos textos, uma vez que estão sujeitas a uma criação por vezes subjetiva e pessoal.

O documento selecionado é pobre em abreviaturas, registrando-se apenas 12 ocorrências e, dentre essas, há repetição de abreviaturas, como é o caso de *Vossa Magestade*. Quanto aos tipos, foram encontradas 3 ocorrências de abreviaturas por suspensão, em que há síncope dos elementos gráficos finais da palavra; e 2 abreviaturas por

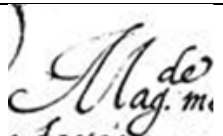
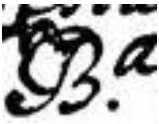
letra sobrescrita, em que há a supressão de letras mediais e sobreposição de elementos gráficos finais, os quais são colocados em expoente. Ocorreu ainda 1 abreviatura por contração:

Quadro 1 - Abreviaturas por suspensão

ABREVIATURA	CLASSIFICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO
	Suspensão	<i>Vossa</i>	L.2
	Suspensão	<i>que</i>	L.17
	Suspensão	<i>Sebastião</i>	L.19


Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 - Abreviaturas por letra sobrescrita

ABREVIATURA	CLASSIFICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO
	Letra sobrescrita	<i>Magestade</i>	L.2
	Letras sobrescrita	<i>Bahia</i>	L.18

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 - Abreviatura por contração



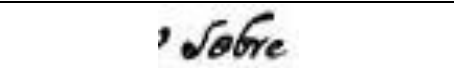





ABREVIATURA	CLASSIFICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO
	Contração	<i>Rodriguez</i>	L.9

Fonte: elaboração própria.

VARIAÇÃO GRAFEMÁTICA

É comum observar nos documentos manuscritos as variações que as representações gráficas sofrem ao longo do texto, mesmo que a mão que escreve seja a mesma. No documento editado, mesmo com a grande regularidade observada no traçado dos grafemas, foi possível encontrar a variação no grafema <s>, minúsculo, que apresenta quatro traçados diferentes:

Quadro 4 -variação grafemática

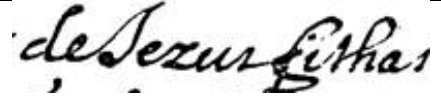

EXEMPLO		TRANSCRIÇÃO	LINHA
		instromentos	L.10
		sobre	L. 11
		peessoas	L.12
		virtuozas	L.14

Fonte: elaboração própria.

AUSÊNCIA DE FRONTEIRA ENTRE PALAVRAS

A ausência de fronteira de palavras é um fenômeno comum em manuscritos, principalmente os datados nos séculos passados. Suas ocorrências se dão principalmente ou pelo *scriptor* não levantar o punho na hora da escrita ou para economizar o material no qual era redigido o texto.

Quadro 5 - ausência de fronteira de palavras

FIGURA	TRANSCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
	[...] deJesusfilhas [...]	L.8
	[...] porhora [...]	L.10

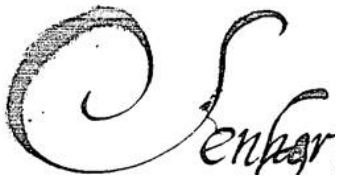
Fonte: elaboração própria.

ASPECTOS DIPLOMÁTICOS

Segundo Bellotto (2002), o documento é decodificado em partes pela análise diplomática. O documento é dividido em três partes principais: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final ou escatocolo.

O protocolo inicial traz consigo a Inscrição – indicação do destinatário, a saudação, a titulação da autoridade e ainda a invocação do nome de Deus, esta última, encontrada com mais frequência em textos mais antigos (BELLOTTO, 2002).

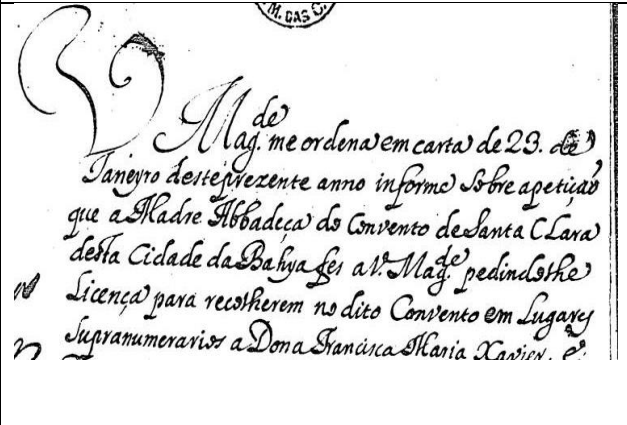
Quadro 6 - elemento do protocolo

Figura	Comentário
	Elemento do protocolo: Inscrição – indicação do destinatário. No documento estudado, a inscrição <i>Senhor</i> , refere-se ao rei D. João V, a quem a carta é endereçada.

Fonte: elaboração própria.

O texto propriamente dito, apresenta o seu conteúdo, causas e justificativas:

Quadro 7 - elemento do texto

Figura	Comentário
	<p>O texto é a parte mais longa do documento. É a divisão em que se encontram o preâmbulo ou justificativa do documento; a exposição, em que são explicitadas as causas do documento; o dispositivo ou o assunto propriamente dito.</p>

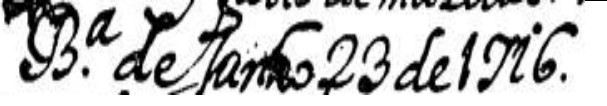
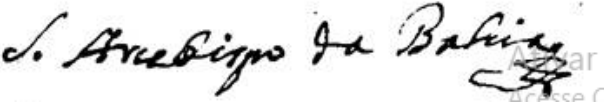
Fonte: elaboração própria.

Transcrição do fragmento:

Vossa Magestade me ordena em carta de 23. de Janeiro deste presente anno informe sobre a petição que a Madre Abbadeça do Convento de Santa Clara desta Cidade da Bahia fez a Vossa Magestade pedindo licença para recolherem no dito Convento em lugares supranumerarios a Dona Francisca Maria Xavier, e

O protocolo final ou escatocolo, que tem a função de encerrar o texto, contém, entre outros, a subscrição ou assinatura do emissor do documento e apresenta também a datação tópica e cronológica. No requerimento editado, como se observa, as três partes principais do documento estão representadas. É importante, no entanto, assinalar que não há no documento evidências cabais de que seja o próprio Arcebispo o *scriptor* da carta. Ao comparar as letras do corpo da carta e as da assinatura final, componente do escatocolo, é possível identificar algumas diferenças nos traçados das letras entre esta e as do texto da carta, o que pode sugerir que a redação tenha sido realizada por uma mão diversa da que assina.

Quadro 8 - elementos do escatocolo

Figura	Comentário
	<p>A datação do documento corresponde à data tópica e cronológica em que foi redigido.</p> <p>No documento selecionada, essas são “Bahia de janeiro 23 de 1716”</p>
	<p>A subscrição ou assinatura do emissor também faz parte do protocolo final.</p> <p>No documento selecionado, esta corresponde a “Sebastião Arcebispo da Bahia”</p>

Fonte: elaboração própria.

EDIÇÃO E CRITÉRIOS

Para a edição do documento trabalhado, foi selecionado uma edição semidipomática, na qual há a conservação das características da escrita, mantendo-se, por exemplo, a ausência de fronteira entre palavras, o que ocorre algumas vezes. Na linha 12, foi mantida a taxação sobre uma palavra, a qual parece representar um lapso riscado para correção pelo *scriptor*. Foram conservadas, também, as consoantes dobradas; o uso das maiúsculas, sinais de pontuação e acentuação, tudo como no texto original, inclusive mantendo um acento de formato semelhante ao circunflexo (^), em contextos onde

hoje usa-se o acento agudo, como em mandarâ, na L. 17. Quanto às abreviaturas, foram desenvolvidas, marcando-se as partes desdobradas com o recurso itálico. Foi feita a enumeração das linhas de 5 em 5, começando pela primeira linha, que consiste no protocolo inicial. Os despachos não foram transcritos.

TRANSCRIÇÃO

Transcrição e edição semidiplomática
Código de identificação: AHU_ACL_CU_005, Cx.10\Doc.873 (1)
Assunto: CARTA do Arcebispo da Bahia <i>Dom</i> Sebastião Monteiro da Vide ao rei [D. João V] informando sobre a petição da madre abadessa do convento de Santa Clara da Bahia em que pede licença para recolher no dito convento Francisca Maria Xavier e Leonor de Jesus, filhas do capitão Antônio Rodrigues de Miranda.
Local: Baía
Data: 1716

Senhor

Vossa Magestade me ordena em carta de 23. de
 Janeyro destepreze anno informe sobre apetição
 que aMadre Abbadeça do Convento deSanta Clara
 5 desta Cidade da Bahyafes a *Vossa Magestade* pedindo lhe
 licença para recolherem no dito Convento em lugares
 supranumerarios a DonaFranciscaMaria Xavier, e
 Dona Leonor deJesusfilhas legitimas do Capitão
 Antonio *Rodriguez* deMiranda por serem boas muzicas, toca=
 10 rem alguns instromentos, e porhora não haver lugar do
 numero vago. Informandome eu sobre o contheudo res=
 ta Supplica me certificarão ~~que~~ pessoas inteligentes na
 arte da muzica que estas pertendentes não só erão
 muito detras na dita arte, mas muito virtuozas, e merece=
 15 doras de que*Vossa Magestade* mande attender ao requerimento
 daMadreAbadessa, porque na verdade o Covento
 está muy falto de muzicas. *Vossa Magestade* mandarâ o *que* for
 servido

Bahia de janeiro 23 de 1716
Sebastião Arcebispo da Bahia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo evidenciar aspectos das práticas relativas às mulheres e aos recolhimentos na Bahia colonial, relatando os motivos que eram impostos para o acometimento à clausura, observando-se alguns dos critérios utilizados na admissão das recolhidas.

Foram enfatizados os aspectos paleográficos e diplomáticos observados no documento selecionado, destacando aspectos que comumente dificultam a leitura de um manuscrito do período, o que pode auxiliar a outros leitores e pesquisadores que lidam com esse tipo de texto.

A carta do Arcebispo da Bahia D. Sebastião ao rei D. João V trouxe em seu contexto a situação das mulheres no período da Bahia colonial: subjugadas a recolhimentos, submissas, retiradas do círculo social, vivendo em uma sociedade em que o patriarcado definia o perfil de mulher que deveria ser seguido e decidia o seu destino, o que caberia a elas.

Os estudos, baseados em fontes primárias do passado, fazem-se indispensáveis para o entendimento acerca da sociedade atual. O desconhecimento da história reflete na manutenção de práticas opressoras na atual conjuntura social, na qual as mulheres continuam enfrentando tantas formas de violência. Assim, espera-se ter contribuído para a reflexão acerca da influência que as culturas e hábitos passados desencadeiam nas relações sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822.** Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.
- AZZI, Riolando; REZENDE, M. Valéria V. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. *In: AZZI, R. A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos.* São Paulo: Paulinas, 1983. p. 24-60.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BERWANGER, Ana; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática.** 3 ed. Santa Maria: Editora da UFMS, 2008.
- CARTA do Arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide ao rei [D. João V] informando sobre a petição da madre abadessa do convento de Santa Clara da Bahia em que pede licença para recolher no dito convento Francisca Maria Xavier e Leonor de Jesus, filhas do capitão Antônio Rodrigues de Miranda. 1716. DOC. 873(1). Cx. 10. Disponível em:
http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=6923&Pesq=madre%20abadessa. Acesso em: 12 jan. 2020
- CONCEIÇÃO, Luane Ribeiro da; PEREIRA, Norma Suely da Silva. A construção da imagem da mulher na Bahia Colonial. *In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 15. Salvador, 2018. **Anais [...]** Disponível em:
http://www.enecult.ufba.br/modulos/_submissao/Upload-484/111708.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020
- SOUZA, Rose Mary Souza de; PEREIRA, Norma Suely da Silva. Práticas culturais na Bahia colonial: o recolhimento de mulheres adúlteras. *In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA*, 22. Cadernos do CNLF, v. XXII, n. 03, Textos Completos, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018. **Anais [...]**. p. 697-708.
- SOUZA, Rose Mary Souza de; PEREIRA, Norma Suely da Silva. Recolhimento de mulheres do véu preto: estudo do léxico e das práticas culturais na Bahia colonial. *In: IX SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS*, 9, **Anais [...]**. Salvador: ILUFBA, no prelo.
- SPINA, Segismundo. Apontamentos paleográficos. **Introdução à Edótica: crítica textual.** São Paulmao, Cultrix, 1977.

CRÍTICA TEXTUAL E ENSINO: AS IMPLICAÇÕES FILOLÓGICAS NO USO DE TEXTOS (NÃO) FIDEDIGNOS EM SALA DE AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Elizabeth Mota Nazareth de Almeida¹
Patrício Nunes Barreiros²

INTRODUÇÃO

Estudos realizados a partir do olhar da crítica textual têm evidenciado os diversos problemas filológicos encontrados em textos literários (ou não) presentes nos livros didáticos na Educação Básica. Ao apresentarem, por exemplo, variações de textos com substituições, acréscimos, omissões ou alterações de ordem, sem a devida indicação do que foi alterado ou mesmo a correta citação da edição utilizada como texto-base, os livros didáticos demonstram a falta de rigor filológico ao estabelecer seus textos. Essa falta de rigor, a depender dos objetivos a serem atingidos pelo leitor, pode ocasionar prejuízos a análises linguísticas ou literárias posteriores.

A partir dessa problemática, esse artigo objetiva analisar brevemente alguns exemplos de como o estabelecimento dos textos literários ocorrem nos livros didáticos da Educação Básica (MENDES, 1986; TELLES, 2003; SILVA, 2014; SANTIAGO-

¹ Doutoranda em Letras e Linguística na Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: almeida.emn@gmail.com.

² Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: patricio@uefs.br.

ALMEIDA; MORANDINI; SILVA, 2018), ao passo que discutiremos os possíveis caminhos para transmissão dos textos na Escola Básica a partir da proposta de hiperedição.

Neste artigo, apresentaremos um esboço da proposta de hiperedição dos causos sertanejos do escritor do semiárido baiano, Eulálio de Miranda Motta, a partir de uma plataforma digital, usando como exemplo o seu caso, intitulado *Vida Sertaneja III*, adaptando-o ao ensino a partir do trabalho filológico, lexicológico e lexicográfico realizado por Liliane Barreiros (2016; 2017). Esse caso faz parte do acervo do escritor, mais especificamente dos causos sertanejos presentes em seu caderno, intitulado *Bahia Humorística*, escrito na década de 1930.

A escolha pelo uso de uma plataforma digital para desenvolvimento da proposta aqui apresentada se deve pelo fato de compreendermos as potencialidades oferecidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para o desenvolvimento de modelos de edições digitais (hiperedições) e do léxico anotado integrados à organização de verbetes de forma hipertextual em uma biblioteca online. Essa forma digital de organização e edição online dos textos e dos glossários possibilitaria, através da hiperleitura, a sua visualização e divulgação de forma mais rápida, dinâmica e interativa, contribuindo amplamente para a constituição de bancos de textos e de dados acerca da história do português rural, das variedades linguísticas regionais e dos aspectos da realidade, valores e costumes socioculturais do sertanejo, a partir da análise lexical e do uso da língua.

Tanto a análise da transmissão de textos numa perspectiva pedagógica em materiais didáticos na Educação Básica quanto a proposta de hiperedição fazem parte de uma das etapas do projeto de

pesquisa inserido no âmbito do Doutorado em Estudos Linguísticos/UEFS que visa propor um caminho teórico-metodológico para o estudo do léxico voltado para variação popular na Escola Básica. Esse projeto de pesquisa, ao qual apresentaremos uma de suas etapas neste artigo, encontra-se vinculado ao grupo de pesquisa, intitulado Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais, Filologia e Acervos de Escritores, da Universidade Estadual de Feira de Santana, coordenado pelo Professor Doutor Patrício Nunes Barreiros.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na primeira etapa desse estudo, analisamos o estabelecimento dos textos nos materiais didáticos a partir dos trabalhos de Mendes (1986), Silva (2014) e Santiago-Almeida; Morandini; Silva (2018), trazendo como exemplos os seguintes textos:

Quadro 01 – Textos trazidos como exemplo da transmissão de textos em materiais didáticos

	TEXTO ANALISADO	TEXTO-BASE	VARIANTE ENCONTRADA NO LIVRO DIDÁTICO	AUTOR DA ANÁLISE
01	Noite de Almirante	ASSIS, Machado de. História sem data. Nova ed. Ver. Rio de Janeiro, Garnier, 1909, p. 167-176.	MARTOS, Cloder Rivas & MESQUITA, Roberto Melo. PAI. Processo auto-instrutivo; língua e literatura. 2º grau, vol. 1. 4. São Paulo, Saraiva, 1981. p. 72.	Mendes (1986)
02	A coruja e a águia	LOBATO, Monteiro. Fábulas e histórias divertidas. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1965, p. 207-208.	SOUZA, Joanita. Brincando com as palavras; comunicação e expressão. 4ª série, 1º grau. Ed. atual. São Paulo, Ed.	Mendes (1986)

			Nacional, 1978. p. 29.	
03	Quincas Borba	<p>ASSIS, Machado de. Quincas Borba. Edição crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Instituto Nacional do Livro / Comissão Machado de Assis, 1977.</p> <p>ASSIS, Machado de. Quincas Borba. 3. Ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.</p>	NICOLA, José de. Português: ensino médio. vol. 2. São Paulo: Scipione, 2009.	Silva (2014)

Fonte: elaboração própria.

Para análise das variantes presentes nos materiais didáticos, foram adotados os seguintes critérios:

(a) Classificação das variantes, seguindo a tipologia sugerida por Blecua (1990, p. 20): variante por substituição (*immutatio*), variante por omissão (*detractatio*).

(b) Identificação das variantes:

i. Substituição: variante em *itálico* presente no texto-base e ausente no material didático; seguido pela variante em **negrito** presente apenas no material didático.

ii. Omissão: variante ~~tachado~~ presente no texto-base e ausente no material didático.

Na segunda etapa, ao propormos caminhos para a adaptação de textos em materiais didáticos da Educação Básica, levamos em consideração os critérios filológicos e da crítica textual, apoiados na valorização da socio-história dos textos escritos.

Como exemplo, usamos o caso sertanejo, *Vida Sertaneja III*, de Eulálio Motta, presente no fólio 9 (verso) do seu caderno, intitulado *Bahia Humorística*, tomando por base os trabalhos filológico, lexicológico e lexicográfico, realizados por Liliane Barreiros (2016;

2017) e utilizando os critérios da hiperedição segundo a proposta de Patrício Barreiros (2017).

Em relação aos sinais utilizados na edição semidiplomática (BARREIROS, 2016) acrescentamos, para esse trabalho, os critérios de edição estabelecidos por Patrício Barreiros (2013; 2015):

- (a) { } / \ substituição por sobreposição, na relação {substituído} /substituto\.

Em relação à edição digital, usamos os seguintes critérios:

- (a) Sublinhado para indicar as lexias com *hiperlink* para o glossário interativo;
- (b) Lexias com *hiperlink* assumem a cor vermelha e sublinhado quando acionadas pelo cursor do computador;
- (c) Texto distribuído uniformemente entre as margens e sem separação de sílabas;
- (d) Acréscimo de ilustrações.

A TRANSCRIÇÃO DE TEXTOS NOS LIVROS DIDÁTICOS

O livro didático ainda é considerado uma importante fonte de consulta, apesar de não ser a única, em salas de aula da educação básica. Nele, o texto literário é transmitido na íntegra ou em fragmentos, proporcionando o contato dos alunos, em muitos casos, à primeira leitura dessas obras literárias, a partir de edições modernizadas adaptadas aos propósitos pedagógicos.

Ao considerarmos o uso das edições modernizadas em sala de aula, não devemos perder de vista, entretanto, que o estudo da língua é o principal objetivo da linguística e que “[...] o método filológico apoia a análise linguística, ao fornecer com critérios um texto fidedigno” (TELLES, 2003, p. 21). Desta forma, percebemos a

importância do estabelecimento de critérios filológicos também para a edição de textos transmitidos nos livros didáticos.

Contudo, estudos mostram que a transmissão dos textos nos materiais didáticos apresenta diversas variantes em relação a sua forma “genuína” (texto-base) (MENDES, 1986; SILVA, 2014; SANTIAGO-ALMEIDA; MORANDINI; SILVA, 2018), sem que possamos perceber qualquer rigor filológico nessa ação. É o caso do texto, *Noite de almirante*, de Machado de Assis (1909), em que, como mostra Mendes (1986, p. 04), [...] no parágrafo 18 há um trecho em que o autor usa o pronome elas, que se refere a ideias, sujeito do período anterior: “As ideias marinavam-lhe no cérebro, como em hora de temporal, no meio de uma confusão de ventos e apitos. Entre elas rutilou a faca de bordo...” [...]. (MENDES, 1986, p. 04)

Nesse exemplo trazido por Mendes (1986), o mesmo trecho do texto de Machado de Assis presente no livro didático de Língua e Literatura, de Matos e Mesquita (1981, p. 72), sofreu uma substituição no pronome, que passou de elas para eles, mudando, assim, “[...]” o sentido do texto, levando o leitor a atribuir-lhe como antecedente ventos e apitos, e não ideias “[...]” (MENDES, 1986, p. 04).

Em outros inúmeros exemplos trazidos por Mendes (1986), podemos perceber que os textos transmitidos nos livros didáticos não apresentam a indicação de que se trata de fragmento, havendo ainda omissão de trechos, substituições, acréscimos, problemas de disposição gráfica na transcrição de poemas, mudança de títulos, referências inexistentes, incompletas ou equivocadas. Em todas as ocorrências encontradas em sua pesquisa, as variações estavam presentes nos livros didáticos sem que houvesse alguma indicação de mudança realizada e sem que os editores apresentassem quais os critérios usados em suas edições.

Para exemplificar os casos de substituição e omissão trazidos por Mendes (1986), analisemos o seguinte trecho da fábula, A coruja e a águia, de Machado de Assis, encontrada no livro da coleção de Joanita Souza, intitulado *Brincando com as palavras*, de 1978, indicado para o último ano do Ensino Fundamental I, em comparação com a fábula que consideraremos como texto-base encontrado no livro de Monteiro Lobato, intitulado *Fábulas e histórias divertidas*, de 1965.

Trecho com substituição:

Dias depois, andando à caça, a águia encontrou um ninho com três *mostrengos* **monstrengos** dentro, que piavam de bico muito aberto.

Trecho com omissão:

~~— Para mim, vovó — comentou Narizinho —, esta é a rainha das fábulas. Nada mais verdadeiro. Para os pais os filhos são sempre uma beleza, nem que sejam feios como os filhos da coruja.~~

~~— E esta fábula se aplica a muita coisa, minha filha. Aplica-se a tudo o que é produto nosso. Os escritores acham ótimas todas as coisas que escrevem, por piores que sejam. Quando um pintor pinta um quadro, para ele o quadro é sempre bonitinho. Tudo quanto nós fazemos é “filho de coruja”.~~

~~— Mostrengo ou monstrengo, vovó? — quis saber Pedrinho. Vejo essa palavra escrita de dois jeitos.~~

~~— OS gramáticos querem que seja mostrengo — coisa de mostrar: mas o povo acha melhor monstrengo — coisa monstruosa, e vai mudando. Por mais que os gramáticos insistam na forma “mostrengo”, o povo diz “monstrengo”.~~

~~— E quem vai ganhar essa corrida, vovó?~~

~~— Está claro que o povo, meu filho. Os gramáticos acabarão se cansando de insistir no “mostrengo” e se resignarão ao “monstrengo”.~~

~~— Pois eu vou adotar o “monstrengo” — resolveu Pedrinho. Acho mais expressivo.~~

De fato, ao substituir a palavra ‘mostrengo’ por ‘monstrengo’ e omitir o comentário final à fábula, o editor impossibilitou a discussão em sala de aula em torno da “[...] não rigidez dos conceitos de certo e errado em língua [...]” (MENDES, 1986, p. 03).

Silva (2014), ao analisar a transmissão de *Quincas Borba*, de Machado de Assis, em livros, apostilas e textos paradidáticos utilizados em salas de aula de Língua Portuguesa, levantou e classificou as variantes surgidas nesse processo para os materiais didáticos. Como textos-base, foram escolhidas a terceira edição de *Quincas Borba*, de 1899, e a edição crítica, de 1977. Em comparação desses textos-base com os excertos do romance reproduzidos nos materiais didáticos da Educação Básica, Silva (2014) também encontrou variantes com adição, alteração de ordem, substituição e omissão, como podemos perceber no exemplo selecionado abaixo, destacado do livro didático de Português, do Ensino Médio, de Nicola (2009).

Trecho com omissão:

Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal e comum.

Em pesquisas ainda mais recentes, constatamos que os problemas na transmissão de textos nos livros didáticos persistem. Na pesquisa realizada por Santiago-Almeida; Morandini; Silva (2018), em que foram analisados oito livros didáticos, percebemos que em três livros didáticos não havia indicação da fonte utilizada para as variantes transmitidas, em dois livros as variantes apresentadas não estavam no texto utilizado como fonte e em três apresentavam as variantes que foram transmitidas pelo texto-base.

A maioria das alterações, segundo Santiago-Almeida; Morandini; Silva (2018), refere-se à correção normativa de uso da pontuação provavelmente originada na etapa de revisão do texto, o que, “[...] dependendo do grau da alteração, pode comprometer a interpretação fidedigna a respeito do estilo da obra do autor [...]” (SANTIAGO-ALMEIDA; MORANDINI; SILVA, 2018), além de impossibilitar futuras discussões a respeito da licença poética do escritor, do seu “[...] gênio inventivo, criador e poético [...]” (SANTIAGO-ALMEIDA; MORANDINI; SILVA, 2018).

Esses resultados nos dão indícios da falta de rigor no estabelecimento dos textos transmitidos em material didático. Essa falta de rigor filológico, descompromissada com a socio-história dos textos, bem como, a total ou parcial ausência de indicação do tipo de edição utilizada e das interferências realizadas comprometem o uso desses textos para estudos linguísticos ou literários.

PARA ALÉM DA FIDEDIGNIDADE – POR UMA SOCIO-HISTÓRIA DOS TEXTOS

Ao analisarmos os aspectos apontados nesse artigo a respeito da falta de rigor filológico aplicado na transmissão de textos nos livros didáticos a partir do viés da crítica textual, faz-se necessário levar em

consideração o texto não “[...] apenas como um construto linguístico, mas como um produto da ação humana [...]” (BARREIROS, L., 2017).

De fato, corroboramos a tendência dos estudos voltados para a crítica textual que apontam para a desconstrução do *modus operandi* do método tradicional filológico Lachmanniano, que fecha as possibilidades de interpretação, para voltar-se, na verdade, para a ampliação do espaço de construção da leitura filológica (SACRAMENTO; SANTOS, 2017). Dessa forma, estaríamos abrindo-nos para a ideia da laicidade da filologia, imbuídos da proposta de leitura e abordagem dos textos que vê a Filologia como ética de leitura, como ciência, como campo interpretativo aberto, de escolhas metodológicas, de tomadas de posição (SAID, 1983).

Admitimos, entretanto, como nos alerta Patrício Barreiros (2017), que essa visão não é compartilhada por todos os filólogos e que apesar das diferentes abordagens encontradas no campo da crítica textual, “[...] todas elas são legítimas à medida que mantêm coerência em seus princípios” (SHILLINGSBURG, 2004 *apud* BARREIROS, P., 2017, p. 406).

Nesse artigo, evidenciamos a relevância do olhar para a socio-história do texto, considerando-o em todo o seu contexto de produção. Essa tomada de decisão mostra-se adequada aos propósitos de transmissão de textos em materiais didáticos, especialmente para a Educação Básica.

Além do rigor filológico, é relevante que o editor leve em consideração quem é o autor do texto, para quem, onde e quando escreveu, ampliando, dessa forma, o olhar filológico para uma abordagem interdisciplinar, compreendendo o “[...] texto como produto cultural e histórico complexo [...]” (BARREIROS, P., 2017, p. 409). Afinal, em toda materialidade textual encontramos um poço

quase que inesgotável de informações que remontam à cultura de um povo. Diante disso, o filólogo deve posicionar-se com um olhar crítico, criterioso, cuidadoso perante o texto, sempre atento às questões que extrapolam o signo linguístico.

Diante da complexidade envolvida no processo de transmissão de textos para os materiais didáticos na Educação Básica, é relevante pensarmos caminhos para o estabelecimento de critérios voltados para o comprometimento com o rigor filológico e valorização da socio-história dos textos.

Com base nisso, como uma das etapas do projeto de pesquisa que objetiva o desenvolvimento de uma plataforma digital para ensino do léxico na Educação Básica a partir dos causos sertanejos de Eulálio Motta, propomos, neste artigo, um caminho para a adaptação desses causos para fins pedagógicos. Para tanto, apresentaremos a seguir uma proposta inicial de hiperedição do caso, intitulado *Vida Sertaneja III*, que faz parte do acervo do escritor, em seu caderno, *Bahia Humorística*, com base nas edições fac-similada e semidiplomática editadas por Liliane Barreiros (2016; 2017).

PROPOSTA DE EDIÇÃO DOS CAUSOS SERTANEJOS DE EULÁLIO MOTTA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Em seu caderno, intitulado *Bahia Humorística*, o escritor baiano, Eulálio de Miranda Motta, registrou 50 causos “[...] explorando temas que evidenciam os traços da oralidade e o cotidiano das pessoas do campo, por meio de textos escritos com tom humorístico [...]” (BARREIROS, P., 2013, p. 118). Através de suas narrativas, o escritor resgata a memória local do povo oriundo de uma comunidade sertaneja e quilombola da década de 1930, uma vez que foram, em sua

maioria, extraídos de conversas reproduzidas de sua comunidade, ou conversas de que o próprio Eulálio Motta participou, comportando-se, assim, como narrador personagem.

Os causos sertanejos de Eulálio Motta referem-se ainda a “[...]episódios exemplares ou representativos dentro do universo de valores e crenças da comunidade ou que sejam interessantes, segundo as suas intenções comunicativas[...]” (BARREIROS, P., 2013, p. 121), abordando temáticas relacionadas à política e aspectos sociais do contexto da época.

Dessa forma, Eulálio Motta fornece-nos elementos para o estudo do léxico do português informal, tanto em relação às variações linguísticas regionais faladas por essas comunidades, como à representação da história, dos costumes, modos de vida e cultura popular do sertão.

Por isso, ao propormos a adaptação dos causos sertanejos de Eulálio Motta ao ensino, não podemos perder de vista os fatores históricos, culturais e sociais envolvidos. Torna-se imprescindível que olhemos o texto como um evento cultural (BARREIROS, P., 2017), e não apenas como meros códigos linguísticos a serem transcritos. É apoiado nesses preceitos que pensamos os critérios para a adaptação dos causos sertanejos de Eulálio Motta para os materiais didáticos na Educação Básica, como veremos a seguir.

HIPEREDIÇÃO DO CAUSO SERTANEJO, VIDA SERTANEJA III, DE EULÁLIO MOTA

As ferramentas digitais estão cada vez mais facilitando e potencializando as múltiplas tarefas em quase todas as esferas da sociedade. Ao observarmos os aspectos da leitura e da escrita

contemporâneas, podemos constatar a multiplicidade de linguagens, combinando ícones, imagens, sons, vídeos e hiperlinks, potencializando a leitura/escrita dos textos digitais de maneira não linear, dinâmica e colaborativa.

Sabemos, entretanto, que essas novas características do texto no ciberespaço não são inéditas, uma vez que também podemos verificar multimodalidade e hipertextualidade em textos analógicos. Para percebermos isso, basta olharmos, por exemplo, para a complexidade de muitos escritos medievais, repletos de gravuras, ilustrações e notas hipertextuais. Contudo, é importante ressaltarmos que o hipertexto proporcionado pelo ciberespaço se difere do analógico, por, a partir dele, podermos [...] cortar, colar, editar, inserir tabelas e imagens com muito mais facilidade que antes e, além disso, hoje podemos salvar, inserir sons e animações, além de usar links que podem nos levar diretamente a outros textos, a filmes, músicas ou imagens [...]. (COSCARELLI, 2009, p. 552)

Vemos, dessa forma, que o hipertexto presente no ciberespaço possui características específicas por ser um texto estruturado em rede, constituído por nós (elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e por links entre esses nós, usando referências, notas, ponteiros e botões que indicam a passagem de um nó a outro, que podem ser explorados em tempo real na tela.

Dessa maneira, diante do leitor, o hipertexto apresenta-se como labirinto com múltiplas possibilidades de leitura e escrita mista, como um único e imenso hipertexto ou hiperdocumento (compreendendo imagens e sons), disperso, vivo, fervilhante e inacabado capaz de colocar à nossa disposição a leitura/escrita de textos diversos, permitindo o acesso de diversas linguagens simultaneamente (LÉVY, 1999, p. 57).

A leitura/escrita desse hipertexto vai se reconfigurando, colaborativamente, a partir dos próprios cibernautas que o alimenta, tornando-os coautores, ou autores do texto lido ao criarem ou modificarem novos nós (textos, imagens, sons, links para outros documentos etc.), indo além de simplesmente percorrer os caminhos pré-estabelecidos, mas desbravando percursos ainda não pensados pelo criador do hiperdocumento, participando assim da estruturação do texto, transformando-o, virtualmente, em um único hipertexto inédito.

A despeito ainda da potencialidade de mixagem de informações multimodais de navegação rápida e intuitiva (LÉVY, 1999) ao qual, podemos acrescentar multimídias, ampliamos esse conceito para o que chamamos de hipermídias.

Como hiperedição, no entanto, segundo Patrício Barreiros (2013), não podemos considerar apenas a “[...]” constituição de um arquivo eletrônico de textos, imagens e outros materiais reunidos de modo aleatório “[...]” (BARREIROS, P., 2013, p. 233), nem tão pouco a constituição de um “[...]” hipertexto digital utilizando textos alfanuméricos, substituindo as notas e os aparatos das edições convencionais por links, com pequenos blocos de textos e imagens “[...]” (BARREIROS, P., 2013, p. 233). Para o autor, uma hiperedição refere-se a

[...] uma hipermídia que geralmente apresenta mais de um tipo de edição convencional (crítica, facsimilada, diplomática, sinóptica etc.) de modo integrado e dinâmico, documentos paratextuais diversos (textos, imagens, vídeos, sons e animações), organizados conforme critérios estabelecidos pelo editor. Trata-se, portanto, de uma edição híbrida que apresenta novas potencialidades de leituras e análises dos textos. Na hiperedição, o layout, o design e a lógica do funcionamento da interface giram em torno dos objetivos que se pretende alcançar: apresentar os resultados de um ou vários estudos filológicos de modo interativo. (BARREIROS, 2013, p. 233)

Como procedimentos básicos para uma edição digital, Patrício Barreiros (2013, p. 241) elenca os seguintes passos:

- (1) Digitalizar ou transcrever – A manipulação dos documentos exige cuidados para não prejudicar a sua estrutura física. Já a transcrição pode ser feita a partir de um arquivo de imagem digital do texto.
- (2) Conversão (arquivo de imagem do texto para texto editável) – A conversão pode ser feita a partir de programas OCR, por exemplo.
- (3) Conferência da transcrição.
- (4) Editoração – manipulação de editores de texto (linguagem de marcação), tratamento de imagem. Cabe ao filólogo cuidar para manter, na medida do possível, os códigos linguísticos e bibliográficos do texto.
- (5) Produto (A edição, web, Cd/DVD) – Exige conhecimentos interdisciplinares de informática, design gráfico, Web design e crítica textual.

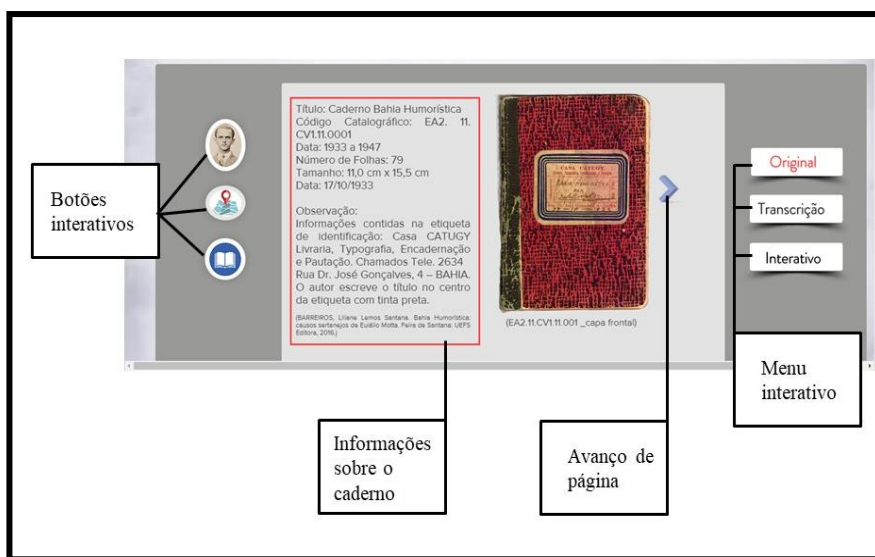
Segundo o autor, nesse processo de hiperedição, é o filólogo que deve assumir a autoria da editoração, decidindo a respeito do design, layout e a usabilidade de uma hiperedição, uma vez que é ele quem conhece as relações entre os documentos e o seu valor, podendo decidir dessa forma, em como as informações na edição digital serão organizadas. O que não impede, entretanto, de que haja algum suporte externo para realização de tarefas mais técnicas e específicas (BARREIROS, P., 2013, p. 241).

Inicialmente, em nossa edição digital, o acesso às edições facsimilada e semidiplomática dos causos sertanejos de Eulálio Motta, por exemplo, bem como a disponibilidade dos elementos que

possibilitem remontar a socio-história dos textos, pretende-se dar-se de maneira intuitiva, dinâmica, fluida, interativa e hipertextual.

Como podemos observar no esboço da plataforma digital que está sendo elaborada a partir do nosso projeto de pesquisa ainda em andamento, representado na figura 01, após acessar a plataforma no item reservado à leitura dos causos, no primeiro tópico do menu interativo, localizado à direita na plataforma digital, o leitor tem acesso ao fac-símile do caderno original que o escritor usou para suas anotações e organização dos causos.

Figura 01 – Esboço do layout da hiperedição dos causos sertanejos de Eulálio Motta



Fonte: elaboração própria.

Através do ícone representado por uma seta, o leitor pode avançar as páginas, simulando o ato de folhear o caderno. Ao lado, encontram-se as descrições da capa frontal do caderno, como dimensões, quantidade de fólhos, bem como as informações escritas encontradas. Outras informações podem ser acrescidas como a gramatura, a textura e a coloração das folhas, por exemplo.

Essas informações, segundo Patrício Barreiros (2013), são imprescindíveis, uma vez que, apesar das hipermídias oferecerem

recursos avançados, tais aspectos não podem ser percebidos através da tela do computador ou podem aparecer de maneira distorcida. Nesse caso, o autor recomenda, em edições digitais, o acréscimo de “[...] uma descrição paleográfica com determinados detalhes da materialidade do texto [...]” (BARREIROS, P., 2017, 239-240) mesmo que em um menu secundário.

Ainda em relação à figura 01, podemos observar, ao lado esquerdo da tela, botões interativos que direcionam o leitor para outras janelas dentro da própria plataforma digital, com informações a respeito do autor (primeiro botão, de cima para baixo), da região onde os causos foram escritos (segundo botão) e de elementos socioculturais pertencentes à história do povo ali representado (terceiro botão). Esses aspectos são relevantes por evidenciar a humanidade por trás dos signos linguísticos presentes nos causos.

Assim, de forma dinâmica, o leitor é convidado a observar os cenários existentes dentro de cada palavra, descobrindo, ainda no início da leitura, quem é o autor, além de saber onde, quando e em que contexto ele escreveu cada linha daquele caderno de causos. A partir desse ato, podemos remontar a socio-história do texto.

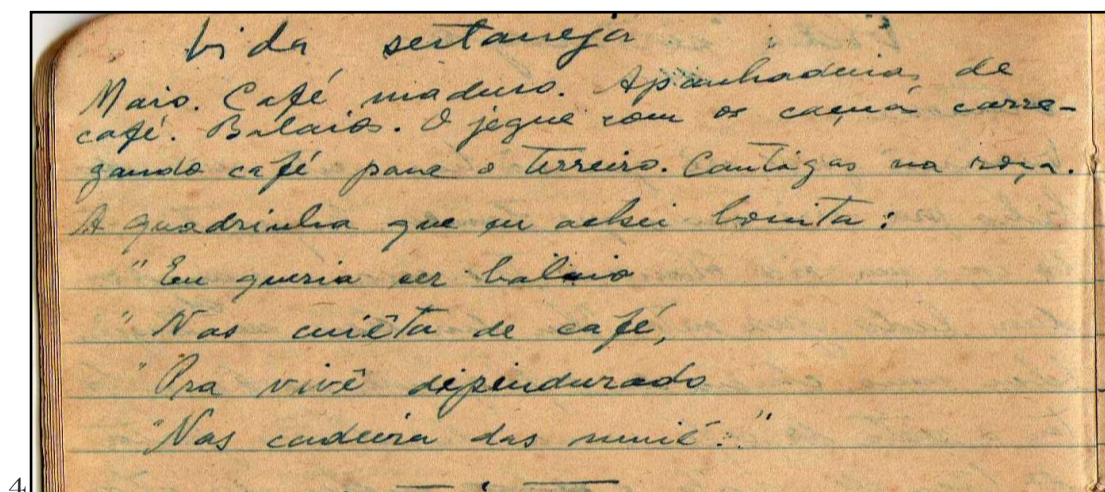
Ao avançar pelas folhas do caderno, ainda através do fac-símile, o leitor pode ver com detalhes o processo de criação e construção dos textos, a partir de suas rasuras e emendas, além de poder ampliar o trecho que se deseja ler, como podemos observar nas figuras 02 e 03 que dão destaque ao caso, *Vida Sertaneja*.

Figura 02 – Esboço do layout da hiperedição dos causos sertanejos de Eulálio Motta



Fonte: elaboração própria.

Figura 03 – Recorte do fac-símile do caderno, Bahia Humorística



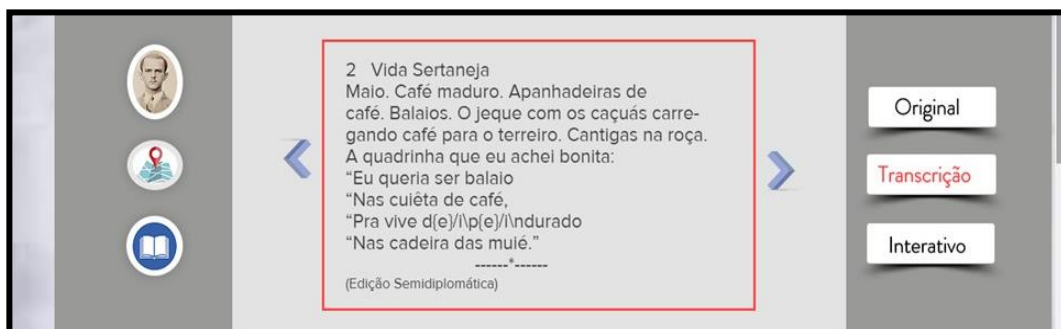
Fonte: Fac-símile do EA2.11.CV1.11.001 (f. 9v) – Recorte.

A partir do menu interativo, o leitor ainda tem a oportunidade de transitar pelos tipos de edição. Além da fac-similada, o leitor pode verificar o caso nas versões semidiplomática e a adaptada, que contém elementos interativos.

Ao observar a transcrição do caso, através da edição semidiplomática, por exemplo, o leitor tem a oportunidade de perceber a intenção do autor de aproximar a sua escrita à fala das

apanhadeiras de café que entoavam as cantigas na roça, observando a rasura feita pelo próprio escritor na lexia ‘dependurado’, corrigindo-a para a variante ‘dipindurado’, como vemos na representação da figura 04.

Figura 04 – Esboço do layout da hiperedição dos causos sertanejos de Eulálio Motta



Fonte: elaboração própria.

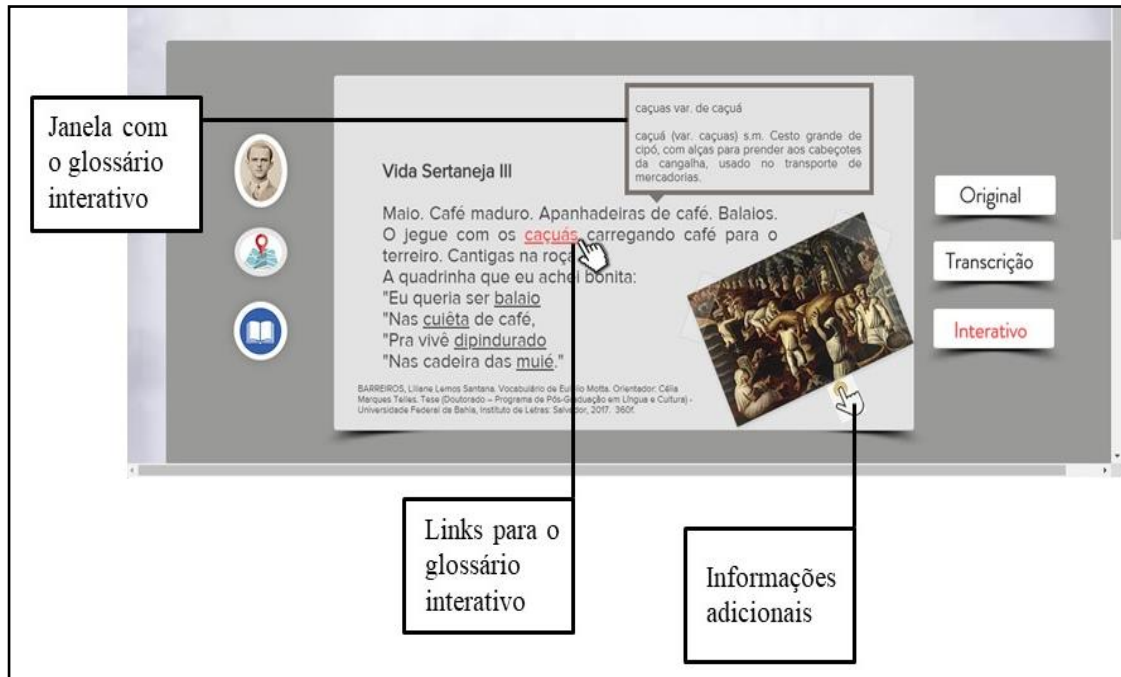
Esses detalhes passariam despercebidos caso o leitor tivesse acesso apenas à edição modernizada, por exemplo. Em sala de aula, essa oportunidade de discutir as variantes de uma lexia da língua portuguesa e as motivações das tomadas de decisões na escolha de uma variante ou outra, é bastante rica e relevante.

Na última opção do menu interativo, o leitor pode realizar a leitura da edição adaptada ao material didático, ilustrado e com glossário interativo. Nessa página, as palavras com hiperlinks ficarão em destaque (em vermelho) quando o leitor as acessar através do cursor. Com essa ação, abrir-se-á janelas interativas com o glossário e outras possíveis informações como imagens, vídeos e sons.

Por fim, no exemplo apresentado na figura 05, a seguir, vemos a imagem do quadro do pintor Cândido Portinari, intitulado Colhedores de café, de 1935 (pintura, óleo sobre tela, dimensões: 130 x 195 cm). Ao acessar essa imagem, o leitor é redirecionado a uma

página, dentro da própria plataforma com informações sobre o autor, obra e contexto socio-histórico.

Figura 05 – Esboço do layout da hiperedição dos causos sertanejos de Eulálio Motta



Fonte: elaboração própria.

Essas informações interdisciplinares correlacionadas auxiliam na elaboração de um quadro cultural muito mais amplo que remontam outras vivências e estendem os horizontes de informações para a construção do conhecimento.

O esboço apresentado de forma simples neste artigo, como já foi dito, faz parte do projeto de pesquisa ainda em fase inicial e por tanto, visa continuidade no processo de criação e elaboração da plataforma digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos a leitura dos causos sertanejos de Eulálio Motta a partir da plataforma digital, os alunos poderão conhecer a linguagem, a história e a cultura do homem sertanejo, sem que isso ocorra de maneira isolada, fragmentada ou secundária. Este pensamento vai ao encontro dos caminhos da aprendizagem pautados por Freire (2011), a partir da proposta de mudança na concepção do processo de ensino-aprendizagem, redirecionando as ações educativas para além da mera instrução ou “transmissão” de conhecimento, alicerçando-se na autonomia, interação, mediação e colaboração.

Além disso, a realização dessas etapas promoverá a difusão das obras de um autor do semiárido baiano, contribuindo com manutenção da memória do próprio povo nordestino, com suas características linguísticas, históricas e culturais, levando os alunos a conhecer um pouco mais a cultura e a história do homem sertanejo, promovendo reflexões de questões identitárias e linguísticas, a partir do estudo do seu léxico.

Ainda, ao desenvolver, em salas de aula de Língua Portuguesa, atividades de leitura e escrita, levando em consideração a sócio história dos textos, a partir de uma plataforma digital, esperamos apresentar os caminhos que levem ao ensino contextualizado do léxico na Educação Básica, com foco na variação popular em contraste com outros usos da língua, contribuindo assim para as construções de sentido, reflexão sobre questões linguísticas e identitárias. Nesse ponto, a utilização de textos a partir da hiperedição em salas de aula de Língua Portuguesa representa um relevante potencial.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. **História sem data**. Nova ed. Ver. Rio de Janeiro: Garnier, 1909. p. 167-176.
- ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.
- ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. Edição crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Instituto Nacional do Livro / Comissão Machado de Assis, 1977.
- BARREIROS, Liliane Lemos. **Bahia Humorística: causos sertanejos de Eulálio Motta**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.
- BARREIROS, Liliane Lemos. **Vocabulário de Eulálio Motta**. Orientador: Célia Marques Telles. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras: Salvador, 2017.
- BARREIROS, Patrício Nunes. **O pasquineiro da roça: a hiperedição dos panfletos de Eulálio Motta**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2015.
- BARREIROS, Patrício Nunes. **O pasquineiro da roça: edição dos panfletos de Eulálio Motta**. Salvador. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Orientação Prof^a Dra. Célia Marques Telles. 2013.
- BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **Alea**. 2017, v.19, n.2, p.389-414.
- BLECUA, Alberto. **Manual de crítica textual**. Madrid: Editorial Castalia, 1990.
- COSCARELLI, Carla Viana. Textos e hipertextos: procurando o equilíbrio. **Linguagem em (Dis)curso**. Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 549-564, set./dez. 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LOBATO, Monteiro. **Fábulas e histórias divertidas**. 13. ed. São Paulo, Brasiliense, 1965, p. 207-208.
- MATOS, Cloder Rivas; MESQUITA, Roberto Melo. **PAI**. Processo auto-instrutivo; língua e literatura. 2º grau, v. l. 4. São Paulo, Saraiva, 1981. p. 72.
- MENDES, Marlene Gomes. A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de comunicação e expressão no Brasil. *In: Encontro de crítica textual: o manuscrito moderno e as edições*. São Paulo: USO/FFLCH, 1986. p. 163-174.
- NICOLA, José de. **Português: ensino médio**. v. 2. São Paulo: Scipione, 2009.
- SACRAMENTO, Arivaldo; SANTOS, Lucas de Jesus. A filologia como ética de leitura. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 129-168, jan./fev./mar./abr. 2017.
- SAID, Edward. **The World, The Text and The Critic**. Cambridge: Harvad University Press, 1983.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo; MORANDINI, Gabriela de Souza; SILVA, Lilian Barros de Abreu. A crítica textual pula o muro da escola. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 31, n. 2, p. 159-176, maio-ago. 2018
- SILVA, Lilian Barros de Abreu. **Crítica textual em material didático: a transmissão de Quincas Borba**. XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF, v. 18, n. 05 – Ecdótica, Crítica Textual, 2014.
- SOUZA, Joanita. **Brincando com as palavras; comunicação e expressão**. 4ª série, 1º grau. São Paulo: Atual, 1978. p. 29.
- TELLES, Celia Marques. Que textos são oferecidos aos estudantes. **Revista do GELNE**. 2003, Ano 5, nº 1 e 2.

DOCUMENTOS DE CENSURA DA PEÇA CRIME E IMPUNIDADE UM EXERCÍCIO DE EDIÇÃO DIPLOMÁTICA

Ana Clara Seixas¹

Élvia Falcão²

Vinicius Ferreira³

Fabiana Prudente Correia⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho debruça-se na documentação censória de *Crime e Impunidade*, texto teatral de 1983, escrito por Roberto Athayde, texto esse que veio a ser submetido à censura durante o período ditatorial no Brasil.

Das 9 a 126 páginas da coletânea *Crime e Impunidade e outras peças*, publicada pela editora Record, em 1983, registram o texto teatral onde há a ficcionalização de acontecimentos da época, a fim de construir uma “tragicomédia de costumes”, termo utilizado pelo autor Athayde. O texto teatral, *Crime e Impunidade*, conta com dois atos que envolvem a ideia de justiça e proporciona o questionamento: É possível a ressocialização do adolescente em conflito com a Lei?

O enredo é organizado em dois atos com 5 personagens, sendo eles: Xará, um facínora de 17 anos; Aurora, uma senhora moderninha,

¹ Graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia.

² Graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia; E-mail: elviafalcao@gmail.com

³ Graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia. E-mail: viniciusferreira0708@gmail.com

⁴ Docente da Universidade Federal da Bahia. prudente.fc@gmail.com

antropóloga; Alberto, educador cultural de Xará; uma mulher que foi morta; um rapaz que fora mutilado e cegado (ATHAYDE, 1983). A peça se passa no Rio de Janeiro da época e tem início quando Xará atira uma bomba em um prédio ao lado de uma academia de balé, a explosão vem a matar uma mulher e a mutilar e cegar um rapaz, após a explosão, Xará toma Aurora como refém; a peça segue para a casa de Alberto, onde Aurora, ao procurar por Xará, é agredida pelo garoto e os dois acabam por começar a discutir fascismo e comunismo.

A Filologia em sentido estrito (CASTRO, 1984 *apud* MARQUILHAS, 2010), entendida como Crítica Textual com o intuito de editar o documento censório, produz uma leitura da sociedade da época. Entendendo que “as sociedades humanas construíram e transmitiram as diferentes significações por meio da linguagem” (MCKENZIE, 1991), percebe-se que é por meio da ficcionalização dos fatos de seu tempo que Roberto Athayde constrói, em *Crime e Impunidade*, uma trama em que é possível destrinchar o contexto das práticas socioculturais do período ditatorial por um resgate histórico.

O texto foi submetido aos órgãos de censura (Divisão de Censura de Diversões Públicas [DCDP]), em 1984, devido à vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que determinava que as diversões públicas deveriam passar por censura prévia. Apesar de não haver lição dos censores em cima do texto, existem 14 folhas de documentação censória disponíveis no Arquivo Nacional que ratificam a passagem do texto pela censura durante o período. Democratizar o acesso a tais conteúdos a partir da hiperedição e do acervo digital é promover um descentramento na história da dramaturgia brasileira e oferecer textos que foram silenciados pela ação da censura.

Nesse sentido, analisando o conjunto de documentos provenientes da tramitação do texto nos órgãos de censura, observa-se que a ficha protocolo resume o itinerário da tramitação burocrática do texto entre diferentes etapas de censura. Produzido por diversas mãos, esse documento é de fundamental importância para a história cultural das práticas de censura e será, aqui, tomado para exercício de edição diplomática, uma vez que ele se encontra em estado de conservação ruim, com apagamento da mancha escrita, como se verá posteriormente.

O DOSSIÊ *CRIME E IMPUNIDADE*

O dossiê *Crime e Impunidade*, de Roberto Athayde, vem sendo estudado pela Equipe *Texto Teatral Censurado*⁵, que está situada no grupo *Nova Studia Philologica*⁶ na Universidade Federal da Bahia, através do projeto *Hiperedição da dramaturgia censurada de Roberto Athayde: interface filologia, arquivo e humanidades digitais*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Fabiana Prudente. Esse projeto conta com a participação de cinco graduandos em Letras⁷, cada um responsável por desenvolver um plano de trabalho referente a um dossiê de estudo sobre um texto de Athayde, a fim de prepará-lo para compor a hiperedição e acervo digital *Roberto Athayde: Dramaturgia censurada* disponível no domínio: www.acervorobertoathayde.com.

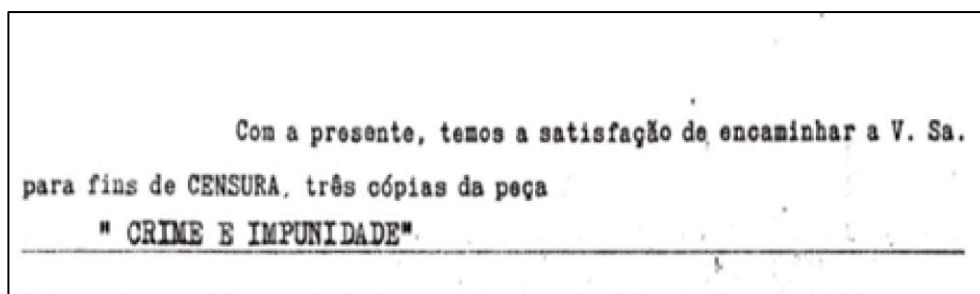
⁵ Coordenada pela Prof^a. Dr^a. Rosa Borges e situada no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

⁶ Grupo de Pesquisa liderado pelas Prof^{as}. Dr^a. Célia Marques Telles e Dr^a. Rosa Borges, situado no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, que é composto por diferentes projetos em Filologia.

⁷ A equipe conta com a participação de cinco graduandos em Letras: Emerson Ribeiro Maia Júnior, Roberto Ney Oliveira Araújo Junior, Vinicius Ferreira Alves, Élvia Martins Falcão Souza e Ana Clara Freitas Seixas.

Diferente das demais peças censuradas de Roberto Athayde, *Crime e Impunidade* não dispõe de versão do texto proveniente do Arquivo Nacional, em Brasília, embora tenha-se registro de sua passagem pelo DPF/DCDP através de 14 folhas de documentos. Nesse caso, tem-se um dossiê composto por texto teatral de testemunho único publicado em livro (ATHAYDE, 1983) e 14 documentos censórios. Mesmo não havendo testemunho datiloscrito com cortes de censores, sabe-se que esse existiu, pois há, na documentação censória, o encaminhamento de três cópias do testemunho original para fins de censura, conforme se visualiza na imagem abaixo:

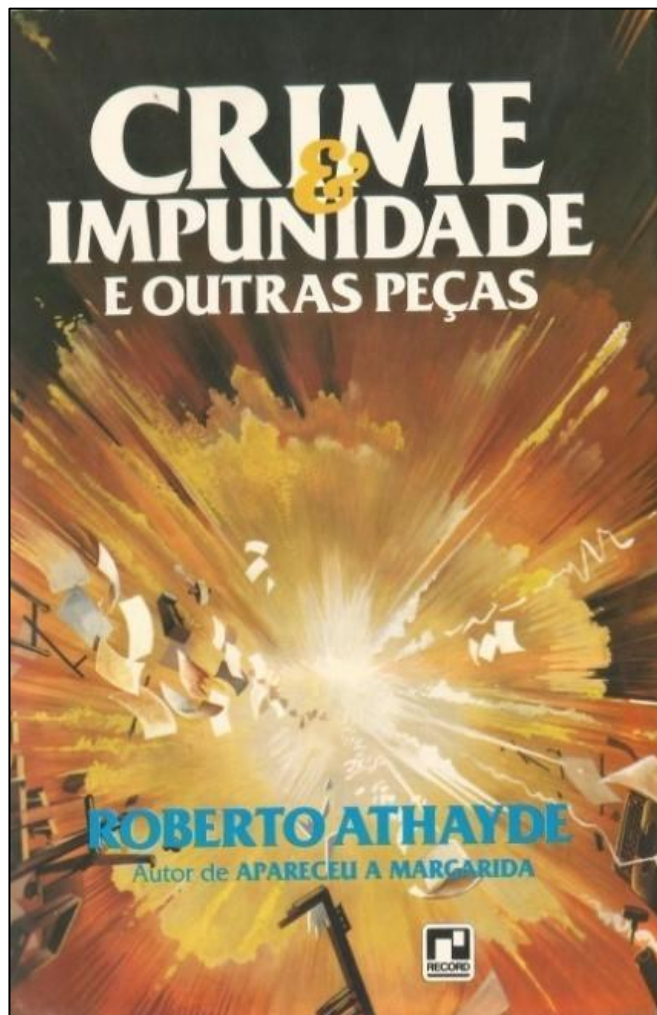
Figura 1- Encaminhamento de três cópias da peça *Crime e Impunidade* para fins de censura



Fonte: Arquivo Nacional dossiê *Crime e Impunidade*.

A tradição direta, portanto, é composta da própria obra impressa na coletânea publicada pela Editora Record, em 1983, que se conjuga, dessa maneira, de testemunho único. Como se vê na imagem a seguir:

Figura 2- Capa da coletânea *Crime e Impunidade e outras peças* de Roberto Athayde (1983).



Fonte: Athayde, 1983.

De acordo com o Glossário de Crítica Textual (DUARTE, [1970-]), entende-se por tradição:

[...] totalidade dos testemunhos, manuscritos ou impressos, conservados ou desaparecidos em que um texto se materializou ao longo da sua transmissão. Pode indicar dois conceitos diferentes: 1) conjunto de lições que caracterizam um manuscrito ou família de manuscritos; 2) conjunto de testemunhos de uma obra, sejam eles manuscritos ou impressos. Se apenas se conhece um testemunho, diz-se que é uma tradição de testemunho único; se se conhecem dois ou mais, diz-se que é uma tradição de testemunho duplo ou múltiplo. A tradição pode ser directa ou indirecta. O primeiro caso compreende os manuscritos e as edições impressas em que a obra se conserva;

o segundo compreende as citações, as traduções e todas as outras atestações de segunda mão. (DUARTE, [1970-]).

Dessa forma, ler o dossiê *Crime e Impunidade* significa interpretar o texto à luz dos paratextos que lhe conferem sentidos, segundo Telles (2006, p. 39)

O paratexto é composto de um conjunto heterogêneo de práticas e de discursos que reúne, entretanto, uma visão comum, aquela que consiste em informar e em convencer, afirmar e argumentar.

Submetido à censura em 1984 (período em que a censura já estava abrandada pelo processo de abertura lenta e gradual), o texto de Athayde possui conteúdo estratégico a fim de driblar o sistema de censura da época e fazer com que sua mensagem seja transmitida. É nesse sentido que o autor utiliza a ficcionalização de fatos do período para compor severas críticas ao período da ditadura militar. Esses fatos ficcionalizados no texto teatral estão documentados em paratextos de natureza jornalística, ao passo em que os modos de recepção do texto pelos censores se registram nos paratextos provenientes do Arquivo Nacional, em Brasília.

Considerando-se Paleografia conforme Muños e Riveiro (*apud* BERWANGER; LEAL, 2012, p. 14-16): “[...] ciência da decifração dos manuscritos tendo em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita [...]”, pode-se pensar a interface com a Filologia na análise do documento paratextual como um passo prévio para a interpretação do texto teatral, uma vez que, neste trabalho, a relação estabelecida entre a história social e a tradição indireta do texto se dá pela construção de sentidos repousadas no paratexto.

Nesse contexto, a Paleografia e a Filologia compõem-se de campos suplementares, visto que a conservação das características paleográficas do documento censório em *Crime e Impunidade* permite a promoção à preservação documental do texto que é de interesse filológico. Pois, conforme explicita Dionísio (2008 *apud* SANTOS, 2012, p.21): “Recuperar tais textos como fontes de valor histórico-cultural é objetivo da Crítica Textual, entendida como ‘disciplina que se ocupa de representar formas autorizadas de um texto’”.

A leitura do acervo, neste caso do dossiê de *Crime e Impunidade*, aponta para uma abordagem que busca compreendê-lo no espaço plural de construção de sentidos que se dá na interação do texto teatral com documentos de censura, matérias de jornais do período em que este circulou; referências a músicas, personalidades, filmes etc. que evidenciam a ação de diversos sujeitos (autor, censores, jornalistas) no processo de criação, transmissão e circulação.

Nesse viés, a crítica filológica, pautada nas ideias da Nova Filologia, atua no descentramento de um texto unívoco e acabado em si, debruçando-se na leitura dos textos, entendidos em perspectiva plural e em constante produção de sentidos, pois consoante à perspectiva de Santos (2012, p. 58):

[...] a crítica filológica é uma prática interpretativa que objetiva a leitura dos textos a partir das coordenadas e diretrizes histórico-culturais que os tornaram possíveis.

Desse modo, o exercício hermenêutico da Paleografia em diálogo com a crítica filológica permite perceber o documento censório do texto teatral *Crime e Impunidade* como um conjunto de fragmentos que nos possibilita ler procedimentos técnicos para uma

transcrição paleográfica que forneça dados para uma leitura crítico-filológica.

Por isso, não é produtivo diferenciar entre intrínseco (dentro) e extrínseco (fora) ao documento, uma vez que a leitura crítico-filológica interpreta as vicissitudes que o texto teatral percorreu, seja no período de confecção, produção, transmissão ou circulação do texto. Pois, de acordo com Sacramento (2018):

[...] ao pensarmos em Paleografia e em Diplomática estamos pensando em uma relação de complementaridade. Não estou certo de que estão tão separadas a tarefa da chamada leitura paleográfica dos procedimentos de interpretação ou, se se quiser, de crítica. [...] Não conseguimos mais produzir no âmbito da história da leitura e da escrita, das transmissões textuais sem considerar a dimensão subjetiva, histórica, cultural, material dos sujeitos que elaboraram textos e os legaram para a contemporaneidade. Mais que decifração dos sistemas de escrita, a Paleografia hoje é leitura de mundo. (SACRAMENTO, 2018, p.77-78).

Assim, o dossiê *Crime e Impunidade*, enquanto um testemunho legado à memória coletiva de um período histórico que concerne à ditadura militar, permite conceber o texto teatral como documento/monumento (LE GOFF, 1996) ao fornecer dados que, por uma leitura paleográfica em simultaneidade a uma interpretação crítico-filológica, compõem interfaces com o labor da Filologia ao repousar seus estudos na elucidação de memórias textuais que contêm fragmentos do passado (testemunhos).

A Filologia e a Paleografia no estudo do dossiê *Crime e Impunidade* são, portanto, consideradas como abordagens que dialogam na interpretação de estudo do texto teatral. A interface entre ambas, isto é, a interação entre os saberes constitui-se de valor cultural, histórico e social na medida em que promovem [re]leituras de práticas de um período ditatorial do qual não devemos nos

esquecer. O tratamento paleográfico e filológico dado ao texto teatral *Crime e Impunidade* é, nesse sentido, uma preservação dos dados da história social recuperados a partir da leitura dos documentos que os tornaram possíveis.

Considerando edição diplomática segundo Duarte [1970-]:

reprodução tipográfica rigorosa da lição de um testemunho, conservando todas as suas características (erros, lacunas, ortografia, fronteiras de palavra, abreviaturas, etc.). Também se diz edição paleográfica. Está a cair em desuso porque a reprodução fotográfica tem tomado o seu lugar (esta tem, contudo, alguns inconvenientes também).

Para a realização da edição, fizeram-se necessárias alterações de cunho físico e tipográfico. O documento original, disponibilizado em papel tipo ofício, foi redimensionado para possível impressão em papel A4.

Figura 3 – Fac-símile da edição

TEATRO	
TITULO: "CRIME E IMPUNIDADE"	
AUTOR DA PEÇA: ROBERTO ATHAYDE	
1) ARQUIVO	4) SERVIÇO DE CENSURA
Clas. Anterior NOVA	
Praça SCOP/SR/RJ	
Obs.:	
DF. 05 / SET. / 1984 /	De Acorde. 18 anos
	Em: 17 de 09 de 1984
Resp. pela elaboração do Processo	
2) Programação	Em de de 1.97
Técnico de Censura	
Técnico de Censura	
Data prazo Exame de / / a / /	
DF. / /	
Resp. pela Programação	
3) CHEFE DA S. C. T. C.	5) Diretor da D.C.D.P.
<p><i>Senhor Chefe do S.C.</i></p> <p><i>Os pareceres são fundados na indicação de 18 anos, tanto pelo texto como pelo ensaio geral.</i></p> <p><i>o parecer do ensaio geral refere que o estupro mencionado pp. 88 no texto é feito com o homem e a mulher totalmente vestidos.</i></p> <p><i>Sendo a passagem do estupro não observamos marcações que indiquem suidez dos atores bem como outros agravantes.</i></p> <p><i>Em razão disto opino pela satisfação da impropriedade máxima, sem cortes.</i></p> <p><i>É consideração superior</i></p> <p><i>B.S.B. 14/09/84</i></p>	
Brasília-DF de TC – Mat. 1227 de 1.97	De Acorde, Em: 19 de 9 de 1984
<i>g/ Linguagem chula e forte insinuação de sexo</i>	†† Diretora da DCDP

Fonte: elaboração própria.

Como o documento tem tipografia mista entre datiloscrito e manuscrito (de quatro mãos diferentes), definiu-se que seriam utilizados tipos caligráficos distintos a fim de manter as marcas de singularidades entre as escritas. A identidade dos censores foi preservada em materiais para fins de publicação.

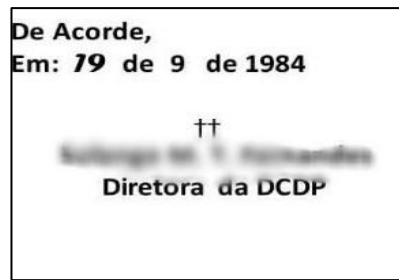
Figura 4 – Uso da tipografia para marcar as diferentes escritas

Resp. pela elaboração do Processo
2) Programação
Técnico de Censura
Técnico de Censura
Data prazo Exame de / / a / /
DF. / /
Resp. pela Programação
3) CHEFE DA S. C. T. C.
<i>Senhor Chefe do S.C.</i>
<i>Os pareceres são fenômenos na indicação de 18 anos, tanto pelo texto como pelo ensaio geral.</i>
<i>O parecer do ensaio geral refere que o estupro mencionado pg.83 no texto é feito com o homem e a mulher totalmente vestidos.</i>
<i>Sendo a passagem do estupro não obser- vamos marcações que indiquem eudez dos alveos bem como outros agravantes.</i>
<i>Em razão disto opino pela ratifi- cação da impropriedade máxima, sem cortes.</i>
<i>A consideração superior</i>
<i>BDB, 14/09/84</i>
Brasília-DF de TC – Mat. 1227 de 1.97
<i>f/ Linguagem chula e forte insinuação de sexo</i>

Fonte: elaboração própria.

Como a ação censória, após escrito o parecer, precisava ser confirmada com carimbos, os mesmos foram representados na edição através de destaques em negrito. Aspectos de quebra de linha nos trechos manuscritos foram respeitados e em trechos que acabaram por tornar-se ilegíveis (no caso do documento, uma rubrica) foi utilizada a *cruz desperationis* (††).

Figura 5 – Representação de carimbo através de negrito




Fonte: elaboração própria.

Se seguíssemos a perspectiva da Paleografia como técnica, como defendem Berwanger e Leal (2008, p.16), consideraríamos a oposição entre aspectos extrínsecos e intrínsecos do documento. Nessa abordagem, os aspectos paleográficos seriam definidos pela forma como o documento se constitui, ou seja, quais elementos extrínsecos compõem o texto: o tipo de escrita os sinais especiais, tanto do *scriptor* quanto dos signatários; e os elementos intrínsecos, por sua vez, integram os aspectos diplomáticos, relativos ao modo como o texto se apresenta: o protocolo inicial ou o cabeçalho, que indica a destinação da mensagem, o conteúdo do texto, e o protocolo final ou escatocolo (conclusão de um texto), apresentando a saudação final, a datação, o local e a assinatura. Teríamos, assim, a forma física do documento, que se refere ao layout externo, e a forma intelectual, que se refere à sua articulação interna (DURANTI, 2015).

Contudo, por se tratar de uma análise paleográfica alinhada à crítica filológica, no fac-símile da ficha protocolo que compõe o dossiê da peça teatral *Crime e Impunidade* de Roberto Athayde não será pontuada a distinção entre elementos intrínsecos e extrínsecos. O documento estudado trata-se de uma ficha pré-elaborada, medindo 216mm x 356mm e apresentando mancha e marca de perfuração na margem esquerda, uma escrita mista datiloscrita e manuscrita, de

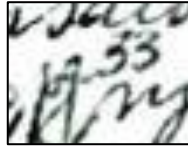
quatro sujeitos distintos, onde o *scriptor* principal e seus signatários podem ser identificados pelos traços caligráficos diferentes, assinaturas e carimbos. A caligrafia do *scriptor* principal, que redigiu o despacho, possui traçado elegante, não apresentando dificuldades para leitura. O texto manuscrito possui uma inserção posterior identificada como “pg.33”, com presença de abreviatura nesse item e ao final “J/”, compreendida como “justificativa”. Há presença de separação silábica nas palavras “observamos” e “ratificação”.

Figura 6 – Fac-símile ficha protocolo

TEATRO	
TÍTULO: "CRIME E IMPUNIDADE"	
AUTOR DA PEÇA: ROBERTO GEMAYDE	
1) ARQUIVO	4) SERVIÇO DE CENSURA
Clas. Arquiv.: 8085	 De Acordo: [Redacted]
Peça: SCOP/85/93	
Clas.:	
DF: 25. 2. 1974. 2. 07. 1. 1974	
2) PROGRAMAÇÃO	
Técnico de Censura:	Em: _____ de _____ de 197
Técnico de Censura:	
Data para Exame de: _____	
DF: _____	
Fez. pela Programação:	
3) CHEFE DA S.C.T.C.	5) DIRETOR DA D.C.D.F.
Senhor Chefe do S.C. Os papéis são conjuntos, por inclusão de 11 dias, tanto pelo Teatro como pelo crime geral. No parecer do serviço especial de arte, que o gênero é dramático, tendo o texto em si sempre a mesma intenção, sendo tanto a linguagem de cultura das obras como o caráter de intervenção social, devendo ser sempre analisado separadamente. Em razão disso, o serviço de arte, - analisando a importância da obra, não emite A consideração superior BSB, 14/03/14	De Acordo: em 17 de 9 de 1964 [Redacted]
Brasília - DF [Redacted] de 197 J/ [Redacted]	

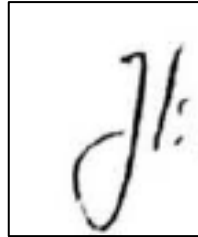
Fonte: Arquivo Nacional dossiê *Crime e Impunidade*

Figura 7 – Fac-símile ficha protocolo inserção posterior com abreviatura



Fonte: Arquivo Nacional dossiê *Crime e Impunidade*

Figura 8 – Fac-símile ficha protocolo abreviatura



Fonte: Arquivo Nacional dossiê *Crime e Impunidade*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto procurou atender à conservação da lição do testemunho/ documento censório, uma vez que é por meio de suas características extrínsecas e intrínsecas que se revelam parte da história social e política de um período ditatorial.

Em uma modalidade emergente da Crítica Textual Sociológica, procura-se interpretar *Crime e Impunidade* à luz da tradição indireta que lhe confere sentidos, isto é, paratextos. Por uma via crítico-filológica em diálogo com a arquivística, é possível estudar o dossiê *Crime e Impunidade* considerando suas vicissitudes e o seu trato documental. De acordo com McKenzie (1999[1985]), a modalidade sociológica:

Estuda o texto sob uma perspectiva social e cultural, considerando, para tanto, os diversos atores sociais envolvidos no processo de circulação, produção e recepção do texto (MCKENZIE, 1999 [1985]).

Dessa forma, em *Crime e Impunidade* há um estudo do texto que está para além do texto. A Filologia, como uma ciência intertextual e interdisciplinar, abre espaços para estudar o texto de acordo com o que dele se demanda. Nesse sentido, a Paleografia auxilia na decifração do documento censório que produz um valor histórico, social e político de um tempo repressivo.

Assim, demonstra-se que o dossiê *Crime e Impunidade* resguarda diferentes interfaces que podem ser demandadas de acordo com o que o texto teatral solicita. O tipo de edição, os procedimentos técnicos e tantos outros dados no trato científico ao texto recaem na concepção de que a práxis filológica é polifônica, pois em um texto habitam diferentes vozes e leituras. Cabe ao filólogo, entretanto, mediar as escrituras.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Roberto. **Crime e Impunidade e outras peças**. Rio de Janeiro: Record, 1983. 126p.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 4 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

DUARTE, Luis Fagundes. **Glossário de Crítica Textual**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, [1997-]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma ciência antiga (Parte V). **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, [jan a jun 2015]. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/articulo/view/600/598>. Acesso em: 18 nov. 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In:* LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. *In:* ALVES, Fernanda Mota *et al* (org.). **Filologia, Memória e Esquecimento**. Act. 20. Lisboa: Húmus, 2010. p. 355-367.

MCKENZIE, Donald Franquia. **La bibliographie et la sociologie des texts**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.

MCKENZIE, Donald Franquia. **Bibliography and the Sociology of Texts**. The Panizzi Lectures, 1985. London: The British Library, 1999.

SACRAMENTO, Arivaldo Sacramento. Aspectos paleográficos para a crítica filológica. *In:* SACRAMENTO, Arivaldo Sacramento; LOSE, Alícia Duhá (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018.

SANTOS, Rosa Borges et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: Editora Quarteto, 2012.

SANTOS, Rosa Borges (org.). **Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia**: a filologia em diálogo com a literatura, história e o teatro. Salvador: EDUFBA, 2012.

TELLES, Célia Marques. O Paratexto e a Filologia. *In:* TEIXEIRA, Maria C; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro; Santos, Rosa Borges (org.). **Diferentes perspectivas de estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006.

EDIÇÃO CRÍTICA DE UM FRAGMENTO DE *A MULHER DE ALEDUMA: A SOCIOLOGIA DOS TEXTOS FRENTE À OBRA DE ALINE FRANÇA*

Ailla de Aquino Silva¹
Elane da Paixão Correa²

INTRODUÇÃO

Aline França é uma mulher negra, baiana, nascida em Teodoro Sampaio (Bahia) no ano de 1948. Escreve desde criança e é autora de obras que reforçam a ancestralidade negra e fortalecem a militância presente na escrita afro-brasileira. Trabalhou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) durante a década de 70, após ter sido aprovada em concurso público. Teve como primeira produção literária a novela *Negão Donny*, em 1979, na qual reforçou a presença do Candomblé como religião de matriz africana. Aline França participou, também, de antologias, festivais, produções de espetáculos, entre outros, como, por exemplo, a antologia *Dicionário de Escritores Baianos* e a série *Arte/Literatura*, ambas em 1982, com o texto: *Mensagens dos nossos ancestrais*, onde salvaguardou a sua militância e resistência negra. Além disso, viajou para fora do país desenvolvendo palestras em seminários organizados por associações femininas europeias e

¹ Graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia. E-mail: aquinoailla29@gmail.com.

² Graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia. E-mail: elaneec9@gmail.com

latino-americanas e participou de inúmeros debates sobre a mulher e o negro na literatura afro-brasileira.

Foi em 1981 que a escritora baiana publicou a primeira edição da obra que reverberou o cenário da literatura baiana, *A Mulher de Aleduma*, livro esse que teve sua segunda edição em 1985, pela editora Ianamá. A edição de 1981 foi subsidiada pela Organização Clarindo Silva, divisor de águas para a autora conseguir reconhecimentos posteriores, chegando a ter alcance internacional. Teve reconhecimento pela revista nigeriana *Ophelia*, publicada em língua inglesa e de circulação internacional, que a colocou entre os precursores da literatura contemporânea, no gênero “ficção em estilo surrealista”. *A Mulher de Aleduma* foi tema de inúmeros artigos em várias línguas. A escritora foi entrevistada por jornalistas da Nigéria, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Holanda e vários estados do Brasil.

É necessário salientar que a dificuldade sempre esteve presente no que tange às tentativas de publicação de textos de escritores e escritoras negros(as). O Brasil, mediante ao seu racismo enraizado nas inúmeras tentativas de apagamento e silenciamento, corrompeu e amputou inúmeros nomes e corpos negros. Tratar de escrita negra é algo delicado e forte, sobretudo uma escrita negro-feminina. Delicado por se tratar de uma escrita dissidente, pautada contra um mar de preconceitos e uma estrutura canônica europeizada, composta, majoritariamente, por homens brancos e inspirada nos moldes estrangeiros. Aline França é, infelizmente, uma exceção, exceção por alçar horizontes corrompidos pela perversa sociedade racista, machista e excludente. Uma mulher negra, escritora, baiana que publicou obras importantíssimas e sempre estabeleceu e reconheceu a presença forte da sua ancestralidade negra merece todo o

reconhecimento e é referência no que tange à produção literária afro-brasileira.

A edição de um texto literário de autoria negra, feminina, e do seu contexto, está ligada, intrinsecamente, com a compreensão de vivências. Compreender como se constituiu a construção da obra sob autoria de uma mulher negra e baiana é resgatar uma história silenciada, e romper com os paradigmas que sustentam o cânone literário e, sobretudo, fazer com que o leitor tenha a possibilidade de ler uma obra que é tão pouco circulada. Dar voz e vida a essas produções é compreender que existira história e que colocá-las em circulação não é tão fácil quanto parece ser. Observar a sociologia da obra de Aline França, por meio do labor filológico, é atentar-se ao passado silenciado e aos entraves que o marcaram, e colocar em prática a filologia sob um viés democrático.

O trabalho filológico mediante ao estudo textual ultrapassa o que está escrito, enfoca também outros processos, como cita Mckenzie ao tratar da bibliografia dos textos:

La noción que me gustaría sugerir como básica es simplemente ésta: la bibliografía es la disciplina que estudia los textos como formas registradas, así como los procesos de los textos como formas registradas, así como los procesos de su transmisión, incluyendo su producción y su recepción. (MCKENZIE, 2005, p. 30)

A edição dos textos possui intensa relevância no que tange as suas transmissões. Por meio do trabalho de edição, é possível atentar-se para diversos aspectos que circundam e ultrapassam a materialidade textual, aspectos que nos alertam para a formação e conjuntura da sociedade de dada época, bem como os agentes envolvidos nas produções:

También acepta abiertamente que los bibliográficos deberían ocuparse de demostrar que las formas repercuten en el significado. Más allá de esto, nos lleva a describir no sólo los procesos técnicos, sino también los procesos sociales de transmisión. De manera completamente específica, se ocupa de los textos no librarios, sus formas materiales, versiones textuales, transmisión técnica, control institucional, sus significados tal como son percibidos y sus repercusiones sociales. (MCKENZIE, 2005, p. 30)

Todo o processo de elaboração dessa edição demandou incessantes questionamentos, desde aonde a obra foi encontrada para ser editada, até o motivo de se ter tão pouco o número de exemplares disponíveis em acervos. Ou seja, o trabalho de edição de texto não é somente dispor do texto final editado, mas também reunir inquietações e possibilitar a emergência de uma gama de futuros questionamentos, já que outros leitores poderão ter acesso à obra.

A escrita negro-feminina é uma escrita pautada do lugar de fala da mulher negra. Efetuando uma pequena reflexão sobre como é ser mulher negra no Brasil, é possível inferir que desde o processo de formação nacional existe a tentativa de silenciar esses corpos nas diversas conjunturas. Com isso, é inquestionável que, no contexto literário, silenciamento também coexiste e é lamentável observar que não foi só a autora em questão que adentrou a categoria do ostracismo, existiram e existem outras muitas autoras que ao menos tiveram a oportunidade de publicarem suas obras. Não é apenas uma obra, e sim, uma obra de autoria que emerge de um lugar de fala feminino e negro, cabendo a observação da resistência presente em cada linha escrita.

Portanto, não se trata de particularidades vivenciadas por um pequeno grupo de pessoas, devendo essas questões ser entendidas como um processo que gera procedimentos, mais ou menos conflitantes, envolvendo as sociedades contemporâneas constituídas social e politicamente a partir do comércio escravagista do passado, conflitos que esperam, ainda, por soluções em todas as áreas. (ALVES, 2010, p. 67)

Partindo dessa perspectiva do silenciamento, percebe-se que o reconhecimento da importância da obra *A Mulher de Aleduma* para a literatura baiana e brasileira só foi dada na mesma década de sua publicação, ou melhor, não só da obra, mas também da autora. Esse é o reflexo de uma conjuntura extremamente preconceituosa e seletiva que, a todo tempo, remonta um cânone literário brasileiro engessado e excludente.

UM OLHAR CRÍTICO-FILOLÓGICO

A Crítica Filológica consiste também em uma leitura crítica de um texto, levando em conta todas as suas complexidades, ou seja, é uma leitura crítica, que pode desencadear em uma edição, uma outra possibilidade de leitura, um outro olhar, visto que, segundo Borges e Souza (2012, p. 25). “[...] o texto é, portanto, um produto cultural carregado de significação[...].” É partindo das perspectivas crítico-filológicas que se tem a compreensão de que cada texto possui a sua particularidade e o seu respectivo estudo deve ser feito mediante aos conhecimentos e experiências necessários e adequadas.

Observando a história da manifestação da filologia, desde o medievo até a contemporaneidade, nota-se que o labor filológico passou a ser tecido de forma mais humanista e contextual, utilizando a percepção da gama de tradições e mundos que estão se cruzando a todo o tempo. A partir do momento em que se inquieta mediante ao que se possui disposto aos horizontes do filólogo, entende-se que, como um dispositivo automático, tem-se a prática da crítica filológica, e questionar-se sobre a produção de uma mulher negra e soteropolitana dentro do contexto literário é praticar a crítica filológica.

Portanto, considerando o contexto como ponto de partida para o desenvolvimento crítico da filologia que se deve compreender o lugar que o texto a ser trabalhado estava inserido, a sua autoria, seus processos de transmissão e produção e, sobretudo, por onde fora circulado e qual o público que o recepcionou. Borges e Souza (2012, p. 27), ao se referirem acerca do trabalho filológico, reforçam que: “Cada situação textual, porém, exige procedimentos diferentes para a edição do texto.” É por isso que elaborar a edição do livro *A Mulher de Aleduma*, de Aline França, exige, de maneira primordial, o olhar filológico sobre a compreensão dos agentes e circunstâncias envolvidos na obra a ser editada.

Nessa perspectiva, mediante as diversas possibilidades de edição, foi escolhida a edição crítica, visto que considera os diferentes testemunhos, tomando um como base para transcrição e apresentando as variantes em aparato ou nota de rodapé e, consoante Borges e Souza (2012), isso também permite que o leitor acompanhe as decisões tomadas pelo editor, que também consiste em um posicionamento crítico. Ademais, a edição crítica pode ser vista como também uma edição histórica, uma vez que discorre sobre a evolução histórica da obra. (LOURENÇO, 2009 *apud* BORGES; SOUZA, 2012, p.29)

METODOLOGIA

Em busca por produções literárias de escritoras negras baianas durante a década de 80, foi encontrado um exemplar da primeira edição de *A Mulher de Aleduma* no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA. Ao analisar a obra, foi percebido que tinha sido publicada pela Organização Clarindo Silva, que não funciona mais como uma casa editorial. Essa descoberta foi o pontapé inicial para

continuar os estudos sobre Aline França, então foram realizadas pesquisas na internet sobre sua trajetória e, posteriormente, uma entrevista com Clarindo Silva, o responsável pela organização. Após a recolha de informações sobre a escritora e o processo de produção, transmissão e circulação de sua obra, foi feita a recolha dos testemunhos e a descrição geral deles, no caso, a edição de 1981, que foi encontrada para empréstimo no CEAO; e a de 1985, encontrada para empréstimo na Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia. Depois desse processo e da leitura atenciosa e ativa, conforme Said (2007), ou seja, pensando as palavras para além de marcadores significativos passivos, foi selecionado um fragmento e uma edição como base e, posteriormente, foi feita a transcrição manual do capítulo. Só então foram marcadas e destacadas as variantes entre os testemunhos e postos os comentários adicionais em nota de rodapé, concretizando, dessa maneira, a feitura deste trabalho crítico-filológico pautado nos critérios predeterminados. Por fim, visto que, segundo Borges e Souza (2012, p. 33), “[...] a edição fac-similar tem como função dar a conhecer o manuscrito na sua forma autêntica [...]”, foram feitos os fac-símiles das páginas correspondentes ao trecho editado, capa e contracapa, além da descrição física das páginas utilizadas.

DESCRIÇÃO DOS TESTEMUNHOS

Durante o processo, foi observado que a primeira edição, publicada pela Organização Clarindo Silva, em 1981, é composta por 95 páginas e 23 capítulos. Não apresenta sumário, os capítulos são separados por símbolos de estrelas, não são numerados nem possuem títulos. O livro é impresso em papel amarelo e as páginas apresentam

muitas manchas de mofo. A capa foi restaurada, recortada e colada em capa dura, como já estava em estado de degradação, no momento da restauração o que faltava da inicial do nome da autora foi preenchido por caneta esferográfica azul. Ainda na capa, foi colada a impressão do código de chamada do acervo. A contracapa foi perdida, pois não é apresentada nesse testemunho. A frente e o verso da folha de rosto têm marca de carimbo do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, acervo que dispõe do testemunho, sobre o carimbo foram postos diferentes códigos manuscritos a caneta (8084/81 na frente e 589345 no verso), além de outros códigos manuscritos a lápis na mesma página, como o de chamada do acervo e sua classificação (86993 F814 Lit. brasileira – Ficção). O carimbo da frente aparece novamente na página 91. Ao longo das páginas é possível perceber algumas manchas de tinta deixadas no momento da tipografia e também alguns apagamentos. O livro apresenta três ilustrações que, possivelmente, foram adicionadas, pois as páginas não apresentam a numeração, assim como as outras, ou seja, elas não estão inclusas na contagem das páginas. A dimensão do livro é de 200 x 130 mm, mas a capa dura colocada depois de sua publicação é maior, 211 x 143 mm. No final do livro é apresentado um envelope com sua referência e seu código e dentro uma papeleta de devolução sinalizando 13 empréstimos, todos durante as décadas de 80 e 90.

Já a outra edição, publicada pela Ianamá em 1985, tem dimensão de 172 x 111 mm, possui 98 páginas divididas em 74 capítulos, que são separados por letras capitulares que ocupam três linhas. A capa é mole e a ilustração é diferente da capa da primeira edição, nela também foi colada a impressão do código de chamada do acervo, o que cobre o título do livro. Na contracapa tem uma foto da autora, Aline França, e um texto tratando, de maneira breve, sobre sua trajetória

no campo literário, o texto foi escrito por Yeda Pessoa de Castro. No verso da capa tem uma papeleta de devolução colada, mas sem nenhum empréstimo sinalizado, no final do livro tem um envelope com outra papeleta sinalizando um empréstimo em 2003. A folha de rosto apresenta dois carimbos, um de doação da Biblioteca Central da UFBA, seguido da data manuscrita a caneta (31-05-88), e o outro é da biblioteca do Instituto de Letras, também da Universidade Federal da Bahia, junto com o código de registro também manuscrito a caneta (18224). Na página de referência aparece um carimbo de tombamento patrimonial da UFBA, junto com código (LET), o número (283230) e a data (05/04/01), todos a caneta, e na mesma página aparece outro código a lápis e o de consulta também. No verso da contracapa foi colado um adesivo com o título do livro, um código de barras e um outro código numérico. O livro foi impresso em papel amarelo, não apresenta sumário, apenas um capítulo inicial intitulado como *Apresentação*, que foi escrito por Edvaldo Brito. Além disso, diferente da edição anterior, essa apresenta cinco ilustrações: as três que já aparecem na outra e mais duas. Enfim, é relevante dizer que muitas páginas do testemunho utilizado estão praticamente soltas, visto que o material utilizado para colar as folhas já está desgastado.

CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Levando em conta as características da tradição em questão, decidiu-se fazer uma edição crítica, com a finalidade de fixar o texto para leitura. O testemunho de 1985 foi adotado como base para a realização do trabalho crítico-filológico, visto que foi a última edição publicada e, além disso, ela já realiza algumas atualizações e revisões gráficas da primeira edição. Então, o texto foi transcrito com as devidas alterações e expondo as variantes entre as edições no aparato

crítico. Nas notas de rodapé foram postos alguns comentários que não aparecem no aparato, além das sinalizações das revisões gráficas. Por fim, são apresentados abaixo os critérios seguidos nessa proposta de edição crítica:

1. foi obedecida a divisão de capítulos do texto base, assim como a pontuação;
2. nos testemunhos, os capítulos não apresentam títulos, por isso também não aparece na edição, mas a letra capitular, recurso adotado para a separação de capítulos, é mantida;
3. para dinamizar a apresentação das variantes, foi utilizada a sigla I85 para a edição publicada pela editora Ianamá em 1985 e OCS81 para a primeira edição publicada pela Organização Clarindo Silva em 1981;
4. a sigla do testemunho tomado como base aparece entre colchetes antes do texto editado;
5. as linhas foram numeradas de cinco em cinco;
6. foram feitas correções e atualizações gráficas, com a exceção das reticências utilizadas para marcar a entonação da fala do personagem, do itálico utilizado em *graúnas*, visto que o uso é carregado de intencionalidade e das aspas quem acompanham *Grittus III* e *Alimento da Vida*;
7. foram mantidas as letras maiúsculas e minúsculas do texto base, com exceção do termo *Velho Aleduma*, que as iniciais são mantidas em maiúsculas, como na OCS81, visto que, em ambas as edições, quando se referindo a personagens, o adjetivo é substantivado, como o caso da *Filha Doce* e *Gruta de Coinjá*;
8. a sigla (*s.v.*) é utilizada para indicar ausência de vírgula e (*c.v.*) para presença de vírgula;
9. para representação de quebra de parágrafo utiliza-se a

sigla (*q.p.*) e para a continuação de parágrafo (*c.p.*);

10. já as iniciais maiúsculas e minúsculas são representadas com (*I.M.*) e (*i.m.*), respectivamente;

11. o (*ac.*) é utilizado para sinalizar uma variante quanto à acentuação e (*pont.*) para pontuação;

12. o (*s.a.*) corresponde à variante sem utilização das aspas;

13. o símbolo (*) é utilizado para sinalizar leitura por conjectura;

14. quando aparece mais de uma observação para o mesmo trecho, elas são separadas por ponto e vírgula

15. para outras observações menos recorrentes não são utilizadas siglas, elas aparecem descritas, mas sempre entre parênteses e em itálico, para não serem confundidas com a transcrição da variante.

NOTA LITERÁRIA

Então, visto que essa edição é de um fragmento que aparece no meio do livro, ou seja, alguns personagens parecem soltos, quando lido separadamente, faz-se necessário uma nota literária, para situar, de maneira breve, do que se trata a história.

Aleduma é uma ilha liderada pelo Velho Aleduma, um deus negro, vindo do planeta de Ignum, que tinha como missão povoar essa ilha. O povo de Aleduma tem uma inteligência superior, além de prezar as boas ações e a natureza, e Bernardo é um dos habitantes do local. Filha Doce é uma pequena ilha, formada por um lago, onde fica o Velho Aleduma. Hermano, Bibiana e Eleonora são, como o próprio texto apresenta, moradores da cidade grande, que foram para Aleduma, no submarino Grittus III, com o intuito de invadir a ilha, alegando ter herança do território. Já Tadeu é um amigo da família

pelo qual Eleonora se apaixonou e planejava casar-se.

EDIÇÃO COM APARETO CRÍTICO E NOTAS

<p>[185]</p>	<p>Bibiana ficou silenciosa sentada no jardim da casa, Hermano gracejou:</p> <p>- Tem passeio muito por aí, gostou deste fim de mundo?</p> <p>Bibiana suspirou profundo e respondeu:</p> <p>- Bem que desejaria morar aqui pelo resto a minha vida.</p> <p>- Por que esse desejo repentino? Conversou com algum morador e este a fez ficar entusiasmada com os mistérios? – argumentou</p> <p>Hermano, apertando os punhos.</p> <p>- Conversei com um morador, um homem possuidor de uma grande beleza interior.</p> <p>- O que ele disse sobre o Velho Aleduma? Você o investigou?</p> <p>- Sim, tio, eu o investiguei. Mas ele se omitiu a falar.</p> <p>Hermano bateu os punhos na parede e disse aborrecido:</p> <p>- Esses miseráveis amam este bandido mais do que a própria vida! Naquele lago está a maior riqueza do mundo, mas quando preparo meus homens para o ataque esses moradores imbecis³ aparecem na margem do lago e nos deixam acovardados. Parece que adivinham.</p> <p>- É, tio, parece que eles adivinham – murmurou Bibiana, olhando para a Filha</p>	<p>OCS81 gracejou: - Tem (<i>c.p.</i>)</p> <p>OCS81 respondeu: - Bem (<i>c.p.</i>)</p> <p>OCS81 morador, (<i>c.v.</i>) OCS81 mistérios? Argumentou (<i>q.p.</i>) OCS81 Hermano apertando (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 Sim tio, (<i>s.v.</i>) eu o investiguei, (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 vida, (<i>c.v.</i>) OCS81 mundo, quando (<i>supressão</i>) OCS81 imbecis I85 imbecis OCS81 nos deixa acovardados, (<i>c.v.</i>) parecem (<i>concordância</i>) OCS81 É tio parece (<i>s.v.</i>) OCS81 Murmurou (<i>I.M.</i>) OCS81 Bibiana olhando (<i>s.v.</i>) OCS81 pensativa? (<i>pont.</i>)</p>
--------------	---	--

³ Foi mantido “imbecis” por questão de revisão gráfica.

	<p>Doce.</p> <p>- Voltou desse passeio muito pensativa. O que houve, menina?</p> <p>- Nada, tio, estou fascinada por esta ilha. Quando acontece comigo esse tipo de coisa fico emudecida</p> <p>Eleonora estava indócil, chamava o pai com insistência. Hermano deixou de conversar com Bibiana, para atender à filha:</p> <p>- O que a deixa tão aflita? Você é uma moça rica...feliz...</p> <p>- Meu pai, mande o marinheiro transmitir um recado para Tadeu. É para dizer que ele venha imediatamente para esta ilha. Não posso ser feliz com Tadeu longe de mim.</p> <p>Hermano gritava pelo homem encarregado das mensagens:</p> <p>- Gordo! Preciso de você! Por onde anda?</p> <p>Outro marinheiro se aproximou e disse assustado:</p> <p>- Estávamos próximos daquele lago, apareceu uma mulher despida montada num cavalo, amarrou Gordo e levou-o com ela. Tinha vários seios pela barriga.</p> <p>- Por que não gritou pedindo ajuda? Dois homens têm medo de uma mulher...- disse Hermano, aborrecido.</p> <p>- Não pude evitar, senhor, havia muitas delas escondidas, eu... eu... perdi a voz.</p> <p>- Vamos procurar Bernardo, ele poderá nos ajudar – disse Bibiana.</p> <p>Depois de ouvir o acontecido, Bernardo começou a falar:</p> <p>- Foram as <i>graúnas</i> da Gruta de Coinjá.</p> <p>- Mas o que é isso, pode explicar? –</p>	<p>OCS81 Nada tio, (s.v.) estou fascinada por esta liha, (c.v.); (erro gráfico)</p> <p>OCS81 a (ac.) filha: - O (c.p.)</p> <p>OCS81 ele siga imediatamente (mudança de palavra)</p> <p>OCS81 ilha, (c.v.)</p> <p>OCS81 mensagens: - Gordo (c.p.)</p> <p>OCS81 Por onde anda! (pont.)</p> <p>OCS81 assustado: - Estávamos (c.p.)</p> <p>OCS81 o levou (posição do pronome)</p> <p>OCS81 homens tem medo (ac.)</p> <p>OCS81 mulher... (q.p.) Disse Hermano aborrecido. (s.v.)</p> <p>OCS81 Não pude evitar senhor (s.v.)</p> <p>OCS81 ajudar disse Bibiana (sem travessão)</p> <p>OCS81 acontecido Bernardo (s.v.)</p> <p>OCS81 Graúna (I.M.); (sem itálico)</p> <p>OCS81 Mos (*)</p> <p>OCS81 continuou. (pont.)</p> <p>OCS81 ilha, (c.v.)</p> <p>OCS81 Graúna (I.M.);</p>
--	---	---

<p>perguntou Hermano, demonstrando preocupação. Bernardo continuou:</p> <p>- A Gruta do Coinjá fica naquele recanto da ilha. As <i>graúnas</i> são mulheres que moram dentro da Gruta. Gostam de raptar anciões. Não se importaram com a idade do seu servidor porque é um estranho.</p> <p>- Demorará muito tempo para libertá-lo? – perguntou Bibiana.</p> <p>A resposta de Bernardo deixou-a confusa:</p> <p>- Se ele não conseguir fugir, jamais o verá.</p> <p>Hermano disse para o marinheiro:</p> <p>- Vá ao “Grittus III”, pegue o rifle. Preciso terminar com esses mistérios tão cheios de palhaçadas.</p> <p>- Não faça isso, tio. É obrigado a respeitar os mistérios deles.</p> <p>E Bibiana, em seguida, perguntou a Bernardo quem era o Rei de Coinjá. Bernardo respondeu, olhando para a Gruta⁴:</p> <p>- O Rei de Coinjá foi um homem muito mau. Era um feiticeiro que aterrorizava os moradores. Esta ilha tinha o nome dele, mas as crueldades eram tão grandes que o povo resolveu mudar o nome para Aleduma. O espírito, insatisfeito com a mudança, é quem fica orientando as <i>graúnas</i> a fazerem coisas desagradáveis.</p> <p>- O que tem, homem? Vá buscar o rifle! Está tremendo! – gritou Hermano.</p> <p>O marinheiro, transpirando, respondeu:</p> <p>- Tenho... tenho... tenho... dor de barriga, senhor... Estou... estou... nervoso.</p>	<p>(<i>sem itálico</i>) OCS81 dentro da gruta, (<i>i.m.</i>); (<i>c.v.</i>) OCS81 anciãos, (<i>plural</i>); (<i>c.v.</i>) OCS81 Perguntou (<i>I.M.</i>) OCS81 deixou-lhe (<i>mudança de pronome</i>) OCS81 fugir jamais (<i>s.v.</i>) OCS81 Grittus III (<i>s.a.</i>) OCS81 rifle, preciso (<i>c.v.</i>) OCS81 isso tio, (<i>posição da vírgula</i>) OCS81 E Bibiana em seguida perguntou (<i>s.v.</i>) OCS81 respondeu olhando (<i>s.v.</i>) OCS81 muito mal OCS81 moradores, (<i>c.v.</i>) OCS81 Aleduma, (<i>c.v.</i>) o espírito insatisfeito (<i>s.v.</i>) com a mudança fica orientando (<i>supressão- é quem</i>) OCS81 Graúnas (<i>I.M.</i>); (<i>sem itálico</i>) OCS81 homem! (<i>pont.</i>) OCS81 tremendo! (<i>q.p.</i>) Gritou Hermano. O (<i>c.p.</i>) marinheiro transpirando respondeu (<i>s.v.</i>) OCS81 barriga senhor (<i>s.v.</i>) OCS81 Grittus III, (<i>s.a.</i>); (<i>c.v.</i>) OCS81 gritar cheio (<i>s.v.</i>) OCS81 idéia, Bernardo (<i>c.v.</i>)</p>
---	---

⁴ Tendo em vista que, com exceção desta, todas as vezes que se refere à Gruta de Coinjá, a palavra é apresentada com inicial maiúscula. Portanto, foi modificado para seguir o padrão das outras aparições.

	<p>O marinheiro não parava de olhar o “Grittus III”. Hermano continuava a gritar, cheio de ódio!</p> <p>- Ah! quer se esconder no submarino! Acho melhor mudar de idéia⁵. Bernardo vai dizer que o “Grittus III” está arrodado de monstros marinhos⁶.</p> <p>Bibiana estava impaciente, Bernardo perguntou:</p> <p>- Qual a pergunta que quer fazer?</p> <p>Ela sorriu um pouco e respondeu:</p> <p>- Andei por toda a ilha, e não vi onde vocês enterram seus mortos. Jogam no mar? Ou⁷ não usam o símbolo da cruz?</p> <p>- É muito difícil aparecer um cadáver nesta ilha. Está vendo aquela árvore? Chama-se “Alimento da Vida”. Dela extraímos um líquido. Quando nossas crianças nascem, bebem sete gotas, e quando alcançam os setenta anos, bebem setenta gotas; então, a vida é prolongada. E o nosso povo vai até duzentos ou mesmo até duzentos e dez anos de idade.</p> <p>- Mas isso é maravilhoso! – exclamou Bibiana.</p> <p>Bernardo emudeceu. Bibiana falou com voz branda:</p> <p>- Meu sorriso deixou você triste?</p> <p>Bernardo ocultou as lágrimas e respondeu:</p> <p>- O Velho Aleduma ficou decepcionado, quando viu vocês da cidade grande cortarem tantas árvores. No seu mundo esta planta está quase em extinção.</p> <p>- Mas eles, quero dizer, nós, do</p>	<p>OCS81 Grittus III, (<i>s.a.</i>); (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 respondeu. (<i>pont.</i>)</p> <p>OCS81 tôda (<i>ac.</i>)</p> <p>OCS81 ví (<i>ac.</i>)</p> <p>OCS81 mortos, jogam (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 ilha, está (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 Alimento da Vida (<i>s.a.</i>)</p> <p>OCS81 líquido, quando (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 nascem bebem (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 alcançam, os (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 anos bebem (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 gotas, (<i>c.v.</i>) então a (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 prolongada, (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 Exclamou (<i>I.M.</i>)</p> <p>OCS81 emudeceu, e Bibiana (<i>pont.</i>)</p> <p>OCS81 cortar tantas (<i>concordância</i>)</p> <p>OCS81 dizer nós do (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 sabemos que esta (<i>mudança de palavra</i>)</p> <p>OCS81 cortadas. (<i>q.p.</i>)</p> <p>Disse Bibiana admirando (<i>s.v.</i>)</p> <p>OCS81 árvores, de (<i>c.v.</i>) repente (<i>s.v.</i>) se assustou (<i>posição do pronome</i>)</p> <p>OCS81 Todas as plantas (<i>mudança de palavra</i>)</p> <p>OCS81 destróem, (<i>ac.</i>); (<i>c.v.</i>)</p> <p>OCS81 pausa Bernardo (<i>s.v.</i>) continuou: - Me desculpe (<i>c.p.</i>)</p>
--	--	---

⁶ O trecho a partir de “Eleonora estava indócil” (linha 33) até esse parágrafo é todo repetido na página 54 do testemunho de 1981, já dentro de outro capítulo.

⁷ Foi modificada para inicial maiúscula, por ser início de frase.

	<p>mundo civilizado, não sabemos se esta planta é de grande importância para⁸ a humanidade, por isso foram cortadas – disse Bibiana, admirando os frutos da árvores. De repente, assustou-se com os gritos de Bernardo:</p> <p style="padding-left: 40px;">- Todas as árvores são de grande utilidade na vida do homem! Vocês destroem e elas gemem, sentindo a dor profunda. Fazendo uma pausa, Bernardo continuou:</p> <p style="padding-left: 40px;">- Me desculpe, nós aqui de Aleduma enxergamos diferente do povo da cidade grande.⁹</p>	<p>OCS81 enxergamos</p>
--	--	--------------------------------

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. **BrasilAfro autorrevelado: Literatura Brasileira Contemporânea**. Belo Horizonte: Nandayala, 2010.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento. Filologia e edição de texto. *In*: BORGES, Rosa. et al. **Edição de texto e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

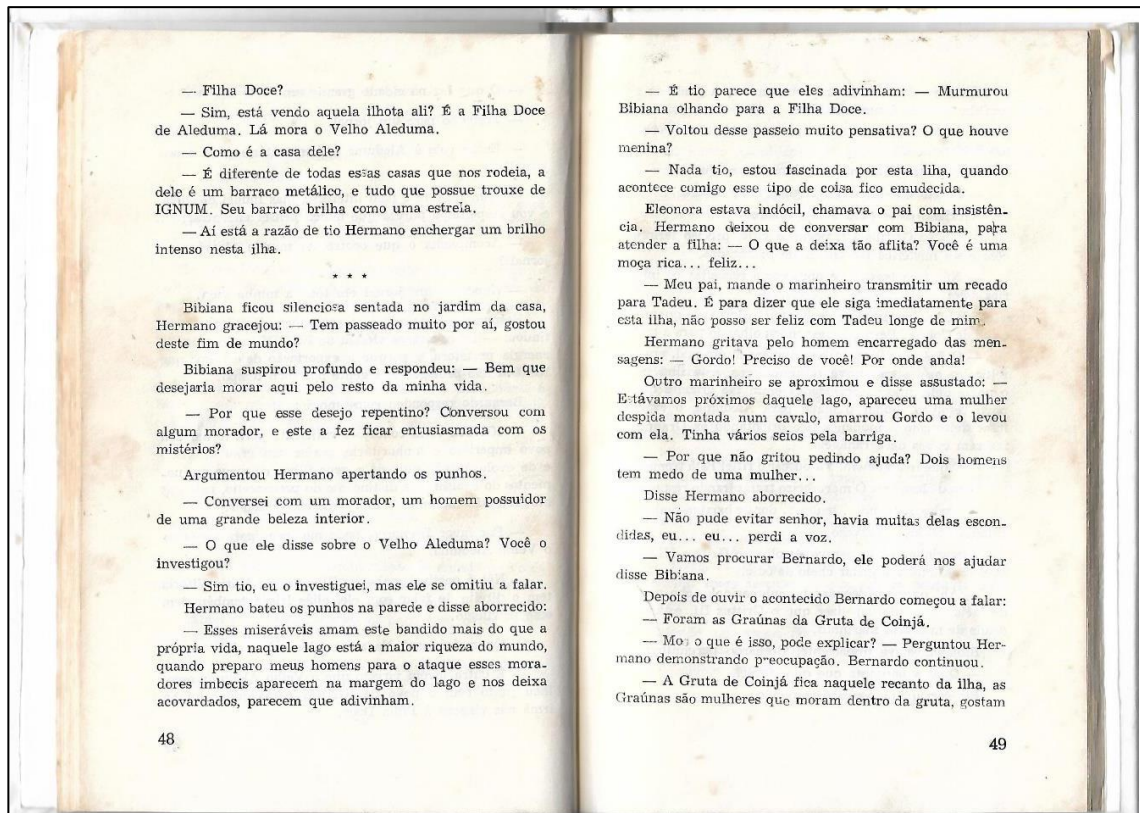
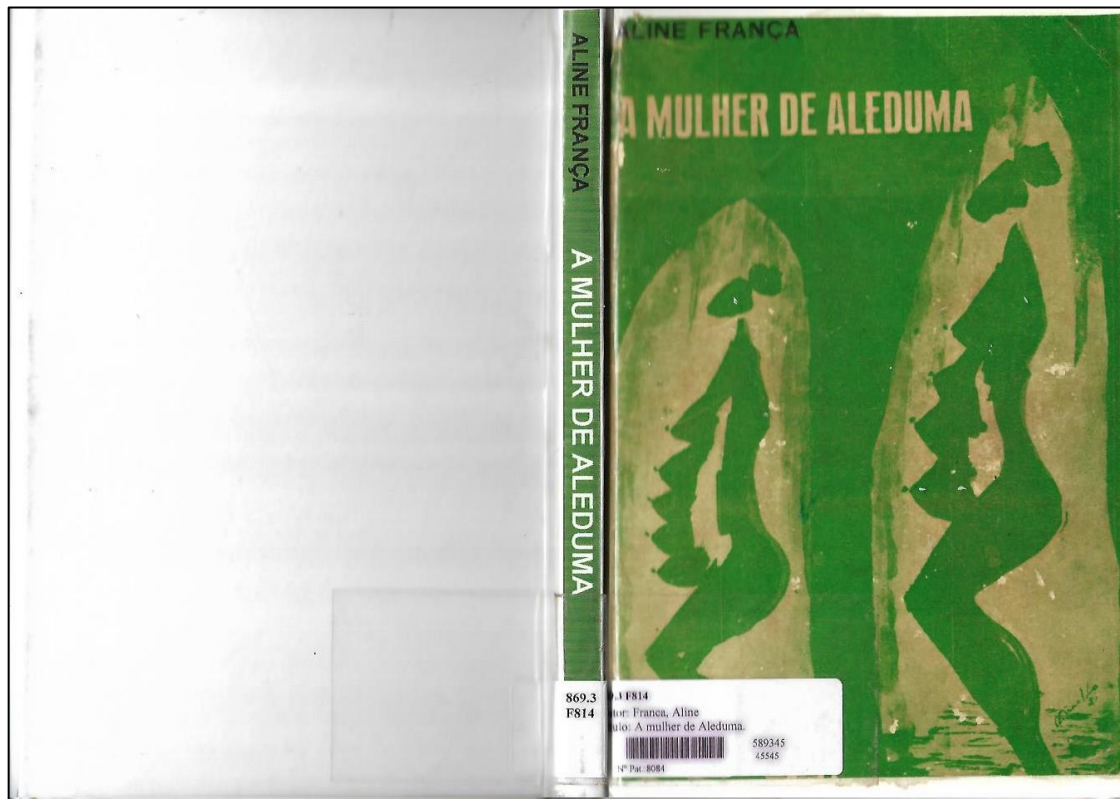
MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

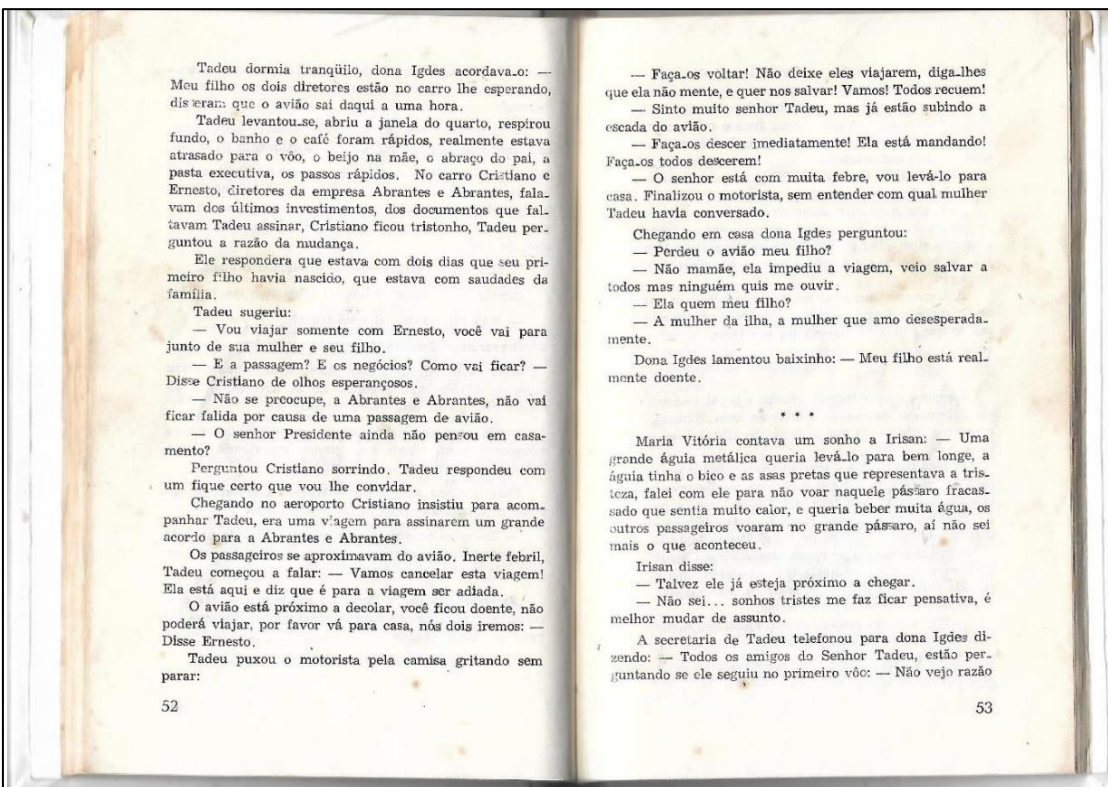
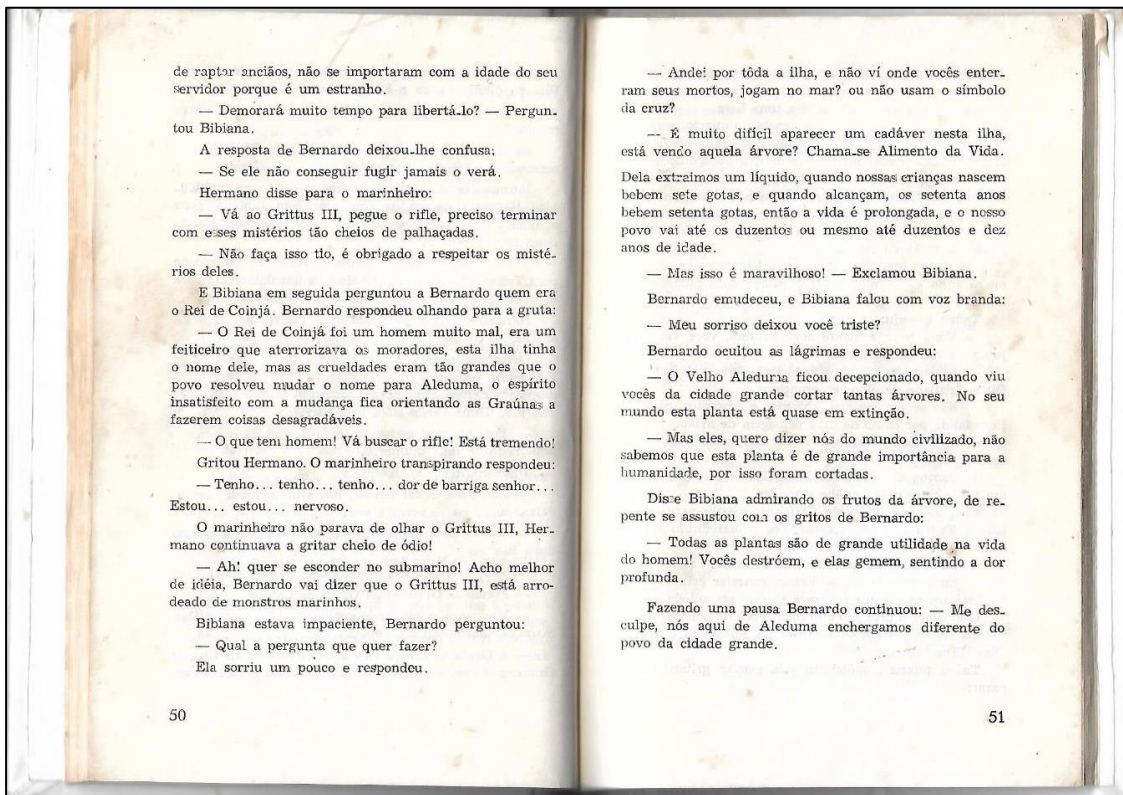
SAID, Edward. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁸ O p foi suprimido no momento da tipografia.


⁹ No testemunho tomado como base, o de 1985, o capítulo termina nesse período, entretanto, no outro testemunho, o de 1981, o capítulo ainda continua.

ANEXO A – Fac-símiles do testemunho de 1981





ANEXO B – Fac-símiles do testemunho de 1985



Quando Aline publicou em 1979 seu primeiro livro, "Negão Dony" abriu caminho por seus méritos.

A repercussão favorável da crítica foi imediata. "Um livro da Bahia e todo seu mistério" era a manchete da "Folha da Tarde", de São Paulo, do dia 5 de julho. "Nele — escrevia Torrieri Guimarães — Aline França consegue manter-se naquele território intermediário entre a realidade e o universo mágico, uma linha frágil, uma fronteira mínima, na qual o espírito oscila entre o sonho, a fantasia e os segretos poderes de um mundo de magia que desconhecemos".

Começava a despontar a escritora Aline França no cenário da literatura brasileira contemporânea pela sua sensibilidade peculiar e altamente imaginativa. Era uma mensagem nova, verdadeiramente africana, que emergia em maior beleza e significação simbólica com "A Mulher de Aleduma", uma leitura poética do mundo mítico e uma reflexão pessoal sobre o signifi-

ficado dos símbolos dominantes.


Desta vez o elogio da crítica foi mais além. "A obra de Aline promove a recuperação do negro" — era o reconhecimento de Jorge Cândido, pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, e sua afirmação: "Aline, por querer sair um pouco da explicação tradicional cientificista do negro, dá-lhe essa resposta, mediante a ótica do romance ficcional. Foi a maneira que encontrou para protestar contra a situação calamitosa em que o negro se encontra no Brasil e em outras diásporas".

Em 1981, a revista nigeriana "Ophelia", de circulação internacional e em língua inglesa, fazia na Bahia uma entrevista com Aline sobre sua vida e obra. Publicada em abril do ano seguinte, "Ophelia" coloca Aline França entre os precursores da literatura contemporânea "no gênero ficção em estilo surrealista". No comentário sobre "A Mulher de Aleduma", ao final ressalta que a autora "quando desenha um paralelo entre a Bahia e essa ilha (do planeta Terra), toca em todos os aspectos da vida da comunidade negra baiana, pondo em jogo as forças sociais e as lutas do negro contra elas".

A revista alemã "IKA, Zeitschrift für Kulturaustausch", nº 25, de maio de 1984, traz, com tradução de Johannes Augel, a resenha "Aline França, eine afro-brasilianische Schriftstellerin", de Ieda M. Santos, focalizando principalmente "A Mulher de Aleduma".

Com esta obra, Aline abre novos rumos na literatura contemporânea de temática brasileira.

YEDA PESSOA DE CASTRO.



IANAMÁ

Aline França

869.0(81)-31 F814

Autor: França, Aline

Título: A mulher de Aleduma.

283230

106.848

Nº Pat. 18244

Maria Vitória dizia para Bernardo:

- Duas moças lá na praça perguntaram meu nome e o de Irian.
- E vocês o que disseram?
- Não respondemos.
- Deviam ter respondido, o velho Aleduma disse para evitarmos aborrecimentos. Você é quem bem sabe que está sem nenhuma energia protetora.

Bernardo seguia pela praia levando mel e pão para os anciões. Bibiana admirava aquele homem, bonito demais para viver num lugar tão isolado. Saiu correndo atrás de Bernardo, gritando:

- Pare! Pare, moço, preciso falar com você.

Bernardo atendeu ao chamado. Ficou esperando Bibiana se aproximar. Ofegante, ela foi dizendo:

- Meu nome é Bibiana, sou sobrinha de Hermano. Cheguei recentemente com minha prima Eleonora. Quem é você?
- Sou Bernardo.
- Esta ilha é de uma beleza indiscutível. Sempre viveu aqui?
- Sim, ninguém nunca saiu daqui.
- Não tem vontade de viver na cidade grande?
- Não! O índice de criminalidade do mundo de vocês nos amedronta. Aqui nossas crianças correm felizes no meio dos lanjarjais, acordamos com o canto dos pássaros, admiramos a lua cheia, refletida no Lago Azul. O que vamos fazer no seu mundo?

Bibiana ficou encantada com as palavras de Bernardo, e continuou:

- Sinto inveja de você e da sua gente. Queria viver aqui.
- O que faz na cidade grande, senhorita Bibiana?
- Trabalho para um jornal.
- Então veio à Aleduma fazer uma reportagem para o seu jornal?
- Sim, foi este o meu interesse. Mas mudei de idéia, e vou respeitar a pureza que nunca pensei encontrar. Acompanha o que ocorre no mundo através dos jornais?
- Não leio jornais — respondeu Bernardo com segurança.

46

E Bibiana continuou:

- Se os negros vieram de Ignum, onde existe a energia protetora? Por que a exportação deles? Por que Ignum não protegeu sua gente por todo tempo?

Bernardo respondeu com emoção:

- Ignum teria condições suficientes para tornar seu povo imperioso e senhoritário. Porém, seu grau de visão e de evolução não quis dar a seus filhos os maus ensinamentos do egoísmo, da distinção e do preconceito, pois tais atos não são inerentes a um verdadeiro criador.
- Por favor, Bernardo, pode me levar para conhecer o velho Aleduma?
- Não é possível, senhorita Bibiana. Só Maria Vitória tem o direito de falar com ele. Aliás, Irian também tem esse privilégio.
- Quem é Irian? Nada me falou sobre ela.
- É outra jovem virgem que o velho Aleduma escolheu junto com o povo de Ignum para ajudar minha irmã nas viagens à Filha Doce.
- Filha Doce?
- Sim, está vendo aquela ilhota ali? É a Filha Doce de Aleduma. Lá mora o velho Aleduma.
- Como é a casa dele?
- É diferente de todas essas casas que nos rodeiam. A dele é um barraco metálico, e tudo que possui trouxe de Ignum. Seu barraco brilha como uma estrela.
- Aí está a razão de tio Hermano enxergar um brilho intenso nesta ilha.

Bibiana ficou silenciosa sentada no jardim da casa, Hermano gracejou:

- Tem passeado muito por aí, gostou deste fim de mundo?

Bibiana suspirou profundo e respondeu:

- Bem que desejaria morar aqui pelo resto da minha vida.

47

— Por que esse desejo repentino? Conversou com algum morador e este a fez ficar entusiasmada com os mistérios? — argumentou Hermano, apertando os punhos.

— Conversei com um morador, um homem possuidor de uma grande beleza interior.

— O que ele disse sobre o velho Aleduma? Você o investigou?

— Sim, tio, eu o investiguei. Mas ele se omitiu a falar.

Hermano bateu os punhos na parede e disse aborrecido:

— Esses miseráveis amam este bandido mais do que a própria vida! Naquele lago está a maior riqueza do mundo, mas quando preparo meus homens para o ataque esses moradores inbecis aparecem na margem do lago e nos deixam acovardados. Parece que adivinham.

— É, tio, parece que eles adivinham — murmurou Bibiana, olhando para a Filha Doce.

— Voltou desse passeio muito pensativa. O que houve, menina?

— Nada, tio, estou fascinada por esta ilha. Quando acontece comigo esse tipo de coisa fico emudecida.

Eleonora estava indócil, chamava o pai com insistência. Hermano deixou de conversar com Bibiana, para atender à filha:

— O que a deixa tão aflita? Você é uma moça rica... feliz...

— Meu pai, mande o marinheiro transmitir um recado para Tadeu. É para dizer que ele venha imediatamente para esta ilha. Não posso ser feliz com Tadeu longe de mim.

Hermano gritava pelo homem encarregado das mensagens:

— Gordo! Preciso de você! Por onde anda?

Outro marinheiro se aproximou e disse assustado:

— Estávamos próximos daquele lago, apareceu uma mulher despida montada num cavalo, amarrou Gordo e levou-o com ela. Tinha vários seios pela barriga.

— Por que não gritou pedindo ajuda? Dois homens têm medo de uma mulher... — disse Hermano, aborrecido.

— Não pude evitar, senhor, havia muitas delas escondidas, eu... eu... perdi a voz.

48

— Vamos procurar Bernardo, ele poderá nos ajudar — disse Bibiana.

Depois de ouvir o acontecido, Bernardo começou a falar:

— Foram as *gráunas* da Gruta de Coinjá.

— Mas o que é isso, pode explicar? — perguntou Hermano, demonstrando preocupação. Bernardo continuou:

— A Gruta de Coinjá fica naquele recanto da ilha. As *gráunas* são mulheres que moram dentro da Gruta. Gostam de raptar anciões. Não se importaram com a idade do seu servidor porque é um estranho.

— Demorará muito tempo para libertá-lo? — perguntou Bibiana.

A resposta de Bernardo deixou-a confusa:

— Se ele não conseguir fugir, jamais o verá.

Hermano disse para o marinheiro:

— Vá ao "Grittus III", pegue o rifle. Preciso terminar com esses mistérios tão cheios de palhaçadas.

— Não faça isso, tio. É obrigado a respeitar os mistérios deles.

E Bibiana, em seguida, perguntou a Bernardo quem era o Rei de Coinjá. Bernardo respondeu, olhando para a gruta:

— O Rei de Coinjá foi um homem muito mau. Era um feiticeiro que aterrorizava os moradores. Esta ilha tinha o nome dele, mas as crueldades eram tão grandes que o povo resolveu mudar o nome para Aleduma. O espírito, insatisfeito com a mudança, é quem fica orientando as *gráunas* a fazerem coisas desagradáveis.

— O que tem, homem? Vá buscar o rifle! Está tremendo! — gritou Hermano.

O marinheiro, transpirando, respondeu:

— Tenho... tenho... tenho... dor de barriga, senhor... Estou... estou... nervoso.

O marinheiro não parava de olhar o "Grittus III". Hermano continuava a gritar, cheio de ódio!

— Ah! quer se esconder no submarino! Acho melhor mudar de idéia. Bernardo vai dizer que o "Grittus III" está arreado

49

de monstros marinhos.

Bibiana estava impaciente, Bernardo perguntou:

— Qual a pergunta que quer fazer?

Ela sorriu um pouco e respondeu:

— Andei por toda a ilha, e não vi onde vocês enterram seus mortos. Jogam no mar? ou não usam o símbolo da cruz?

— É muito difícil aparecer um cadáver nesta ilha. Está vendo aquela árvore? Chama-se "Alimento da Vida". Dela extraímos um líquido. Quando nossas crianças nascem, bebem sete gotas, e quando alcançam os setenta anos, bebem setenta gotas; então, a vida é prolongada. E o nosso povo vai até os duzentos ou mesmo até duzentos e dez anos de idade.

— Mas isso é maravilhoso! — exclamou Bibiana.

Bernardo emudeceu. Bibiana falou com voz branda:

— Meu sorriso deixou você triste?

Bernardo ocultou as lágrimas e respondeu:

— O velho Aleduma ficou decepcionado, quando viu vocês da cidade grande cortarem tantas árvores. No seu mundo esta planta está quase em extinção.

— Mas eles, quero dizer, nós, do mundo civilizado, não sabemos se esta planta é de grande importância para a humanidade, por isso foram cortadas — disse Bibiana, admirando os frutos da árvore. De repente, assustou-se com os gritos de Bernardo:

— Todas as árvores são de grande utilidade na vida do homem! Vocês destroem e elas gemem, sentindo a dor profunda.

Fazendo uma pausa, Bernardo continuou:

— Me desculpe, nós aqui de Aleduma enxergamos diferente do povo da cidade grande.

Tadeu dormia tranqüilo, quando dona Igdes o acordou: — Meu filho, os dois diretores estão no carro lhe esperando. Disseram que o avião sai daqui a uma hora.

50

Tadeu levantou-se, abriu a janela do quarto e respirou fundo. O banho e o café foram rápidos, realmente estava atrasado para o voo. O beijo na mãe, o abraço do pai, a pasta executiva, os passos rápidos. No carro, Cristiano e Ernesto, diretores da empresa Abrantes e Abrantes, falavam dos últimos investimentos, dos documentos que faltavam para Tadeu assinar. De repente, Cristiano ficou tristonho. Tadeu perguntou a razão da mudança.

Ele respondeu que há dois dias seu primeiro filho havia nascido e que estava com saudades da família.

Tadeu sugeriu:

— Vou viajar somente com Ernesto, você vai para junto de sua mulher e seu filho.

— E a passagem? E os negócios? Como vão ficar? — disse Cristiano, de olhos esperançosos.

— Não se preocupe, a Abrantes e Abrantes não vai ficar falida por causa de uma passagem de avião.

— E o senhor, Presidente, ainda não pensou em casamento? — perguntou Cristiano, sorrindo. Tadeu respondeu com um fique-certo-que-vou-lhe-convidar.

Chegando no aeroporto, Cristiano insistiu para acompanhar Tadeu, pois era uma viagem para assinarem um grande acordo para a Abrantes e Abrantes.

Os passageiros se aproximavam do avião. Inerte, febril, Tadeu começou a falar:

— Vamos cancelar esta viagem! Ela está aqui e diz que é para a viagem ser adiada.

— O avião está próximo a decolar. Você ficou doente, não poderá viajar. Por favor, vá para casa, que nós dois iremos — disse Ernesto.

Tadeu puxou o motorista pela camisa, gritando sem parar:

— Faça-os voltar! Não deixe eles viajarem, diga-lhes que ela não mente, e quer nos salvar! Vamos! Todos recuem!

— Sinto muito, senhor Tadeu, mas já estão subindo a escada do avião.

— Faça-os descer imediatamente! Ela está mandando!

51

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO FÍSICA DO TESTEMUNHO DE 1981

O capítulo escolhido para a realização do trabalho crítico-filológico é o 11º do testemunho de 1981, e tem início na página 48, entretanto, como cada edição segue uma lógica diferente na separação dos capítulos, o trecho selecionado vai até a página 51, mas o capítulo só termina na página 53. A página 48 tem 29 linhas, o capítulo começa na 10ª linha, na primeira linha do capítulo tem o apagamento do segundo s da palavra “silenciosa” e, ao longo da página, é possível observar várias marcas pequenas do processo de tipografia. A página 49 é composta por 32 linhas, em várias delas aparecem pequenos apagamentos, que não comprometem as letras, mas havendo na 29ª uma mais evidente, que apaga, quase que integralmente, a letra s. Já a página 50 apresenta 31 linhas, assim como grande parte do livro, também apresenta alguns traços do processo da tipografia, principalmente apagamento na letra s nas linhas 9, 15, 21 e 27, além de algumas falhas na palavra "raptar", na primeira linha. Por fim, a página 51, contendo 28 linhas, que também mostram algumas falhas em muitas palavras, principalmente o s nas linhas 2, 9 e 23, e a letra m na linha 15, além de outras pequenas falhas reincidentes em quase todas as linhas. Vale ressaltar, também, que não há uma equivalência nos espaçamentos entre as linhas.

APÊNDICE B – DESCRIÇÃO FÍSICA DO TESTEMUNHO DE 1985

O fragmento selecionado corresponde ao 29º capítulo da segunda edição, ele tem início na página 47 e fim na 50. A página 47 tem 33 linhas e o capítulo só tem início na linha 28. No meio da linha 30 se é possível observar a presença de um excesso de tinta que junta o acento agudo à letra i da palavra "aí". A página 48 tem 36 linhas, assim como a 49. Na 7ª linha da página 49 nota-se um pequeno apagamento na última letra da palavra final. Já a página 50 possui 33 linhas, na 3ª existe um excesso de tinta que cobre metade da letra a, na 26ª também é perceptível um excesso, excesso este que descaracteriza um pouco o acento circunflexo da palavra "você". Na 31ª linha já se inicia outro capítulo. Por fim, vale ressaltar que não existe uma margem padrão entre as páginas, ou seja, cada uma tem sua margem delimitada de maneira diferente. Além disso, antes do início de um capítulo, existe um espaço de três linhas.

EDIÇÃO DE MANUSCRITOS E ESTUDOS LEXICAIS: CAMINHOS PARA A HIPEREDIÇÃO E ESTUDO DO VOCABULÁRIO DAS TROVAS DE EULÁLIO MOTTA

Juliana Pereira Rocha¹
Alícia Duhá Lose²
Patrício Nunes Barreiros³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

29 DE ABRIL

*Minha caneta está muda...
nunca mais eu escrevi...
Foi-se embora a inspiração
desde quando te perdi!
(MOTTA, 1987, f. 8v).*

Eulálio de Miranda Motta (1907-1988) dedicou-se à escrita literária por mais de sessenta anos. Embora, embebido de melancolia e tristeza, nos versos do poema *29 de Abril* o poeta declare abandonar

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL, da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. E-mail: juliana_procha@hotmail.com.

² Profa. Dra. Alícia Duhá Lose, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: alicia.lose@ufba.br.

³ Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. E-mail: patriciobarreiros@hotmail.com.

a escrita, sua “caneta muda” manteve-se ativa na produção de trovas ao longo de todos os anos que o escritor se dedicou à produção literária. Até o momento, por meio da pesquisa documental realizada por Rocha (2018), foram identificadas 253 trovas, datadas desde a década de 1920 até a década de 1980.

Atualmente, está sendo desenvolvida a pesquisa de doutorado cujo intuito é realizar a hiperedição e estudo do vocabulário das trovas de Eulálio Motta. Como recorte dessa pesquisa, o trabalho que ora se apresenta, tem por objetivo discutir, com base na interface Filologia-Linguística, sobre o modelo de edição que será adotado para a apresentação dos textos com o glossário integrado, tanto para os textos monotestemunhais, quanto para os textos politestemunhais.

Devido à extensão e singularidade do *corpus*, é necessário pensar em um modelo de edição que contemple a diversidade do vocabulário, considerando a pluralidade do texto em toda as suas dimensões. Nessa perspectiva, alia-se as discussões no âmbito da lexicologia e lexicografia com os estudos filológicos. Acessar as fontes documentais do acervo de Eulálio Motta desde a sua materialidade e escrita viabiliza não apenas a compreensão da produção das trovas, mas também dá possibilidades de conhecer seu contexto de produção e estudo do vocabulário das trovas do escritor em variados suportes de escrita.

Para fundamentar a pesquisa serão utilizados como referências teóricas e metodológicas: alguns dos estudos já realizados acerca do escritor Eulálio Motta: Barreiros P. (2015, 2012, 2009); Barreiros L. (2017, 2012); Rocha (2018); no âmbito da Paleografia e Crítica Textual: Costa (1976); Petrucci (2003); Lose (2004, 2016); Spina (1994); no âmbito da Filologia e Humanidades Digitais: Barreiros

(2018, 2015, 2013); Lose (2012, 2010); Shillingsburg (2018); Leão (2001); Landow (1992); Lucía Megías (2010); e na área dos Estudos lexicais e Linguística de *Corpus*: Biderman (2001, 1981); Barreiros L. (2017); Oliveira e Isquendo (1998); Welker (2004); Berber Sardinha (2004).

O ACERVO E AS TROVAS: AS SINGULARIDADES DO CORPUS

Eulálio Motta publicou trovas nos três livros de poesias, de sua autoria, a saber, *Ilusões que passaram...* (MOTTA, 1931), *Alma Enferma* (MOTTA, 1933), e *Canções de Meu Caminho 1ª e 2ª ed* (MOTTA, 1948 e 1983?). E também em livros e antologias com sua participação, a exemplo de: *Poetas da Bahia e Minas* (Antologia) (1981), *Anuário de Poetas do Brasil, V. 2* (1981), *Suplementando O Quadriolê de Cordel* (1982) e *Mundo Novo, nossa terra, nossa gente* (1998) – esse último foi publicado postumamente.

Em sua carreira de jornalista, Eulálio Motta aproveitou o espaço de colunista para apresentar não apenas suas crônicas e textos de opinião, como também seus poemas, dentre os quais verifica-se a publicação das trovas. Nos panfletos, Eulálio Motta também publicou trovas.

Dentre os 15 cadernos manuscritos que compõem o acervo, em 10 deles há trovas. Em meio a esses cadernos destaca-se *Meu Caderno de Trovas* por ser inteiramente dedicado à escrita das trovas. Ademais, dentre os manuscritos e datiloscritos avulsos, bem como em sua correspondência, verifica-se um grande número de trovas e também

de anotações referentes às mesmas, incluindo a opinião de seus leitores e correspondentes.

A quantidade de trovas produzidas ao longo da trajetória literária do escritor evidencia o volume do *corpus* e a riqueza do vocabulário, importante fonte de informação sobre os costumes locais, aspectos da fauna e flora sertaneja, o universo sociocultural do sertão baiano e a linguagem regional. A compreensão do manuscrito em sua dimensão temporal e sua historicidade viabilizam tanto o entendimento da organização das trovas, quanto as possíveis motivações para a escolha do vocabulário das trovas.

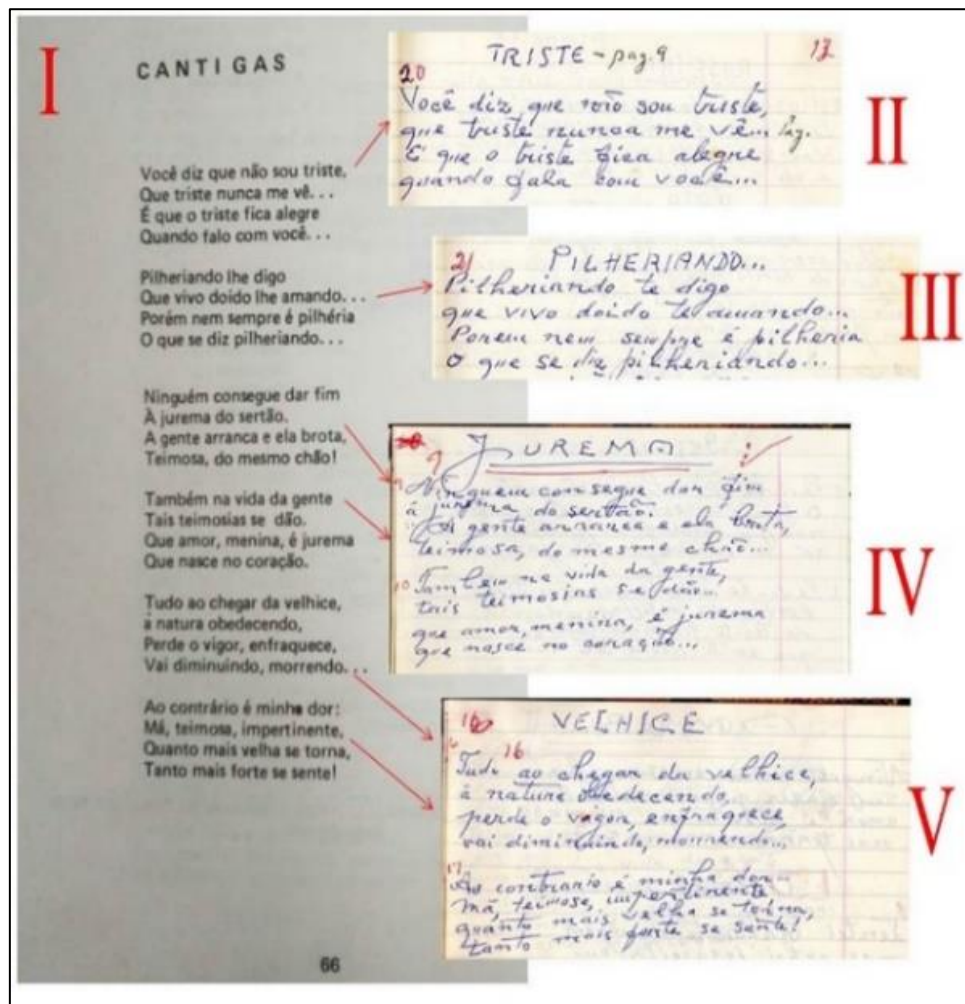
Com uma letra que poderíamos chamar de semicursiva (COSTA, 1976), popularmente conhecida com *letra de forma* ou *letra bastão*, de traços um pouco titubeantes e que, a despeito da presença da pauta, não obedece a regularidade horizontal da linha, características de uma escrita movida pela reflexão mental, pelo ato de criação – uma escrita com a consciência de que será passada a limpo, alterada, burilada (LOSE, 2004) – vemos que o processo de escrita e reescrita das trovas de Eulálio Motta apresenta um movimento singular nos variados documentos do acervo. Ao reescrever seus versos, o escritor empreende mudanças não apenas de caráter estrutural, sintático, lexical e semântico, mas também no tipo de texto, estabelecendo relações intertextuais. Esse processo de escrita e reescrita das trovas chama atenção para a complexidade dos rascunhos, para a história do texto, sua adequação a cada suporte, o projeto de escrita e sobre a sua circulação. Segundo Biasi (2010, p. 43),

[...] o rascunho designa, no sentido estrito, os documentos relativos à função redacional de textualização; mas esse conjunto de autógrafos fica em constante interação com outros manuscritos de trabalho cujas funções

(estruturação, documentação) agem profundamente na textualização. O aspecto dos rascunhos, sua forma e natureza dependem da técnica de trabalho do escritor, do processo de escrita que ele escolheu utilizar.

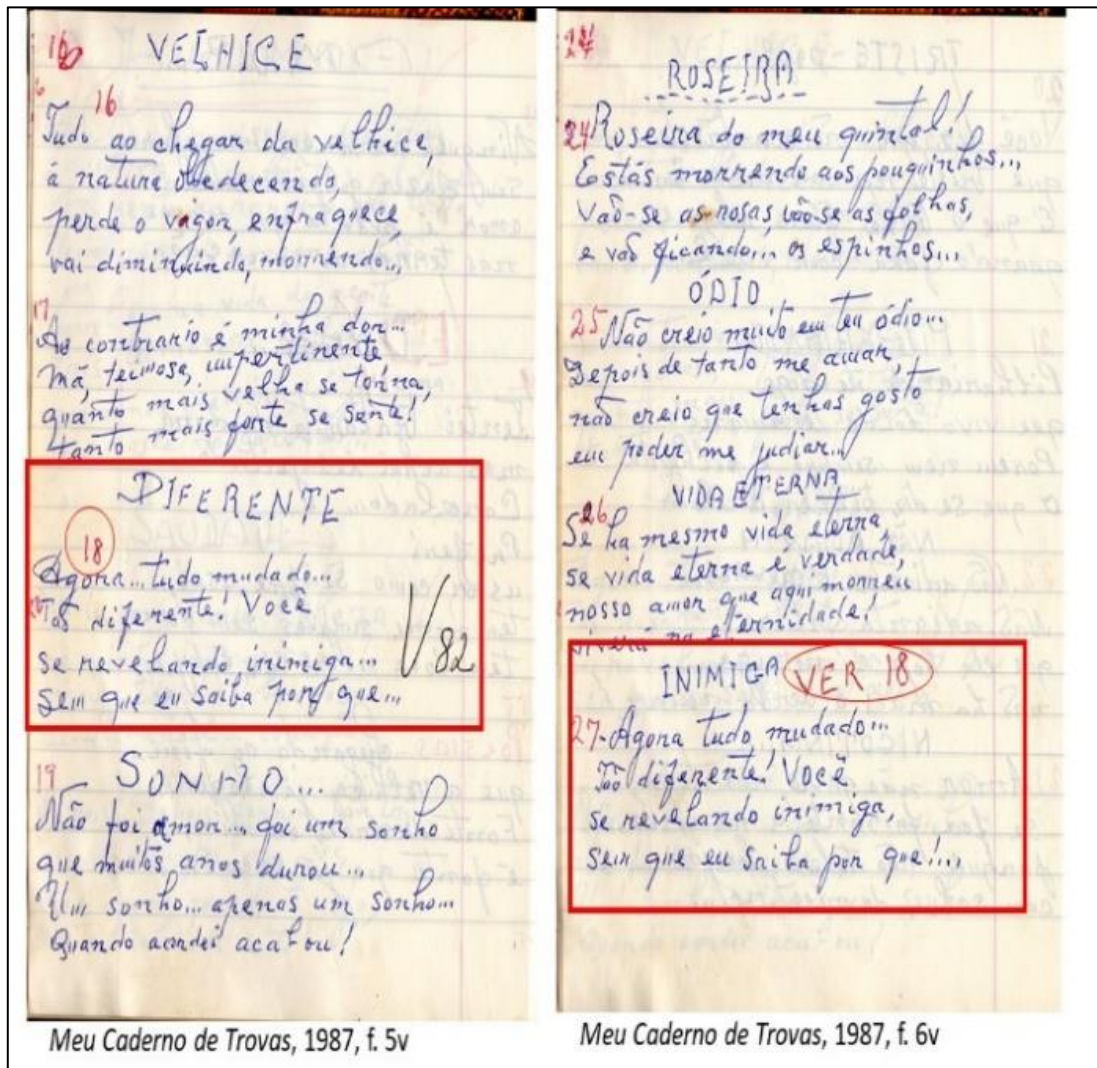
As modificações observadas nos rascunhos demonstram a retomada do escritor aos seus textos a fim de organizar e selecionar as trovas para compor seu projeto de livro, deslocando-as de um espaço para outro, muitas vezes fazendo mudanças lexicais, principalmente nos títulos. As figuras a seguir ilustram essas mudanças nos títulos das trovas e também nos versos.

Figura 1 - Renomeação das trovas do conjunto *Cantigas*



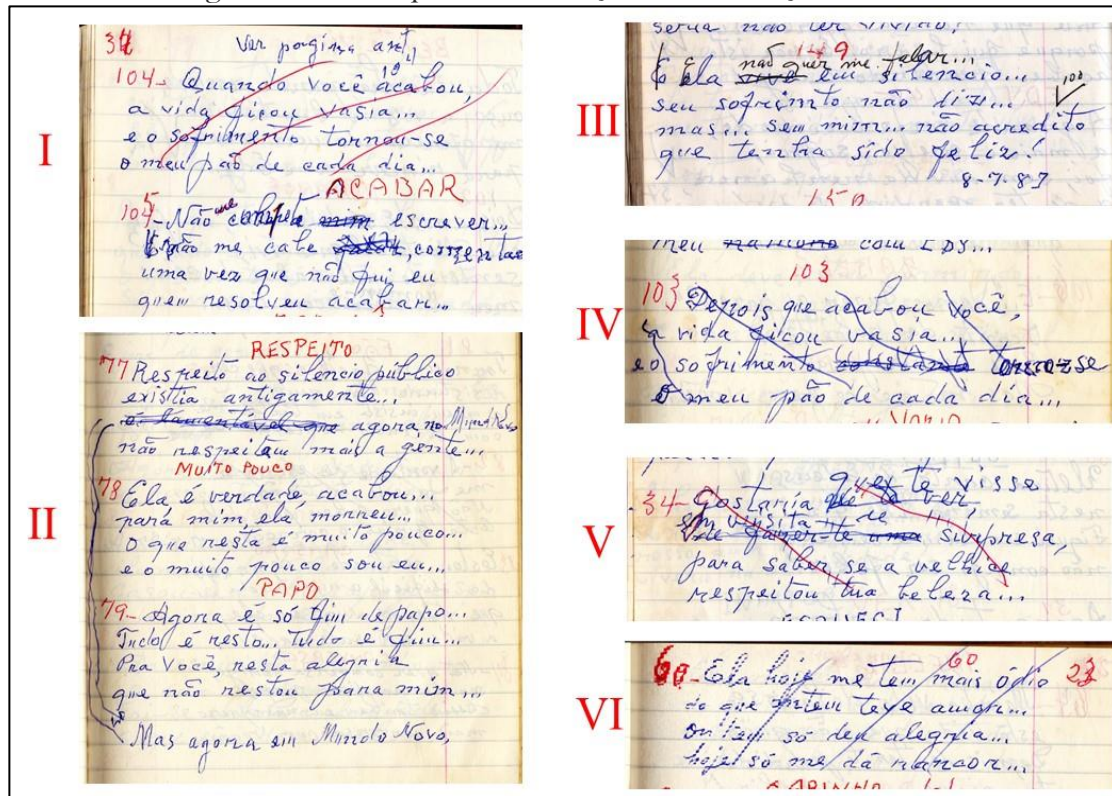
Fonte: Acervo de Eulálio Motta.

Figura 2 - Diferente e Inimiga: processo de renomeação



Fonte: Acervo de Eulálio Motta.

Figura 3 - Exemplos de correções e mudanças lexicais.



Fonte: Acervo de Eulálio Motta.

Na figura 1, nota-se que o autor reescreveu as trovas separadamente, dando títulos específicos para cada uma. Na segunda figura, observa-se que Eulálio Motta reescreveu os versos, renomeando a trova. E, por fim, a figura 3 ilustra o processo de reescrita, rasuras, correções, acréscimos e supressões, em que também se verifica mudanças lexicais, como por exemplo, a substituição do verbo *falar* por *comentar*; o cancelamento do adjetivo *lamentável*; o cancelamento do verso *E ela vive em silêncio...* substituído, por meio de acréscimo na entrelinha superior, pelo verso *Ela não quer me falar...*, etc. Essas modificações apontam para a necessidade de se pensar um modelo de edição, dentre os modelos que irão compor a hiperedição, que contemple a pluralidade da escrita, a complexidade do rascunho e que evidencie as mudanças lexicais durante o processo de escrita.

Desse modo, é pertinente compreender que a “pós-filologia”, termo defendido por Warren (2003) para definir as novas práticas filológicas, em que se considera o texto plural, requer uma ampliação nas discussões sobre os modelos de edição que contemplem as singularidades do texto em processo, implicando também em ampliações das discussões no âmbito da Linguística de *Corpus*, no que se refere a adaptações das ferramentas para que deem conta da preparação desse texto plural para os estudos linguísticos. Faz-se necessário adaptar as ferramentas computacionais ao texto em suas mais diversas camadas. Considerar o movimento de criação e todas as campanhas de escrita, pois, como argumenta Warren (2003), a pós-filologia ultrapassa a questão do resgate da origem de um testemunho perdido.

É válido ressaltar a importância das edições filológicas para os estudos linguísticos. Como ressalta Matos e Silva (2008, p.15),

[...] não se pode e nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos.

Mesmo que Matos e Silva (2008) refira-se nesse caso aos estudos diacrônicos da língua, o rigor filológico é necessário para a preparação não somente de textos do passado e, mesmo que se tenha claro o objetivo de preparar um texto para estudos linguísticos, há também que se pensar as edições sob perspectivas renovadas, que tomam o texto em sua totalidade: a materialidade, o contexto sociohistórico, o código linguístico, etc.

PORTAL ACERVUS: A HIPEREDIÇÃO E A ANOTAÇÃO LEXICAL

Editar texto requer do editor, antes de qualquer decisão, um olhar atento e questionador para o seu objeto de estudo que é o texto, buscando compreender suas características e, a partir daí, indagar-se sobre qual tipo de edição melhor se ajusta as singularidades do texto e ao seu público-alvo. Com o advento das novas tecnologias, os editores discutem as potencialidades de novos modelos de edições que possibilitem o acesso aos vários textos ou várias versões de um texto, sem necessariamente privilegiar a edição definitiva de um único texto que corresponda a “última vontade do autor”. Nesse sentido, todos os documentos do acervo podem ser trazidos à cena como peças fundamentais para a compreensão do processo de produção e transmissão do texto, entendido como produto histórico-cultural. Segundo Barreiros (2015, p. 161),

Os significados dos textos não estão apenas nos aspectos alfanuméricos que os transmitem, mas também nos suportes, nas formas materiais que garantem a sua existência, nas relações que mantêm com os seus diferentes testemunhos e nos usos que se fizeram deles ao longo do tempo.

As renovações tecnológicas que perpassam os estudos filológicos contribuem para a valorização da historicidade do texto. De acordo com Lose (2012), a filologia, enquanto ciência atuante no século XXI, passa por uma transformação em função da evolução tecnológica, modificando suas práticas de execução. Os processos de produção, transmissão, preservação e uso do texto ganharam novas significações com o desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação. Para Lucía Megías (2010, p. 229):

La informática se ha consolidado como una nueva tecnología que ha desplazado a todas las existentes anteriores [...]. El cambio al que estamos asistiendo en los últimos decenios es de un calado mayor, sólo comparable al paso de la oralidad a la escritura [...]. La extensión del medio digital como forma de difusión del conocimiento y de la información es una verdadera revolución, que va más allá del cambio en el soporte de escritura (del paio al pergamino, y de este al papel), ya que afecta a la propia materialidad del texto (uno de sus principios frente a la oralidad), a las técnicas de reproducción y de difusión y, por tanto, a las formas de recepción y de lectura. [...] nos encontramos en la “cuna” de nuevos modelos textuales que, en parte, están todavía por diseñar. Y en parte nos toca a nosotros, los filólogos, plantear el debate de cómo deberán configurarse, sus posibilidades y características.

Uma das possibilidades da edição digital é a edição do texto colocando os elementos paratextuais por meio do recurso do hiperlink. Para Barreiros (2015), a partir das características de uma edição digital, a mesma pode ser classificada como hiperedição.

Uma hiperedição é uma hipermídia que geralmente apresenta mais de um tipo de edição convencional (crítica, facsimilada, diplomática, sinóptica etc.) de modo integrado e dinâmico, documentos paratextuais diversos (textos, imagens, vídeos, sons e animações) [...] (BARREIROS, 2015, p. 233)

esses documentos podem ser organizados conforme critérios estabelecidos pelo editor. Trata-se, portanto, de “[...] uma edição híbrida que apresenta novas potencialidades de leituras e análises dos textos e que somente se efetiva no meio digital”. (BARREIROS, 2015, p. 21). O autor reforça que,

As hiperedições são ideais para explorar a documentação conservada nos acervos dos escritores. Através de uma edição interativa, podem-se explorar os esboços, as pesquisas para a escrita do texto, cartas, fotografias, anotações marginais e outros tipos de documentos que podem enriquecer a leitura do texto. Além do dossiê

genético, comumente estudado pelos geneticistas, o filólogo que trabalha com documentos de acervos de escritores depara-se com diversos materiais que não se relacionam diretamente com a gênese da obra, mas são de fundamental importância para a compreensão do texto. (BARREIROS, 2015, p. 25)

Pelo caráter dinâmico que a hiperedição apresenta, as possibilidades de leitura do texto são diversas, não necessariamente linear, pois se disponibilizam diferentes opções de leitura. Os links permitem acesso a várias janelas de navegação, e, simultaneamente, proporcionam a multiplicidade da leitura. Conforme Landow (1992), os leitores podem escolher pontos diferentes de finais, acrescentar algo ao texto, torná-lo maior do que era quando começaram a lê-lo. Para Lose (2010), a edição digital oportuniza a leitura hipermidiática, que permite ao leitor fazer suas escolhas dentro da edição devido à gama substancial de informações que podem estar disponíveis em ambiente eletrônico.

Em relação à classificação dos links, Leão (2001) os categoriza considerando o movimento de saída ou não da página ou da janela de acesso. Podendo ser disjuntivos ou conjuntivos:

os links disjuntivos [...] correspondem a situações na quais, ao 'clique' sobre um termo destacado, o usuário é levado para outro ponto do sistema. Os links conjuntivos são bem interessantes de serem usados, pois levam a uma experiência de simultaneidade (LEÃO, 2001, p. 31).

Os links conjuntivos permitem a abertura de uma pequena janela sobrepostas a outra que está sendo lida, que possibilita ao leitor permanecer na página que está navegando e ter acesso a uma informação adicional.

Para o estudo do vocabulário das trovas toma-se por base os estudos da lexicologia e lexicografia, que são disciplinas linguísticas complementares, mas com objetivos, metodologia e pressupostos

teóricos distintos. A lexicologia “[...] tem como objetos básico de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico” (BIDERMAN, 2001 [1998], p. 16); a lexicografia “está voltada para as técnicas de elaboração dos dicionários, para o estudo da descrição da língua feita pelas obras lexicográficas”; (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 7-8).

De acordo com Barreiros (2017),

[...] a atividade filológica de edição exige conhecimentos de outras áreas para viabilizar a leitura dos textos e favorecer a sua transcrição. As ciências do léxico, por exemplo, aliam-se à Filologia para o estudo da língua, da cultura e da história de um povo. (BARREIROS, 2017, p. 113).

Segundo Biderman (1981), o léxico

[...] inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado [...] (BIDERMAN, 1981, p. 138).

A hiperedição das trovas de Eulálio Motta será realizada através do *Portal Acervus: cultura escrita e memória literária*, que se encontra em processo de prototipagem por Patrício Barreiros e pelos bolsistas de Iniciação Científica do projeto. Trata-se de um projeto desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que permitirá a elaboração de edições digitais, disponibilização de documentos textuais iconográficos, realização de anotação lexical e elaboração de *corpus* para análise linguística. Segundo Patrício Barreiros, o sistema irá dispor de um editor

denominado *TEAR*, com capacidade para editar os textos, realizar anotação lexical, criar e customizar páginas.

Conforme o projeto do *Portal Acervus: cultura escrita e memória literária*, a hipertextualidade contará com variados níveis de edição e transcrição do texto, como: a) facsimilar (a partir de uma imagem de alta resolução, permitirá a visualização de detalhes da materialidade do texto); b) sinóptica (por meio da reprodução lado a lado, viabilizará a comparação das lições de um mesmo testemunho); c) semidiplomática (modelo de edição mais conservadora, com poucas intervenções), d) crítica (apresenta um texto estabelecido e suas variantes, integradas ao texto de base por meio de hiperlinks); e) genética (volta-se para o processo de criação, apresenta o texto em movimento); f) transcrição topográfica I e II (I - corresponde a uma transcrição do texto, respeitando o espaço onde cada lição está acomodada na mancha escrita, II - é a visualização da transcrição topográfica I, sem a imagem do fac-símile ao fundo); g) texto alinhado (apresenta o alinhamento do texto linha a linha, para que se possa realizar comparações); h) iluminado (apresenta *links* de natureza elucidativa e que favorecem o entendimento do texto); i) dinâmico (apresenta o texto de forma dinâmica, possibilitando movimento e som).

As edições seguirão os critérios adotados por Barreiros (2013; 2015; 2018), que se baseia nos oito princípios redigidos por Peter Shillingsburg, adotados pela *Modern Language Association* (MLA) dos Estados Unidos, a saber: usabilidade, transportabilidade, design, segurança, ordem, expansibilidade, capacidade de impressão, interface amigável. Conforme as descrições apresentadas por Patrício Barreiros, as edições poderão ser acessadas no menu *Edições*

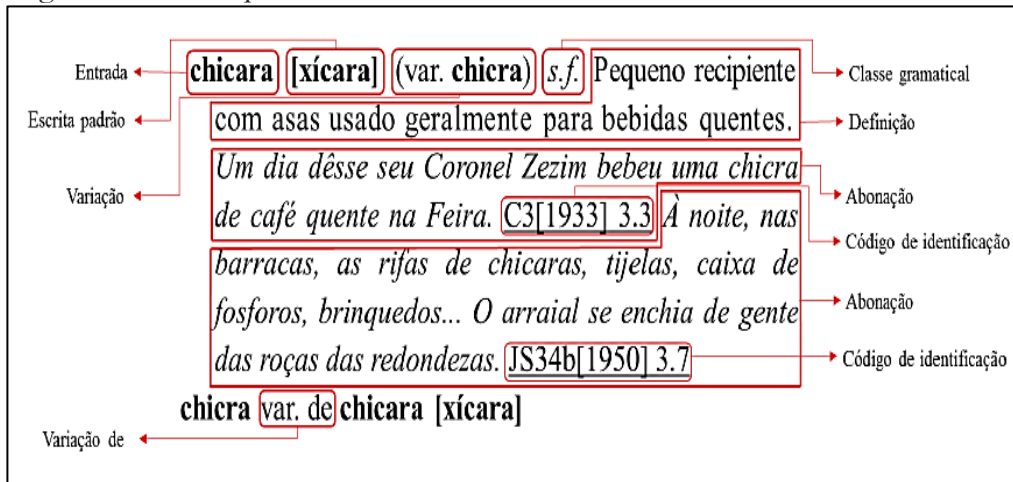
(composto de dois submenus: *Textos Editados e TEAR*) e o vocabulário poderá ser acessado no menu *Léxico Anotado*, que contém quatro submenus (*Anotação Lexical, Glossários, Vocabulários e Dicionários*). A anotação do léxico será feita no editor *TEAR*, o qual gerará automaticamente a anotação no texto editado conforme critérios filológicos. Segundo Berber Sardinha (2004, p. 145),

A anotação do corpus compreende a inserção de cabeçalhos informativos nos arquivos e a sua etiquetagem morfossintática. Os cabeçalhos são trechos demarcados contendo informação não veiculada verbalmente no evento comunicativo, que fornecem detalhes acerca de, por exemplo, proveniência, tipologia e autoria dos textos. Por etiquetagem morfossintática entende-se a colocação, automaticamente por computador, de etiquetas morfossintáticas (ou gramaticais; em inglês *part-of-speech*, ou POS), pelas quais se faz a explicitação da classe gramatical de cada palavra.

No caso da anotação lexical que se pretende apresentar, toma-se como base os procedimentos de etiquetagem, mas com a colocação dos verbetes. Nesse caso, poderíamos denominar de *etiquetagem lexicográfica*, já que o conteúdo a ser explicitado não se refere ao mesmo da etiquetagem morfossintática ou gramatical, e sim, aos verbetes das lexias analisadas e selecionadas. Os verbetes anotados também estarão organizados no glossário do texto, dispostos em ordem alfabética. De antemão, como microestrutura abstrata¹, toma-se como base a estrutura feita por Barreiros (2017) que pode ser observada a seguir:

¹ Inicialmente, utiliza-se o termo “microestrutura abstrata” por se tratar da fase inicial do projeto e de não ter sido realizada nenhuma microestrutura concreta com o *corpus*, pois, como aponta Welker (2004, p. 108), distingue-se microestrutura concreta de microestrutura abstrata. A concreta é aquela que se vê em determinado verbete, é a forma concreta em que as informações sobre o lema são dadas. A abstrata é aquele “programa constante de informação” de que falava Rey-Debove: antes de se confeccionar o dicionário, elabora-se uma microestrutura abstrata, que, em seguida, será preenchida com os dados concretos. A padronização é imprescindível tanto para o usuário (senão a leitura dos verbetes seria muito mais complicada do que já é) quanto para os redatores, que, sem ela, apresentariam as informações de maneiras divergentes.

Figura 3 - Exemplo de microestrutura do vocabulário de Eulálio Motta



Fonte: (BARREIROS, 2017, p. 163).

Segundo Barreiros (2017), para se chegar aos significados das unidades lexicais, analisam-se as unidades no contexto de produção e suas distribuições nas frases, para depois organizá-las no campo conceitual pertencente.

No que se refere à preparação do *corpus* para o estudo do vocabulário das trovas, toma-se por base os estudos da Linguística de *Corpus*. Segundo Berber Sardinha (2004, p. 3), a Linguística de *corpus*

[...] ocupa-se da coleta e da exploração de corpora, ou conjuntos de dados lingüísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística [...].

Nesse contexto de estudo da linguagem utilizando recursos computacionais, os estudos do léxico têm lançado mão de ferramentas para a otimização e melhor desenvolvimento de suas pesquisas. Na elaboração de corpora lingüístico, por exemplo, é essencial a utilização de ferramentas computacionais que possam fazer levantamento de lexias, quantificação de ocorrências, abonações e confeccionar obras lexicográficas, a exemplo de programas como:

eDictor, AntConc, WordSmith Tools e FieldWorks Language Explorer (FLEX).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O MODELO DE EDIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DO TEXTO COM O LÉXICO ANOTADO

A pesquisa de doutorado a que esse trabalho se vincula encontra-se em fase inicial, em que as problemáticas que impulsionam a pesquisa encontram-se em vias de discussões e análise. Dessa forma, apresentam-se as considerações parciais sobre o possível modelo de edição para a apresentação do texto com anotação lexical.

Em síntese, a hiperedição possibilitará a apresentação, leitura e exploração do texto por meio de variadas edições, com finalidades diversas, contemplando assim a proposta da hiperedição, principalmente no que se refere à exploração das potencialidades e pluralidade do texto, à luz dos estudos da pós-filologia. Entretanto, para o estabelecimento do texto para o estudo do vocabulário, algumas questões ainda carecem de uma análise mais cuidadosa, levando em consideração as particularidades do *corpus*. Algumas questões são: qual das edições utilizar?; como apresentar o léxico anotado dos textos politemunhais, com suas inúmeras variantes? como apresentar o léxico anotado dos textos monitemunhais, com diferentes campanhas de escrita?; de que maneira apresentar o texto, suas variantes, campanhas de escritas e o léxico anotado sem sobrecarregar a leitura com o excesso de hiperlinks?

A princípio, pode se dizer que o texto iluminado atende ao objetivo de apresentar as trovas com links de natureza elucidativa, a fim de favorecer o entendimento do texto, pois os verbetes possibilitarão a ampliação de compreensão das trovas e experiências

de leitura. Porém, nos casos dos textos com inúmeras e significativas variantes e campanhas de escrita, essa proposta acarretaria no excesso de links. Dessa forma, a edição sinóptica seria uma possível opção de edição dos textos politemunhais com o glossário integrado, por permitir emparelhar a transcrição de dois ou mais testemunhos.

Mesmo tendo o auxílio do editor *TEAR* para gerar automaticamente a anotação do léxico no texto editado, diante de tantas questões, a escolha da edição não se torna uma tarefa fácil. A proposta que se lança, ainda em vias de análise, é apresentar, a partir do texto iluminado, um testemunho de base, estabelecido conforme os critérios da edição crítica, com o léxico anotado por meio de hiperlinks e, para os textos com variantes e campanhas de escrita, apresenta-se uma barra (à direita) de opções de acesso às transcrições das variantes também com anotação lexical.

REFERÊNCIAS

BARREIROS, PATRÍCIO NUNES. Princípios e critérios para edições digitais de documentos de acervos literários. *In: ALMEIDA, Isabela Santos de; BARREIROS, Patrício Nunes; SANTOS, Rosa Borges dos. (org.). Filologia e humanidades digitais*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018, p. 358-380.

BARREIROS, Liliane Lemos Santana. **Vocabulário de Eulálio Motta**. 2017. 360f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BARREIROS, Liliane Lemos Santana. **Bahia Humorística de Eulálio de Miranda Motta**: edição e estudo lexical de causos sertanejos. 181f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2012.

BARREIROS, Patrício Nunes. **O Pasquineiro da Roça: a hiperedição dos panfletos de Eulálio Motta**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

BARREIROS, Patrício Nunes. **O Pasquineiro da Roça: edição dos panfletos de Eulálio Motta**. 386f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BARREIROS, Patrício Nunes. Princípios e critérios para edições digitais de documentos de acervos literários. *In: ALMEIDA, Isabela Santos de; BARREIROS, Patrício Nunes; SANTOS, Rosa Borges dos (org.). Filologia e humanidades digitais*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018, p. 358-380.

BARREIROS, Patrício Nunes. **Sonetos de Eulálio Motta**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

BARREIROS, Patrício Nunes. A oficina do escritor e os projetos editoriais de Eulálio de Miranda Motta. *In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 13. Atas [...]*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, n. 4. 2009, p. 1465-1480.

BERBER SARDINHA, Tony. **Lingüística de corpus**. Barueri: Manolo, 2004.

BIASI, Pierre-Marc. **A genética dos textos**. Trad. Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza C. A estrutura mental do léxico. *In: BORBA, Francisco da Silva (org.). Estudos de Filologia e Linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, v. 2, 1981, p. 131-145.

BIDERMAN, Maria Tereza C. As ciências do léxico. *In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001 [1998], 11-20.

CABRAL, Antonio Leopoldo. **Suplementando o quadriolê de cordel** (Respeito aos valores baianos). 1982, 11-14.

COSTA, P. Avelino de Jesus da. **Álbum de Paleografia e Diplomática portuguesas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.

FENANDES, Aparício (org.). **Anuário de poetas do Brasil – 1982:** edição comemorativa 10º aniversário. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.

FENANDES, Aparício (org.). **Anuário de poetas do Brasil – 1981,** Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1981.

LANDOW George P. **Hypertext:** the convergence of contemporary critical theory and technology. Baltimore: The Johns Hopkins, 1992.

LEÃO, Lúcia. **O Labirinto da Hipermídia:** arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: Iluminuras, 2001.

LIMA, Dante. **Mundo Novo, nossa terra, nossa gente.** 2016.
Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1pCDMRJb8EXUykqAONkfe1MiyzpKtVM5Z/view>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

LIMA, Dante. **Mundo Novo, nossa terra, nossa gente.** Salvador: Contemp, 1998.

LOSE, Alícia Duhá. **Arthur de Salles:** esboços e rascunhos. 2004. 265f. il. + anexos + 1 CD-ROM (edição digital). Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – PPPGLL do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Orient.: Profa. Dra. Célia Marques Telles, 2004.

LOSE, Alícia Duhá et al. Edições digitais de manuscritos: do século XVI ao século XXI. *In:* CIRILLO, José; PASSOS, Marie-Hélène Paret (org.). **Materialidade e virtualidade no processo criativo.** Vinhedo, SP: Horizonte, 2012. p. 77-99.

LOSE, Alícia Duhá. Edição digital de texto manuscrito: filologia no séc. XXI, **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 42, p. 9-30, jul.-dez. 2010.

LOSE, Alícia Duhá. **Paleografia:** princípios, conceitos, metodologia e critérios. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 2016.

LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. Reflexiones en torno a las plataformas de edición digital: el ejemplo de la Celestina. *In:* Poalini, Devid (coord.). De ninguna cosa es alegre posesión sin compañía, estudios celestinescos y medievales en honor del profesor Joseph

Thomas Snow. Tomo I. **New York**: Seminário Hispánico de Estudios Medievales, p. 226-251, 2010.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da lingüística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOTTA, Eulálio de Miranda. **Alma enferma**. Salvador: Imprensa Vitória. 1931.

MOTTA, Eulálio de Miranda. **Caderno Meu Caderno de Trovas**. 1987, EA1. 13. CV1. 13. 001.

MOTTA, Eulálio de Miranda. **Canções do meu caminho**. 2. ed., [s.l.]: [s.n]. 1983.

MOTTA, Eulálio de Miranda. **Canções do meu caminho**. Serrinha: Tipografia d'O Serrinhense, 1948.

MOTTA, Eulálio de Miranda. **Ilusões que passaram**. Salvador: Oficina Gráfica d'A Luva, 1933.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998, v. 1, p. 7-9.

PETRUCCI, Armando. **La ciência de la escritura**: primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2003.

ROCHA, Juliana Pereira. **Edição de trovas de Eulálio Motta**. 376 f.: il. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

SHILLINGSBURG, Peter L. **General principles for electronic scholarly editions**. Texto publicado em 1993. Disponível em: <http://sunsite.berkeley.edu/MLA/principles.html>. Acesso em 10 jan. 2018.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1994.

WARREN, Michelle. R. Post-Philology. *In*: INGHAM, Patricia. C.; WARREN, Michelle (Ed.). **Postcolonial moves**: medieval through modern. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

WELKER, Hebert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Thesaurus, 2004.

LIVRO DE TOMBO DO CONDE DA CASA DA PONTE: ASPECTOS PALEOGRÁFICOS DE UM MANUSCRITO OITOCENTISTA

Clese Mary Prudente Correia²
Célia Marques Telles³

INTRODUÇÃO

Mesmo após a propagação da tipografia, os manuscritos permaneceram como meios de circulação de produções literárias, religiosas ou técnicas, fornecendo dados importantes para os estudos linguísticos e para a compreensão do passado. Nessa perspectiva, considera-se o documento manuscrito *Livro de Tombo do Conde da Casa da Ponte* uma fonte valiosa de estudo da história e da sociedade do período colonial brasileiro, além de trazer possibilidades de estudo em várias dimensões da língua. No entanto, para que se torne uma fonte confiável de pesquisas, é imprescindível o suporte fornecido por áreas do conhecimento voltadas à análise da materialidade dos textos, tais como a Filologia e a Paleografia.

O aporte teórico da Filologia tem um papel fundamental na restituição do texto, considerando o seu objetivo e o seu compromisso com a preservação e integridade de documentos históricos, culturais e literários. Assim, corrobora-se a afirmativa de Spina (1994) que o

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia). E-mail: cleseprudente@gmail.com

³ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: cmtelles@ufba.br

conjunto de conhecimentos envolvidos na tarefa de restituição de um texto constitui o caráter erudito da Filologia, que

[...] concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A *explicação do texto*, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto (SPINA, 1994, p. 82).

Após a realização de uma edição fac-similar, que permitiu o conhecimento e a preservação do manuscrito em sua forma autêntica e original, a edição semidiplomática procura conservar as características da língua em que o texto foi lavrado, ao tempo em que buscou tornar a leitura mais acessível a partir do desdobramento das inúmeras abreviaturas presentes. Nessa tarefa, a fundamentação teórica da Paleografia surgiu como um instrumento imprescindível para a leitura do manuscrito e para a interpretação de seu conteúdo.

Considerada como a disciplina voltada para o estudo da escrita antiga, a Paleografia pode auxiliar o trabalho de diferentes áreas de estudo, tendo em vista tanto a sua finalidade teórica quanto pragmática, assim diferenciadas por Cambraia (2005):

A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado. (CAMBRAIA, 2005, p. 23).

Para evidenciar a importância do aporte teórico da Paleografia na leitura do manuscrito *Livro de Tombo do Conde da Casa da Ponte*, apresentam-se, a partir de um recorte representativo do documento,

alguns aspectos significativos identificados, especialmente em relação ao tipo de escrita, ao uso de abreviaturas e à presença de reclamos.

Encontrado atualmente no acervo do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), o manuscrito apresenta local, data e autoria identificados em três folhas (1r, 8r e 62v): *Bahia, 5 de fevereiro de 1819, por Pedro Francisco de Castro*, Administrador e Procurador Geral dos Bens e Dependências pertencentes ao Conde da Ponte no Brasil. O documento encontra-se em processo de deterioração, com partes completamente ilegíveis, indicativo de exposição à umidade e à ação de insetos e do tempo, além de apresentar a supressão de folhas no documento original. A seguir apresenta-se a descrição do documento.

Cota	Belo Horizonte/MG; Biblioteca Copérnico Pinto Coelho; Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais; box 014, conjunto 086.
Data	5 de fevereiro de 1819 (folhas 1r, 8r, 62v).
Lugar de origem	Bahia (folhas 1r, 8r, 62v).
Autoria	Pedro Francisco de Castro (folhas 1r, 8r, 62v).
Suporte material	Papel.
Composição	62 folhas reto e verso, dobrados e costurados, cobertos com uma capa de material duro (papelão) e uma sobrecapa móvel de couro, visivelmente anexada em período posterior à data indicada.
Organização da página	Texto escrito em três colunas nas folhas 2r a 6r e em uma única coluna nas demais; não pautado; com marcas de margens a lápis e numeração no canto superior direito visível em algumas folhas; presença de reclamos no canto inferior direito ao final das folhas; presença de assinatura do <i>scriptor</i> nas folhas 1r, 8r, 62v.
Particularidades	Escrita cursiva; sem iluminuras; capitulares rebuscadas; títulos e linhas iniciais em destaque.

Para viabilização do posterior estudo lexicológico pretendido, foram realizadas, seguindo a orientação de Telles (2016) e de Telles e Lose (2017), edições conservadoras de duas modalidades diferentes no manuscrito: *fac-similar*, a partir do escaneamento digital de todas

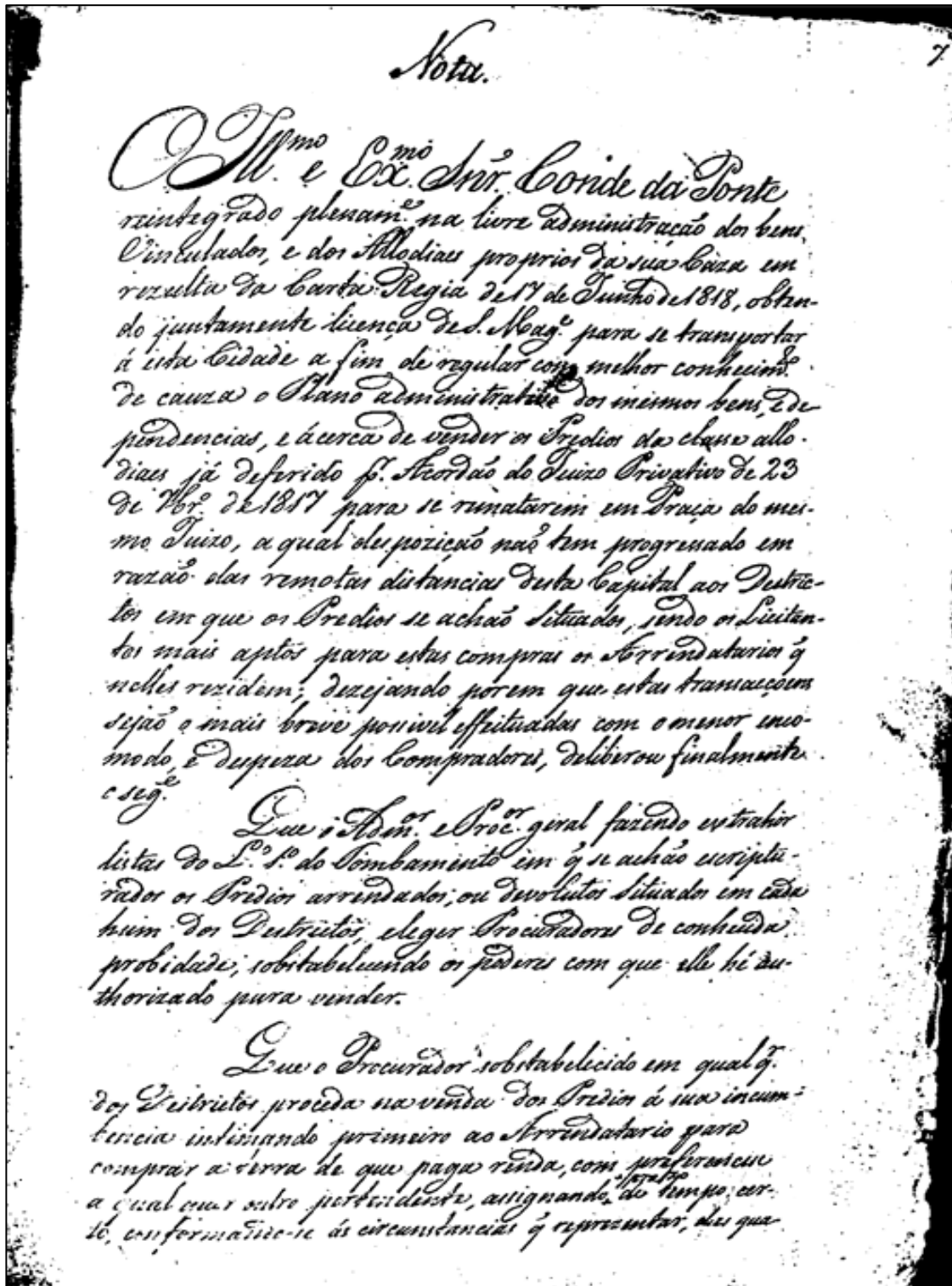
as folhas, e *semidiplomática*, que procurou manter as características do texto, realizando uma transcrição fiel do documento. No entanto, com o propósito de facilitar a leitura, considerando as dificuldades decorrentes da letra manuscrita e do estado de conservação do manuscrito original, na edição semidiplomática foi realizado o desdobramento das abreviaturas existentes, apresentando, em aparato à direita, as intervenções realizadas.

Tendo em vista a extensão do manuscrito, selecionaram-se como recorte para a análise desenvolvida no presente trabalho as folhas 7r, 7v e 8r, que apresentam as orientações, identificadas como *Nota*, do *scriptor*, o administrador geral, Pedro Francisco de Castro, com relação aos procedimentos a serem seguidos, para fins de inventário, pelos administradores de cada um dos distritos administrativos do grande latifúndio referente ao morgado Guedes de Brito. As propriedades vinculadas ao morgado foram transferidas por contrato de casamento da última herdeira por descendência direta, Joana da Silva Caldeira Pimentel Guedes de Brito, para o progenitor do sexto Conde da Casa da Ponte, o fidalgo português Manuel de Saldanha da Gama. Os *fac-símiles* dessas folhas são apresentados a seguir, acompanhados da respectiva transcrição, para a qual foram adotados os seguintes critérios:

1. Manutenção da grafia e da pontuação do texto;
2. Manutenção da divisão de linhas do documento;
3. Indicação das folhas à esquerda, em negrito, e das linhas, numeradas de cinco em cinco;
4. Desdobramento das abreviaturas, escrevendo-se, entre parênteses, as letras omitidas;
5. Manutenção das abreviaturas dos numerais ordinais;

6. Indicação do tipo de abreviatura à direita, com especificação da linha;
7. Transcrição em negrito e corpo 11 do título na linha 1 e das formas escritas em corpo maior na linha 2 da folha 7r;
8. Utilização de parênteses, na linha 10 da folha 8r, onde o *scriptor* utilizou barra;
9. Utilização de [↑] colchetes e seta simples para indicar emendas realizadas pelo *scriptor* na entrelinha superior.

Figura 1 - folha 7r



Fonte: SEABRA (2016)⁴.

⁴ Todas as figuras correspondem à digitalização do documento manuscrito realizada sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Cândida Seabra, da Universidade Federal de Minas Gerais, por ela cedida à pesquisa em desenvolvimento no PPGLinC.

[7r]

Nota.

7

O Il(ustrissi)mo e Ex(celentissi)mo S(e)n(ho)r Conde da Ponte

reintegrado plenam(ent)e na livre administração dos bens vinculados, e dos Allodiaes proprios da sua Caza em
5 rezulta da Carta Regia de 17 de Junho de 1818, obtendo juntamente licença de S(ua) Mag(estad)e para se transportar á esta Cidade a fim de regular com melhor conhecim(em)to

L.2: abrev. letra sobreposta; por contração

L.3: abrev. letra sobreposta

L.6: abrev. por suspensão; letra sobreposta

L.7: abrev. letra sobreposta

de cauza o Plano administrativo dos mesmos bens, e dependencias, e á cerca de vender os Predios da classe alodiaes já referido p(o)r Acordaõ do Juizo Privativo de 23

L.10: abrev. letra sobreposta

L.11: abrev. alfanumérica

de (setem)bro de 1817 para se rematarem em Praça do mes-

mo Juizo, a qual despozição não tem progressado em razão das remotas distancias desta Capital aos Destrictos em que os Predios se achão situados, sendo os Licitantes mais aptos para estas compras os Arrendatarios q(ue)

L.15: abrev. por suspensão

nelles rezidem; dezejando porem que estas transacções sejaõ o mais breve possível effeituadas com o menor encômodo, e despeza dos Compradores, deliberou finalmente o seg(uint)e.

L.19: abrev. letra sobreposta

L.20: abrev. letra sobreposta

L.21: abrev. letra sobreposta; alfanumérica; por suspensão

20 Que o Adm(inistrad)or e Proc(urad)or geral fazendo extrahir listas do L(ivro)o (Primeir)o do Tombamento em q(ue) se achão escripturados os Predios arrendados, ou devolutos situados em cada

hum dos Destrictos, eleger Procuradores de conhecida probidade; substabelecendo os poderes com que elle hé authorizado para vender.

L.26: abrev. letra sobreposta

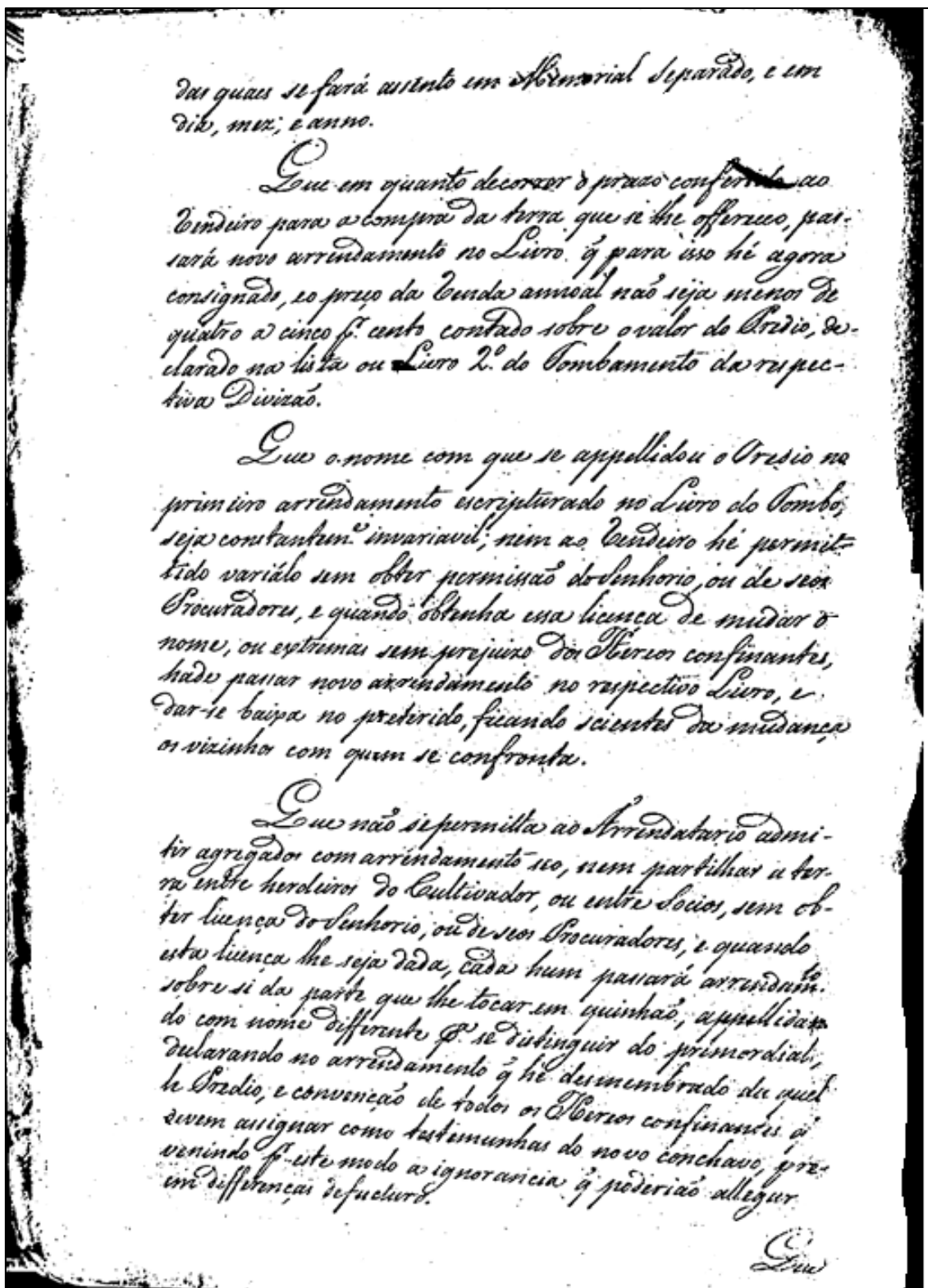
25 Que o Procurador substabelecido em qual q(ue)r

dos Destrictos proceda na venda dos Predios á sua incumbencia intimando primeiro ao Arrendatario para comprar a terra de que paga renda, com preferencia a qual quer outro pertendente, assignando [↑prazo] de tempo cer-

L.31: abrev. por suspensão

30 to, conformando-se ás circunstancias q(ue) representar, das qua-

Figura 2 - folha 7v



Fonte: SEABRA (2016).

- [7v] das quaes se fará assento em Memorial separado, e em dia, mez, e anno.
- Que em quanto decorrer o prazo conferido ao Rendeiro para a compra da terra que se lhe offereceo, pas-
5 sará novo arrendamento no Livro q(ue) para isso hé agora
consignado, eo preço da Renda annoal não seja menos de quatro a cinco p(o)r cento contado sobre o valor do Predio, de-
clarado na lista ou Livro (segund)o do Tombamento da respec-
tiva Divizaõ.
- 10 Que o nome com que se appellidou o Predio no primeiro arrendamento escripturado no Livro do Tombo, seja constantem(ente)e invariavel; nem ao Rendeiro hé permit-
tido variálo sem obter permissão doSenhorio, ou de seos Procuradores, e quando obtenha essa licença de mudar o
15 nome, ou extremas sem prejuizo dos Hereos confinantes, hade passar novo arrendamento no respectivo Livro, e dar-se baixa no preterido, ficando scientes da mudança os vizinhos com quem se confronta.
- Que não sepermitta ao Arrendatario admi-
20 tir agregados com arrendamento seo, nem partilhar a terra entre herdeiros do Cultivador, ou entre Socios, sem obter licença doSenhorio, ou de seus Procuradores, e quando esta licença lhe seja dada, cada hum passará arrendam(em)to
sobre si da parte que lhe tocar em quinhão, appellidan-
25 do com nome differente p(ar)a se distinguir do primordial,
declarando no arrendamento q(ue) hé desmembrado da quel-
le Predio, e convenção de todos os Hereos confinantes q(ue)
devem assignar como testemunhas do novo conchavo, pre-
venindo p(o)r este modo a ignorancia q(ue) poderiaõ
30 allegar em differenças defucturo.
- Que
- L.5:abrev. por suspensão
- L.7: abrev. letra sobreposta
L.8: abrev. alfanumérica
- L.12: abrev. letra sobreposta
- L.23: abrev. letra sobreposta
- L.25: abrev. letra sobreposta
L.26: abrev. por suspensão
L.27: abrev. por suspensão
- L.29: abrev. letra sobreposta; por suspensão

Figura 3: folha 8r

Que da mesma Sorte he prohibido ao Venditor vender as suas beneficencias a outro Cultivador sem primeo affron-
tar ao Senhorio na pessoa de seu Procurador do Distrito,
que não as querendo comprar, qual quer outro a quem
as vender, será com o mesmo encargo de venda, e de o
tempo de hum anno revender o mesmo arrendam.
no Livro em poder do D. Procurador do Distrito.

Que neste segundo Livro da Divisão do
Tombamento se não escreva nota, ou verba á mar-
gem / seja qual for a sua materia / sem proceder con-
ferencia no Archivo da Administração perante o
Administrador e Procurador geral, o que se recommenda
como parte integrante do munus.

Que apresentando qual quer dos Cultivadores ti-
tulo de compra, ou doação da terra de que paga renda ao
Senhor que pareça legal, nem por isso se escreva verba, ou co-
ta á margem do Livro do Tomb. da qual he deparação, e
em tal caso seja o documento reduzido á Publica forma, e
depois dirigido ao Archivo da Administração para o Abm.
e Procurador geral proceder conferencia sobre a legitimidade,
e entre tanto fique suspenso a applicação sobre o tal dito
em dvidas até se decidir se he, ou não existente no povo, e
dominio da Cora Administrada.

Em Summa, a autoridade do Sr. Procurador
Companhi. superará o mais que lhe parecer justo, e abem.
Por interm. do nono Ex. Sr. Constituinte, e das partes
dependentes. Dado 5 de Fevereiro de 1819.

[Assinatura]

Fonte: SEABRA (2016).




- [8r] Que da mesma Sorte hé prohibido ao Rendeiro vender as suas bemfeitorias aoutro Cultivador sem prim(ei)ro affron-
tar ao Senhorio na pessoa de seo Procurador do Destricto,
que não as querendo comprar, qual quer outro a quem
5 as vender, será com o mesmo encargo de Renda, e de no tempo de hum anno revalidar o mesmo arrendam(en)to
no Livro em poder do d(itt)o Procurador do Destricto.
- Que neste segundo livro da Divizaõ do Tombamento se não escreva nota, ou verba á mar-
10 gem (seja qual for a sua matéria) sem preceder conferencia no Archivo da Administração parante [sic] o Administrador e Procurador geral, o que se recomenda como parte integrante do munus.
- 15 Que apresentando qual quer dos Cultivadores titulo de compra, ou doação da terra de que paga renda ainda que pareça legal, nem por isso se escreva verba, ou co-
ta á margem do Livro do Tombo. Da quella Repartizaõ, e em tal cazo seja o documento reduzido á Publica forma, e depois dirigilo ao Archivo da Administração para o
20 Adm(nistrad)or e Procurador geral proceder conferencia alegitimidade, e entre tanto fique suspensa a especulação sobre o tal Sitio
em duvida até se decidir sehé ou não existente na posse, e dominio da Caza administrada.
- Em Summa, a desteridade do S(e)n(ho)r Procurador
25 Companh(ei)ro suprirá o mais que lhe parecer justo, e abem dos interesses do nosso Ex(celentissi)mo S(e)n(ho)r Constituinte, e das partes dependentes. Bahia 5 de Fevereiro de1819.
- (Pedro Francisco de) Castro
- L.2: abrev. letra sobreposta
L.6: abrev. letra sobreposta
L.7: abrev. letra sobreposta
L.19: abrev. letra sobreposta
L.24: abrev. por contração
L.25: abrev. letra sobreposta
L.26: abrev. letra sobreposta; por contração
L.29: rubrica com *laçadas*

ASPECTOS PALEOGRÁFICOS DO DOCUMENTO OITOCENTISTA

O manuscrito apresenta uma escrita cursiva do século XIX, regular quanto ao traçado das letras e ligeiramente inclinada para a direita. A uniformidade dos caracteres, bem como a ausência de falhas ou borrões, evidencia o trabalho executado por mãos hábeis. Isso significa que o *scriptor*, Pedro Francisco de Castro, possuía habilidade de escrita e um bom grau de instrução, condizente com a sua função como Procurador e Administrador Geral dos Bens e Dependências do Conde da Casa da Ponte.

Além das marcas de leitura oferecidas pelo uso das letras maiúsculas e minúsculas, a análise dos tipos caligráficos revela um número considerável de consoantes geminadas, além de <rr> e <ss>, e a existência de variações livres no traçado de alguns grafemas sem que se possa identificar uma combinação para o uso de determinada variante, evidências da falta de normas ortográficas precisas no período estudado. Nos quadros a seguir, apresentam-se exemplos de consoantes geminadas (Quadro 1) e de formas variadas para os grafemas <d> e <r> (Quadro 2), identificados nas folhas analisadas.

Quadro 1 - Grafemas geminados

Grafemas geminados		Ocorrência	Localização
ff		<i>Differente</i> 'differente'	f.7v, L. 25
ll		<i>nelles</i> 'nelles'	f.7r, L. 10
mm		<i>Summa</i> 'Summa'	f.8r, L. 24

nn		<i>anno</i> 'anno'	f.7v, L. 2
pp		<i>appellidou</i> 'appellidou'	f.7v, L. 10
tt		<i>permitta</i> 'permitta'	f.7v, L. 19

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 2 - Variação livre no traçado dos grafemas

Grafemas	Formas variantes	Ocorrência	Localização
d		<i>da</i> 'da'	f.7r, L. 2
		<i>da</i> 'da'	f.7r, L. 4
R, r		<i>Regia</i> 'Regia'	f.7r, L. 5
		<i>Rendeiro</i> 'Rendeiro' ⁵	f.7v, L. 12
		<i>renda</i> 'renda'	f.8r, L. 15

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nos exemplos destacados, observa-se, na segunda variante do grafema <d>, a herança da escrita uncial que, segundo Acioli (1994, p. 32), introduziu as linhas curvas na escrita latina por volta do século IV, tornando-se o principal estilo usado para os livros manuscritos. A segunda variante maiúscula do grafema <r>, por sua vez, conserva, na escrita cursiva do período colonial brasileiro, uma das formas características da escrita gótica minúscula (o <r> redondo:).

⁵ Considera-se esse caractere como um grafema maiúsculo com base nas orientações de Battelli (1949, p. 50), que diferencia maiúsculos e minúsculos considerando a altura e a inserção do grafema entre duas linhas paralelas.

Outro aspecto paleográfico a ser destacado do documento refere-se ao uso de reclusos, ou seja, repetições de palavra, parte de palavra ou grupo de palavras do final de uma folha na folha seguinte. Além de garantir a sucessão ordenada das folhas já escritas enquanto aguardam o momento da encadernação, essa técnica, muito comum no período medieval, evitava a interrupção da leitura. De acordo com Dias (2005), os antigos códices apresentavam um tamanho bem maior do que os livros atuais e, portanto, os leitores levavam um certo tempo para virar a página e dirigir os olhos até o início do fôlio seguinte. Os reclusos então tinham uma dupla função: adiantar a leitura e facilitar a ordenação das páginas para o encadernador. Destaca-se, nas folhas analisadas, a repetição das palavras <das quaes> da linha 31 da folha 7r na linha 1 do 7v, bem como da palavra <Que> da linha 31 do 7v na linha 1 do 8r.





De todos os aspectos paleográficos observados no documento, o uso de abreviaturas é, no entanto, o mais significativo. Segundo Higounet (2003 [1955], p. 145), as abreviações e os sistemas de notação abreviada remontam à Antiguidade grega e romana e foram intensamente utilizadas durante o período medieval como forma de agilizar a escrita e economizar o suporte. Sobre o uso de abreviaturas, afirma Flexor (2008):

Os calígrafos de todos os tempos, mas de modo especial os da Idade Média, quer para poupar espaço, devido à escassez de materiais de base e de registro, quer por economia de tempo, fizeram uso de um completo sistema de abreviaturas, siglas e das chamadas notas tironianas, prática que permaneceu após aquele período (FLEXOR, 2008, p. 12).

O uso de abreviaturas se manteve por todo o período colonial brasileiro e, embora sem seguir regras sistemáticas, é possível identificar alguns tipos característicos, muito utilizados no

manuscrito em estudo. Na abreviatura por contração, uma ou várias letras no interior da palavra são suprimidas, podendo também ser utilizado um sinal sobre a palavra para indicar a abreviação. A abreviação por suspensão, por outro lado, mantém a letra ou a sílaba inicial, deixando a palavra inacabada, sendo normalmente acompanhada de um ponto. Enquanto as abreviaturas alfanuméricas utilizam uma composição de letras e números as abreviaturas por letra sobreposta representam uma variedade da contração, com pequenas letras postas acima da palavra abreviada. No quadro a seguir, apresentam-se exemplos desses tipos de abreviação encontrados no documento.

Quadro 3 - Tipos de abreviaturas

Palavra abreviada	Abreviatura desenvolvida	Localização	Tipo de abreviatura
Il ^{mo} . 	Il(ustrissi)mo	f.7r, L. 2	letra sobreposta
Sn ^r . 	S(e)n(ho)r	f.7r, L. 2	por contração
S. 	S(ua)	f.7r, L. 6	por suspensão
7br ^o . 	(setem)bro	f.7r, L. 11	alfanumérica

Fonte: elaborado pelas autoras.

Com o propósito de evidenciar a presença intensiva de abreviaturas em manuscritos oitocentistas e a predominância do uso de letras sobrepostas, expõe-se, no quadro a seguir (Quadro 4), um levantamento de todas as formas encontradas nas três folhas analisadas, organizadas pelo tipo de abreviatura utilizado pelo *scriptor*.

Quadro 4 - Incidência de uso de abreviaturas

Tipos de abreviaturas					
Folhas	Letra sobreposta	Suspensão	Contração	Alfanumérica	Total
7r	Il(ustrissi)mo	S(ua)	S(e)n(ho)r	(setem)bro	17
	Ex(celestissi)mo	q(ue)		(primeir)o	
	plenam(ent)e	q(ue)			
	Mag(estad)e				
	conhecim(em)to				
	p(o)r				
	seg(uint)e				
	Adm(inistrad)or				
	Proc(urad)or				
	L(ivro)o				
	q(ue)r				
	11	3	1	2	
7v	p(o)r	q(ue)		(segund)o	10
	constantem(ente) e	q(ue)			
	arrendam(em)to	q(ue)			
	p(ar)a	q(ue)			
	p(o)r				
	5	4		1	
8r	prim(ei)ro		S(e)n(ho)r		8
	arrendam(en)to		S(e)n(ho)r		
	d(itt)o				
	Adm(nistrad)or				
	Companh(ei)ro				
	Ex(celestissi)mo				
	6		2		
TOTAL	22	7	3	3	35

Fonte: elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades encontradas pelo pesquisador na leitura de um manuscrito oitocentista, decorrentes tanto do estado de conservação dos textos quanto da decifração da grafia, não devem servir de impedimento à realização de trabalhos de pesquisa com base nesses documentos, tendo em vista que, além da oportunidade de contato com a língua em uso, o “[...] texto escrito, na sua essência, é uma representação de natureza social ao tempo em que é documento da memória de um povo [...]” (TELLES, 2018, p. 92).

Nessa perspectiva, o trabalho de complementaridade da Filologia e da Paleografia na análise realizada procura evidenciar a preocupação em conferir fidedignidade à leitura do manuscrito e garantir a preservação da história documental brasileira, que, como afirma Lose (2018, p.35),

[...]está escrita em um dos mais antigos suportes já inventados, o papel que, embora seja conhecido por sua alta durabilidade, necessita de cuidados para não se perder, levando consigo nossos laços com o passado.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.

BATTELLI, Giulio. **Lezioni di paleografia**. 3. ed. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia e diplomatica, 1949.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Elizangela Nivardo. A História, a Codicologia e os reclames. **Histórica**. Revista on-line do Arquivo Histórico do Estado de São

Paulo. São Paulo: n. 4, agosto-2005. Disponível em:
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao04/materia01>. Acesso em: 5 jan. 2020.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 10 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LOSE, Alícia Duhá. Paleografia e edição de documentos históricos: a edição dos documentos da construção da basílica de N. Sra. da Conceição da Praia, Salvador, Bahia. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 24-37.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Manuscritos mineiros**: uma incursão pelos acervos do IHGMG. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2016-2018.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética; EDUSP, 1994.

TELLES, Célia Marques. A chamada lição conservadora na edição de textos. *In*: TELLES, C. M. **Estudos Filológicos**: Linguística Românica e Crítica Textual. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 215-226.

TELLES, Célia Marques. Paleografia e sociolinguística histórica: a análise grafemático-fonética. *In*: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 92-124.

TELLES, Célia Marques; LOSE, Alícia Duhá. Qual edição e o que editar. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana-BA, v. 18, p. 271-293, 2017. Disponível em:
<http://dx.doi.uefs.br/index.php/acordasleytras/index>.

MEMÓRIAS SECULARES: LEITURA, TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Laura Gomes Machado¹

INTRODUÇÃO

A Paleografia é um elemento determinante para a construção da memória. Abarca tanto o meio externo quanto o meio interno a que o acervo está sujeito, sendo um dos principais agentes de valorização de bens culturais. Com a utilização desses estudos, estando diretamente relacionada à preservação do documento, essa deve ser uma atividade desenvolvida de forma abrangente, havendo planejamento e políticas elaboradas em consenso, identificando o que e como deve ser preservada a memória de uma instituição e de uma comunidade. Um dos cerne de um arquivo é dar acesso e difundir seu acervo perante seus usuários, todavia, de nada adianta ter documentos para pesquisa se eles não são divulgados e estudados como deveriam.

Os arquivos têm a difícil tarefa de proteger, preservar e difundir uma área específica do patrimônio cultural comum. Não são apenas as características físicas dos documentos custodiados, mas também o

¹ Arquivista. Especialista em Gestão de Documentos e Informações. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: laura.machado@ufrgs.br.

método e as políticas de preservação e difusão definidas a partir do seu conteúdo informativo que delimitam o modo de preservação e difusão, assim também distinguindo um acervo documental histórico e detentor de riquezas que remontam à história e à perpetuação da memória, com características próprias e singulares comparado a outros acervos.

Uma variada gama de considerações acerca da preservação e difusão do patrimônio cultural deve ser integrada aos aspectos fundamentais para a construção da documentação arquivística histórica como base para a memória de uma sociedade, construção essa, calcada na relevância de questões primordiais levantadas para um projeto diferenciado.

Sob esse prisma, o presente estudo evidencia a Paleografia, culminando em caracterizar a documentação arquivística histórica como elemento de construção e preservação da memória. A Paleografia como peça chave para a preservação dos documentos e, conseqüentemente, a construção da memória, conduzindo à análise das relações entre a comunidade e a instituição; e entre a instituição e o acervo, para assim, existir bases sólidas o suficiente para discutir e defender a importância de elevação do arquivo como protagonista em ações culturais.

Nesse contexto, é pertinente a pergunta: Qual a influência da Paleografia na construção da memória?

Pontua-se sobre o estudo da Paleografia e a construção da memória em relação à preservação de bens culturais, desse modo, salientando a importância de elevar o arquivo como protagonista em ações culturais.

Diante da visibilidade da Arquivística atualmente, é necessário ater-se na questão do estudo da Paleografia, assim contribuindo para

a leitura de vastos acervos documentais manuscritos, muitos ainda não lidos, permitindo que sejam desenvolvidas pesquisas e aprimorados estudos para identificar soluções que se adéquam às questões enfrentadas pelas instituições.

A partir das pesquisas iniciais para a realização deste trabalho sobre a influência da Paleografia na construção da memória, verificou-se uma grande carência dessa discussão entre os arquivistas, tornando mais motivadora a realização deste trabalho.

O presente estudo da identificação da Paleografia como determinante na construção da memória tem a função de contribuir com a questão da preservação do patrimônio cultural, sobretudo, o patrimônio arquivístico, esse que vem estimulando estudos e pesquisas em todas as áreas do conhecimento.

A questão da preservação de bens culturais envolve muitos conceitos, permeando ações de diversas naturezas, implicando na ampliação da perspectiva além do objeto isolado, alcançando a maneira de usar e disseminar os acervos. Para que a construção da memória de uma comunidade seja posta em prática, as características dos arquivos e de seu acervo devem ser discutidas, sendo base para um trabalho eficaz e ativo. Vislumbrando a falta de estudos paleográficos nos acervos, fica evidente que há carência de informação sobre as possibilidades de elevar o arquivo como protagonista em ações culturais.

Nesse contexto, apresentam-se elementos que unificam em um trabalho a Paleografia e um pequeno trecho da história institucional e da comunidade, buscando assim apresentar a um maior público a existência de documentação tão significativa para a memória. Os arquivos resguardam-se de um caráter simbólico, materializando a

importância de preservar e expressar a cultura de uma região em um determinando momento histórico.

PALEOGRAFIA E MEMÓRIA

Considera-se, para este estudo, a preocupação com a construção e a preservação da memória por meio da documentação arquivística histórica e a influência da Paleografia como determinante nesse caso.

Para dar prosseguimento e melhor entendimento ao assunto abordado, os conceitos expostos norteiam as discussões da presente pesquisa.

PALEOGRAFIA

Os arquivos resguardam-se de um caráter simbólico, materializando a importância de preservar, difundir e expressar a cultura de uma região em um determinando momento histórico.

Os pilares funcionais da Arquivologia sempre foram servir à administração, à história e à sociedade, porém, em conformidade com Cabral (1999), outra função de cunho mais social, embora pouco explorada no Brasil, diz respeito à difusão cultural dos arquivos, e assim, caracterizá-lo como protagonista em relação a espaço de memória. O usuário necessita identificar o arquivo como lugar de cultura permanente, como espaço de acolhimento e lazer, que segundo Bellotto (2008) seria o lançamento de “[...] elementos de dentro do arquivo para fora [...]”, buscando atingir um maior “[...] campo de abrangência [...]”, e “[...]o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo [...]”.

Básicamente, son dos las obligaciones de cualquier archivero: la custodia de os fondos documentales y la información sobre los mismos. [...] el concepto de informar asume las características de un servicio dirigido a refrendar derechos recogidos por la Constitución española: el derecho del ciudadano a conocer las actuaciones de la Administración y el derecho a acceder a la cultura. Su proyección directa en los archivos es la comunicación de los datos contenidos en los documentos y la difusión cultural de los mismos. (MARTÍNEZ GARCÍA, 1999, p. 30)

Neste viés, na construção da memória a partir dos acervos arquivísticos, está inserida a Paleografia.

Originária do grego, a palavra Paleografia significa: *palaios* = antigo e *graphien* = escrita, segundo Berwanger e Leal (2012). Consequente, Berwanger e Leal (2012, p. 16) afirmam que a Paleografia é o estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição.

A Paleografia é, assim, antes de tudo, um instrumento de análise de documentos históricos. Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos. Das ciências auxiliares da História, a Paleografia é a mais importante, porque ela se dedica ao estudo da escrita sobre material brando, principal fonte de informação do historiador. (ACIOLI, 1994, p. 6).

Segundo Cambraia (2005), modernamente, a Paleografia apresenta duas finalidades: a teórica, que se preocupa em entender como os sistemas de escrita se constituem sócio-historicamente, e a pragmática, que se detém na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento com base na sua escrita e de interpretarem adequadamente as escritas do passado. Além disso, continua o citado autor:

A relevância da Paleografia para o crítico textual é bastante evidente: para se fixar a forma genuína de um texto, é necessário ser capaz de decodificar a escrita em que seus testemunhos estão lavrados. É muito comum, aliás, existirem edições de texto que apresentam falhas decorrentes de equívocos na leitura do modelo por parte do editor. (CAMBRAIA, 2005, p. 23-4).

A análise paleográfica, minuciosa por natureza, requer do pesquisador dedicação e muitas horas de trabalho, exigindo um olhar atento para cada palavra do texto. A paciente tarefa de vasculhar instituições, lendo documentos, observando-lhes letra e forma, era efetuada, em sua maioria, por religiosos das mais diversas ordens.

A necessidade de analisar a autenticidade e a veracidade dos documentos para poder julgar sobre a aceitação ou a rejeição do seu conteúdo surgiu no início da Idade Média, quando se organizaram verdadeiras coletâneas de abreviaturas como, por exemplo, os *Comentari*, espécie de dicionário que reuniu cerca de 5.000 *Notas Tironianas*, atribuídas a Sêneca, sistema de abreviar as palavras, criado para copiar mais rapidamente os discursos pronunciados no Senado Romano.

Mais tarde, como consequência da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), ocorrida entre protestantes e católicos na Alemanha, castelos, terras e propriedades foram abandonados, os arquivos desapareceram e, com eles, os documentos, não tendo, dessa forma, os proprietários como comprovar suas posses. Os juízes e os tribunais, então, assoberbados com a quantidade de documentos falsificados, tomaram a iniciativa de fazer um estudo minucioso dos mesmos. Consolida-se, assim, a Paleografia como instrumento de perícia forense, tornando-se ciência auxiliar da Justiça.

Estabeleceram-se, assim, os princípios da Paleografia, responsáveis, dentre outras coisas, por determinar o autor, o tempo e o lugar em que um determinado documento foi escrito, fornecendo ao perito os conhecimentos indispensáveis para se distinguir os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, deturpados, apócrifos e adulterados.

No que se refere à Arquivologia, torna-se indispensável a leitura documental, objetivando proporcionar uma exata classificação e descrição do documento.

A Paleografia foi introduzida como cátedra, primeiramente na Alemanha, nas escolas de Filosofia e Letras, nos cursos de História, Filologia e Direito, tendo se formado um bom número de cultivadores da nova ciência, o que ocorreu também na França, Itália e Alemanha. No Brasil, no final do século XIX e início do XX, os estudos paleográficos desenvolveram-se inicialmente graças à iniciativa particular de historiadores. Apenas em 1952, a Paleografia foi introduzida na Universidade de São Paulo (USP), como disciplina no curso de História.

Algumas das finalidades da Paleografia, segundo Samara, Dias e Bivar (1986 *apud* ROMÁN BLANCO, 1987, p.16) são:

- Ensinar a ler corretamente e sem erros todo tipo de documento, tanto antigo como moderno;
- Dar a conhecer a evolução da escrita através dos tempos, das nações e dos indivíduos;
- Determinar o autor, o tempo e o lugar em que o documento foi escrito;
- Fornecer ao perito os conhecimentos indispensáveis para saber distinguir os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, deturpados, apócrifos e adulterados;

- Descrever as letras (forma, traçado, ângulo, módulo, peso);
- Descrever os sinais braquigráficos (abreviaturas) atribuindo-lhes significado exato e completo;
- Descrever os sinais estigmológicos (pontuação).

Conforme o Arquivo Nacional (2011), o determinante para a condição de um documento arquivístico é que ele faça parte de um conjunto orgânico e cumpra determinada função ao ser produzido, ou seja, qualquer ação ou acontecimento que se deve comprovar necessita da produção documental.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória (INDOLFO, 2007, p. 29).

A Paleografia corrobora o resgate de situações vivenciadas no passado, ressignificando atos e registros da ação humana baseados nos acervos arquivísticos históricos, esses, manuscritos nunca estudados por este viés e conseqüentemente desconhecidos pela comunidade de sua própria história.

MEMÓRIA

A memória volta-se à representatividade de fatos passados aos quais se tornam ressignificados por uma comunidade.

Nessa perspectiva, Jardim (1995) considera que é um tema de estudo, tratado de maneira interdisciplinar, e defende que a memória não se constitui de um conhecimento produzido de forma intencional,

sendo assim a percepção do passado. Lodolini (1990) deixa evidente a necessidade do homem de preservar a memória, registrando suas atividades

[...] desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria “memória” inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado... A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos (LODOLINI, 1990 *apud* JARDIM, 1995, p. 4).

Pereira (2011) corrobora visto que a memória é

[...] a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis tanto no cérebro como em outros mecanismos artificiais como, por exemplo, a memória de um computador, ou nos documentos de arquivo. [...] É através dela que damos significado ao cotidiano (PEREIRA, 2011, p. 23).

Compreende-se que a memória é representada por meio de registros de informação, qualquer que seja o suporte em que está contida e que seja passível de recuperação de acesso; aos fatos ou às ações registradas se atribui um significado o qual constitui a memória desses acontecimentos. De acordo com Pereira (2011), a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação que, por sua vez, está vinculada à organização dos seus suportes materiais.

Segundo Carvalho (1997), os museus, os arquivos, as bibliotecas e outras instituições relacionadas à cultura têm como principal tarefa preservar toda herança histórica, artística, científica e arquitetônica para as gerações futuras. E é essa interdisciplinaridade nos espaços ditos culturais que deve prevalecer para que haja preservação do patrimônio arquivístico.

A memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto (MOREIRA, 2005, p. 1).

A comunidade tem responsabilidade de proteger o patrimônio cultural, já que a memória de um coletivo é registrada e perdurada em meio aos bens culturais, refletindo o todo. Portella (2012) revela o patrimônio cultural como elo indissociável entre o passado e o presente de um grupo, permitindo a identificação e a continuidade de sua história. Assim, remete-se essa visão à preservação do patrimônio documental, visto que, diante de seus registros, passíveis de recuperação, ressaltando sua difusão para amplo conhecimento, a comunidade pode recordar e remontar sua história.

A preservação do patrimônio constitui-se como empreendimentos culturais direcionados a prolongar a vida útil dos objetos materiais e, assim, possibilitar a relação dialógica com estes bens culturais portadores de múltiplas significações. (CASTRO, 2008, p. 12).

As atividades culturais relevantes para a perpetuação da memória, desenvolvidas nos arquivos são as que melhor cumprem a função de transformá-lo num bem social e da comunidade. Seus acervos abarcam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fontes de conhecimento, não apenas para os pesquisadores, historiadores e para a instituição, mas de forma mais democrática – para a comunidade.

Nessa visão, é possível compreender que os arquivos possuem um elo com a construção da memória, por meio de fatos registrados, pelos documentos arquivísticos. Os documentos arquivísticos caracterizam a memória de um coletivo, em virtude de que, nesse prisma, a memória de uma determinada comunidade, sob registro de

documentos arquivísticos, materializam um patrimônio cultural. Essa importante relação evoca a comunidade à busca por memórias passadas, instigando o resgate à identidade. A inserção e interação do usuário com o patrimônio arquivístico é que o torna patrimônio cultural, o torna memória viva e transcendente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É explícito que a problemática da preservação de bens culturais exige além da compreensão do documento como um objeto isolado. Ações realizadas para com a preservação e a difusão de acervos arquivísticos – e conseqüentemente leva-se à construção da memória – estão imbricadas diretamente aos estudos da Paleografia.

A partir de atividades relacionadas à Paleografia nas instituições custodiadoras de acervos arquivísticos históricos, vislumbra-se a essência de conceitos como a preservação e a difusão sendo trabalhada, posto que se decorra a um resgate histórico da instituição e a um enfoque na conservação preventiva e restauração dos documentos. Conseqüentemente, existe uma tendência a difundir para a comunidade o que permeou sua história, assim internalizando o protagonismo dos arquivos como centros culturais, buscando valorização e, enfim, construindo, resgatando e ressignificando a memória de uma comunidade.

É um caminho cheio de conexões entre esses conhecimentos que perfaz a estrutura descrita nesse estudo. A Paleografia, em sentido amplo, não somente influencia como, sobretudo, é impactante e incisiva sobre o que afeta e em que sentido se manifesta no decorrer do ciclo vital do documento arquivístico, atuando diretamente na construção da memória.

Definimos a Paleografia como um ponto fundamental na perpetuação da memória por meio do patrimônio cultural arquivístico, pois em virtude da valorização do acervo, embasado em práticas paleográficas, permite-se que os documentos sejam transmitidos com autenticidade material para o futuro. A autenticidade material é uma questão de suma importância na transmissão do legado de épocas passadas para o futuro, dado que estabelece novas possibilidades de interpretação do passado, gerando, com isto, o crescimento cultural. Potencialmente, essa autenticidade material não é um valor de referência simbólico, mas o valor principal do documento que sobrevive ao espaço temporal.

Nessa concepção, essa influência da Paleografia culminando em caracterizar a documentação arquivística histórica como elemento de construção e preservação da memória aponta que o documento arquivístico precisa ser estudado e, posteriormente, preservado e difundido por um conhecimento que transcende a Arquivologia. Que essa transcendência reflita em pesquisas e estudos que abarquem diversas percepções, e que, nessas experiências, as ações sejam ponderadas, executadas e continuadas, envolvendo assim o documento arquivístico em uma verdadeira materialização da importância da memória, expressando genuinamente a cultura de uma região em um determinado momento histórico.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: Editora Universitária UFPE/Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1994.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Gestão de documentos:** curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 4. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. *In:* BIBLIOTECA ESCOLAR, 1999, Belo Horizonte. **Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. **O Controle ambiental para preservação de acervos na concepção dos edifícios de arquivos e bibliotecas em clima tropical úmido.** 1997. 128 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil.** Dissertação de Mestrado em História. UFJF, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2840>. Acesso em: 19 jun. 2019.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MARTÍNEZ GARCÍA, Luis. La difusión por la difusión. Algunas reflexiones personales en el campo de la difusión de los archivos. En: **Textos ANABAD Castilla – La Mancha 3. Archivos, ciudadanos y cultura**. Toledo: ANABAD Castilla – La Mancha, 1999.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e Memória: algumas observações. **Praxis (Salvador)**, Salvador, Bahia, v. 2, p. 01-04, 2005.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PORTELLA, Viviane Portella de. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, PPGPPC/UFSM, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11007>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ROMÁN BLANCO, Ricardo. **Estudios Paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.

NOTÍCIAS SOBRE UMA ALDEIA DE ÍNDIOS NA BAHIA SETECENTISTA: O CASO DE NATUBA

Jardel Jesus Santos Rodrigues¹
Fernanda Lima Almeida²
Norma Suely da Silva Pereira³

INTRODUÇÃO

O requerimento do procurador da província da Bahia, religioso da Companhia de Jesus, Antônio Andrade, ao Rei [Dom José V] solicitando demarcação e posse por parte dos índios das terras da aldeia de Natuba nos sertões da Bahia é datado de 13 de novembro de 1716. A repercussão do conteúdo do documento representa um importante passo para entender o acesso aos direitos das populações originárias que habitavam a atual região do Nordeste brasileiro, a exemplo do direito à terra reconhecido pelo Alvará Régio⁴, de 13 de novembro de 1700.

Os conflitos fundiários entre sesmeiros, como os Garcia D'Ávila da Casa da Torre, e os índios, habitantes da região Nordeste da então província da Bahia, são amplamente registrados nas fontes documentais, conforme esperamos aludir ao longo do artigo.

O manuscrito, objeto do presente estudo, pertence ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, o qual foi catalogado *pelo Projeto*

¹Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: jardeljrodrigues@gmail.com.

²Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: fernandaalmeida9715@gmail.com.

³Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professora associada no Instituto de Letras na mesma instituição. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br.

⁴ Documento diplomático que tem por objetivo modificar, declarar ou reiterar uma norma, conforme definiu Belloto (2002).

Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, que disponibiliza o fac-símile, *online*, por meio da Biblioteca Nacional digital. O *corpus* selecionado está localizado na cota arquivística AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 917, e trata do requerimento de demarcação das terras da aldeia de Natuba.

Com vistas a melhor aproveitar o documento, optou-se pela realização de uma edição semidiplomática do único fólio do referido requerimento. Conforme aponta Cambraia (2005), a leitura mais conservadora, além da correção de possíveis equívocos ocorridos no procedimento de cópia dos textos, bem como o desenvolvimento das abreviaturas, preserva outras características do documento, favorecendo, assim, aproximação dos leitores não familiarizados com a modalidade da língua escrita da época. Além disso, a edição semidiplomática possibilita o desenvolvimento posterior de outros estudos.

Tomando a edição como subsídio, pretendemos, a partir do presente estudo, investigar aspectos paleográficos e diplomáticos do fac-símile, bem como questões referentes à história do indigenismo e da antropologia, em especial aquelas que versam sobre os conflitos fundiários entre indígenas e não-indígenas, e os impactos desses conflitos para os atores sociais, notadamente as populações ameríndias.

CRIAÇÃO DE ALDEIAS NA REGIÃO NORDESTE DA BAHIA (SÉCULO XVII)

A segunda metade do século XVII representou, dentre outras coisas, a penetração territorial dos sertões pelos colonos, com apoio do Coroa portuguesa. Esse movimento foi registrado na historiografia

como ‘entradas’, termo comumente utilizado na documentação colonial e imperial sobre o assunto.

A expulsão dos holandeses⁵, em 1654, intensificou a ocupação dos sertões da colônia do Brasil (MECENAS, 2018). Dois fatores foram fundamentais para esse processo, a doação de sesmarias e a expansão da pecuária, fundamentalmente, através dos rios São Francisco, Vaza-Barris, Itapicuru, Inhambupe, Real, Salitre, Pojuca, Sergipe, Paraguaçu, Paramirim, Velhas, Verde, Rãs entre outros, conforme ressaltou Pompa (2001). Com exceção do rio São Francisco, que é nacional, os demais rios citados são baianos.

Ainda para Pompa (2001), o sistema econômico baseado na pecuária extensiva representou distinções com a monocultura açucareira, empreendida nas regiões próximas ao litoral. Não foi somente no âmbito econômico que houve diferenças entre o litoral e o sertão, mas também nas relações sociais estabelecidas entre colonos, sesmeiros, missionários e ameríndios, além de outros atores sociais, a qual refletiu no tipo de ocupação territorial que ocorreu nos sertões. Cabe destacar que as relações estabelecidas entre os grupos eram, majoritariamente, marcadas pelo conflito entre colonos e povos originários, que tradicionalmente ocupavam as terras.

A intrusão do gado na região do Nordeste do estado da Bahia se deu através da chamada rota das boiadas, a qual possuía alguns aldeamentos missionários, geralmente jesuítas, que serviam de ponto de apoio para os rebanhos que estavam em deslocamento da Bahia para o Piauí, conforme demonstrou Mecenas (2018).

⁵ Os holandeses deixaram as terras que ocupavam na província de Pernambuco, mediante a pressão do movimento dos grandes proprietários de terra para que fossem expulsos e ao acordo diplomático feito por Portugal, no qual a Holanda recebeu uma indenização considerável à época, que culminou com a saída dos holandeses da colônia do Brasil, conforme destacam Pompa (2001) e Mecenas (2018).

Os principais aldeamentos indígenas que compõem a rota das boiadas na Bahia estavam localizados na região Nordeste do Estado. Segundo Leite (1945), foram criadas três aldeias jesuíticas pelos padres João de Barros e Jacob Roland nessa área, a partir da segunda metade do século XVII. A primeira aldeia erigida foi a de Nossa Senhora da Conceição de Natuba, fundada em 1666, e elevada à condição de vila em 1758, correspondendo a atual cidade de Nova Soure; logo após surgiu a aldeia de Nossa de Santa Teresa de Canabrava, fundada em 1667, atual cidade de Ribeira do Pombal; em seguida foi criada a aldeia de Saco dos Morcegos, atual Terra Indígena (TI) Kiriri. Além disso, os referidos padres criaram os aldeamentos de Massacará, Jeremoabo e Itapicuru (SALES, 2019). Por fim, os povos indígenas que viviam na missão de Saco do Morcego se deslocavam, periodicamente, para aldeia de Tomar do Geru, na capitania de Sergipe Del Rey, em busca de alimentos durante os períodos de forte estiagem. Desse modo, esse aldeamento possuía uma forte presença de índios que foram identificados na documentação como kiriris.

Vale destacar que as aldeias referidas acima foram identificadas por Leite (1945) a partir da documentação a que teve acesso, como pertencentes ao povo Kiriri. Apesar disso, o leitor deve ser informado, como se sabe, que a política indigenista adotada pela Companhia de Jesus era de criar missões com composição multiétnica, o que nos leva a supor que havia uma predominância de índios kiriris⁶, mas que isso não implica em sua exclusividade.

⁶ Mecenas (2018) sugere que o etnônimo Kiriri seja uma construção cultural, resultado de uma tentativa de homogeneização dos vários grupos étnicos que viviam nas regiões interioranas das províncias da atual região do Nordeste brasileiro.

As aldeias que formavam grande parte dos ‘sertões de dentro’⁷ eram constituídas por povos não-Tupi, denominados pela documentação colonial e imperial como Tapuias⁸, não obstante seja possível identificar nos documentos históricos a presença de povos Tupi em regiões interioranas do Nordeste, conforme demonstraram Pompa (2001) e Sales (2019).

Em reconhecimento ao direito originário das populações ameríndias espalhadas pela América portuguesa, o então rei de Portugal, Dom João IV, estabeleceu, através do Alvará Régio de 23 de novembro de 1700, que seria doado uma légua em quadra, partindo do centro dos aldeamentos para cada ponto cardeal e colateral, conforme costume à época. Esse direito só era acessado pelas aldeias que possuíssem mais de 100 casais⁹.

O CASO DA ALDEIA DE NATUBA

O espaço atualmente configurado pela região Nordeste do estado Bahia era habitado, no século XVII, majoritariamente, por povos indígenas falantes de quatro línguas o Kipeá, o Dzubukuá, o Kamuru e o Sapuyá¹⁰ (DANTAS *et al*, 1992; MECENAS, 2018). O Kipeá-Kiriri foi suficientemente descrito por Mamiani ([1698] 1942; [1699] 1877). Sobre a língua Dzubukuá foi escrito um catecismo pelo

⁷A expressão ‘sertões de dentro’ representa o processo de ocupação territorial da atual região do Nordeste do Brasil, fomentado pelo modelo de pecuária extensiva implantada. Na província da Bahia, os rios São Francisco e Itapicuru foram fundamentais para o avanço da colonização da região (POMPA, 2001).

⁸ Etnônimo englobante que se referia a uma diversidade de povos falantes de línguas não pertencentes à família linguística Tupi-Guarani. A oposição entre Tupi e Tapuias revela, dentre outras coisas, o antagonismo entre o litoral e os sertões, já que os primeiros ocupavam predominantemente a costa brasileira, enquanto os segundos estavam, geralmente, nos interiores das províncias das colônias do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão.

⁹ O vocábulo casal refere-se, à época, às famílias ou casas, no caso específico, de índios.

¹⁰ As línguas Kipeá, Dzubukuá, o Kamuru e Sapuyá pertencem à família linguística Kariri, englobada pelo tronco Macrô-Jê.

padre Capuchinho, Bernardo de Nantes (1896). No que se refere às outras línguas não há registros sistemáticos, assim como para uma variedade de outras línguas e dialetos que foram faladas nos sertões, bem como em outros lugares da colônia do Brasil.

A elaboração da *Arte de Grammatica* (Kipeá-Kiriri) e dos catecismos (Kipeá-Kiriri e Dzubukuá) apontam para importância social e econômica desses povos no sistema colonial, habitantes dos rios São Francisco até Itapicuru, haja vista que a impressão era uma atividade onerosa pelas condições iniciais da imprensa da época.

A aldeia citada no documento alvo do presente estudo foi a de Nossa Senhora da Conceição de Natuba, criada, em 1666, pelo padre João de Barros e Jacob Roland. A missão foi estabelecida nas proximidades de um rio perene, que durante os períodos chuvosos provocava inundações nas áreas destinadas à agricultura. Em 1758, ano em que os jesuítas foram expulsos da América portuguesa, foram contabilizadas 780 “almas” vivendo no aldeamento de Natuba (MECENAS, 2018).

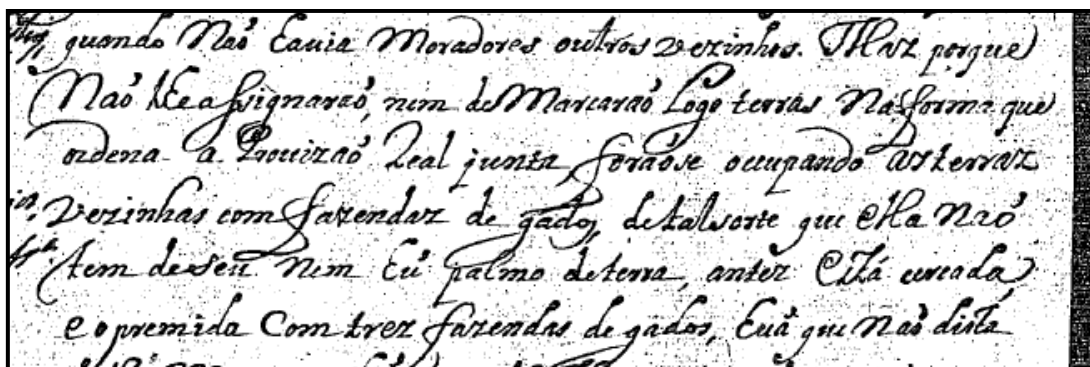
Natuba foi identificada como aldeamento pertencente ao povo Kiriri, mas, como ressaltado anteriormente, a política indigenista objetivava reunir uma diversidade de povos na mesma missão, e não destacar suas singularidades. A documentação disponível sugere que a região Nordeste do estado da Bahia seria um complexo linguístico-cultural mais ou menos homogêneo. Além disso, a única arte de gramática elaborada de uma língua indígena não pertencente à família Tupi-guarani, foi a Kipeá-Kiriri, levando, inclusive, a supor que se tratava de uma língua veicular, inteligível por uma variedade de povos, notadamente aqueles localizados entre os rios São Francisco e Itapicuru.

Após essa pequena contextualização a respeito da criação da aldeia de Natuba, referente a aspectos culturais e linguísticas, discutiremos sobre aos conflitos fundiários entre sesmeiros e indígenas, que emergem a partir de uma análise interpretativa do requerimento editado.

A tensão entre os Garcia D'Ávila, missionários e índios é amplamente registrada na documentação histórica. Sales (2019) revela tal fato ao descrever o ataque dos senhores da casa da Torre a igrejas erigidas nos aldeamentos de Jeremoabo, Massacará e Itapicuru. Tal ação criminosa gerou certo escândalo, afinal se tratava de igrejas que, apesar da simplicidade de suas construções, representavam uma instituição secular que se confundia com o próprio Estado português.

Em 1716, os povos que estavam reunidos na aldeia de Natuba não detinham a posse de suas terras, soma-se a isso o fato de ter sido constatada a presença de cerca de treze fazendas de gado, que provavelmente ocupavam grande extensão territorial. Os fatos acima referidos foram registrados no documento em análise por seu emissor, Antônio Andrade, Procurador da província da Bahia e religioso da Companhia de Jesus, conforme destacado no excerto abaixo:

Figura 1 - A presença de fazendas de gado nas terras da aldeia de Natuba



Fonte: REQUERIMENTO, fl. 1r, L.7 a 12, 1716.

Transcrição:

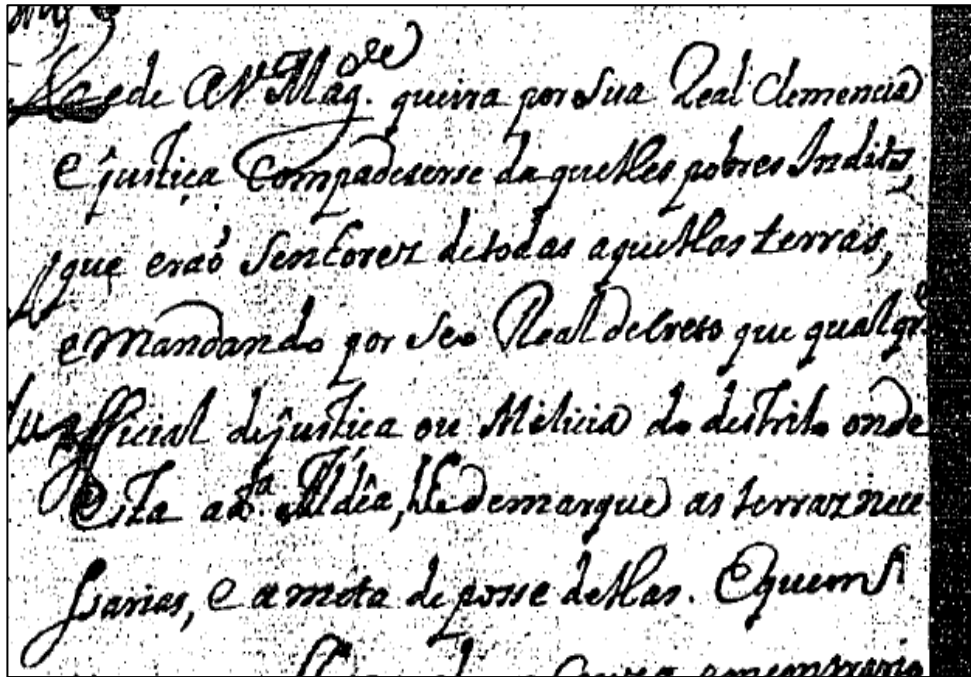
[...]

quando não havia moradores outros vizinhos. Talvz porque não lhe assignarão, nem demarcarão logo terras na forma que ordena a Provisão Real junta, foraõse occupando as terras vizinhas com fazendas de gados, de tal sorte que ella não tem desejo nem hu palmo de terra, antez está cercada e oprimida com trez fazendas de gados, huã que não dista (REQUERIMENTO, fl. 1r, L.7 a 12, 1716).

A partir da documentação compulsada, Sales (2019) chegou à conclusão de que a proximidade entre aldeias e fazendas representava uma ameaça à vida dos indígenas. A questão fundiária emerge, talvez, como centro desse conflito, haja vista que os grandes proprietários de terras desejavam manter suas posses e não poupavam esforços para aumentar suas glebas, estivessem elas ocupadas por índios ou não.

Nesse sentido, apelou o suplicante ao rei de Portugal para que enviasse um oficial de justiça nas terras do aldeamento, a fim de que a demarcação fosse realizada. O autor do requerimento embasou sua argumentação no fato dos índios do aldeamento de Natuba serem donos de todas aquelas terras, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura 2 - O suplicante, Antonio de Andrade apela para que o Rei demarque as terras da aldeia de Natuba



Fonte: REQUERIMENTO, fl. 1r, L.20 a 26, 1716.

Transcrição:

[...]
ede a Vossa Magestade queira por sua Real clemencia
e justiça compadeserse daquelles pobre Indios,
que eraõ Senhores detodas aquellas terras,
e mandando por seo Real decreto que qualquer
official de justiça ou Milicia do distrito onde
cita adita Aldêa, lhedemarque as terras nece-
sarias, e a meta de posse dellas. Equem [...]

(REQUERIMENTO, fl. 1r, 20 a 26, 1716).

Em decorrência de uma série de conflitos fundiários envolvendo populações ameríndias e sesmeiros, que não raramente levaram à morte os primeiros, o rei de Portugal promulgou o Alvará Régio de 23 de novembro de 1700, reconhecendo o direito originário dos índios

sobre as terras tradicionalmente ocupadas, ou melhor, sobre o território em que foram construídas as aldeias.

Em relação à atuação dos missionários jesuítas, Sales revelou que eles estavam a

[...] serviço da Igreja e do Estado, esses missionários juntaram índios em povoações que deviam servir como postos avançados para a conversão dos gentios, bem como de armazéns de mão-de-obra, de homens para a guerra e de mulheres para a procriação [...]’ (2019, p. 346).

O referido autor afirma ainda que a aldeia de “[...] Natuba era um desses lugares [...]” (SALES, 2019, p. 346).

A EDIÇÃO

A escolha do manuscrito ocorreu pelo interesse e conhecimento prévio acerca da história das populações ameríndias do Brasil colônia, sobretudo aquelas estabelecidas na região Nordeste do estado da Bahia. Deste modo, optou-se por editar o documento selecionado que é disponibilizado, *online*, no arquivo Histórico Ultramarino.

A edição semidiplomática mostrou-se a melhor opção, porque permite, ao mesmo tempo, que o documento seja divulgado de forma inteligível para o público não familiarizado com a Filologia, uma vez que, pelo seu baixo grau de mediação, permite o desenvolvimento de abreviaturas, além da leitura conjecturada para inserção ou exclusão de elementos, conforme se fizer necessário, ao passo que possibilita a manutenção das características linguísticas, o que garante a qualidade do texto para estudos posteriores (CAMBRAIA, 2005; BORGES; SOUZA, 2012).

Desta forma, constitui-se como objetivo, a partir do conhecimento e divulgação do teor do documento, revelar o

descompasso entre o direito originário à terra, que as diversas populações indígenas possuíam e a realidade concreta que revelou os conflitos entre sesmeiros e as populações ameríndias, conforme esperamos demonstrar.

O DOCUMENTO

O requerimento do procurador da província da Bahia, religioso da Companhia de Jesus, Antônio Andrade ao Rei [Dom José V] solicitando demarcação e posse por parte dos índios das terras da aldeia de Natuba nos sertões da Bahia foi escrito por Antônio Andrade, possui 1 único fólio e é datado de 13 de novembro de 1716.

O requerimento é um tipo documental definido, segundo Bellotto (2012), como

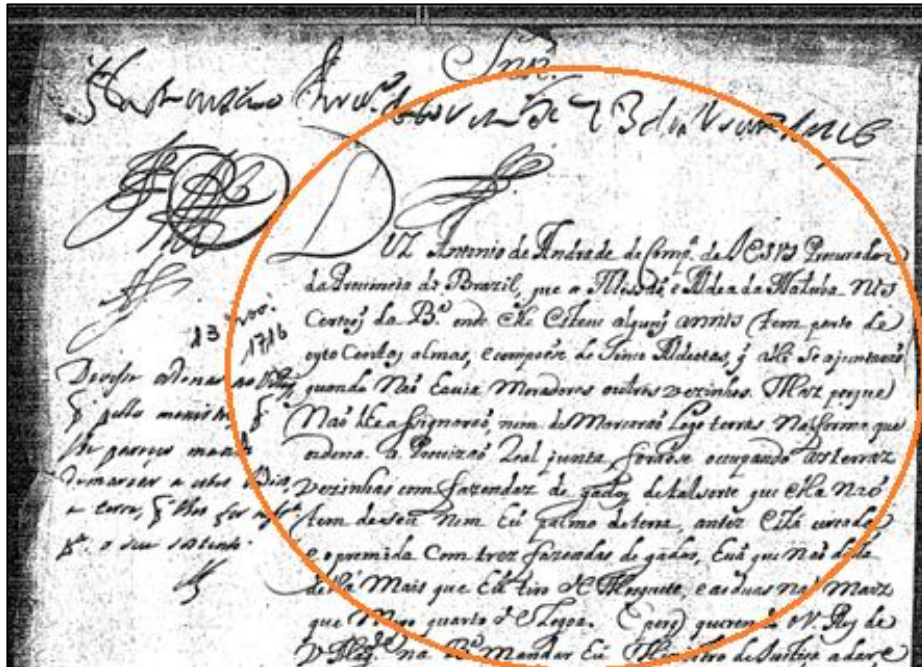
[...] documento diplomático informativo, peticionário, ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência [...] (BELLOTTO, 2002, p. 86).

O requerimento editado trata da solicitação da demarcação das terras da aldeia de Natuba, revelando que a aldeia estava com parte de suas terras ocupadas por não índios, através das fazendas de gado.

No presente estudo, realizou-se a edição do único fólio do requerimento, disponível em fac-símile pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino. Não foi possível identificar numeração no suporte; além disso, o documento apresenta uma marca escura nas bordas superior e inferior e nas laterais, que supomos ter origem no processo de digitalização. A mancha escrita é distribuída em coluna única, recuada à direita, de 31 linhas. Foi possível identificar a presença de anotação lançada na lateral esquerda, mas que, devido ao

tipo caligráfico, não foi possível realizar a leitura, consta, também, na margem esquerda a data 23 novembro de 1716, conforme pode ser verificado na figura a seguir:

Figura 3 - Excerto do requerimento editado.



Fonte: REQUERIMENTO, fl. 1r, L.1 a 14, 1716.

Transcrição:

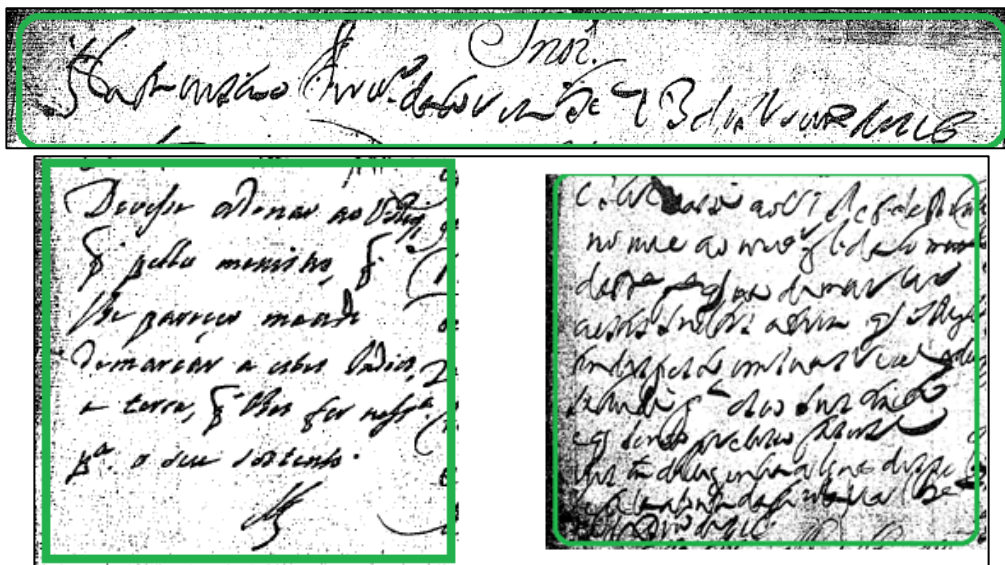
Senhor
Diz Antonio de Andrade da Companhia de Jesus Procurador da Provincia do Brazil, que a Missão, e Aldeia da Natuba nos Certoões da Bahia onde este esteve alguns annos tem perto de oyto centos almas, e compoẽse de sinco aldeotas, que alli se ajuntaraõ quando naõ havia moradores outros vezinhos. Talvz porque naõ lhe assignaraõ, nem demarcaraõ logo terras na forma que ordena a Provizaõ Real junta foraõse occupando as terraz vezinhas com fazendaz de gados, de talsorte que ella naõ tem deseju nem hũ palmo de terra, antes está cercada e oprimida com trez fazendas de gados, huã que naõ dista della mais que hũ tiro de Mosquete, e as duas naõ maiz que meyo quarto de legoa. E porque querendo o Vice Rey de Vossa Magestade na Bahia mandar hũ Ministro de Justia a dar

(REQUERIMENTO, fl. 1r, L.1 a 14, 1716).

O documento apresenta rubricas no canto esquerdo inferior e superior das bordas, na altura das linhas 2, 3, 12 e 31. A letra identificada no fac-símile é a cursiva do século XVIII, possui pontuação, acentuação e divisão em períodos no texto, em poucas ocasiões não houve estabelecimento de fronteira entre palavras. A escrita possui traçados regulares e elegantes e é rica em abreviaturas, caracterizando-se como produto de mãos hábeis.

Foi possível identificar, ao longo do documento, à esquerda da macha escrita, despachos dispersos em letras rápidas entre as linhas 1-2, 4-12 e 19-30. Os despachos são de *scriptores* distintos, com tipos caligráficos diferentes daqueles do requerimento, conforme exemplificado na figura 4.

Figura 4 - despachos entre as linhas 1-2, 4-12 e 19-30



Fonte: REQUERIMENTO, fl. 1r, L.1-2; 4-12 e 19-30, 1716.

No que tange ao suporte em que foi escrito, supõe-se que provavelmente trata-se do papel, comumente utilizado à época na documentação notarial. Não foi possível identificar outras

características do suporte, pois utilizou-se uma versão fac-similar digital para o estudo.

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DO DOCUMENTO

Com o objetivo de preservar as características do texto, tomou-se por base o proposto pela Comissão de Elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (MATTOS E SILVA, 2001), definindo-se, então, os seguintes critérios: reproduziu fielmente o texto, mantendo grafia (letras e algarismos), acentuação, pontuação, linhas e fólios, respeitando as divisões de períodos e colunas, como no fac-símile; desdobraram-se as abreviaturas, indicando-se a parte em desenvolvida em itálico; as leituras duvidosas foram indicadas com interrogação entre colchetes [?] e; conservaram-se as sublinhas em algumas palavras, como ocorre no manuscrito.

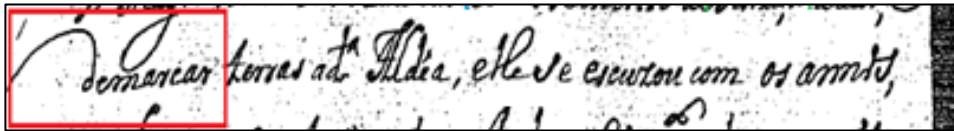
DESCRIÇÃO SCRIPTOGRÁFICA

Tendo em vista as características da escrita, adotou-se como critério para descrição *scriptografica* o destaque dos grafemas de traçados de mais difícil identificação para um leitor iniciante, e que poderiam provocar empecilho à leitura do único fólio do *Requerimento do procurador da província da Bahia, religioso da Companhia de Jesus, Antônio Andrade ao Rei [Dom José V][...]*.

O documento apresenta letra cursiva, com escrita regular e clara, dispersa em coluna única recuada à esquerda. As letras maiúsculas e minúsculas possuem traçados elegantes, com hastes descendentes e ascendentes com leve inclinação à direita. Algumas

vezes o grafema <d>, minúsculo, apresenta haste curvada à direita, à maneira do antigo <d> uncial, como pode ser observado na Figura 5, em “demarcar” (fl.1r l. 15).

Figura 5 - haste do grafema <d>



Fonte: REQUERIMENTO, fl. 1r, L.15, 1716.

Transcrição:

[...]/demarcar terras adita Aldêa, elle se escuzou com os annos, / [...]




REQUERIMENTO, fl. 1r, L.15, 1716.

O traçado do grafema <h> minúsculo também merece destaque, pois apresenta dois traçados diversos, num mesmo contexto, sendo um deles semelhante a um <E> maiúsculo, constituindo-se em um outro elemento dificultador à leitura de iniciantes, como pode ser observado no par “hũ” (fl.1r l. 14, 17) e “huã” (fl.1r l. 18).

Semelhante ao caso do grafema <h>, tem-se o <s> minúsculo, que apresenta duas maneiras distintas de grafia pelo *scriptor*, num mesmo contexto, sendo um deles semelhante ao <z> minúsculo, podendo gerar dúvidas no leitor iniciante. Pode-se observar o fenômeno descrito no par “fazendaz” (fl.1r l. 9) e “fazendas” (fl.1r l. 11).

Por fim, merece destaque as letras geminadas, presentes nos grafemas <l> e <f> minúsculas, como podem ser exemplificadas no pares *alli*” (fl.1r l. 5) e “*della*” (fl.1r l. 12); e “*officiaes*” (fl.1r l. 18) e “*official*” (fl.1r l. 24):

Quadro 1 - Abreviatura por suspensão

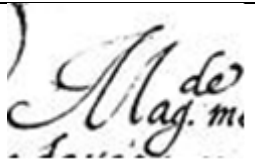
ABREVIATURA	CLASSIFICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO
	Suspensão	<i>Vossa</i>	L.2
	Suspensão	<i>que</i>	L.17
	Suspensão	<i>Sebastião</i>	L.19

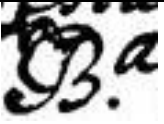
Fonte: elaboração pelas autoras.

RELAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS ABREVIATURAS

Constatou-se, no fac-símile editado, a presença de abreviaturas por suspensão, quando a palavra é apenas iniciada; e outras seis abreviaturas por letra sobreposta, em que a abreviação é marcada pela colocação de uma letra ou sílaba em expoente, que são de fato os tipos mais utilizados no período; e um caso de abreviatura por contração, em que são suprimidas as letras mediais do vocábulo, restando as letras iniciais e finais, conforme quadro abaixo:

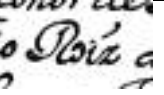
Quadro 2 - Abreviatura por letra sobreposta

ABREVIATURA	CLASSIFICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO
	Letra sobreposta	<i>Magestade</i>	L.2

	Letras sobrescrita	Bahia	L.18
---	--------------------	-------	------









Fonte: elaboração das autoras.

Quadro 3 - abreviatura por contração

ABREVIATURA	CLASSIFICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO	LOCALIZAÇÃO
	Contração	Rodriguez	L.9

Fonte: elaboração das autoras.

Quadro 4 - variação grafemática

EXEMPLO		TRANSCRIÇÃO	LINHA
		instrumentos	L.10
		sobre	L. 11
		pessoas	L.12
		virtuosas	L.14

Fonte: elaboração das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História foi construída, majoritariamente, tendo em vista os feitos e narrativas dos vencedores. Nesse sentido, a vasta documentação produzida por agentes coloniais e imperiais sobre as populações indígenas, afrodescendentes e africanas na América portuguesa é um exemplo notável da possibilidade de recuperar as vozes dos que foram silenciados/venciados, exigindo, assim, que profissionais que utilizem dos arquivos público para consultar textos dos períodos colonial e imperial lancem mão de uma leitura à contrapelo das fontes documentais acessadas, sob pena de corroborar com a historiografia tradicional, no que diz respeito aos atores marginalizados durante a história do Brasil.

Ao editar e analisar o *Requerimento do procurador da província da Bahia, religioso da Companhia de Jesus, Antônio Andrade ao Rei [Dom José V]*[...] lançamos luz sobre a relações de conflitos e alianças entre os diversos agentes coloniais entre os quais destacamos os membros da Igreja católica e as populações ameríndias no Nordeste do estado da Bahia, especificamente os índios do aldeamento de Natuba.

O fato do então procurador da província da Bahia, que também era religioso da Companhia de Jesus, Antônio Andrade, solicitar a demarcação das terras dos indígenas da aldeia de Natuba ao rei de Portugal merece destaque. Em evidência, temos a dupla função de Antônio Andrade que, pelo fato de ser procurador, pudesse talvez ter tido maior apreço, sem o que a solicitação feita à Coroa para demarcação das terras do aldeamento não teria ocorrido.

O documento editado representa uma afronta ao poderio dos Garcia d'Ávila, uma vez que eram os donos de sesmarias na região e tinham interesses em eliminar qualquer empecilho para o aumento das

fronteiras de suas terras. Além disso, o requerimento é fruto do reconhecimento do remetente, da impossibilidade de reprodução social e biológica os indígenas aldeados em Natuba caso a posse da terra não fosse assegurada, conforme alvará régio de 1700. Cabe ressaltar que em outro contexto o desfecho poderia não levar à solicitação da demarcação.

A questão fundiária é evidente no documento. Tal questão é generalizada para todo o Brasil, mesmo antes dele se constituir enquanto Estado-nação independente. O requerimento afirma que não restou um palmo de terra para os índios de Natuba. Por fim, a edição semi-diplomática do documento, tipologia escolhida para esta edição, por seu baixo nível de intervenção aliado à eliminação de pontos de dificuldade à leitura (abreviaturas, por exemplo), possibilitou evidenciar elementos sociais, históricos e geográficos a partir da análise do requerimento selecionado.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. *In*: BORGES, Rosa et al. (org.). **Edição de textos e crítica filológica**. Salvador: Quarteto, 2012.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DANTAS, Beatriz Góis; SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras; CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro: um esboço histórico. *In*: CUNHA, Manuela

Carneiro da (org.) **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: FAPESB/SMC, Companhia das Letras, 2001, p.431- 456. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap431-456/p431-456_Dantas_Os_povos_indigenas_no_Nordeste_brasileiro.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2. ed. Aum. São Paulo: UNESP/ Arquivo do Estado, 1991. Xii + 468 p.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da nação Kiriri**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1699] 1877, p. IV. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amamiani-1699-arte/mamiani_1699_arte.pdf. Acesso: 18 nov. 2018.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri**. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698] 1942. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amamiani-1698-catecismo/mamiani_1698_catecismo_brown.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia et al. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. *In*: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). **Para a história do português brasileiro**. Volume II, Tomo II – Primeiros Estudos, p. 2001.

MECENAS, Ane. Christovão, o Principal da Aldeia de Natuba e a persuasão fazem os Índios a este Governo: as tropas Kiriri e a Política de povoação do -sertão de dentro- da América portuguesa (1677-1679). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, p. 32-50, 2018. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/465/pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

NANTES, Bernardo de. **Catecismo da Lingua Kariris, acrescentado de várias praticas doutrinaes e Moraes, adaptadas ao gentio e capacidade dos Indios do Brasil**. Edição fac-similar. Leipzig, [1709] 1896. Disponível em:

http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anantes-1896-catecismo/Nantes_1709_Catecismo_MemoriaChilena.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280432?mode=full>. Acessado em: 29 set. 2019.

SALES, Evergton Souza. Missionários, índios e sociedade colonial no Nordeste da Bahia: Natuba, séculos XVII e XVIII”, **Revista de Índias**, LXXIX/276 (Madrid, 2019). Disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1100/1172> >. Acesso em: 25 set. 2019.

REQUERIMENTO do procurador da província da Bahia, religioso da Companhia de Jesus Antônio Andrade ao Rei [D. José V] solicitando demarcação e posse por parte dos índios das terras da aldeia de Natuba nos sertões da Bahia. Bahia, 13 de novembro de 1716. AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 917. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=7135&Pesq=Ant%c3%b4nio%20Andrade. Acesso em: 13 set. 2019.

“NUNCA OS VIO, E NEM OS OUVIO LER”: ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE AUTORIA DE MANUSCRITO DO CONTEXTO DA CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

Libânia da Silva Santos¹

INTRODUÇÃO

Em 12 de agosto de 1798 apareceram, em pontos estratégicos da cidade do Salvador, papéis que conclamavam a população “bahinense” para uma revolução em prol de uma sociedade igualitária, feliz, republicana e, portanto, livre do domínio português. Esse seria o marco inicial de um longo processo histórico que, por conta de toda a complexidade de sua ocorrência, é considerado um dos mais importantes episódios da História da Bahia e do Brasil, sendo conhecido pela historiografia, em períodos diferentes, como Sedição Intentada, Movimento Revolucionário de 1798, Revolta dos Alfaiates, Inconfidência Baiana, Conjuração Baiana e, mais recentemente, Revolta dos Búzios.

O caráter dos boletins ditos sediciosos provocou uma profunda preocupação da coroa portuguesa no que dizia respeito à manutenção

¹ Licenciada e Bacharela em História com Concentração em Patrimônio Cultural pela Universidade Católica do Salvador. Professora de História na Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail: lybania_12@hotmail.com

do sistema colonial. Os documentos, visivelmente influenciados pelos ideais da Revolução Francesa, traziam críticas, sobretudo, à igreja e à coroa portuguesa e seus desmandos. Em virtude da gravidade do conteúdo desses panfletos, por ordem do então governador Dom Fernando José de Portugal, são instauradas duas devassas que tinham por objetivo a identificação dos autores desses papéis sediciosos e a investigação dos demais envolvidos com o projeto revolucionário. O processo investigativo resultou em vasta produção documental, de autos de interrogação e careação de réus, a papéis apreendidos em posse e em residência dos acusados, oriundos de diversos estratos sociais. A partir do cotejo de alguns desses documentos foi possível, para o Tribunal da Relação, por meio da análise de uma junta de peritos selecionados com esse objetivo, determinar que Luís Gonzaga das Virgens e Veiga fora o scriptor que produziu aqueles 10 papéis e 02 bilhetes, como pode ser visto no excerto a seguir:

a total| semelhança da Letra dos Papeis sediciozos| com a data das Petiçoens feitas em seu nome, e| mais Papeis que se lhe acharão reconhecida| por pessoas que tinhão della pleno conheci|mento; as repostas (sic) frivolas e incoherentes| as perguntas judiciaes que depois se lhe| fizerão, a sua mesma pert[...]|ncia, e negativa [fl. 194r] absoluta do dilicto que cometera; e finalmente| o contexto de certo Requerimento atrevido, que| muito antecedentemente me fizera, posto que| de diferente Letra para que o nomeasse Aju|dante do quarto Regimento de Milicias des|ta Cidade, composto de homens pardos, ale|gando que estes devião ser igualmente attendi|dos que os brancos, a que não deferi, e que con|servava em meu poder pela sua extravagana|cia, combinado com o theor dos Papeis sedicio|zos do documento Let. A. n^os 9 e 10, que in|[...]avão aquela mesma igualdade entre par|dos, pretos, e brancos, fas não só conjecturar,| mas persuadir ser elle, e não outrem o autor| dos Papeis sediciozos.

O réu seria condenado, junto com outros três envolvidos com a *projeção do levante*, à morte por enforcamento e, posterior, esquartejamento, o que seria executado em 08 de novembro de 1799.

De modo a verificar se a conclusão a que chegou o Tribunal da Relação da Bahia, na figura de seus peritos, fôra acertada, Lose e Santos (2019) realizaram um estudo diplomático-paleográfico considerando

[...] o levantamento das assinaturas e caracterizando-as paleograficamente, identificando ângulos (inclinação), módulos (tamanho do corpo da letra), hastes/laçadas (traços que se alongam para cima ou para baixo na sequência do módulo), ductos (o caminho percorrido pela mão do *scriptor* ao traçar as letras), pesos (a pressão posta na mão sobre o suporte para fazer o traçado), e nexos ou cursividade (a sequência de traços sem levantar a mão do suporte).

Após trabalharem com os mesmos manuscritos citados no processo e procederem o cotejo dos documentos, as autoras concluíram que, de fato, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga fôra o *scriptor* daqueles papéis. Outros importantes trabalhos como este, com diferentes olhares, têm sido desenvolvidos sobre os boletins sediciosos e os mártires da Conjuração Baiana. Entretanto, além de João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, o citado Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, e Manoel Faustino dos Santos Lira, considerados líderes do projeto revolucionário, os processos citam ainda outros 51 acusados que seriam inocentados ou condenados a penas mais leves (como prisão por poucos meses e degredo), sobre os quais, apesar do surgimento de alguns trabalhos, permanece uma carência de pesquisas e análises mais detalhadas. Um desses réus, antepenúltimo a ser preso, em 04 de janeiro de 1799, foi o Ten^e do 2^o Regimento de linha Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja.

O TENENTE HERMÓGENES

Os quatro mártires da Conjuração Baiana são todos oriundos de camadas mais baixas da sociedade baiana colonial do fim do século XVIII: dois soldados e dois alfaiates, e homens de côr. Apesar de a massa documental apontar para uma provável efetiva participação desses sujeitos no movimento, existem citações comprometedoras em número similar a membros das camadas mais altas da então cidade da Bahia e, como citamos anteriormente, as punições a esses homens não foram de iguais proporções. O Tenente Hermógenes Aguillar Pantoja é um desses personagens, caracterizado como:

[...] natural des|ta Cidade, da Bahia, filho legitimo do| Sargento Mor Francisco de Aguillar Pan|toja, ja fallecido, e de Dona Maria da| Assumpção de Mello, ainda viva, se occu|pava elle declarante no Serviço de Sua| Majestade Fidelissima, e exerce o Posto| de Tenente do Segundo Regimento de linha, | he cazado, tem de idade vinte e oito para| vinte e nove annos pouco mais, ou menos (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 580, documento 09, p. 9v).

Nas quase duas mil páginas de documentos acerca da temática custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia², Hermógenes é visto como potencial subversivo, tanto por supostamente possuir textos como os “[...] do reprovado João Jaques Rousseau”³, quanto por, nos autos de outros réus, ser citado frequentemente desde o início da devassa:

Perguntado se o dito Pedro Leão, e o dito Tenente Hermogenes seo irmão, sabião do levante, e rebelião, e erão interessantes

² O acervo encontra-se dividido “em seis volumes, Nº 576, 577, 578, 579, 580, e 581 [...] reorganizado entre os próprios maços utilizando como critério a ordem cronológica dos documentos e suas tipologias”. SANTOS, Libânia da Silva; LOSE, Alícia Duhá. Revolta dos Búzios: 220 anos de memória. Os registros do Arquivo Público do Estado da Bahia. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Rev. IGHB, Salvador, 2018. v.113

³ Citação no documento 580/09 do APEB

nelle? Disse que tambem erão cabeças | do levante, e tanto, que elles forão os | que primeiramente, e antes do dito Lu|is Gonzaga, e Manoel de Santa Anna, ali|ciarão a elle declarante. (Interrogatório a Joze Gomes de Olivr^a Borges, em 06 de setembro de 1798. APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 578, documento 07, p.23v).

o careante sabia, e era | participante do mesmo levante, sobre | que tinhão, tratado ambos alguas vezes, | tanto na Praça de Palacio estando pre|zente Luis Gonzaga, como na Guarda da | Misericordia, e na da Praia, sendo desta | Commandante o Tenente Hermogenes; | em cujo camarote bebera o careante, e | elle careado na prezença do mesmo Te|nente, e de seo irmão Pedro Leão agoa ar|dente á saude do mesmo levante; asseve|rando o dito Tenente alguas vezes ser o | careante hum dos seus confidentes, e es|tas forão as razoens, porque elle careado | lhe participou o ajuntamento no campo | do dique (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 578, documento 10, p.44v).

ja queremos pôr em execução | hum levante nesta Terra, e foi o da Bar |ra, não o fizemos, por ser pouca a gente, e | se a tivermos agora, podemos faze-lo, e | sahirnos muito bem, com que tratem de | adquirir gente, que esta he a pedra pre|cioza, que temos: = o que confirmou o dito | Tenente Hermogenes. E depois de prati|carem sobre esta materia, se retirou | elle declarante em companhia do dito | Soldado; frequentando dali em diante | elle declarante a dita caza, em razão das | obras, que lhe encomendou o tal Tenente | Hermogenes, com quem tratava a mes|ma materia do levante, e com o dito seo | irmão Pedro Leão (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 578, documento 07, p.24v).

Em depoimento de 05 de outubro de 1798, José de Freitas Sacoto, homem pardo natural de Pernambuco que “[...] applicava a arte de Cirurgia [...]”, argumenta que

[...] haverá hum anno pouco mais, | ou menos antes delle declarante | [fl. 6v] residir, de todo nesta Cida|de, em algumas occasioens que a ella | vinha, e succedia fallar com Luis Pi|res, este lhe dizia, que tinha hum li|vro manuscrito, dado pelo Tenente | Hermogenes de Aguillar, traduzido | por elle, e pelo Padre Francisco Agos|tinho Gomes, de Francez em Portuguez; | o qual tratava de dezabuzar os ra|pazes religiosos, para adquirirem | numero de gente sufficiente para hu|ma revolução, que se projectava fa|zer nesta Cidade (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 578, documento 11, p. 6r).

Em virtude das muitas citações ao Tenente Hermógenes, sua prisão foi decretada em janeiro de 1799, documentos em sua posse são apreendidos e interrogatório foi realizado de modo a investigar a sua relação com os papéis e os seus conteúdos, carregados de *francesias*. O trecho a seguir registra, por parte do escrivão João Luis de Abreo, a recepção dos papéis apreendidos em poder de Domingos da Silva Lisboa, com a letra que posteriormente se descobriria ser do Hermógenes:

[...] me forão entre|gues quatro quadernos, compostos de| trinta e dous quartos de papel, dos| quais somente estavam escritos, vinte| e cinco, e o principio do quarto vinte| e seis, **com poucas regras**, os quais quader|nos parecem, e se vê serem trasmalha|dos de outros, porque no principio do| primeiro vem seguindo materia tra|tada em outros anteriores, dizendo-me| serem os proprios achados em caza de Do|mingos da Silva Lisboa, e recebendo eu| os ditos quadernos, passei immedianta|mente a caza do dito Dezembargador| Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto,| a quem entreguei os ditos quadernos de|pois de examinados por elle, e por mim| Escrivão, **para poder certificar da sua| identidade**, e para constar mandou o dito| Menistro fazer este termo, em que ha de as|sinar comigo Escrivão João Luis de Abreo que| o escrevi (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 580, documento 09, p. 42v; GRIFO MEU).

O documento supracitado, escrito em português, trata-se de cópia traduzida de texto francês denominado “As Ruínas”, de autoria de Volney, de leitura absolutamente proibida. Ao caderninho seria atribuído, por parte dos escrivãos do Tribunal da Relação, o título: “[...] Os quatro quadernos manuscritos, que contem descurso ante religio-zos [...]”, classificação que pode ser compreendida a partir da leitura de um trecho do documento:

Exaqui como as ideas de *Deos*, e de| Religião, igualmente *que* todas outras| tirarão a sua origem dos Objectos| phisicos, sendo no entendimento do ho|mem o produto das suas Sensaçoens, das| suas necessidades, das Circunstancias da| sua

vida, e do estado progressivo dos| seos conhecimentos. Ora visto *que* as ideas da| divindade tiverão por Seo modelo os Entes| *physicos*, Rezulta por Consequencia, *que*| *primeiro* [fl. 5r] a Divindade foi varia, e multiplica| da asim Como as formas, de baixo| das quaes ella parecia obrar: Cada| Ente foi huma potencia, hum Genio:| e o Universo se enxeo *pelos primeiros homens*| de innumeraveis Deozes (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 577, documento 01, p. 4v).

“NUNCA OS VIO, E NEM OS OUVIO LER”?

Hermógenes Pantoja, naturalmente, nega a autoria desse e de outros papeis, bem como de qualquer envolvimento com os ideais franceses:

Perguntado se elle declarante| nunca teve noticia de huns cader|nos traduzidos da Lingoa Franceza,| cuja materia era concebida em for|ma de dialogo, e versava sobre a| Religião, e sobre o Estado, e que se con|servavão na caza de Luis Pires, e nas| de outras muitas pessoas desta Cida|de, onde erão vistos e lidos? **Disse, que nunca teve noticia| de semelhantes cadernos, nunca os| vio, e nem os ouviu ler.**

Perguntado se elle declaran|te conservava alguma obra de Poli|tica, em que se tratasse materia per|tencente ao Estado, se se emprega|va nesta lição, ou se tinha feito algu|ma tradução a este respeito do Lin|goa Estranha para a Nacional? **Disse que nunca possuiu obra| alguma desta natureza, nem jama|is se enterteve em semelhante lição,** em|pregando-se unicamente no governo da| sua casa, nem tinha os necessarios (APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 580, documento 09, p. 16v; GRIFO MEU).

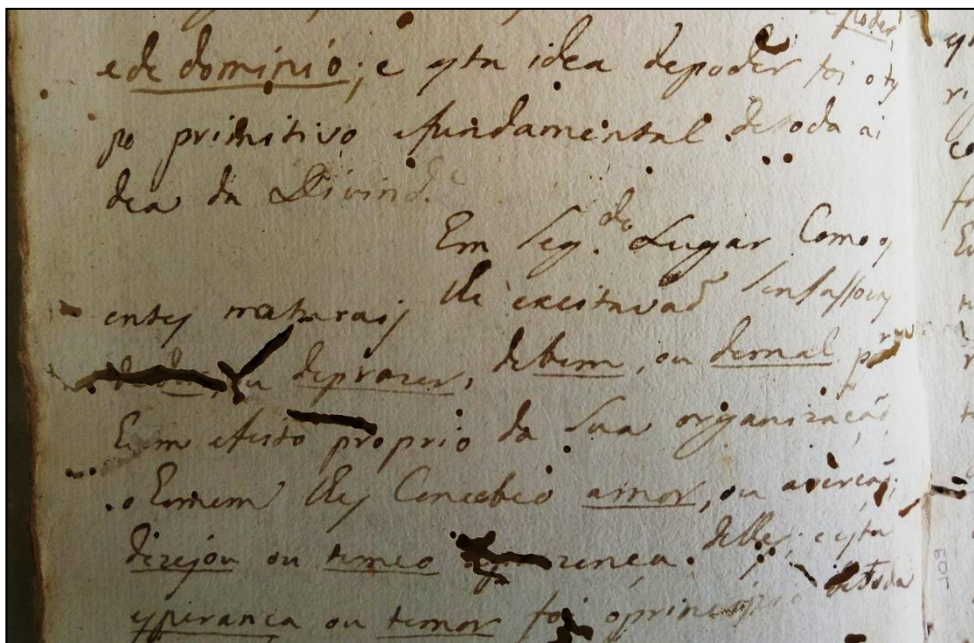
A similaridade da grafia do jovem tenente com a escrita do manuscrito *sedicioso* pode ser visualizada em breve olhar sobre os trechos de documentos a seguir:

Figura 1 - Uma das assinaturas de Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja



Fonte: APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 580, documento 09.

Figura 2 - Trecho de cópia (tradução) de "As Ruínas" –



Fonte: APEB, Seção Colonial/Provincial, Maço 577, documento 01, página 3v

Contudo, a visualização de apenas um dos trechos do documento não é suficiente para que possamos afirmar que o Tenente Hermógenes mentiu para os inquisidores do Tribunal da Relação quando ao ser interrogado sobre o teor dos papéis e declara que “[...] nunca os vio, e nem os ouviu ler”. Vimos acima apenas um trecho do fôlio 03/verso do documento a ser analisado. Classificado, por suas características extrínsecas, como um documento original, inscrição manuscrita, e em suporte papel, trata-se de uma cópia incompleta, em

formato de caderno de quartos de papel costurados, classificado sob notação BR BAAPEB TJBA-SRB-CAD-577-01 (Brasil, Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia, Fundo Tribunal de Justiça da Bahia, Série Revolta dos Búzios, Sub-série Cadernos e Papeis Apreendidos, Dossiê 577, Documento 01), contendo 34 folhas e 51 páginas. Logo, diversos trechos puderam ser utilizados para esta análise.

O segundo documento a ser analisado (exemplificado na figura 1), a partir de onde foram coletadas as assinaturas em questão para cotejo, trata-se de processo contendo o interrogatório do referido personagem, o Tenente Hermogenes Francisco de Aguillar Pantoja, e careação do mesmo com Lucas Dantas de Amorim Torres, Cipriano José Barata de Almeida, e José de Freitas Sacoto; além do depoimento de Joze de Araujo e Almeida e autos de exame nos papéis encontrados em casa do Tenente Hermogenes. Esse conjunto documental possui 67 folhas e 93 páginas, e é igualmente considerado, por suas características como um documento original, manuscrito e em suporte papel, contendo ao todo cinco assinaturas do réu, em datas diversas.

A análise foi realizada utilizando-se os conhecimentos da diplomática e da ciência da decifração dos manuscritos⁴, a paleografia, de modo a realizar-se uma correta leitura, transcrição e interpretação das escritas, visando respeitar toda a complexidade e riqueza dos registros de forma a identificar a autenticidade e autoria do documento. Logo, a comparação das letras de ambos os papeis foi realizada a partir das práticas atuais de análise aliadas ao desenvolvimento de um processo analítico dos manuscritos similar ao desenvolvido pelos peritos do Tribunal da Relação da Bahia no

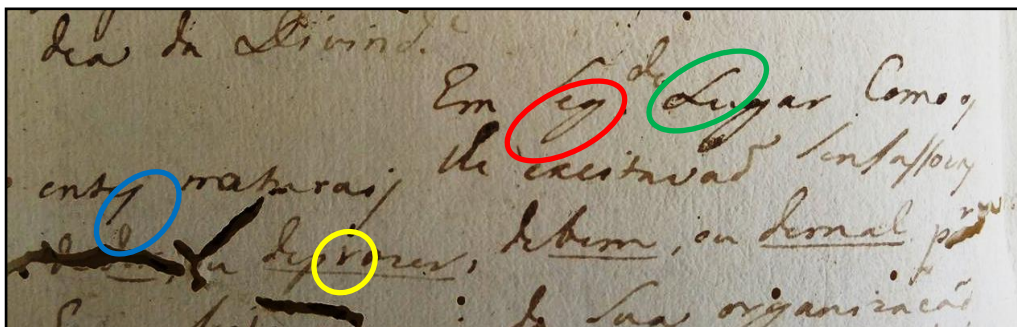
⁴ Uma das definições de Paleografia, trazida por BERWANGER e LEAL no livro “Noções de Paleografia e de Diplomática”

período, sendo levadas em consideração a cursividade, o peso na escrita, as inclinações do instrumento e da mão do *scriptor*, as características dos suportes - a saber, o papel - como colorações, existência ou não de marcas d'água, e outros elementos.

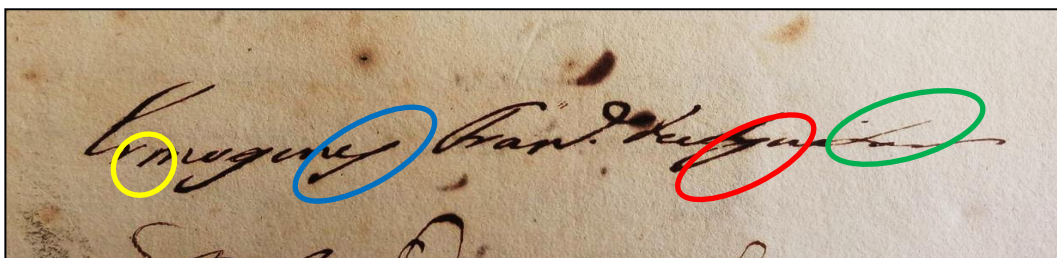
Concluímos que, apesar das diversas negativas do réu durante o seu interrogatório, as duas escritas assemelham-se em demasiado. A relevância dessa conclusão concentra-se na amplitude de análises que podem ser desencadeadas a partir de sua realização. A confirmação da autoria desse documento por parte de Hermógenes, possibilitará, por exemplo, dirimir equívocos historiográficos como o citado a seguir, por Florisvaldo Mattos, em sua obra sobre a comunicação social na Revolta:

Inácio Siqueira Bulcão e o padre Agostinho Gomes reafirmariam posteriormente sua vocação inconformista, participando da luta política contra os portugueses pela independência (a propósito, foi o padre quem publicou, em 1835, uma tradução das Ruínas, de Volney, o que levou alguns a acreditarem ter sido dele a tradução de trechos deste livro que circularam entre os participantes da conjuração de 1798) (MATTOS, 2018; p. 109-110).

Cotejo de letras: L; s; g; r ;



X



A citada obra que circulou entre os participantes da conjuração de 1798 é o manuscrito utilizada em nossa análise. Apesar de compreendermos que possivelmente existissem diversas cópias desse e de outros textos iluministas circulando na cidade da Bahia em fins do dezoito, em todo o acervo custodiado pelo Arquivo Público da Bahia – quase 2 mil páginas sobre a Conjuração Baiana - apenas há a citação da apreensão de uma única cópia do livro de Volney descrita minuciosamente ao longo dos autos de achada e apreensão e de comparação de letras redigidos entre 1798 e 1799 pelos desembargadores e escrivães do Tribunal da Relação da Bahia.

A documentação, como costumeiramente ocorre com diversos conjuntos documentais presentes em diversos locais ao redor do globo, encontra-se dispersa em outras instituições, como na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio Janeiro. Entretanto, trata-se apenas do restante dos processos de interrogatórios, defesa, e sentença dos réus. Não constam, nesses acervos, outros papéis apreendidos em casas ou em posse dos acusados de participarem do movimento além dos custodiados pelo arquivo estadual baiano. Portanto, apesar de considerarmos também a possibilidade sempre existente de extravio documental ao longo do tempo, as bibliografias sobre este capítulo de nossa História, elaboradas por estudiosos como Florisvaldo Mattos e Dias Tavares⁵ foram elaboradas a partir da consulta dessas fontes primárias ao longo do século XX corroborando a nossa hipótese de que a cópia citada por Mattos (2018) é a mesma que utilizamos nesta pesquisa, e única.

O Padre Francisco Agostinho Gomes, a quem Mattos (2018) atribui a autoria do manuscrito, foi outro importante sujeito histórico

⁵ Luís Henrique Dias Tavares, historiador baiano que mais se dedicou à Conjuração Baiana, autor de diversos livros sobre a temática.

do período, citado diversas vezes ao longo dos processos da Conjuração Baiana, e participante desse e de outros movimentos *revoltosos* entre fins do XVIII e início do XIX, sendo acusado até mesmo de ofertar um jantar com carne em uma sexta-feira santa cerca de dois a três anos antes da deflagração do movimento⁶, ou seja, entre 1795 e 1797, ação fortemente subversiva e contrária aos preceitos da religião cristã sobretudo se praticada sobretudo por um religioso. Independente da veracidade desse episódio denunciado, outros elementos apontam para um forte envolvimento do padre em atividades certamente não aprováveis pela Igreja Católica e pela coroa portuguesa. Contudo, com base nos dados anteriormente expostos neste trabalho e demais estudos, não é o autor da cópia do documento.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das técnicas e procedimentos da paleografia nos permite a obtenção de consideráveis elementos que nos levam a crer que o autor do manuscrito vem a ser o Ten^e Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, membro da elite baiana que, como esta pesquisa visa evidenciar, apesar de profundamente envolvido com a *sedição intentada*, não seria condenado com o rigor da pena capital destinada aos hoje quatro mártires da Conjuração Baiana, sofrendo apenas sanção de seis meses de detenção e, apesar de todos os elementos comprometedores, não considerado pela historiografia ou pela coroa portuguesa da época como um dos líderes do movimento.

⁶ Menções a essa acusação no doc. N^o 139, páginas 304r; 305v; 308r; e 310v, entre outros documentos da Seção Colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia.

⁷ A autora deste artigo está realizando análises mais aprofundadas sobre o manuscrito no decorrer das pesquisas que desenvolve em mestrado acadêmico em andamento na Universidade Federal da Bahia. Entre as metodologias utilizadas encontra-se a comparação da cópia do texto de Volney com as letras do Padre Agostinho Gomes e outros réus de modo a corroborar sua hipótese de autoria do documento pelo réu Hermógenes Pantoja.

Sendo o personagem em questão um importante componente da sociedade da cidade da Bahia à época, este estudo, além de evidenciar a natureza parcial e corrupta da justiça no Brasil desde tempos coloniais, abre espaço para interpretações outras sobre os interesses das elites baianas no período no que diz respeito ao rompimento com a exploração portuguesa, e por consistir em cópia incompleta, em português, de um texto proibido que foi traduzido do francês para o português no final do Séc. XVIII por um homem branco, tenente de um Regimento de Milícia, na capital da capitania da Bahia, e que – como citam os outros documentos utilizados para cruzamento de fontes até o momento – fôra manuseado por homens negros de camadas da sociedade dotadas de menor capital financeiro e acesso ao letramento, certamente se apresenta também como elemento contributivo para estudos voltados para a história da cultura escrita e sociolinguística, exemplificando uma das muitas possibilidades analíticas permitidas pelo exercício da ciência paleográfica.

REFERÊNCIAS

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. 3. ed. revista e ampliada.

LOSE, Alícia Duhá; SANTOS, Libânia da Silva. Uma análise diplomático-paleográfica no nordeste brasileiro em fins do séc. XVIII ou quem escreveu os pasquins sediciosos da conspiração dos alfaiates / revolta dos búzios? *In: II Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia - Dossiê Paleografia da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* (no prelo)

MATTOS, Florisvaldo. **A comunicação social na Revolta dos Alfaiates**. 3. ed. Salvador: Alba, 2018.

OS DOCUMENTOS MANUSCRITOS DE CENSURA EM *APARECEU A MARGARIDA*: INTERFACE PALEOGRAFIA, FILOLOGIA E ARQUIVÍSTICA

Emerson Ribeiro Maia Junior¹
Roberto Ney Araújo²
Fabiana Prudente Correia³

PRIMEIRAS PALAVRAS

Estabelecida a partir do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, a censura prévia das atividades teatrais no Brasil, na tentativa de silenciamento da classe artística, promoveu cortes e vetos a inúmeras produções da época. Os efeitos que tais procedimentos causaram nas obras que lhes foram sujeitas, a exemplo dos textos publicados pelo dramaturgo carioca Roberto Athayde, em especial, *Apareceu a Margarida*, registram-se em conjuntos de documentos da tramitação destes pelos órgãos responsáveis, como a

¹ Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: emermaiainvest@gmail.com

² Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: robertoneyaraujo.adv@gmail.com

³ Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: prudente.fc@gmail.com

Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal (DPF/DCDP).

A peça, classificada pelo próprio autor como tragicômica, consiste num monólogo de uma professora com sintomas de esquizofrenia (a esquizofasia) que, segundo Correia (2013), personifica o regime vigente na época, ironiza os padrões de moral e bons costumes, e o sistema de educação. Devido ao seu sucesso de público e à considerável quantidade de montagens que a sucedeu, *Apareceu a Margarida* foi submetida múltiplas vezes aos órgãos censores, o que gerou uma massa documental composta de registros dos processos e que possui um caráter comprobatório das práticas de violência contra a expressão artística, especialmente por possuírem dados correspondentes a um período de dez anos do regime opressor (de 1971 a 1982).

Consciente do valor histórico desses documentos e da importância de sua preservação, alinha-se o trabalho da Crítica Textual (BORGES; SOUZA, 2012) com a adoção de noções práticas da Arquivística e seus princípios fundamentais, apresentados por Belloto (1989), para a organização da documentação censória de *Apareceu a Margarida*, a fim de compor o acervo digital e hiperedição *Roberto Athayde: Dramaturgia Censurada*, disponível no site www.acervorobertoathayde.com e coordenado pela Profa. Dra. Fabiana Prudente. Uma vez que no processo de leitura desses documentos foram encontrados alguns pareceres de censores, despachos e encaminhamentos manuscritos de difícil legibilidade, buscou-se o amparo da Paleografia contemporânea, o que possibilitou a realização do exercício de transcrição paleográfica que aqui se apresenta.

O DELINEAMENTO DE UM EIXO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Valendo-se da concepção de Filologia como uma constelação de saberes interdisciplinares voltados ao estudo do texto (GUMBRECHT, 2003), a interface Filologia, Arquivística e Paleografia mostra-se como uma tentativa de resolução da dificuldade surgida através da transcrição paleográfica dos documentos. Diante da série de 308 fólios que registram a ação dos censores, foram utilizados os conceitos de edições diplomáticas elaborados por Pérez Priego (1997), Luiz Fagundes Duarte (1997) e Borges e Souza (2012), como também noções teórico-metodológicas próprias da Paleografia, tomando por recorte os documentos com maiores incidências de ilegibilidade, os manuscritos ascendentes e descendentes.

Segundo Pérez Priego (1997), a edição diplomática

[...] Supone una pura y simple transcripción del texto antiguo (el diploma, en origen) según permiten los modernos caracteres de imprenta y la composición tipográfica. Se respetan, pues, en ella las particularidades gráficas del manuscrito y se reproducen sin corregirlos todos y cada uno de sus errores por evidentes que éstos sean.⁴

Em concordância, Duarte (1997) a define como

[a] reprodução tipográfica rigorosa da lição de um testemunho, conservando todas as suas características (erros, lacunas, ortografia, fronteiras de palavra, abreviaturas, etc.). Também se diz edição paleográfica. Está a cair em desuso porque a reprodução fotográfica tem tomado o seu lugar (esta tem, contudo, alguns inconvenientes também). (DUARTE, 1997)

⁴ Tradução livre: “[...] supõe uma transcrição pura e simples do texto antigo (o diploma, na origem), conforme permitido pelos caracteres de impressão modernos e pela composição tipográfica. As peculiaridades gráficas do manuscrito são respeitadas nele e são reproduzidas sem corrigir todos e cada um de seus erros, por mais óbvios que sejam”.

Embora Duarte (1997) advogue que a edição diplomática tem cedido lugar à reprodução fotográfica, a pesquisa aqui empreendida demonstra que a fotografia pode não ser suficiente para a preservação e transmissão de informações contidas em documentos manuscritos. Isto porque, primeiro, o tipo de escrita pode ser de difícil compreensão do público leitor; segundo, porque se se considerar um documento em estado de conservação ruim ou já submetido à cópia xerográfica (como o caso dos documentos de censura provenientes do Arquivo Nacional, em Brasília), com apagamento da mancha escrita, as configurações de brilho e contraste da câmera podem omitir a totalidade dos dados; terceiro, porque o *flash* de câmeras e mesas digitalizadoras impõem ao papel um processo corrosivo equivalente à exposição à luz solar. Por tais razões, defende-se aqui que as edições diplomáticas – também chamadas paleográficas – devem permanecer existindo enquanto houver a necessidade de preservação e divulgação da memória textual.

Foi pensando na transmissão da memória textual, em dar a ler as informações contidas no documento, que o trabalho de pesquisa que consistiria em digitalização, classificação, organização documental no quadro de arranjo, preparação de fichas catálogo concernentes a cada item e *upload* dos documentos no acervo digital, incorporou as transcrições paleográficas de alguns documentos ao material que será disponibilizado no acervo digital. Estabeleceu-se, assim, um conjunto de etapas e critérios para o tratamento paleográfico dos documentos, considerando o controverso paradigma em que o trabalho estava inserido: tratar os fac-símiles oriundos do Arquivo Nacional para que fossem facilmente acessados, e, assim, rompendo a ideia de desuso da edição paleográfica mediante o tratamento fotográfico na suposta crença da “suficiência” das novas tecnologias em face ao rigoroso trabalho filológico.

Apesar da motivação de divulgação dos documentos, é preciso assegurar a omissão da identidade dos censores, por respeito ao direito à preservação da intimidade, consignado no rol dos direitos fundamentais previstos no art. 5^a da Constituição Federal de 1988 e em diversos Tratados Internacionais, deve-se fazer um apagamento proposital do nome do censor dos documentos. Como a maioria dos nomes e das assinaturas sobrepõem carimbos, selos ou outras marcas institucionais, a preservação e identificação desses dados somente é permitida a partir de uma transcrição, o que também justifica a pertinência da edição diplomática no presente estudo.

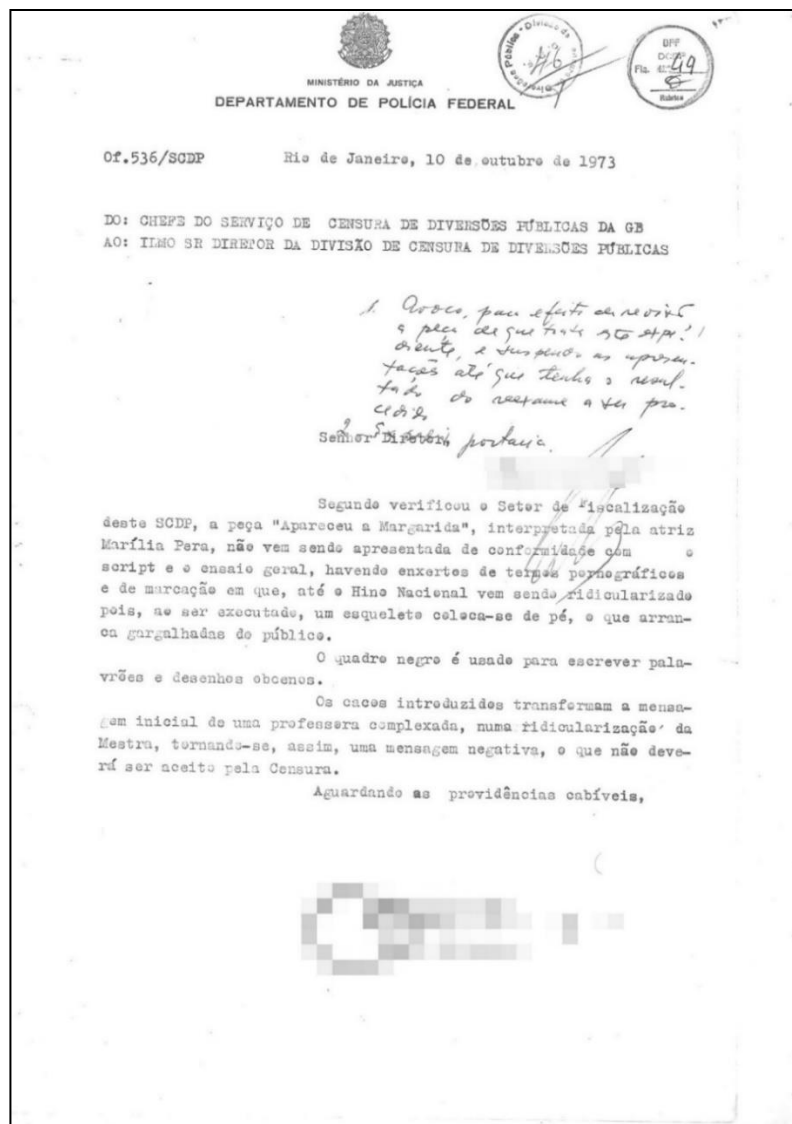
Pelo fato dos testemunhos se tratarem, em sua função, de documentos de tramites internos e externos dos órgãos públicos e federais da época, fez-se necessária, como primeira etapa da edição, a adoção de classificações e análises próprias das concepções do documento diplomático que, segundo Belloto (2002):

[...] é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico. Se é “ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”, o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública. (BELLOTO, 2002)

Em seguida, foi realizado o reconhecimento dos traços formais dos manuscritos e detalhamento das informações acerca da sua circulação, tanto como documentos administrativos quanto como itens de um dossiê organizado por um arconte. Tal identificação tem por objetivo primário o respeito ao princípio da proveniência e cumulatividade dos itens, da mesma forma que, quando associada à análise dos aspectos gráficos, materiais e complementares prevista prática paleográfica apresentada Berwanger e Leal (2008), tornou-se

um exercício *sine qua non* para a classificação tipológica do item. Nesse estágio, também foram reveladas importantes informações acerca do texto devido ao estudo das rubricas dos arcontes e a conseguinte hipótese de que mais de um indivíduo foi responsável pelo arquivo e pela ordem de organização dos documentos, o que revelou uma lógica cronológica no exercício de arquivamento do qual se tem registro.

Figura 1 – Fac-símile do Ofício 536



Fonte: Arquivo Nacional – DF (1973).

Em seguida, descreveram-se as características extrínsecas dos documentos em fichas-catálogo e dispôs-se junto a elas a transcrição paleográfica, ficando a encargo das fichas a descrição física e material, e, da transcrição, o primor pelas lições apresentadas. A transcrição teve por critérios:

- i. Usar operadores habituais na prática filológica, conforme critérios usados por Correia (2018):
 - < > / \ Sobreposição
 - < > Corte (Supressão)
 - † Ilegível
 - [↑] Acréscimo na entrelinha superior
 - [↓] Acréscimo na entrelinha inferior
 - |*| Leitura conjecturada
- ii. Conservar a grafia, mesmo em caso de erro óbvio, deslize ou contrassenso;
- iii. Conservar abreviaturas;
- iv. Diferenciar a materialidade da escrita a partir dos tipos caligráficos, sendo eles:
 - Segoe Script* : para manuscritos
 - Agency FB: para datiloscritos
 - Times New Roman: para impressos
- v. Apresentar a transcrição diplomática logo após a ficha catálogo do testemunho, em que consta a descrição física do testemunho;
- vi. Prezar pelo sigilo da identidade do escrevente, substituindo sua identificação (rubrica) pelas iniciais e identificando sua função administrativa e jurídica ou nome artístico entre “{}”;
- vii. Respeitar a linearidade do documento original, ainda que não se mantenha sua estrutura prosaica na transcrição;
- viii. Indicar assinatura em alinhamento à direita;

Como última etapa, todo o dossiê será disponibilizado *online* em publicação no *site* www.acervorobertoathayde.com.

TRANSCREVER PARA PRESERVAR A MEMÓRIA: UMA EXEMPLIFICAÇÃO

Para fins de exemplificação do trabalho empreendido, tomaram-se por recorte radiogramas, ofícios e despachos relacionados ao processo de censura do título original de *Apareceu a Margarida*. Como aponta Correia (2013), o título com qual a peça foi submetida pela primeira vez à censura, em 1971, seria *A esquizofasia didática ou Do que Aterra Margarida*, que fazia uma clara menção ao Hino Nacional brasileiro e, por tal motivo, teria sido proibido pelos censores. Ainda assim, o processo de liberação aberto em 1971 gerou a emissão de um certificado de liberação que, em 1973, foi dado como “sem efeito”, como evidenciado na figura 2:

Figura 2 – Certificado de Censura “sem efeito” de *Apareceu a Margarida* (1971)

MINISTERIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

**CENSURA FEDERAL
TEATRO**

** Certificado Nº 4427-71

PEÇA DO QUE ATERRA MARGARIDA

ORIGINAL DE AUSTREGESILIO DE A. THAYDE

APROVADO PELO S. C. D. P. VALIDO ATÉ 05 de NOVEMBRO de 19 76

CLASSIFICAÇÃO

**PROIBIDO
PARA MENORES DE
18 ANOS**

Brasília, 05 de NOVEMBRO de 19 71

Chefe do S. C. D. P.

Fonte: Arquivo Nacional – DF (1971).

Após a censura do título, verifica-se que a Alpha Produções, produtora responsável pela primeira montagem de *Apareceu a Margarida* no Brasil, solicitou uma 2ª via do certificado ao Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), com a retificação do nome. No entanto, quando realizada a busca no arquivo, por solicitação do DCDP com o objetivo de substituir os documentos antigos e, com isso, a possibilidade de emissão do certificado de censura, não foram encontrados documentos referentes a *Do que Aterra a Margarida*, o que motivou a produção de um relatório manuscrito (Figuras 4 e 5), por parte do Seção de Censura de Teatro e Congêneres (SCTC), redigido no verso da Ficha de Protocolo referente ao processo (Figuras 3 e 4), e o consequente despacho do Serviço de Censura:



Figura 3 – Ficha de Protocolo referente ao pedido de Mudança de título (anverso)

TEATRO	
TÍTULO <u>DO QUE A TERRA MARGARIDA</u>	
<p>1) S. ARQUIVO <i>Arquivo</i></p> <p>Documentação <u>Em Ordem</u></p> <p>Clas. Anterior _____</p> <p>Praca _____</p> <p>Obs.: <u>PEDIDO PARA MUDANÇA DE TÍTULO</u></p> <p>DF. <u>24.1.8.73</u></p>	<p>4) SERVIÇO DE CENSURA</p>
<p>2) PROGRAMAÇÃO</p> <p>Técnico de Censura _____</p> <p>Técnico de Censura _____</p> <p>Técnico de Censura _____</p> <p>Data para Exame de ____/____/____</p> <p>DF. ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">Resp. pela Programação</p>	
<p>3) S. C. T. C.</p> <p style="text-align: center;"><i>no verso</i></p>	<p>5) Diretor da D. C. D. P.</p>

DPP-538

Fonte: Arquivo Nacional – DF (1973).

Figura 4 – Verso da ficha de Protocolo referente ao pedido de Mudança de título

In cheze:
 O presente processo foi encaminhado a esta ETC em decorrência de pedido para mudança do título da obra. Contudo, porém, que a mesma se há um E (quase dois anos) foi liberada para publicação pública, o que, a nosso ver, EMT, desaconselha o acatamento da pretensão do interessado.
 A consideração de V. S.

 Ao Arquivo para informar se já existe alguma peça registrada com o título "Apareceu a Marguerite"
 Em 29 8 73


Fonte: Arquivo Nacional – DF (1973).

Figura 5– Transcrição paleográfica do verso da ficha de Protocolo referente ao pedido de Mudança de título

Sr chefe,
O presente processo foi
encaminhado a esta SCTC
em decorrência do pedido
para mudança do Títu-
lo da obra. Acontece, porém,
que a censura de há mui-
to (quase >/t\ dois anos) foi libe-
rada para encenação pú-
blica, o que, a nosso ver,
SMJ, desaconselha o aco-
nhimento da petição do interess<a>/a\do.
À consideração de V.S.
F.V. de Azevedo {Chefe da SCTC-SC/DCPD}

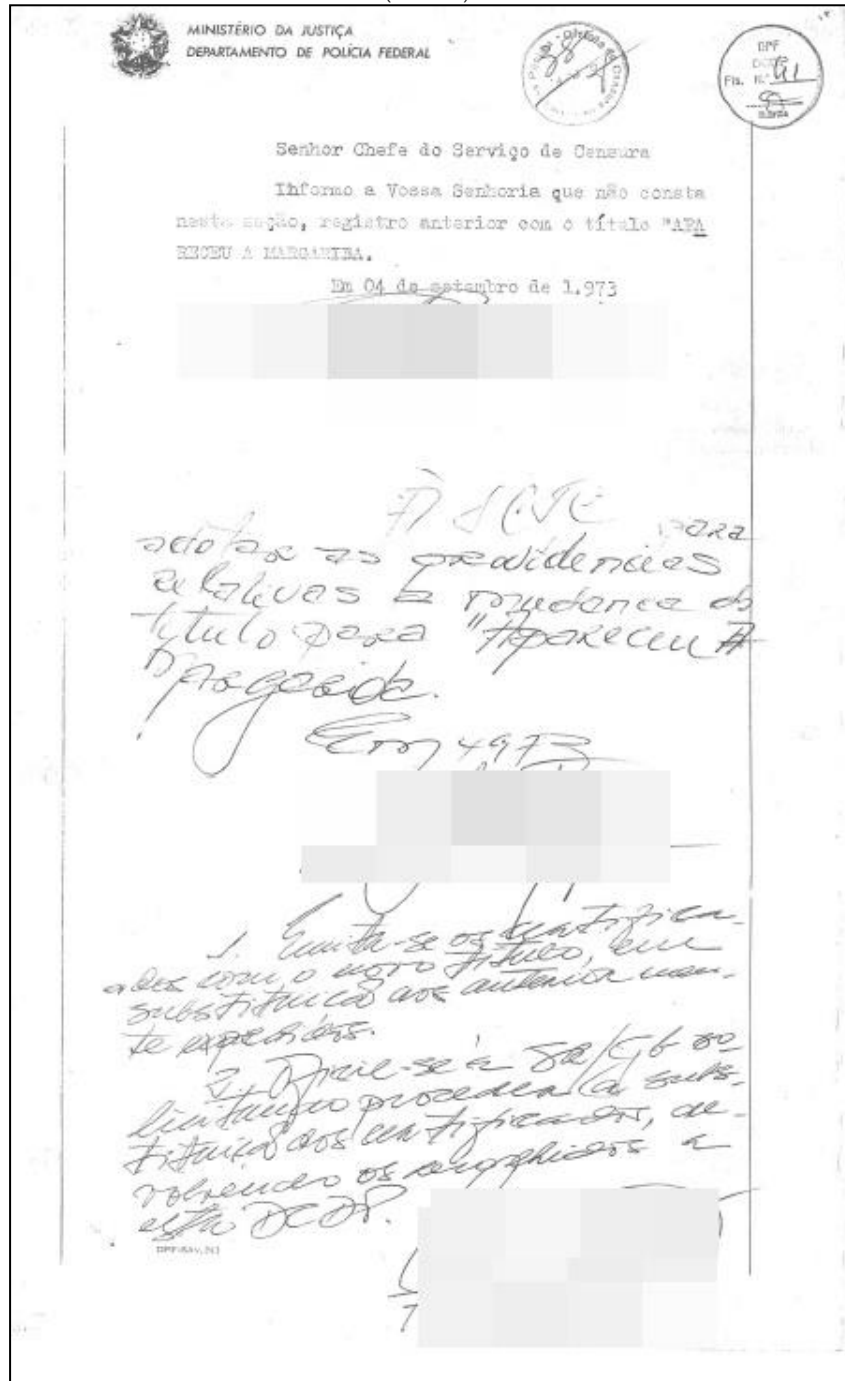
Ao arquivo para
informar se já existe algu-
ma peça registrada com o títu-
lo "Apareceu a Margarida"
Em 29873
B. {Chefe do Serviço de Censura}

Fonte: elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, não existem declarações acerca da tipologia textual dos documentos manuscritos voltados aos trâmites internos e a sua identificação não seria possível senão pela atribuição da Arquivística e da Tipologia Textual. Baseando-se nelas e na análise paleográfica dos documentos de ordem ascendente, pôde-se considerar que os documentos contidos nas Figuras 4 e 5 são despachos institucionais, voltados à circulação interna e administrativa e com o objetivo que obter resoluções rápidas.

Após a tramitação acima ilustrada, têm-se as figuras 6 e 7, que evidenciam o processo decisório para a emissão da 2ª via do certificado, mesmo que desaconselhada pela SCTC, como lido nas figuras 4 e 5.

Figura 6 –Folha de Despacho referente aos processos de mudança de título (1973)



Fonte: Arquivo Nacional – DF (1973).

Figura 7 – Transcrição da Folha de Despacho referente aos processos de mudança de título (1973)

MINISTERIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Senhor Chefe do Serviço de Censura

Informo a Vossa Senhoria que não consta
nesta seção, registro anterior com o título "AP_A
RECEU A MARGARIDA.

Em 04 de setembro de 1973

J.R. da Silva {Chefe da Seção de Arquivo DCPD}

À SOTC para
adotar as providencias
relativas a mudança do
título para "Apareceu <A>/a\,
Margarida"

Em 1973

B. {Chefe do Serviço de Censura}

1. Emita-se os certifica-
dos com o novo título, em
substituição dos aos anteriormen-
te expedidos

2. Oficie-se à SR/GR so-
licitando proceder a subs-
tituição dos certificados, de-
volvendo os recolhidos a
esta DCPD

DPF-SA n.243

<F.V. de Azevedo {Chefe da SOTC-SC/DCPD}>/10973\

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir da transcrição, pôde-se também contabilizar o período de trinta e um dias em que o processo foi realizado, tempo relativamente menor do que a média que levava para liberação dos textos os autores menos privilegiados.

Ainda considerando os aspectos externos e materiais do texto, e seguindo o modelo de tratamento documental proposto por Correia (2018), fez-se a análise dos selos, carimbos e da mancha escrita, impressa ou datilografada dos documentos. Essas informações acerca da materialidade dos documentos serão expostas nas fichas-catálogo de cada documento individualmente, respeitando-se o princípio de integridade, assim como indicará o local de origem, a sua tipologia textual, data de elaboração, função administrativa, como apresentado na Figura 10, referente à solicitação escrita pelo próprio Roberto Athayde (Figura 8 e 9), enviada à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, e que originou todo o processo apresentado.

Figura 8 – Solicitação de mudança título de *Apareceu a Margarida* (1973)



Fonte: Arquivo Nacional – DF (1973).

Figura 9 – Transcrição paleográfica da Solicitação de mudança título de *Apareceu a Margarida* (1973)

Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
Fundada em 27 de Setembro de 1917- Reconhecida como de Utilidade Pública Federal pelo
Dec. 4.092 de 4-8-1920
Aliada a Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores
Sede: Av. Almirante Barroso, 97- 3º andar- End. Teleg. SBAT-RIO
Rio de Janeiro - Brasil


*Comunico à Sbat minha
autorização para a mudança
do título de minha peça
"Do que a Terra, Margarida"
para "Apareceu a Margarida"*

R.A. <Roberto Athayde>

14 de Agosto de 1973

Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 10 – Ficha Catálogo da Solicitação de mudança título de *Apareceu a Margarida* (1973)



ROBERTO ATHAYDE
Dramaturgia censurada

SIGD-RA
CÓDIGO REF.
RA.AM03axxxx-73

SOLICITAÇÃO encaminhada por Roberto Athayde para Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais com o intuito de mudança do título anteriormente censurado.

Rio de Janeiro, 14 ago. 1973.

Carimbo da SBAT. 1f.

Procedência: Roberto Athayde.

Descrição Física: 12 linhas. Fólio único. Medida da mancha impressa (centralizada): 106mm x 105mm. Medida da mancha escrita (predominantemente alinhada à esquerda): 123mm x 136mm. Tipo de escrita: humanística cursiva. Margem superior da folha: i) no centro, o logotipo da Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais (7mm x 10mm); ii) na extrema direita, carimbo da divisão de Censura às Diversões Públicas (22mm x 22mm); iii) na extrema direita e sobrepondo o item ii, o carimbo do DPF/DCDP (22mm x 22mm). Margem inferior da folha: i) na extrema direita, carimbo da Sociedade Brasileira Dos Diretores Teatrais (25mm x 25mm).

DOCUMENTO	DATA	FUNÇÃO	CONTEÚDO	LOCAL
SOLICITAÇÃO	14/08/1973	Autorização de Mudança de Título.	Roberto Athayde encaminha sua autorização para mudança de título censurado(1f)	RJ

Copyright © 2018 Fabiana Prudente. Todos os direitos reservados. O conteúdo deste site está protegido pela Lei nº 9610/98 de direitos autorais. Não é permitida a reprodução ou republicação de nenhum dos documentos em qualquer meio. Este site é parte da tese de doutorado intitulada *Filologia e humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde*: edição e aceito de *Os Desinibidos*, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Borges. CONTATO: fabiana.prudente@ufba.br

CENSURA FEDERAL
TEATRO

Fonte: os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transcrição paleográfica baseada na interface Filologia, Paleografia e Arquivística, como parte do trabalho de organização da série documentação censória, do dossiê *Apareceu a Margarida*, registra a possibilidade de discussão acerca da aplicação da edição diplomática aos textos modernos ou de escritas recente, sem que, para as finalidades de arquivamento, seja pensável a adoção da edição fac-similar como uma alternativa suficiente, como se subtede nas definições de Duarte (1997) e Pérez Priego (1997), dado que a edição fac-similar, por diversos fatores extrínsecos ao texto, não garante a total legibilidade das lições nele contidas.

É possível também considerar que a ausência do tratamento paleográfico aos manuscritos, muitas das vezes, resulta na perda de dados tipológicos, ou seja, na perda das características de tramitação institucional e política desse documento. Esses registros da circulação do texto podem ser compreendidos como um fragmento dos processos de violência artística aos quais os autores foram submetidos durante a ditadura militar de 1964, e, por esse motivo, consolidam provas dos prejuízos causados pela ideologia antidemocrática que, lamentavelmente, tem ressurgido no Brasil.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo / Heloísa Liberalli Bellotto**. São Paulo, 2002.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3. ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo S. de. Filologia e Filologia como Crítica Textual. *In*: BORGES et al. **Edição de Textos e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto Editora, 2012. p. 15-59.

CERTIFICADO de censura de *Apareceu a Margarida*. S.l. , 05 nov.1973. Carimbo do DCPD. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)

CORREIA, Fabiana Prudente. **Filologia e Humanidades Digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde**: acervo e edição de *Os Desinibidos*. 360 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CORREIA, Fabiana Prudente. **O desabrochar de uma flor em tempos de repressão**: edição e crítica filológica de *Apareceu a margarida* de Roberto Athayde. 216 f. + DVD. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

DUARTE, Luiz Fagundes. **Glossário de Crítica Textual**. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.

FICHA DE PROTOCOLO referente ao processo de censura de *Apareceu a Margarida*. S.l. , 24 ago.1973. Carimbo do DCDP. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)

FOLHA DE DESPACHO referente ao processo de censura de *Apareceu a Margarida*. S.l. ago.1973. Carimbo do DCDP. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los Poderes de La Filología**. [S. l.]: Universidad Iberoamericana, 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Diplomática y Archivística. *In:* HEREDIA HERRERA. **Archivística general: teoria y practica.** Sevilla: Diputavi6n Provincial, 1988, p. 36-43.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. **La edici6n de textos.** Madrid: Sintesis, 1997.

SANTOS, Rosa Borges dos. **Arquivo e ediç6o digital no campo da filologia.** Disponível em:

http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/05/011.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

SOLICITAÇ6O encaminhada à SBAt autorizaç6o do autor para mudançA de título. Rio de Janeiro, 14 ago. 1973. Carimbo da SBAT e do DCDP. 1f. Procedência: COREG-AN-DF(DCDP)

RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES: *LIVRO CEREMONIAL*

Perla Andrade Peñailillo¹
Alicia Duhá Lose²

A pesquisa, cujo resultado apresenta-se agora, debruçou-se sobre documentos do acervo da Congregação de Nossa Senhora dos Humildes, sediada na cidade de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano. Como objeto de trabalho, foram escolhidos quatro documentos: o *Cerimonial para se lançar o Habito e serem recebidas as Recolhidas de Nossa Senhora dos Humildes, extrahido do cerimonial das Recolhidas do Senhor Bom Jesus dos Perdoes* (de 1808 a 1869); o *Livro de Assentos de Entradas* (de 1871 a 1928); o *Livro Ceremonial* e o *Documento de Entradas* (1885, 1890 e 1892). A curiosidade que moveu a realização do estudo surgiu da vivência de pesquisas com o acervo da instituição, do contato direto com os manuscritos, e por considerar as lacunas na história do Recolhimento dos Humildes, percebendo que há muito a ser revelado e discutido sobre sua criação e seu funcionamento ao longo dos anos.

Na Pré-História, o homem buscou comunicar-se por meio de desenhos feitos nas paredes das cavernas. Esse tipo de representação

¹ Mestre em Língua e Cultura. E-mail: perlapenailillo@gmail.com.

² Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: alicia.lose@ufba.br.

(pintura rupestre) permitia a troca de mensagens, bem como a transmissão de ideias, desejos, necessidades.

A invenção e a utilização da escrita foram tão importantes que se convencionou marcar a presença do homem sobre a terra dividindo-se em antes e depois dela: pré-história (história antes da invenção da escrita) e história (após a invenção da escrita), pois a escrita está diretamente ligada ao desenvolvimento das sociedades (BERWANGER; LEAL, 2012).

Para estudar, conhecer e acessar as formas de escrita antigas, acionamos os conhecimentos da Paleografia, que são de fundamental importância para o entendimento da história e da cultura das civilizações antigas. Por meio da decifração dos textos obtida pelos paleógrafos, os historiadores, arqueólogos e filólogos conseguem obter dados importantes contidos nos registros escritos.

As bibliotecas e acervos são locais onde se guardavam os bens mais preciosos de uma instituição religiosa: os livros. Na Idade Média, muitas eram as bibliotecas que salvaguardavam os seus acervos, no entanto, as bibliotecas que mais se destacavam eram as que se localizavam dentro dos conventos, mosteiros e recolhimentos pois, preservadas em ambientes restritos, elas conseguiram sobreviver.

Na Antiguidade, os lugares que guardavam a escrita, como as bibliotecas, eram locais sagrados, existindo, de modo geral, associados a instituições religiosas, no interior de mosteiros, conventos e recolhimentos, lugares de difícil acesso ao mundo profano, ao leitor comum. As bibliotecas capitulares começaram a aparecer a partir do século IX. Segundo Martins (2002), essas bibliotecas nasciam por conta de uma imposição material: é que todo Capítulo tinha obrigação de possuir um professor para ensinar, e por isso, a necessidade da existência de livros para a prática do ensino.

Além dos sempre reconhecidos acervos bibliográficos, as instituições religiosas são muito importantes para a história da conservação dos acervos documentais, pois são guardiãs de séculos de memória escrita. De modo geral, a documentação guardada nas instituições religiosas era produzida por elas próprias e se referia ao cotidiano administrativo, burocrático, patrimonial, financeiro das instituições. Justamente pela sua enorme importância para a existência e manutenção das instituições tinham o acesso mais restrito ainda, reservado apenas aos membros das instituições que ocupassem funções superiores e específicas para lidar com eles.

O documento aqui apresentado se intitula *Ceremonial 2*, é um caderno manuscrito, com capa revestida de papel fantasia azul e laranja. O volume mede 218mm x 164mm.

Figura 1 - Capa do Livro *Ceremonial 2*



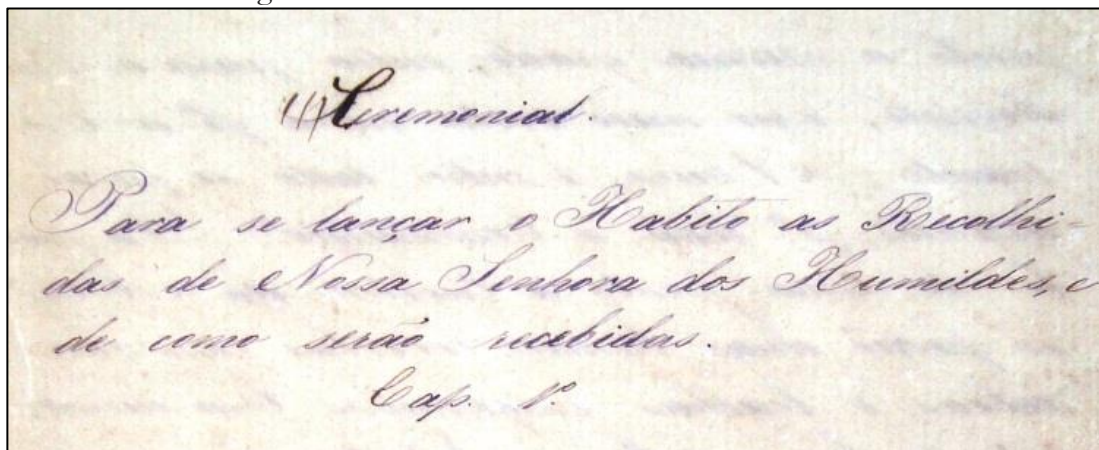
Fonte: Arquivo do Recolhimento dos Humildes

O papel do manuscrito *Ceremonial 2* é de gramatura baixa, encerado e brilhoso e de cor pardacenta, possui como marca d'água uma flor com seis pontas abaixo da qual se lê a inscrição “Al Masso”.

O *Ceremonial 2*, como se convencionou chamar para diferenciar do primeiro, possui 10 folhas não numerados, desses, 7 estão escritos no recto e no verso. Os fólhos [1r^o], [1v^o], [8v^o] ao [10v^o] não possuem texto. A mancha escrita mede 194 mm x 140mm. Em geral, são escritas 27 linhas por fólho. A mancha escrita está dentro de uma cercadura simples feita a lápis.

A escrita do *Ceremonial 2* é em tinta carbonada de cor violácea e está em bom estado de conservação. Todo o texto está escrito por uma só mão e em português e latim. Trata-se de um cerimonial que deve ser seguido ao aceitar uma menina no Recolhimento.

Figura 2 - Excerto do fólho 2r^o do Livro *Ceremonial 2*

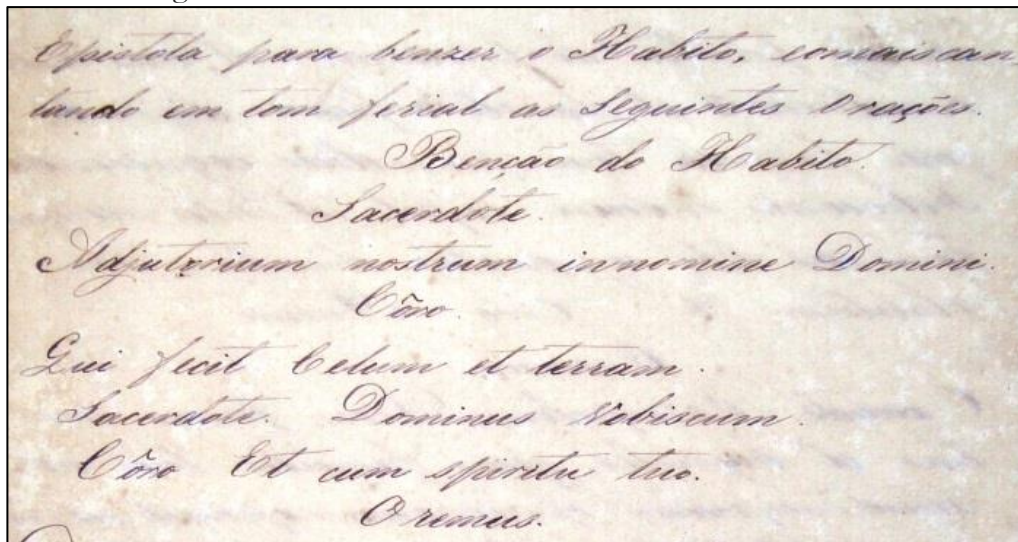


Fonte: Arquivo do Recolhimento dos Humildes.

O único *scriptor* do *Ceremonial 2* possui uma escrita pausada, inclinada para a direita, com muitos enlases nas terminações das letras maiúsculas.

Como vemos na imagem a seguir, o texto se divide em português e latim.

Figura 3 - Excerto do fólio 3rº do Livro *Cerimonial 2*



Fonte: Arquivo do Recolhimento dos Humildes

O *Livro Ceremonial* é cópia da primeira parte do *Cerimonial para se lançar o Habito e serem recebidas as Recolhidas de Nossa Senhora dos Humildes, extrahido do ceremonial das Recolhidas do Senhor Bom Jesus dos Perdoes*, produzido, provavelmente, por esse se encontrar em mau estado de conservação, com a tinta em estágio muito avançado de oxidação.

O *Livro Ceremonial* descreve o ritual de aceitação de uma jovem no Recolhimento e o protocolo de Recebimento de novos Reverendos Capelães. Percebe-se que o ritual presente nos *Ceremoniais* é um misto de memória oral e memória escrita. Trata-se de um recurso da oralidade (ritual), composto por gestos, sons (coro), atos, que têm um grande apelo visual, como se vê na descrição feita por Andrade (2010).

Tendo início na cultura dos povos pagãos os ritos sobreviveram durante os séculos e foram sendo passados e adaptados ao longo do tempo, revestidos pelo cristianismo, chegando aos dias atuais. Os rituais, verdadeiras fórmulas “mágicas”, são uma seqüência ordenada de gestos, sons e presença de objetos sagrados, estabelecida por um grupo social com finalidades simbólicas.

Um rito se constrói na sua execução com o espaço (uma igreja, uma praça, uma sala de banquete, a liça de um torneio, etc.) e o tempo (sua duração total, seus ritmos, as pausas, e em particular, os momentos de maior intensidade) que lhe são próprios (SCHIMITT, 2002 *apud* ANDRADE, 2010).

No ritual apresentado no *Cerimonial para se lançar o Habito e serem recebidas as Recolhidas de Nossa Senhora dos Humildes, extrahido do cerimonial das Recolhidas do Senhor Bom Jesus dos Perdoes* também copiado no *Livro Cerimonial*, os elementos presentes são a imagem de Nossa Senhora dos Humildes, o Trono, a Epistola, uma bandeja de prata, o hábito, o cordão e o véu, todos os elementos que remetem ao espaço e ao tempo daquele ritual, como se pode ver a seguir:

2r°	1	<S>/C\eremonial. Para se lançar o Habito as Recolhi= das de Nossa Senhora dos Humildes, e de como seraõ recebidas.
	5	<i>Capitulo 1°</i> Estará a Igreja aceada, A capella Mór ornada com todo decencia. A <i>Senhora</i> dos Humildes estará patente no seu Throno, e
	10	illuminada com a<†>/q\uellas luzes, que lhe qui- zerem pôr. A credencia do lado da Epistola estará coberta com huma colxa, e sobre esta huma toalha emgomada; sobre ella huma salva de prata com a corôa, ou capella; e
	15	uma Bandeja taõbem de prata com o Ha- bito, Cordaõ, e Véo. Junto a Grade do Com- mungatorio se porá huma cadeira d'encosto, sobre pequeno estrado coberto de alcatifa.
	20	Estará a Sachristia da Commuidade acea- damente preparada, e o plano coberto de alcati- fa. Junto a Grade do Commungatorio da parte de baixo estará huma cadeira d'en- costo sobre pequeno estrado, coberto de alcati- fa, na qual se ha de sentar a <i>Madre Regente</i> , e a
	25	baixo della tamborêtes razos para as <i>que</i> tive=
	26	rem sido Regentes. Da parte de <s>/c\ima (<i>Livro Cerimonial</i> , fl. 2r°)

O documento está dividido em 3 capítulos, cada capítulo com as orações a serem realizadas em cada momento, escritas em latim. Como vemos no exemplo abaixo:

2v ^o	15	Capitulo 2 ^o O Reverendo Capellaõ, ou outro Sacerdote que fizer o seu lugar, estará paramentado com a Sobrepelliz Estola e capa d'Asperges, e acompanhado do Sachristaõ que estará paramentado com Sobrepelliz, e com a caldeirinha hiraõ ambos para a porta da Igreja a esperar pela Entrante. Chegando a Entrante o Reverendo Padre a receberá na porta da Igreja, e fazendo-lhe uma venia lançará sobre ella agua benta, e a fará conduzir para a Capella Mor onde ella se porá de joelhos junto ao primeiro degráo a fazer Oração e o Reverendo Padre fazendo-lhe hum
	20	
	25	
venia	28	subirá logo para <s>/c\ima/, \ e se porá no lugar da (<i>Livro Cerimonial</i> , fl. 2v ^o)
3r ^o	1	Epistola para benzer o Habito, e o mais cantando em tom ferial as seguintes orações. Benção do Habito. Sacerdote.
	5	Adjuntorium nostrum in nomine Domini. Côro Qui fecit Celum et terram. Sacerdote. Dominus Vobiscum. Côro Et cum spiritu tuo.
	10	Oremus. (<i>Livro Cerimonial</i> , fl. 3r ^o)

No final do documento há uma parte que trata do Recebimento de um novo Reverendo Capelão, indicando como o Recolhimento dos Humildes deve proceder para a chegada de um novo Reverendo Capelão à instituição.

8r ^o	1	Recebimento do novo Reverendo Capellaõ. Avizado da falta de Capellaõ ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Prelado, tendo a
<i>Madre</i>	5	Regente noticia, ser chegado o novo Capellaõ avizará ao Procurador Geral, e este imediatamente o hirá vizitar, e por parte da <i>Madre</i> Regente e de toda <i>Communitate</i> dar=

- 10 lhe o parabem, e offerecerem-se a tudo o que
 necessitar; no dia seguinte se juntará no
 Commungatorio a Comunidade e avizado o *Reverendo*
 Capellaõ, este apresentará e lerá a sua
 Provizaõ prezente taõbem o Procurador e per-
15 guntará a *Comunidade* se estaõ contentes,
 responderaõ *que sim*, e pondo-se de joelhos
 pediraõ a Santa Bençaõ, e que por Nossa
 Senhora dos Humildes e o *Santissimo* Sacramento as
 queira ajudar a servir e amar perfeita-
20 mente a *Nossa Senhora* dos Humildes, conforme
 as intenções dos Fundadores deste Reco-
 lhimento. Logo a *Madre* Regente lhe en-
 tregará as chaves da Igreja, e Sachristia
23 e se despedirá.
 (*Livro Cerimonial*, fl. 8rº)

A divulgação desse trabalho contribuirá para ampliar mais um espaço de estudos e leitura em Salvador, pois descrevem hábitos daquela época, que ajudam a descrever os costumes e o pensamento de uma sociedade e também para resgatar a história do acervo do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, que, até então, se encontrava perdida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marla Oliveira. 2010. **Uma porta para o passado:** edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2009. 342 f. + DVD Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita:** História do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SCHIMITT, Jean-Claude. Ritos. *In:* LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (coord.). **Dicionário temático do ocidente medieval.** São Paulo: Edusc, 2002. p. 415-430.

UMA FAKE NEWS SETECENTISTA: O MANUSCRITO 512 ENTRE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA E SEU USO PEDAGÓGICO

Savio Queiroz Lima¹

INTRODUÇÃO

Um dos manuscritos mais consultados e tratados em *sites*, o chamado Documento 512 (ou Manuscrito 512) faz parte da Coleção Brasileira da Biblioteca Nacional (BN). Tido por “um dos itens mais ‘filmados’ e ‘fotografados’ por pesquisadores de todo o mundo”, de acordo com texto publicado pela própria BN², o Manuscrito 512 também é registrado através do pitoresco de sua existência e narrativa em diversos meios para diversos fins discursivos. De todo modo, o Manuscrito 512 é cercado de fascínio por conta de seu conteúdo exótico, atizando a curiosidade leiga pela sua intenção de registrar e mapear uma cidade perdida no Brasil Colônia Setecentista.

Com inúmeros documentos já digitalizados, a BN tem consciência institucional do valor desse documento, ofertando seu

¹ Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo) sob orientação da professora doutora Mary Del Priore. Pesquisa documentação, uso e trato de fontes, de estudos paleográficos às histórias em quadrinhos.

² Como pode ser visto em verbete sobre a Coleção Brasileira no site da Biblioteca Nacional, acessível no link: <https://www.bn.gov.br/explore/colecoes/brasileana>.

acesso virtual através de digitalização e até lhe dedicou um pequeno texto. Em verbete próprio da BN, tratado como ‘mapa de uma cidade perdida’, é listado um conjunto de nomes de destaque nos meios científicos, como Richard Francis Burton e Percy Harrison Fawcett³. Veremos outros nomes, no decorrer do texto, que demonstram o quão curioso é o registro e como ele foi tratado ao longo das décadas por historiadores e pesquisadores diversos.

A investigação, justamente por sua curiosa natureza, pode-nos ser utilíssima para compreender o trato historiográfico e fazer seu uso pedagógico. Através da prática paleográfica, das contextualizações históricas, da estrada crítica da análise da fonte (suas correntes intelectuais de cada época), podemos contemplar o exercício historiográfico e usá-lo como exemplo para o ensino de história, adequando para cada realidade da educação básica e superior⁴. A intenção dessa oportuna conduta prática de exercício historiográfico é de conscientizar a importância de todo aparato metodológico e processual da ciência História, fundamentalmente em tempos de pós-verdade e revisionismo.

MANUSCRITO: FONTE, MÉTODO, ENSINO

O manuscrito em questão encontra-se já devidamente digitalizado pelo próprio *site* da BN⁵. Isso garante, de imediato, seu acesso e trato crítico pelo público, possibilitando o exercício

³ O curto texto pode ser acessado em: <https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/documento-512-mapa-uma-cidade-perdida>.

⁴ Atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o ensino de história, condizente com a Base Nacional Comum Curricular, participe de todo currículo de História.

⁵ Acessível em formato PDF, completo e em boa definição, no acervo digital da própria Biblioteca Nacional através do link:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms495/mss_01_4_001.pdf.

paleográfico, ainda que em muitos sítios virtuais já se encontrem com certa facilidade transcrições do mesmo. O manuscrito compreende um relato expedicionário descritivo, com exatas 10 laudas, escrito em cursiva humanística, havendo evidências visíveis de restaurações diferentes (duas tipologias são reconhecíveis).

Seu exotismo característico está na narrativa que faz, citando o encontro de sertanistas com uma cidade perdida abandonada no interior da Bahia. Mas diferente de outras narrativas da época, muito mais semelhante, por exemplo, ao trato de Hans Staden sobre sua experiência de naufrago, o Manuscrito 512 não está carregado do fantástico, limitando-se ao descritivo bastante realista. Nessa descrição física de ruínas de uma antiga urbe do mediterrâneo, traz elementos pitorescos da estética romana.

Datado em 1753, como vem na primeira frase da dita correspondência, o manuscrito é endereçado à administração colonial. Sem autoria assinada, o manuscrito segue em suas páginas com as descrições do encontro de um grupo de sertanistas com as ruínas de uma cidade perdida, relatando seus detalhes com minúcia, assumindo expedição de dez anos em busca das secretas minas de prata de Moribeca, de acordo com a própria narrativa. Moribeca era a alcunha de Robério Dias⁶, sertanista preso por negar informar a localização de minas de prata à Coroa. No manuscrito, em sua primeira página,

⁶ Também grafado Rubério Dias, filho de Melchior Dias Moreyra (também grafado “Belchior” e “Moreira”), tido parente de Caramuru, ambos receberam o nome Moribeca, dado pelos nativos indígenas. Em carta de Lourenço Antônio Braga ao Vice-Rei Conde de Athouguia (Luis Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e Ataíde, decimo conte de Athouguia e sexto Vice-Rei do Brasil) sobre descoberta de minas de prata anunciada em 24 de maio de 1754, dizendo “[...] que em outros séculos prometteo a S. M, que Deus guarde, Melchior Dias Moreyra, conhecido por antenomazia o Muribeca”, como transcrito pelos anais da Biblioteca (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1913, p. 85). Com total liberdade poética, José de Alencar fez uso da saga de Robério Dias em sua obra *As Minas de Prata*, de 1865.

Moribeca é tratado como “grande descobridor”⁷, demonstrando afeição do redator ao personagem.

O documento segue relatando os trajetos seguidos pela bandeira, sem especificar informações que possam ser usadas com precisão. Diz algumas características geográficas esparsas, como “Alpes e Pyrineos Brasília”, e, em dado momento, chega a citar os rios Uma e Paraguaçu. Talvez uma estratégia de segurança, como teria o feito Moribeca, as incertas descrições do espaço podem sugerir a intenção maior do documento. Mas, antes de teorizações, convém conhecer e usar o registro em questão.

Como parte da intenção desta investigação é seu uso prático no trato pedagógico do ensino de história, façamos o exame do documento. Seguindo a premissa de Michel De Certeau (1982, p. 66), o fazer historiográfico está formado pelo conjunto concomitante entre a escrita da História, sua prática científica e a sua estrutura disciplinar. Tal Operação Historiográfica é condição do profissional de História de construir a ausência do passado através de imagens e discursos em coerência com as fontes, ainda que a construção desse discurso esteja atrelada ao espaço científico e suas devidas limitações, corroborando ou não com o aceite dos pares (DE CERTEAU, 1982, p. 72). O Manuscrito 512 é o meio onde a Operação Historiográfica ocorre dentro do labor científico do historiador, mas, também, como possibilidade de exercício dessa mesma operação dentro das expectativas de ensino de História.

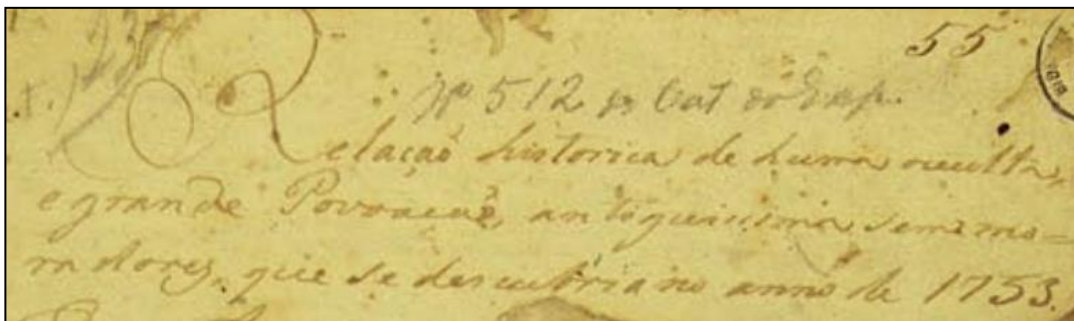
⁷ Como mostra a primeira lauda do conjunto documental.

PARA ALÉM DA IMAGINAÇÃO (UMA CIDADE ROMANA NO SERTÃO BAIANO)

Passemos, então, para a leitura do documento através do uso de transcrição e a investigação crítica sobre o passado lido. O título do documento, em uma frase, são as três primeiras linhas, que diz,

Relação historica de huma muita
e grande Povoação antiquíssima sem mo-
radores que se descobriu no anno de 1753⁸.

E que podemos ver no recorte do trecho no original digitalizado, abaixo:



Fonte: Trecho introdutório do Manuscrito 512 – extraído da digitalização ofertada pela Biblioteca Nacional.

A expedição em questão, havido introduzido seu intento de diligência em busca de minas de metais preciosos, inicia a narrativa descritiva. Fala do encontro de montanhas luminosas pela presença de cristais, de difícil transposição, chegando a um caminho entre duas serras, “[...] que parecião cortadas por artificio, e não pela Natureza [...]”, achado por um negro. Após uma subida de contadas três horas,

⁸ Trecho transcrito alinhado apenas como sugestão de exercício expositivo na prática pedagógica de uso das fontes. Apenas neste trecho se faz a caixa de texto recuada, condicionada às posições das linhas do original, seguido de recorte do trecho original digitalizado. Para os textos seguintes, para um uso mais proveitoso do espaço do artigo, a normalização se manterá mais rígida. Desta maneira, as imagens seguintes, ausentes na construção deste texto acadêmico, são sugestões de seguimento da prática do uso de imagens no ensino de História.

do cume de um dos montes avistaram um povoado, que acreditaram se tratar de uma povoação colonial “da Corte do Brazil”, mas que “[...] chegarão os nossos dezenganados de que não havia moradores [...]”. Resolveram adentrar com cautela na cidade abandonada.

Deste ponto, o exótico apresenta-se na forma de descrições detalhadas de elementos urbanos que remetem à arquitetura romana antiga. A cidade tem aceso principal, segundo o registro, “[...] cuja entrada he por tres arcos de grande altura, o do meio he maior, e os dois dos lados são mais pequenos [...]”, como o arco triunfal romano de Constantino, datado de 312 d.C., e o arco triunfal de Medinaceli, datado no século I na Espanha, ambos com três vãos como na descrição. Ainda que tais estruturas de portais não sejam exclusividade dos latinos, convém a surpresa de descrição de encontro com semelhante peça.

A narrativa deixa a suposição e começa a fazer uso de saberes arqueológico de seu tempo. Num dado trecho, descreve

[...] huma Praça regular, e no meio della huma collumna de pedra preta de grandeza extraordinária, e sobre ella huma estatua de homem ordinário, com huma mão na ilharga esquerda, e o braço direito estendido, mostrando com o dedo index ao Polo do Norte: em cada canto da dita Praça está huma Agulha a immitação das que usavão os Romanos, e mais algumas já maltratadas, e partidas.

Evidenciando que seu narrador, na condição de fazer verossimilhança com o acervo visual com seu interlocutor, tem referências na História Romana. Postura comumente encontrada em representações esculturais de imperadores romanos, herança helenística, como a estátua Augusto de Prima Porta, do século V a.C., e a estátua de Constantino, que se encontra na arquibasílica de São João de Latrão, em Roma.

O historiador Pedro Paulo Funari, em parceria com Jefferson Ramalho, escreveu sobre estatuárias colossais de Constantino. Tratando sobre as representações idealizadas e carregadas de subjetividade no artigo *As Representações do Imperador Constantino na Estatuária e na Epigrafia Romanas*, nos fornece uma pista para entender a realidade do conhecimento arqueológico do período, ao pontuar que “[...] o estudo das estátuas, portanto, chegou ao início da Arqueologia, desde meados do século XVIII e início do XIX” (FUNARI, 2016, p. 51).

A representação humana latina repete-se na descrição do Manuscrito 512, ao falar de detalhes de uma grande residência que disseram encontrar. Depois de ataques de morcegos, reforçando a condição de abandono da urbe, admiraram-se, pois,

[...] sobre o pórtico principal da rua está huma figura de meio relevo talhada da mesma pedra e despida da cintura para cima, coroada de louro: representa pessoa de pouca idade, sem barba, com huma banda atraveçada, e hum fraldelim pela cintura,

como ocorre com inúmeras figuras no baixo relevo presente no friso do Partenon, datado do século V, como a tríade formada por Poseidon, Apolo e Afrodite. À medida que detalhes são descritos, a verossimilhança parece confortar com a veracidade do que é narrado, ao mesmo tempo que nos alimenta de assombro como tão inóspita realidade histórica parece esconder-se dos saberes historiográficos brasileiros.

Neste trecho já aparece o primeiro conjunto de inscrições transcrita pelo autor do manuscrito. As transcrições dos caracteres ocorrem no que seria a quinta página do documento “debaixo do escudo da tal figura tem alguns caracteres já gastos com o tempo” no

baixo-relevo já citado, na sétima e na oitava páginas, e, por fim, na última página em lista numerada⁹. Além desses elementos de correspondência com a realidade histórica evidenciada pela narrativa, é dito que

Hum nosso companheiro chamado João Antonio achou em as ruinas de huma caza hum dinheiro de ouro, figura esferica, maior que as nossas moedas de seis mil e quatrocentos: de huma parte com a imagem, ou figura de hum moço posto de joelhos, e da outra parte hum arco, huma coroa e huma setta, de cujo genero não duvidarmos se ache muito na dita povoação

A numismática encontra com facilidade tais referências, já que são elementos simbólicos bastantes comuns na antiguidade, como as moedas denarius romanas do século I¹⁰, entre outras.

Ainda que tantos detalhes possam conquistar de imediato a atenção de um leitor, a função crucial de uma bandeira era a de encontrar riquezas para a metrópole. Não se furtou, o envolvido com a feitura da correspondência, da exposição da possibilidade de presença de metais preciosos, descrevendo e afirmando que

[...] depois destas admirações entramos pelas margens do Rio a fazer experiencia de descobrir ouro e sem trabalho achamos boa pinta na superficie da terra, promettendo-nos muita grandeza, assim de ouro, como de prata”.

Essa sede gananciosa comungava com as expectativas de encontrar mais fontes auríferas, estimulando a vinda de aventureiros

⁹ O documento não apresenta paginação original, por conta disso o uso do logradouro aqui é correspondente ao arquivo digitalizado pela BN.

¹⁰ Como esta moeda de prata denarius romana do período de Otaviano entre 19 e 4 a.C. com a figura do Hercules ajoelhado que pode ser vista no acervo do Museu Britânico, disponível em: https://research.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=3087048&page=1&partId=1&searchText=Durmius. Outra moeda, denarius romana de 37 a.C., traz a imagem do imperador Marco Antônio em um lado e um conjunto simbólico com uma coroa armênia, arco e flechas, que pode ser vista em: <https://allinnet.info/news/the-armenian-crown-tiara/>.

reinóis, adentrando ainda mais sertões em oportunas vagas (DEL PRIORE, 2016, p. 86).

A extração de metais preciosos modifica as estruturas políticas, sociais e comerciais da colônia. Em 1751 são criadas as casas de fundição no estado de Minas Gerais (FERREIRA, 2005, p. 213), no ano seguinte o vice-Rei Conde de Athouguia recebe do sertanista baiano João da Silva Guimarães amostras de supostas pedras com prata, logo descartada. As atenções da coroa estavam em toda e qualquer pista possível de minas de ouro e prata, o que faz com que um documento como o Manuscrito 512 ser ignorado seja uma ação de certo curiosa.

DE OURO DE TOLO À PRECIOSA IDENTIDADE NACIONAL

Inúmeros trabalhos foram produzidos dentro e fora da academia sobre a existência do Manuscrito 512. Desde seu achamento, em 1839, na Livraria Pública da Corte, o documento tem atizado o fascínio de seus leitores, eruditos ou não. Dentre os tantos trabalhos, destaca-se a pesquisa sóbria e eficiente do historiador Jhonni Langer (2002), tratando de mito e arqueologia no entorno dessa fonte. Fazemos a opção de não dar holofotes a trabalhos exagerados e sensacionalistas, justamente para não desviar a atenção, ainda que essas posturas sejam, também, de enorme interesse para a história, pelos estudos sobre imaginário que possam fruir.

Ainda que existam muitos elementos exóticos e inusitados nos discursos do Manuscrito 512, profissionais da área atentaram para o documento. Com critério e cautela, tivemos abordagens sobre o documento em Carl Von Martius (1956), Lindolfo Rocha (1908), Sergio Buarque de Holanda (2007), entre outros, que tangenciaram o

assunto, sem que lhes fosse sedutor proferir especulações aberrantes e fantasiosas. Ainda que os achados arqueológicos das antigas civilizações mesoamericanas permitam a possibilidade de passados ainda não decifrados, há persistente uma esperança fantástica do extraordinário.

Relatos de nativos, notícias de sertanistas diversos, entre boatos e exageros, fizeram o século XVIII se encharcar da ideia de lavras preciosas. O historiador Sergio Buarque de Holanda nos fala a respeito:

A verdade é que esse fascínio despertado pelas esmeraldas também descansaria, por sua vez, numa tradição imemorial, de que ficaram os traços em toda a literatura da Idade Média e que será conservada largamente durante o Quinhentos. O papel considerável que elas desempenham nas alegorias e 'visões' paradisíacas, onde lhes costumam atribuir virtudes sobrenaturais, preserva-se em geral nos mitos da conquista da América, onde serve para alimentar a ambição profana dos colonizadores e aventureiros (HOLANDA, 2007, p. 70).

O Manuscrito 512 não surtiu efeito tão desejado pelos seus produtores, não havendo registros de interesse sobre tais descrições. Assim, as dez páginas exóticas repousaram no esquecimento da Livraria Pública da Corte até serem recuperadas e lidas na primeira metade do século seguinte, em um momento onde o passado extraordinário parecia valer mais do que ouro e prata.

No caso do século XIX, isso tornou-se o fundamento da política ideológica de construção de uma identidade nacional. Como numa moda mundial, as nações buscavam suas heranças prodigiosas, conduta dos intelectuais da época que, apoiados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1838, promoveram anos de expedições em busca desse passado brasileiro pré-cabraliano (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p.170). Diante de inúmeras ameaças de fragmentação nacional, buscar essa identidade

brasileira, afastada de suas origens indígenas, sem valorizar em demasia a contribuição africana.

O projeto identitário brasileiro foi um objetivo político e uma missão científica, financiado pelo Império e guiado pelo IHGB. Nas mãos de Manuel Lagos, autor da descoberta (LANGER, 2002, p. 131), logo o Manuscrito 512 passou por impressão litográfica e seus membros dispuseram de 500 exemplares. O cônego Januário Barbosa, convencido da importância do documento, publicou sua transcrição junto com um texto introdutório de advertência, contando sobre as minas perdidas após a morte de Robério Dias, afirmando que “[...] esta notícia acendeu os desejos de muita gente, que por diversas vezes penetraram o sertão com suas bandeiras em demanda das riquezas ocultas” (BARBOSA, 1908, p. 150).

Logo essa possibilidade legitimadora de brasilidade e de sua herança pré-cabraliana civilizatória superior às populações e culturas nativas ganhou fôlego. Langer (2002) nos lista expedições e eruditos que se aventuraram em busca das ruínas misteriosas acusadas no Manuscrito 512. Expedições, em 1840, aconteceram, promoveram teorizações sobre sua existência e iniciaram o mapeamento de seu logradouro, como fazem os eruditos baianos Inácio Accioli de Cerqueira e Mancorvo (BARBOSA, 1908, p. 132) e o cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, eleito pelo IHGB para liderar expedição nos sertões baianos em busca da cidade perdida. Sem a localização exata, Benigno valeu-se de entrevistas com sertanejos, até 1848, com enorme frustração, falecendo no ano seguinte, na cidade do Salvador (BARBOSA, 1908, p. 144).

O mistério atçou, desde o início, estrangeiros, como Burton e Fawcett, que também se aventuraram e nada descobriram além de castigos advindos da natureza do sertão. Fawcett chegou a receber de

um consul inglês, chamado Ted O'Sullivan, a localização das Minas de Moribeca, desmentido pelo próprio Fawcett que segue sua busca, marcando em mapas a sua intenção com a letra Z, mas encontrando sua morte durante a jornada (BORGES, 1987, p. 233). A notícia, ainda bastante fresca da descoberta, promoveu a inserção do tema ao menos tangencialmente no escrito de Karl Von Martius, no exitoso texto de História do Brasil, *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, dizendo:

Até agora não se descobriram no Brasil (ao menos que eu saiba) vestígios de semelhantes construções, pois que as notícias manuscritas, das quais dá uma cópia a 'Revista Trimestral' do ano de 1839, pág. 181, e que induziram ao Sr Benigno José Carvalho e Cunha (...) a suspeitar que há uma grande cidade ao lado do Sul da Serra de Sincorá, sobre o braço esquerdo do Sincorá, são até agora os únicos que se conhecem sobre monumentos brasileiros (VON MARTIUS, 1956, p. 447).

Na mistura de intenções políticas, folclores e memórias sertanistas, assim como a ilustração intelectual,

[...] percebemos, desta maneira, que o mito popular foi reinterpretado pelo imaginário erudito, reforçando as convicções vigentes sobre um passado grandioso prestes a ser revelado [...] (LANGER, 2002, p. 133).

A pedra da Gávea, suporte dessa teoria de uma civilização antiga no Brasil supraindígena, quicá uma pareidolia.

O isolamento do Manuscrito 512 não ocorre por se tratar de uma falsificação, nem mesmo por não ter, nele, interesses mais coesos. Até então, tudo indica se tratar de um documento legítimo, produzido no século XVIII, mas isso não garante que seus argumentos sejam, por si só, igualmente legítimos. Os saberes nele presentes corroboram as descobertas arqueológicas e seus devidos registros descritivos no período, como *L' antichità Romana*, de Giovanni Battista Piranese,

publicado em 1756. As descrições do Manuscrito 512 são similares às reconhecíveis nos sítios de Herculano, Pompeia e Constantino (LANGER, 2002, p. 130). Por conta disso, as descrições existentes no manuscrito não estão distantes dos conhecimentos de um entusiasta presencial ou leitor profícuo do tema.

Mas o Manuscrito 512 pode, sim, ganhar contornos mais realistas, repousar enquanto fonte documental. Sobre a autoria, os historiadores Herman Kruse¹¹ e Pedro Calmon¹² já teriam sugerido o nome do sertanista João da Silva Guimarães. Kruse teria, inclusive, feito o trajeto descrito no Manuscrito 512, entre os rios Paraguassu e Una, em 1941, mas sem sucesso (BORGES, 1987, p. 234), por fim garantindo que não haveria a tal cidade, mas acusando o João da Silva Guimarães como autor. O mesmo aparece no trato de Pedro Calmon sobre as escondidas minas de prata.

Por meio de um suspeito, todas as pistas seguem analisadas para saber se corroboram ou não o dito. Dialogando com Pedro Calmon, Langer (2002, p. 130-131) aponta a relação do Mestre de Campo¹³ João da Silva Guimarães com o então governador Martinho de Mendonça de Pena e de Proença¹⁴, um homem de letras e erudito, tendo assumido cargos de bibliotecário, fora membro da Real Academia de Lisboa, conhecido filólogo. O período em que foi governador interino¹⁵ da província mineira, morando de Vila Rica,

¹¹ Em sua obra *O Manuscrito 512 e a Viagem à Procura da Povoação Abandonada*, publicado em 1940, em nota de LANGER (2002, p. 149).

¹² Na tese que escreveu para concurso em 1950, com o título *O Segredo das Minas de Prata*, conforme LANGER (*Ibidem*).

¹³ Durval Rosa Sarmiento BORGES (1987, p. 234) assim o intitula. De acordo com o livro *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*, o cargo foi criado em 13 de agosto de 1638, com a função administrativa sobre as tropas de fronteiras, não seria incomum ter a milícia em expedições em busca de minas (SALGADO, 1985, p. 308). Pode ser, também, que o título venha de sua relação com Martinho de Mendonça, pois esse teve muitos de seus indicados para cargos militares aprovados em 1738 (CAVALCANTI, 2010, p. 360-361).

¹⁴ Ou também escrito como Martinho de Mendonça de Pina e Proença.

¹⁵ Entre 1736 e 1737 (SOUZA, 1999, p. 88).

cansativamente fez valer o rigor legal¹⁶, repressor de revoltas¹⁷, mas evidenciando seu imenso descontentamento com sua função, causando-lhe até enfermidades (CAVALCANTI, 2010, p. 306) e com o desdém da coroa portuguesa às minas de metais preciosos (SOUZA, 1999, p. 88-89).

O ilustrado português, filólogo, publicou na metrópole estudos sobre arqueologia, demonstrando afeição ao tema. Escreveu uma palestra de título *Discurso sobre a Significação dos Altares Rudes e Antiquísimos*, em 1733, entre outros trabalhos¹⁸. Em 1738, já sem o cargo administrativo, fez correr pela província uma série de cópias de caracteres que encontrou em São Tomé das Letras, bastante similares com os do Manuscrito 512, segundo Langer (2002, p. 131). Contemporaneamente, João Guimarães e sua bandeira partiam de Vila Rica quando foram surpreendidos por indígenas, mas acudido por Martinho de Mendonça de Pena e de Proença. Assim, “[...] talvez a origem do mito esteja nesse antigo contato, entre um bandeirante ávido por ouro e um acadêmico interessado em arqueologia” (LANGER, 2002).

Para além de mitos folclóricos de cidades encantadas perdidas comuns no século XVI e dos assédios dos sertanistas aos financiamentos de suas bandeiras, o Manuscrito 512 nos é possível fonte. Relata as intenções que sertanistas no século XVIII tiveram para convencer a coroa portuguesa a financiar suas custosas expedições, muitas vezes produzindo narrativas sedutoras

¹⁶ Chegou a ouvir “Morte a Martinho de Mendonça!” de um anônimo opositor, aos gritos, na Vila do Carmo (CAVALCANTI, 2010, p. 313).

¹⁷ Que ele, inclusive, relata em carta com intitulada *Prenúncios de uma Sedição*, endereçada a Gomes Freire de Andrada.

¹⁸ Que podem ser vistos na tese de doutorado de Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcante, de título *O Comissário Real Martinho de Mendonça: Práticas Administrativas na Primeira Metade do Século XVIII*, defendida em 2010 pela Universidade Federal Fluminense.

comungadas com a realidade social. Também nos é útil entender sua relevância no século XIX, enquanto instrumento legitimador de um imaginário político sobre a identidade nacional brasileira, que tinha a esperança de uma herança de supremacia às portuguesas, africanas e indígenas. Estes últimos, autóctones desta terra, menosprezados: “Não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história” (VON MARTIUS, 1956, p. 444).

Muitos se envolveram com o Manuscrito 512, leitura paleográfica, o entusiasmo causado em quem sabe descobrir algo de imenso valor. Seja ouro, seja glória arqueológica, seja sonho. Martinho de Mendonça morre em 1743, cinco anos depois do encontro com João Guimarães, dez anos antes da data do Manuscrito 512. Talvez tenha deixado conhecimento através da oralidade ou escrito, intencionalmente ou não¹⁹. João Guimarães morre em 1766. Suspeitos, deixaram uma trilha seguida por aventureiros, até hoje fascina aqueles que entram em contato com a narrativa pitoresca.

CONCLUSÃO

Para muitas pessoas, um passado que se parece com o presente é imensamente frustrante. As esperanças são de que qualquer mistério possível envolvendo um vestígio do passado possa abrir as portas ao inóspito, trazendo uma realidade ocultada de imenso assombro, quiçá, uma verdade de mudar os alicerces do mundo como o conhecemos.

¹⁹ É sabido que em 1738 retorna para Lisboa, tornando esse contato bem mais curto (CAVALCANTI, 2010, p. 366).

Desta maneira, o revisionismo histórico causa enorme sedução, prometendo ser iconoclasta e destituindo os estudiosos e pesquisadores de seu poder intelectual. O processo político atual vem carregado dessa tara, com as imensas possibilidades de que a história possa ser recontada, negada, ou mesmo desnuda do “politicamente correto”. Além disso, o esotérico sempre foi bastante sedutor para o leitor eventual, convencido através de frases de impacto ou questionamentos sensacionalistas sobre o passado histórico.

Assim nascem as manipulações das informações que hoje alcunhamos de *Fakes News*. Na História do Brasil temos diversas manifestações dessas arbitrariedades e maquinações, como foram os casos do MMDC²⁰, do Plano Cohen²¹, entre outros, para que o povo, ávido da mistura entre ficção e realidade, carregado de emoções mais fortes que as razões às condutas populares.

O Manuscrito 512 é prato cheio para esse tipo de consumo ideológico, aproximando a paixão da ficção com a solidez da realidade. Toda e qualquer ausência de respostas é oportuna para o mirabolante, fazendo com que algumas perguntas que aparentemente não foram respondidas pelos estudiosos possa ser tratada como campo de batalha de saberes vulgares e anticientíficos. A ciência tem método, e o

²⁰ Sigla do nome dos construídos mártires na tentativa de contragolpe ao governo autoritário de Getúlio Vargas, em 1932. Ameaçados de perder seus controles políticos, lideranças oligarcas paulistas iniciaram incentivos de agressões contra o governo outorgado, maquiando mortos em uma dessas ações com as imagens de estudantes. Sobre a propaganda, temos o trabalho da historiadora Emília Viotti da Costa de título *1932: Imagens Contraditórias*, publicado em 1982. Temos, também sobre uso da propaganda, temos o trabalho de João Paulo Rodrigues, *Tradição e Retórica Imagética: a Construção da Propaganda Visual Opositorista no Levante de 1932 em São Paulo*, de 2011, e o trabalho de Antônio R. de Oliveira Junior, *Convencimento e Emoção: a Força da Imagem-propaganda no Movimento Constitucionalista de 1932*, de 2013. Sobre as identidades maquiadas dos construídos mártires, o livro *1932: São Paulo em Chamas*, de Luiz Octávio Lima, publicado em 2018.

²¹ Documento falso escrito por integralistas inseridos no governo de Getúlio Vargas com o objetivo de criar alarde sobre uma ameaça comunista judaica para efetivar golpe de Estado em 1937. Essa absurda construção de discurso ganhou credibilidade e abriu portas para o regime mais autoritário e repressor, o Estado Novo. Pode ser lido a respeito nas duas obras do historiador e biógrafo Lira Neto: *Getúlio (1930-1945) - Edição especial: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo*, de 2013; e *Getúlio (1945-1954): Da volta pela Consagração Popular ao Suicídio*, de 2014.

exercício de uso do Manuscrito 512 enquanto ferramenta pedagógico para demonstrar todo esse caminho é de imensa importância. Principalmente para tirar o senso comum de que a História, enquanto ciência e disciplina, é apenas argumentação e narrativa.

O Manuscrito 512 é um documento histórico não pela narrativa que se propõe tecer, mas pelos teores que envolvem sua feitura. Além disso, é um documento que também envolve a Diplomática, na busca de sua autenticidade, a Paleografia, a Biografia e a História. Seu uso no século XIX ainda nos remete ao seu papel construtivo de uma memória sociopolítica intencionada pelos poderes. Evidente que “[...] sabemos hoje que essas ruínas brasileiras nunca existiram, e o que os estudiosos perseguiram foi uma miragem, um mito arqueológico [...]” (LANGER, 2002, p. 127), mas o Manuscrito 512 nos alerta do perigo do uso do passado para fins ideológicos, principalmente quando se afastam dos critérios metodológicos da historiografia.

No interesse de aventurar-se no passado através de seus registros documentais, dois caminhos nos parecem distintos, ainda que não excludentes. Pode-se aprofundar nos saberes produzidos e inserir sua contribuição através de instrumentos e métodos, ou, seguir as instruções:

Estas notícias mando a v.m., deste certão da Bahia, e dos Rios Pará-oaçu, Uná, assentando não darmos parte a pessoa alguma, porque julgamos se despovoarão Villas, e Arraiais; mas eu a V.me. a dou das Minas que temos descuberto, lembrando do muito que lhe devo.

Ou quem sabe seguir as indicações de Benigno José de Carvalho e Cunha e viajar à Serra do Sincorá, ou o Rio Parassussinho, ou o Rio Grande, ou o Rio Orobó, quem sabe aproximar-se de Santo Amaro e seu Rio Tingá. De todo trato, o segundo caminho sem o primeiro é

um convite à perdição, o primeiro caminho sem o segundo é o dessabor de curtir a paisagem.

REFERÊNCIA

ANÔNIMO. **Relação histórica de uma occulta, e grande povoação antiquíssima sem moradores, que se descobriu no anno de 1753.** Bahia/ Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Coleção Brasileira, documento n. 512, 1754.

BARBOSA, Januário da C. Advertência. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil.** Primeira Série – Tomo I. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1908, p. 150-155.

BORGES, Durval Rosa Sarmiento. **Rio Araguaia, Corpo e Alma.**, São Paulo: IBRASA, 1987.

CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. **O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII.** Niterói, 2010. 442 fl. Tese (Doutorado em História Social) – ICHF/UFF, Niterói, 2010.

DE CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. *In:* DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da Gente Brasileira - v. 2: Império.** São Paulo: Leya, 2016.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2010.

FERREIRA, Olavo Leonel. **500 Anos de História do Brasil.** Edições do Senado federal. Senado Federal, Brasília, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; RAMALHO, Jefferson. As Representações do imperador Constantino na estatuária e na epigrafia romanas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 10, junho de 2016. p. 48-70.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Anais da Biblioteca Nacional** - v. 31 de 1909. Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil império. **Revista Brasileira de História**, v. 22, número 43. São Paulo: Associação Nacional de História, 2002, p. 127-152.

ROCHA, Lindolfo. Zona Desconhecida no Interior da Bahia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, v. 34, Salvador, 1908.

SALGADO, Graça (coord). **Fiscais e Meirinhos - a Administração no Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira , 1985.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. Como se deve escrever a Historia do Brasil. Introdução de José Honório Rodrigues. **Revista de História de América**, n. 42, dez. 1956, p. 433-458.

UMA IMAGEM É UMA IMAGEM, UM MANUSCRITO É UM MANUSCRITO: APORIAS DA FIDEDIGNIDADE DA FOTOGRAFIA PARA ESTUDOS PALEOGRÁFICOS E DIPLOMÁTICOS

Giovane Santos Brito¹
Alicia Duhá Lose²
Jorge Viana Santos³

INTRODUÇÃO

Em tramitação na Câmara dos Deputados, o *Projeto de Lei n. 7.920/17* comumente denominado de “Projeto Queima de Arquivo”, visa alterar vários normativos (*Lei 12.682/2012, Lei 8.159/1991, Decreto-Lei 3.689/1941, Lei 12.865/2013, Lei 13.105/2015*) para dispor a respeito da digitalização de documentos. Esse projeto recebeu várias críticas por parte de instituições e pesquisadores que lidam com materiais arquivísticos, justamente porque um debate

¹ Doutorando em Língua e Cultura (UFBA), Mestre em Linguística (UESB) e graduado em Letras Vernáculas (UESB). Fotógrafo, Analista de Educação e Professor da Faculdade Sudoeste (FASU/UNIGRAD). Email: giovane.uesb@gmail.com

² Doutora e Mestre em Letras (UFBA), com graduação em Letras Vernáculas (PUCRS). Prof.^a associada do Instituto de Letras da (UFBA). Email: alicia.lose@ufba.br

³ Doutor em Linguística (Unicamp), Mestre em Comunicação e Semiótica (PUCSP) e graduado em Letras (UESB). Fotógrafo e Professor do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DELL/UESB). Professor do quadro permanente do Programa da Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN/UESB). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB). Email: viana.jorge.viana@gmail.com

aprofundado sobre suas implicações para a vida em sociedade não foi empreendido até então.

O problema envolve, dentre outros fatores, dois que merecem destaque para a nossa discussão. Em primeiro lugar, a “possível” equivalência jurídica de documentos digitalizados aos respectivos documentos físicos e, em segundo, a incineração dos tipos físicos que não sejam destinados à uma guarda permanente. Tais fatos representam um retrocesso para a história, a memória e a cultura do Brasil, visto que, dada a incompatibilidade que os diversos tipos de suportes vêm apresentando ao longo do tempo, a queima de arquivos desse tipo apresentaria riscos à preservação de dados, informações e conhecimentos incomensuráveis dispostos nos originais em papel.

Caso seja aprovado, o PL 7920/2017 não levará em conta pressupostos teórico-metodológicos da Arquivologia, da Paleografia e da Diplomática (só para citar algumas), pondo em risco além da autenticidade de documentos, a maneira e o local onde os documentos digitalizados são armazenados, face a uma crescente demanda tecnológica que desconsidera, por seu turno, o rigor científico das áreas citadas e a relevância científica que juntas detêm para a sociedade em geral.

Nesse sentido, ao organizarmos este trabalho, pretendemos demonstrar alguns aspectos pertinentes à digitalização de documentos que mais contribuem para a perda de informações paleográficas e diplomáticas, pois a digitalização feita a partir da fotografia digital, apesar de apresentar algumas vantagens, também apresenta desvantagens que merecem ser discutidas. Assim, sob um olhar da Paleografia e da Diplomática, apresentaremos alguns impasses da digitalização fotográfica através de quatro pontos principais, demonstrando as aporias/impasses que o uso da fotografia

pode desencadear para os estudos paleográficos, a saber: a) a relativa fidedignidade da fotografia, b) o nível de intervenção do fotógrafo-editor, c) o real fotográfico e d) a autenticidade da imagem frente ao documento físico.

O DOCUMENTO DIGITAL *PDF*⁴ ENQUANTO IMAGEM DE UM DOCUMENTO FÍSICO

“PDF. Três letras que mudaram o mundo”. É o que afirma a página da *Adobe Inc.*⁵, na rede mundial de computadores, ao se referir a esse formato de arquivo digital que ganhou espaço salutar na Internet, ocupando os ambientes virtuais de aprendizagem, os espaços acadêmicos e a comunidade em geral.

Ainda em sua propaganda, a *Adobe Inc.* afirma que os arquivos em PDF, enquanto arquivos digitais de documentos, “[...] preservam todos os dados do arquivo original, mesmo quando há textos, gráficos, planilhas e muito mais”. Com esse projeto, a empresa afirma que

Você pode proteger PDFs com senha para impedir que outros copiem e editem o conteúdo, editá-los para excluir permanentemente informações confidenciais e até mesmo encontrar e remover dados ocultos.

Com esta última afirmação, nos perguntamos: até que ponto um arquivo digital, imagético, editável e que apresenta tais “[...] vantagens [...]” pode mesmo “[...] preservar todos os dados de um arquivo original”? Questionamos ainda, frente a tantos avanços tecnológicos e frequentes mudanças nas preferências de formatação

⁴PDF é a sigla utilizada para definir o *Portable Document Format*, um formato de arquivo digital criado pela empresa norte-americana *Adobe Inc.* que é compatível com a grande maioria dos dispositivos eletrônicos, permitindo a associação de *hiperlinks* e mídias como áudios, vídeos e etc. Para maiores detalhes consultar www.adobe.acrobat.com.

⁵A *Adobe Inc.* é uma empresa americana responsável pela criação de *softwares* que atua, principalmente, na área do marketing digital. Para maiores detalhes consultar www.adobe.com.

de documentos digitais (DOC, JPEG, BITMAP, TIFF, PSD...), como garantir que informações preciosas contidas nos documentos manuscritos, não capturadas pela digitalização, possam ser preservadas? Que tipo de armazenamento será dado para que os documentos digitais não se tornem obsoletos? Como fica a questão da validade jurídica do documento digital se o original físico for destruído?

Sabemos que, assim como acontece com a comunidade em geral, por vezes muitos cientistas também buscam, via Internet, através de um computador pessoal ou mesmo de um *smartphone*, o exemplar de um livro, texto ou documento em PDF e isso se dá por vários motivos: seja pela sua praticidade, comodidade, livre acesso, possibilidade ampla de armazenamento e baixo custo, pois essas versões de textos (sejam eles impressos ou até mesmo manuscritos) geralmente são disponibilizadas gratuitamente, são leves e compatíveis com os mais variados tipos de dispositivos eletrônicos da era digital.

Ao considerarmos os aspectos destacados em relação aos arquivos digitais, abordamos, neste texto, aspectos que podem se constituir enquanto vantagens e enquanto desvantagens do processo de digitalização. Pretendemos, com base nos pressupostos da Fotografia Digital, demonstrar aspectos pertinentes a esta linguagem que podem não permitir a passagem de todas as informações de um documento físico para sua versão digitalizada. Passemos a isto.

A DIGITALIZAÇÃO: PROCESSOS FOTOGRÁFICOS NA TRANSPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Durante o processo de digitalização de manuscritos, altera-se substancialmente o sistema de codificação das informações (CHARTIER, 2002), processo que, em si, encerra uma perda

considerável de informações paleográficas e diplomáticas. Nesse sentido, esta passagem de um suporte para o outro (físico para digital fotográfico) apresenta uma série de questões que precisam ser discutidas. Desse modo, perguntamos: Qual a possibilidade de autenticação de documentos (via análise diplomática) com força jurídica sem a existência dos originais?

O processo de digitalização ou captação digital pode ser feito via Câmera Digital ou através do *Scanner*. Assim,

Com a câmera, a imagem é digitalizada via CCD (*charge-coupled device*) ou fotomultiplicador. Uma vez captada a imagem é armazenada na própria máquina, nos cartões de memória ou no computador. [...] O scanner digitaliza a imagem – seja de papel ou de filme, dependendo do scanner – também via CCD ou fotomultiplicador, e armazena-a igualmente no computador. (CESAR; PIOVAN, 2003, p. 160)

Seja através de Câmera Digital ou *Scanner*, a digitalização é um processo que gera um novo produto (Imagem Digital), em uma nova linguagem (Fotográfica) esse é o ponto que estamos discutindo.

A digitalização de manuscritos via fotografia gera um novo produto, que, segundo pressupostos da Filologia e da Paleografia (dentre outras), podemos denominar como fac-símile. Um fac-símile ou ainda, uma edição fac-similada, constitui-se então de uma imagem (uma fotografia) de um texto, capturada através de meios fotomecânicos (CEIA, 2018). Nesse sentido, seja por meio de *Scanner* ou de Câmera Fotográfica, toda reprodução de um texto que se vale desses meios representa um fac-símile do mesmo. No processo de transposição, passa-se um texto de um suporte físico para o digital e essa passagem constitui características relevantes, principalmente no que tange à relativa fidedignidade ao documento original.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a Fotografia, enquanto linguagem, diz respeito, principalmente às técnicas de focalização e profundidade de campo e, segundo Dubois (2012, p. 97), “[...] elas definem de fato as modalidades e as regras exatas da transposição dos objetos tridimensionais para a superfície sensível bidimensional”. Como sugere Bussele (1977, p. 52),

O processo de focalização implica a movimentação da lente na direção oposta à do plano focal, a fim de que os objetos mais próximos possam ser focalizados.

Assim, conforme o movimento do dispositivo fotográfico, a depender do tipo de câmera e lente que se tenha, pode-se optar pela escolha de um ou mais pontos focais de uma imagem. Em linhas gerais, a depender da escolha do fotógrafo, pode-se optar por qual objeto – ou parte do objeto – (na linguagem da Fotografia, “assunto”) deve estar focalizado.

Em segundo lugar, destaca-se a profundidade de campo que se constitui de elemento em que

Cada vez que focamos um ponto de uma determinada cena, temos uma zona de foco nítido, tanto na frente, quanto atrás desse ponto. Se dividirmos esta área em partes iguais e partirmos do ponto onde colocamos o foco na câmera, teremos foco em $1/3$ antes do ponto focado da cena e $2/3$ na parte posterior da área. Essa área de foco nítido é conhecida como profundidade de campo. Esta profundidade de campo é determinada pela abertura da objetiva (f)⁶, pela distância focal da objetiva (50mm, 135mm), por exemplo, e a distância do objeto à objetiva (em centímetros ou metros) (Adaptado de CESAR; PIOVAN, 2003, p. 145).

Sendo assim, a qualidade das edições fac-similares (imagens do texto) dependerá, essencialmente, do foco e da profundidade de

⁶Ainda conforme Cesar e Piovani (2003, p. 98), “Há um anel na lente, marcado por números f , que é o resultado da divisão entre a distância focal da lente e o seu diâmetro. Uma lente com distância focal de 50mm e um diâmetro de 25mm, por exemplo, resultará no número $f/2$.”

campo. E para as edições desse tipo é preciso que o fotógrafo-editor tenha domínio da técnica fotográfica e da sua linguagem. Seguindo esse pensamento é que no livro *Introdução à Ecdótica: Crítica Textual*, de Segismundo Spina, alerta que “[...] para realizarmos uma edição fotomecânica, é suficiente ser um bom fotógrafo ou técnico em serviços fotomecânicos” (SPINA, 1977, p. 80).

Um bom fotógrafo deve demonstrar conhecimento das aporias e dos impasses que a transposição (via digitalização) podem causar para estudos no âmbito da Paleografia e da Diplomática, alertando, sempre que possível, para os riscos e pormenores que esse tipo de edição do texto pode desencadear face tanto ao documento físico, quanto às questões relacionadas à fidedignidade da Fotografia.

Apreciaremos, portanto, quatro pontos principais, demonstrando as aporias/impasses que o uso da fotografia na digitalização pode desencadear para os estudos paleográficos e diplomáticos, a saber, I) a relativa fidedignidade da Fotografia, II) o nível de intervenção do fotógrafo-editor, III) o real fotográfico e IV) a autenticidade da imagem frente ao documento físico.

A RELATIVA FIDEDIGNIDADE DA FOTOGRAFIA

Toda fotografia é um certificado de presença. Esse certificado é o gene novo que sua invenção introduziu na família das imagens. As primeiras fotos que o homem contemplou [...] devem ter-lhe parecido semelhantes, como duas gotas de água, a pinturas (sempre a câmera obscura); ele sabia, no entanto, que estava face a face com um mutante (um marciano pode parecer com um homem); sua consciência colocava o objeto encontrado fora de qualquer analogia, [...] nem imagem, nem real, um ser novo verdadeiramente: um real que não se pode mais tocar.” (BARTHES, 1984, p. 184)

Barthes (1984,) ao tratar da fotografia, afirma que ela atesta a presença de um objeto, é o seu “semelhante”, fazendo uma analogia ao afirmar que “[...] um marciano pode parecer um homem[...]”, ou seja, ambos são semelhantes, porém diferentes. Assim mesmo acontece com uma fotografia que atesta a existência de um objeto, mas não o é em sua totalidade (marciano = fotografia, homem = objeto).

Tal analogia sugere que a fidedignidade de uma Fotografia se dá em até certo ponto, pois, ao contemplarmos uma fotografia, estamos diante de um novo objeto. E, no que tange ao real da Fotografia, Barthes (1984) é bem categórico ao afirmar a impossibilidade de tocá-lo. A tangibilidade do objeto realiza-se no plano físico, e sua materialidade constitui em si outros elementos que foram descartados e estão fora da representação imagética da Fotografia.

Tais afirmações corroboram a ideia da relativa fidedignidade da Fotografia frente aos documentos físicos. Por meio de uma imagem de um documento é praticamente impossível descrever, por exemplo, aspectos como a textura e suas marcas d'água, a espessura e a gramatura do papel, se há a presença ou não de filigranas e ainda o tipo da tinta utilizada na escrita.

O NÍVEL DE INTERVENÇÃO DO FOTÓGRAFO-EDITOR

Os pesquisadores do âmbito da Paleografia, da Diplomática e da Crítica Textual são, quase sempre, categóricos ao afirmar que não existe edição de textos sem intervenção do editor. A cada nova edição de um texto, o editor deixa marcas de sua subjetividade, pois cada olhar ao objeto é único e passível de questionamento.

No âmbito da Fotografia não é diferente,

[...] ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição a outras, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. [...] as fotos são uma interpretação do mundo, tanto quanto as pinturas e os desenhos.

como afirma Susan Sontag (2004), em seu livro *Sobre Fotografia*. Corroborando essa ideia, Phillipe Dubois, ilustre pintor belga e teórico das imagens, afirma ainda que

O fotógrafo decide em primeiro lugar fotografar (isso já não ocorre por si), depois escolhe o seu sujeito, o tipo de aparelho, o filme, procura sua melhor lente, determina o tempo de exposição, calcula seu diafragma, comanda sua regulagem, posiciona seu foco, todas as operações - e muitas outras ainda - constitutivas na derradeira decisão do disparo [...] (DUBOIS, 2012, p. 85).

Dubois (2012) elenca alguns dos critérios utilizados pelo fotógrafo antes mesmo da realização da captura da imagem e, nesse sentido, as escolhas empreendidas pelo fotógrafo-editor revelam, em certa medida, o nível de intervenção e subjetividade atrelada à captura⁷. Podemos afirmar que em uma edição fac-similada (imagem do texto) há sempre uma intervenção e que, mediante as escolhas do fotógrafo, ele impõe padrões aos textos que são fotografados/digitalizados/editados, padrões esses que até então não existiam nos textos físicos e modificam substancialmente o sistema de codificação das suas informações.

⁷Apesar de o autor afirmar a existência de um outro elemento fotossensível (o filme), podemos compreender aqui perfeitamente os mesmos movimentos na linguagem da fotografia digital que se vale de sensor CCD, conforme dito anteriormente.

O REAL FOTOGRÁFICO

Ao nos depararmos com uma imagem, normalmente não duvidamos da existência do objeto que ela representa. Até mesmo porque, como dito, uma imagem é um certificado de presença (Cf. DUBOIS, 2012). Diante daquele objeto (a fotografia) enquanto representativo de uma realidade, “[...] já que a informação visual do fato representado na imagem fotográfica nunca é posta em dúvida” (KOSSOY, 1989, p. 69), atestamos sempre a sua existência e a fotografia é tida, assim, como a realidade.

Na verdade, a realidade exposta em uma fotografia constitui-se de uma realidade gerada a partir dos limites de sua linguagem e, nesse sentido, não constitui sua totalidade, ou ainda a totalidade do objeto que ela representa. Assim,

[...] a fotografia, como índice⁸, por mais vinculada fisicamente que seja, por mais próxima que esteja do objeto que ela representa e do qual ela emana, ainda assim permanece absolutamente separada dele. A ilusão de uma identificação com o Real, a fotografia opõe a necessidade de uma clivagem constitutiva, de uma distância que vem abalar a própria relação da imagem com seu objeto e conseqüentemente nossa própria relação com uma e com outro. (DUBOIS, 2012, p. 93)

Essa realidade fotográfica, conforme afirma Dubois (2012), nos permite acreditar numa separação entre a imagem e o objeto, uma distância que configura a existência de um real que é fotográfico, face a um real que é o do objeto físico, separando um objeto do outro.

⁸ Para mais informações a respeito, consultar *Semiótica*, de Peirce (1977).

A AUTENTICIDADE DA IMAGEM FRENTE AO DOCUMENTO FÍSICO

Tendo em vista o que foi discutido na seção *A relativa fidedignidade da fotografia*, vimos que toda fotografia é um certificado de presença, em *O nível de intervenção do fotógrafo-editor* os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas e em *O real fotográfico*, a fotografia, como índice, apresenta uma ilusão de identificação com o real, concluímos que se torna impraticável a afirmação de que é possível atestar a autenticidade de uma imagem frente a um documento físico sem a presença desse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias utilizadas pelo homem para a reprodução e edição de documentos manuscritos variam desde uma cópia manuscrita a uma fotografia digital (edição fac-similar), com reconhecimento de caracteres via OCR e/ou utilização de Inteligência artificial, por exemplo. Porém, a cada tempo as técnicas empregadas criam e recriam novas versões do texto seja ele impresso ou manuscrito, fazendo com que na passagem de um suporte para outro, algumas informações se percam. É nesse sentido que a preservação do original físico se faz necessária em qualquer situação.

Assim, compartilhamos da ideia de Roger Chartier ao tratar da digitalização de documentos e possível descarte de físicos, quando afirma que

Como leitores, como cidadãos, como herdeiros do passado, devemos, pois, exigir que as operações de digitalização não ocasionem o desaparecimento dos objetos originais e que seja sempre mantida a possibilidade de acesso aos textos tais como foram impressos e lidos na sua época (CHARTIER, 2002, p. 29).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BUSSELLE, Michael. **Tudo sobre Fotografia**. 5. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1990.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 7920**, de 20 de junho de 2017.

CESAR, Newton; PIOVAN, Marco. **Making Of**: Revelações sobre o dia-a-dia da fotografia. São Paulo: Futura, 2003.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DUBOIS, Phillipe. **O ato fotográfico**: e outros ensaios. 14. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. de Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPINA, Sigismundo. **Introdução à Ecdótica**: Crítica Textual. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

